Ana Cecília Rocha Veiga
UFMG-2005

mapeamento urbanístico

a materialidade da dimensão intangível do patrimônio cultural urbano

ANA CECÍLIA NASCIMENTO ROCHA VEIGA

MAPEAMENTO URBANÍSTICO

a materialidade da dimensão intangível do patrimônio cultural urbano

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR LEONARDO BARCI CASTRIOTA

BELO HORIZONTE

2005

agradecimentos

Ao meu orientador e mestre, Leonardo Barci Castriota, por toda a iluminação teórica, pela inspiração, pela contribuição sempre eficaz, pelas oportunidades e parcerias ao longo destes anos que tornaram possível este trabalho.

Ao NPGAU e à Escola de Arquitetura da UFMG, minha casa do conhecimento.

À MAPTEK, especialmente aos engenheiros Antônio Carlos Rocha e Gaston Rodriguez, pelo patrocínio e realização do escaneamento à laser do *espaço cultural* aqui mapeado, por toda a prontidão e empenho em tornar realidade esta proposta.

À estagiária de pesquisa Cléo Alves Pinto, pelo auxílio competente no inventário. Ao Beto e ao papai, pelas idas à campo nos finais de semana, pelos livros, pelas idéias.

Às professoras da banca intermediária, Maria de Lourdes Dolabela Pereira e Celina Borges Lemos, pelas sugestões e por toda a colaboração.

Ao IPHAN, especialmente à Dra. Márcia Sant'Anna, pelos materiais, livros e CDs enviados.

À PRODABEL, pela base cartográfica da ZCBH cedida gratuitamente.

À todos da Regional Centro-Sul PBH, pelas informações sobre as feiras.

À todos que colaboraram com esta dissertação:

Flávia Brasil (Fundação João Pinheiro – Textos sobre as feiras da Av. Bernardo Monteiro)
Adriana Assis (Arquiteta – Modelagem Virtual de Santana dos Montes)
Jô Vasconcellos (Arquiteta - Projeto de revitalização da Av. Bernardo Monteiro)
Carlos Alberto de Castro (Engenheiro Florestal da PBH – Informações sobre as árvores)
Fernando Pimenta (Gerência de Patrimônio da PBH – Tombamento dos Conjuntos)
Cássia Lafetá (Engenheira Agrônoma – Manejo de Árvores)
Wagner Rezende (Mestrando – Textos sobre Modelagem Virtual em Bracara Augusta)
Carminha Araújo (Colégio Arnaldo – História do lugar)

agradecimentos afetivos

À minha família Nascimento Rocha e minha nova família, Nogueira Veiga, por todo apoio e pela compreensão nos momentos de ausência e atividades intensas.

Ao meu querido pai, meu interlocutor e grande ajudador, à minha amada mãe, amiga e incentivadora, e à minha irmã, pelas críticas habermasianas bem humoradas. Aos três por todo amor, pelo suporte e amizade ao longo de toda a vida, pela herança da fé.

Ao Alberto, meu grande amor e companheiro eterno, pela ajuda, pelo apoio, pelos momentos felizes de descanso que alimentam a alma e capacitam para o trabalho.

Acima de tudo agradeço ao meu Deus, o grande Arquiteto do universo, razão da minha existência, minha força diante dos obstáculos e minha fonte inesgotável de paz e alegria.

dedicatória

Para minha metade Beto.

O fluxo da memória, ao jorrar, vem todo margeado por pontos onde a significação da vida se concentrou: mudança de casa ou de lugar, morte de um parente, formatura, casamento, empregos, festas. Estes eventos e outros mais vão se apegando aos materiais que os acompanharam, vão modelando o sentido íntimo das coisas que durante anos resistiram a nós com sua alteridade e acabaram por tomar algo do que fomos. Ao final, a morfologia da cidade, dos minúsculos objetos aos grandes bairros, foi subjetivamente diferenciada: as experiências, os afetos imanizaram os lugares, demarcando núcleos em torno dos quais vão gravitar as lembranças.

José Moura Gonçalves Filho
In: O Olhar. Cia das Letras. Pg 112

O conceito de patrimônio, bem como o de cultura, ampliou-se consideravelmente com o tempo, tornando-se muito mais abrangente e, deste modo, suscitando novas questões no que tange à sua preservação e entendimento. Atualmente, o termo *patrimônio cultural* ultrapassa, e muito, o seu sentido original de bem exclusivamente material, possuindo ainda um substrato coletivo e intocável. Trata-se do chamado *patrimônio cultural imaterial* ou *intangível*, que incluem as tradições orais, os costumes, as línguas, as músicas, as festas, os rituais, a medicina e farmacologia tradicionais, a gastronomia e todas as habilidades especiais relacionadas com os aspectos materiais da cultura, como as ferramentas e os lugares onde estas atividades tomam curso – os denominados *espaços culturais*, suportes da tradição. Todo testemunho material possui uma dimensão intangível, bem como o revés se verifica: todo patrimônio imaterial possui uma dimensão tátil, revelando-se por materialidades, pela mão do homem que desvenda o *saber-fazer*, pelo espaço onde as atividades tomam curso, pela natureza a qual se apropria e modifica, pelos objetos que compõem a prática. No último item dos seus objetivos específicos, o *INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais* – elaborado pelo IPHAN, identifica a Arquitetura e a Antropologia como sendo as disciplinas que especialmente se dedicam à temática do patrimônio. Assim, com base no INRC e no estudo do Registro Cultural de Lugares, procuramos atingir três principais objetivos neste trabalho: 1) Reunir, nas diversas áreas do conhecimento investigadas, as metodologias, informações e tecnologias que pudessem ser adaptadas e aplicadas no mapeamento urbanístico de *espaços culturais*; 2) Aprimorar e integrar as diversas metodologias de modo a elaborar um produto coeso, panorâmico, linear e claro; 3) Evidenciar, por meio da prática em um estudo de caso no *Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro*, em Belo Horizonte, a importância da contribuição do arquiteto no registro, proteção e investigação do *patrimônio imaterial urbano*, através do mapeamento e das análises de sua dimensão material construída. Além dos recursos de mapeamento convencionais, foram testadas com sucesso tecnologias avançadas de escaneamento a laser de fachadas e ambientes urbanos. Finalizamos com algumas propostas de continuidade desta dissertação que, pela complexidade e importância do objeto – a própria cidade e seu patrimônio cultural – demanda contínua e dedicada investigação.

Palavras-chave: patrimônio cultural urbano, espaço cultural, lugar, mapeamento urbano

abstract

The concept of heritage, as well as culture, has been enlarged, starting new questions about its preservation and comprehension. Currently the term *cultural heritage* goes far the original sense of material goods. It also has now a collective foundation and an untouchably substrate: the denominated *immaterial* or *intangible cultural heritage*, that includes the oral traditions, habits, languages, music, celebrations, rituals, traditional medicine, gastronomy and all specials skills related with the material aspects of culture, for example the tools and the spaces where these activities take place – denominated *cultural spaces*, support of tradition. Every material testimony has an intangible dimension; as the same way, each immaterial heritage possess a tactile dimension, reveling itself by the materiality, by the hand that elaborate the arts, by the space where the activities take place, by the nature appropriated and modified, by the objects that compound the practice. In the last item of its specifics goals, the INRC (National Inventory of Cultural References, produced by the federal department of cultural heritage in Brazil - IPHAN), identifies the Architecture and the Anthropology as being the most important disciplines dedicated to the heritage theme. Thus, based on INRC and the study of the Places Cultural Register, we intent to achieve three principal objectives in this research: 1) To congregate, in various areas of knowledge, the methodologies, information and technologies that could be applied in the urban mapping of *cultural spaces*; 2) To develop and integrate these methodologies to elaborate a unified, panoramic and clear final product; 3) To evidence, with a study case at the *Bernardo Monteiro Avenue Cultural Space*, in Belo Horizonte city, the importance of the architect contribution in registration, protection and investigation of the intangible urban heritage, by the mapping and analyses of its material dimension. Beyond the conventional resources of mapping, advanced technologies in laser scanning of facades and urban places were successfully tested. Lastly, we have enumerated some propositions of continuity to this research that, because of the complexity and magnitude of the object – the city itself and its cultural heritage – demands continuous and dedicated investigation.

Key-words: cultural urban heritage, cultural space, place, urban mapping

sumário

Introdução 15

1 - Lugar – um olhar conceitual sobre o objeto de mapeamento 18

1.1 – Lugar e Espaço: conceitos interligados 18
1.2 – *Baudrillard ou Bin Laden*? – O embate teórico acerca do ciberespaço 24
1.3 – O lugar como objeto de estudo: abordagens 28
1.3.1 – O lugar e seus valores: uma abordagem dialógica 28
1.3.2 – Interdisciplinaridade: o lugar sob múltiplos olhares 32

2 – Patrimônio Imaterial e Registro Cultural: conceitos e estado da arte 35

2.1 - A Evolução do Termo Patrimônio: de *Herança do Pai* a *Patrimônio Intangível* 35
2.2 – Cultura Tradicional e Popular: breve panorama conceitual 37
2.3 – A trajetória de preservação do Patrimônio Intangível a partir das Cartas Patrimoniais 39
2.4 – O Registro Cultural: um Instrumento de Preservação 46
2.5 – Registro Cultural do Salão do Encontro em Betim: uma experiência pioneira 49
2.6 – INRC 2000 – Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN: um instrumento de política cultural 53
2.6.1 – Levantamento preliminar 55
2.6.2 – Identificação 55
2.6.3 – Documentação 58
2.6.4 – Aplicações do INRC 59
2.7 – UNESCO e a Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade 61
2.8 – Patrimônio Imaterial e Registro Cultural: considerações 64

3 – Caminhos trilhados: outros instrumentos e seus recursos 67

3.1 – Mapas urbanísticos e inventários 67
3. 2 – Mapeamento Virtual 83
3.2.1 – Viagens Virtuais: os novos ilustradores 83
3.2.2 – Visualizando intervenções no Espaço Patrimonial 87
3.3 – Levantamentos Espaciais: da trena ao laser 91
3.3.1 – Levantamento convencional 91
3.3.2 – Estação Total, GPS e Maquetes Virtuais 93
3.3.3 – Levantamentos fotográficos e Montagens Digitais 98
3.3.4 – Escaneamento a laser de edificações e Engenharia Reversa: Levantamento Métrico + Modelagem Virtual + Fotografia + Maquete Perfilada por Usinagem 105
3.3.5 – O Mapeamento no Levantamento e Diagnóstico de Patologias 109
3.4 – Mapeando o imaterial, quantificando o qualitativo 112
3. 5 – Caminhos trilhados em outros instrumentos: considerações 114

4 – Estudo de caso Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro 116

4.1 – Escolhendo um Espaço Cultural 116
4.2 – Introdução ao Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro 117
4.3 – Objetivos do Estudo de Caso 118
4.4 – Metodologias aplicadas ao Estudo de Caso 120
4.5 – Etapas de desenvolvimento do Mapeamento Urbanístico 121
4.6 – O produto: disposição final do Mapeamento Urbanístico 124
4.7 – Estudo de Caso Alameda Av. Bernardo Monteiro 125
Fichas do INRC 126
Mapeamento Urbanístico 144
Inventário Urbano e Arquitetônico 200
4.8 – Diretrizes de preservação do Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro: Quarta Etapa proposta ao INRC 306

5 – Conclusão 311

5.1 - Análise de resultados 311
5.2 – *Software* de Mapeamento Urbanístico: uma proposta de continuidade desta dissertação 313
5.3 - Considerações finais 314

6 – Bibliografia 316

7 – Anexo 321

I - 25ª Conferência Geral da UNESCO 321
II - Carta de Fortaleza 326
III - *Artigos 215 e 216 da Constituição Federal* 329
IV - *Decreto nº 3.551/2000* 330
V - *Minuta de Lei – Registro Cultural Betim* 333
VI - Ficha de Registro dos Saberes – Tear Mineiro 336
VII - Ficha de Registro dos Lugares – Salão do Encontro 341
VIII - Ficha do Espaço Cultural Distrito de Boysun – Uzbequistão 348

1. Salão do Encontro Betim 49
2. Registro Cultural - CD Cerâmica de Candeal 60
3. Arte Kusiwa – Peixes 62
4. Arte Kusiwa – Geométricos 62
5. Distrito de Boysun – Uzbequistão 63
6. ADECJ - Edificação modernista na Cidade Jardim 67
7. ADECJ - Edificação Villa Judith 67
8. Vista aérea da Cidade Jardim, montagem das fotografias de satélite 70
9. Mapa ADECJ – Rua Eduardo Porto 72
10. Vista Geral da Rua Eduardo Porto 72
11. Ficha de Levantamento Urbanístico IPUC Cidade Jardim 73
12. Ficha de Inventário IPUC Cidade Jardim 73
13. Mapa ADECJ – Curvas de Nível 74
14. Mapa ADECJ – Limites da ADE 75
15. Mapa ADECJ – Ocupação 76
16. Mapa ADECJ – Usos Detalhados 77
17. Mapa ADECJ – Síntese Usos 78
18. Mapa ADECJ – Estilos Detalhados 79
19. Mapa ADECJ – Síntese Estilos 80
20. Mapa ADECJ – Valor Arquitetônico 81
21. Mapa ADECJ – Estado de Conservação 82
22. Mapa de Braunio, Bracara Augusta 83
23. Ruínas de Bracara Augusta 84
24. Evolução da modelagem de Bracara Augusta 85
25. Modelo Virtual Bracara Augusta no século II 86
26. Modelo Virtual Bracara Augusta no século IV 86
27. Proposta Praça Centro - Santana dos Montes 88
28. Vista Geral Proposta Centro - Santana dos Montes 88
29. Fachada Principal da Escola de Arquitetura da UFMG 89
30. Estado atual do MEA - EA UFMG 89
31. Revitalização MEA-EAUFMG 90
32. MEA-EAUFMG Vista lateral 90
33. MEA-EAUFMG – Vista geral 90
34. MEA-EAUFMG – Proposta Azul 90
35. Caverna de Lascaux – França, Vista Geral do Grande Salão dos Touros 91
36. Croqui de metodologia de levantamento “bases fixas” 92
37. Ruínas do Capivari, Caraça/MG 93
38. Ruínas do Capivari – Modelagem Virtual Bloco 1 95
39. Ruínas do Capivari – Modelagem Virtual Bloco 2 96
40. Ruínas do Capivari – Modelagem Virtual Bloco 3 97
41. Projeto Tiradentes – Elevação Principal 99
42. Projeto Tiradentes – Corte 100
43. Projeto Tiradentes – Planta Baixa 101
44. Projeto Tiradentes – Forro de Forro 102
45. Projeto Tiradentes – Detalhamento 103
46. Fazenda do Candonga – Montagem Digital do Conjunto Arquitetônico da Casa Grande 104
47. Colônia Santa Izabel – Betim/Montagem Digital elaborada em Adobe Photoshop 105
48. Laser Scanner I-Site, elaborados em software Vulcan – MAPTEK 107

49. Fachada do Palácio Ducal em Veneza escaneada a laser com 5.110.826 pontos 109
50. Mapa de Patologias do Mosteiro de São Martinho de Tibães 110
51. Mapa Vermelho – Espécimes de *Parietaria diffusa* e Mapa Azul – Espécimes de *Erigeron Karvinskianus* 111
52. Exemplos de sugestão de legenda para Mapas de Patologia 111
53. Minas Gerais/Municípios/2000 – QV 113
54. MG/1991 Topografia da Infra-Estrutura – Saneamento e Renda) 113

GRÁFICOS

1. Ocupação ADE Cidade Jardim 69
2. Aspectos do Bairro – privilegiar ou mudar, segundo moradores da ADECJ 71

TABELAS

1. Quadro descritivo Scanner a laser I-Site e *software* Vulcan 106

1. Mapa do Brasil e Localização do Estado de Minas Gerais 144
2. Regionais e Limites do Município de Belo Horizonte 145
3. Bairros de Belo Horizonte onde se localiza o Estudo de Caso 146
4. Informações Geográficas do Município de Belo Horizonte 147
5. Informações Urbanísticas e Geográficas de Belo Horizonte 148
6. Zoom da área de estudo Alameda Av. Bernardo Monteiro 149
7. Identificação da área de estudo Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro 150
8. Fotografia Aérea do Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro 2 151
9. Fotografias Georreferenciadas da Av. Bernardo Monteiro e Colégio Arnaldo 152
10. Fotografias Georreferenciadas do entorno da Av. Bernardo Monteiro 153
11. Zoneamento do Espaço Cultural – Localização das Feiras 154
12. Mercado Popular Localizado na Av. Bernardo Monteiro 155
13. Produtos do Mercado Popular Localizado na Av. Bernardo Monteiro 156
14. Feira de Flores da Av. Bernardo Monteiro 157
15. Pessoas na Feira de Flores da Av. Bernardo Monteiro 158
16. Produtos da Feira de Flores da Av. Bernardo Monteiro 159
17. Feira de Artesanato na Av. Bernardo Monteiro 160
18. Feira Tom Jobim de Antiguidades e Comidas Típicas na Av. Bernardo Monteiro 161
19. Antiguidades da Feira Tom Jobim na Av. Bernardo Monteiro 162
20. Pessoas na Feira Tom Jobim – Comidas Típicas na Av. Bernardo Monteiro 163
21. Árvores do Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro 164
22. Alameda de Ficus da Av. Bernardo Monteiro 165
23. Escaneamento a Laser das Árvores do Espaço Cultural 166
24. Escaneamento a Laser Espaço Cultural Av. Bernardo Monteiro 167
25. Escaneamento a Laser Espaço Cultural Av. Bernardo Monteiro 168
26. Equipamentos Urbanos no Espaço Cultural Av. Bernardo Monteiro 169
27. Infra-estrutura, Equipamentos e Mobiliário Urbano 170
28. Infra-estrutura, Equipamentos e Mobiliário Urbano 171
29. Classificação das Vias no Entorno da Av. Bernardo Monteiro 172
30. Direção de Trânsito e Principais Acessos ao Espaço Cultural 173
31. Placas de Sinalização do Trânsito na Av. Bernardo Monteiro 174
32. Estacionamento no Perímetro de Entorno da Alameda Av. Bernardo Monteiro 175
33. Numeração de Rua das Edificações Inventariadas e Edificações de Destaque 176
34. Edificações e Praças no Entorno da Área da Av. Bernardo Monteiro 177
35. Edificações no Entorno da Área da Av. Bernardo Monteiro 178
36. Edificações de Entorno – Escaneamento a Laser do Colégio Arnaldo 179
37. Tipologia das Edificações do Entorno da Alameda Av. Bernardo Monteiro 180
38. Classificação de Acesso às Edificações da Alameda Av. Bernardo Monteiro 181
39. Acessibilidade por Portadores de Necessidades Especiais 182
40. Altimetria das Edificações do Entorno da Alameda Av. Bernardo Monteiro 183
41. Área Edificada em m^2 das Edificações de Entorno da Av. Bernardo Monteiro 184
42. Classificação de Usos das Edificações de Entorno da Av. Bernardo Monteiro 185
43. Detalhamento de Usos das Edificações de Entorno da Av. Bernardo Monteiro 186
44. Ocupação Permanente no Entorno da Alameda Av. Bernardo Monteiro 187
45. Interação com as Atividades do Espaço Cultural Av. Bernardo Monteiro 188
46. Data Segundo Habite-se PBH das Edificações na Av. Bernardo Monteiro 189
47. Classificação Estilística das Edificações da Alameda Av. Bernardo Monteiro 190
48. Estilos Arquitetônicos das Edificações da Alameda Av. Bernardo Monteiro 191
49. Estado de Conservação das Edificações na Alameda Av. Bernardo Monteiro 192
50. Estado de Conservação das Edificações de Entorno da Av. Bernardo Monteiro 193
51. Edificações Tombadas e de Interesse Arquitetônico e Histórico 194
52. Edificações Tombadas pela PBH na Alameda Av. Bernardo Monteiro 195
53. Edificações de Interesse Arquitetônico e/ou Histórico 196
54. Ed. Omni Center no Entorno da Av. Bernardo Monteiro 197
55. Seqüência das Fichas de Inventário da Alameda Av. Bernardo Monteiro 198

abreviaturas

ACP – Análise das Componentes Principais
ADECJ – Área de Diretrizes Especiais Cidade Jardim
CAD – Computer Aided Design
CNFCP – Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
DAU - UFV – Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa
DIIAR - Department of Hydraulic, Environmental, Street Infrastructures and Survey - Italy
EA-UFMG – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
ER – Engenharia Reversa
GIS – Geographic Information System
GPS – Global Positioning System
IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPUC – Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural
LS – Laser Scanner
MinC – Ministério da Cultura, Brasil
QV – Qualidade de Vida
SIG – Sistema de Informação Geográfica
USP – Universidade do Estado de São Paulo
VR – Virtual Reality

INTRODUÇÃO

O conceito de patrimônio, bem como o de cultura, ampliou-se consideravelmente com o tempo, tornando-se muito mais abrangente e, deste modo, suscitando novas questões no que tange à sua preservação e entendimento. Atualmente o valor do *patrimônio cultural* ultrapassa, e muito, o seu sentido original de bem individual ou exclusivamente de bem material, encontrando em sua essência uma origem coletiva e um substrato intocável. Trata-se do chamado *patrimônio cultural imaterial* ou *intangível*. Segundo a UNESCO, poderíamos definir *patrimônio intangível* como um conjunto de formas da cultura tradicional e popular ou folclórica, a saber, as obras coletivas que emanam de uma cultura e que se baseiam na tradição. Incluem, assim, as tradições orais, os costumes, as línguas, as músicas, as festas, os rituais, a medicina e farmacologia tradicionais, a gastronomia e todas as habilidades especiais relacionadas com os aspectos materiais da cultura, como as ferramentas e os lugares onde estas atividades tomam curso – os denominados *espaços culturais*, suportes da tradição. Todo testemunho material possui uma dimensão intangível, bem como o revés se verifica: todo patrimônio imaterial possui uma dimensão tátil, revelando-se por materialidades, pela mão do homem que desvenda o *saber-fazer*, pelo espaço onde as atividades tomam curso, pela natureza a qual se apropria e modifica, pelos objetos que compõem a prática. Ainda que para efeitos analíticos insistamos em olhar separadamente cada uma de suas faces, não podemos jamais esquecer que todas estas estão interligadas, fazendo parte de um mesmo prisma que compõe nossa pedra de toque: o *patrimônio cultural* como um todo.

Paralelamente às discussões mundiais acerca do *patrimônio imaterial* e sua preservação, os órgãos governamentais brasileiros, desde Aloísio Magalhães, propunham-se a debater a identificação de novos bens culturais, representativos dos diferentes grupos sociais, assim como a elaboração de instrumentos e métodos adequados à sua pesquisa e valorização. O *CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais* e o *próMemória* já vinham experimentando a inclusão de novas formas de proteção e documentação dos bens culturais de natureza imaterial. Em 1997 aprofundaram-se estas reflexões no *Seminário do Patrimônio Imaterial,* que gerou a *Carta de Fortaleza*. Como resultado desta trajetória, no mesmo ano promulgaram-se o Decreto 3.551/2000 e o *INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais – Manual de Aplicação*, elaborado pelo IPHAN, consistindo numa metodologia de *Registro Cultural* desenvolvida em seis meses de trabalho interdisciplinar, sob coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes. O INRC é um manual de identificação e documentação de bens – materiais e imateriais – possibilitando a preservação e valorização dos mesmos. Por ser um instrumento oficial de Registro Cultural dos órgãos de preservação brasileiros, por sua característica abrangente e interdisciplinar,

assim como por sua já atestada contribuição para o estudo e preservação do *patrimônio intangível*, escolhemos o *Inventário Nacional de Referências Culturais* como base principal deste trabalho, sendo a metodologia por nós aqui elaborada voltada para a sua complementação e execução.

No último item dos objetivos específicos, o INRC identifica a arquitetura e a antropologia como sendo as disciplinas que especialmente se dedicam à temática do patrimônio. Acrescenta ainda em outra ocasião, que no Registro Cultural "entram em cena principalmente a antropologia e a arquitetura e os esforços dessas disciplinas em pelo menos duas direções, a saber: de um lado, no sentido de contemplarem, ambas, as complexas relações existentes entre estruturas físicas e valores culturais e, de outro, no de refinarem conceitos que são relevantes para ambas – como é o caso do conceito de *lugar* – e desenvolverem procedimentos adequados para a investigação empírica".[1]

Assim, iniciamos esta dissertação com um estudo conceitual acerca do espaço e do lugar, nosso objeto de mapeamento. Prosseguimos no segundo capítulo teórico com uma análise dos conceitos de *patrimônio cultural*, *cultura, espaço cultural,* bem como acompanhamos a trajetória da evolução destes termos nas cartas patrimoniais, nas políticas urbanas e nos órgãos de preservação do Brasil e do mundo. Finalizamos esta etapa com as experiências do Registro do Salão do Encontro, em Betim, e do INRC.

Em seguida, focamos o trabalho em três objetivos principais: 1) Reunir, nas diversas áreas do conhecimento investigadas, as metodologias, informações e tecnologias que pudessem ser adaptadas e aplicadas com sucesso no mapeamento urbanístico de espaços culturais; 2) Aprimorar e integrar as diversas metodologias de modo a elaborar um produto coeso, panorâmico, linear e claro; 3) Evidenciar, por meio da prática, a importância da contribuição do arquiteto no registro, proteção e investigação do Patrimônio Imaterial Urbano, através do mapeamento e das análises de sua dimensão material construída.

Para tanto, no terceiro capítulo procedemos a uma revisão bibliográfica de outros instrumentos patrimoniais já consolidados, bem como de mapeamentos elaborados para diversos fins. A partir desta análise, objetivamos identificar quais os recursos, metodologias e tecnologias adequadas ao mapeamento urbanístico de espaços culturais, dentro da proposta desta dissertação. Estas investigações foram aplicadas e expandidas no quarto capítulo, onde elaboramos um estudo de caso de mapeamento urbanístico do *Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro*, em Belo Horizonte, palco de feiras tradicionais e eventos que acontecem sob a sombra de *ficus* quase tão antigos quanto a própria capital

[1] IPHAN**. INRC-2000**. P. 27

mineira. À esta etapa seguem as nossas análises e conclusões sobre a pesquisa desenvolvida, bem como algumas propostas de continuidade deste trabalho que, pela complexidade e importância do objeto – a própria cidade e seu patrimônio cultural – demandam contínua e dedicada investigação.

> A cidade não é apenas um objeto ou um instrumento, o meio de realizar certas funções vitais; é também um quadro de relações interconscienciais, o lugar de uma atividade que consome sistemas de signos complexos.
>
> **Choay**[2]

> Acreditamos, contudo, que os arquitetos possam fazer mais, se se empenharem em procurar uma distribuição diversa das energias humanas atualmente aplicadas ao problema. Assim, renunciarão, desde o início, a resolver os problemas sozinhos, mas tomarão seu lugar em um esforço comum e coordenado, que é o único a ter probabilidades de sucesso.
>
> **Benevolo**[3]

[2] CHOAY. **Urbanismo**. Pg. 52
[3] BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. Pg. 646

1 - LUGAR – UM OLHAR CONCEITUAL SOBRE O OBJETO DE MAPEAMENTO

1.1 – Lugar e Espaço: conceitos interligados

Etimologicamente, a palavra 'lugar' deriva do latim *localis*, de *locus* – local. Refere-se a um espaço ocupado, localidade, posição. Também do latim, a palavra 'espaço' tem como origem *spătĭum* – espaçar. Distância entre dois pontos, ou a área ou o volume entre limites determinados.[1] A distância, a totalidade – o espaço. O ponto, a pausa, a posição – o lugar. Filosófica, geográfica e antropologicamente, o conceito de *lugar* reconquista seu espaço como pauta de investigação, sendo crescente o interesse por essa problemática, abordada das mais diferentes perspectivas. CASTRIOTA, ao refletir sobre as obras de CASEY, filósofo contemporâneo comprometido com o tema em questão, conclui:

> Para marcar esta diferença (entre os termos,) muitas línguas – e certamente a maioria das línguas européias – vão distinguir entre "espaço" e "lugar" (por exemplo, "space" and "place", *locus* vs *spătĭum*; "lieu" ou "endroit" vs "espace"; "Platz" ou "Ort" vc "Raum", etc.) No entanto, se essa distinção parece tão importante para os filósofos, o senso comum e a própria experiência ordinária parecem, a seu ver, no mais das vezes estarem esquecidos disso. Acima de tudo na filosofia moderna, a própria distinção vem a ser questionada e desacreditada. No mundo antigo, de forma oposta, não haveria dúvidas quanto a essa diferenciação fundamental, que se retoma hoje. Neste sentido, o filósofo (CASEY) vê uma afinidade eletiva entre o mundo antigo – que "sabia melhor" - o "pré-moderno" e o "pós-moderno", que *juntam suas forças no reconhecimento comum da importância do lugar como algo essencialmente diferente do espaço, algo que não podemos nos dar ao luxo de ignorar*.[2]

Concordando com os antigos, com CASTRIOTA e CASEY, iniciamos esta breve reflexão acerca do *lugar* e do *espaço* assumindo antecipadamente a existência concreta e definitiva de uma distinção conceitual dos termos. Apreciaremos a seguir algumas de suas definições pertinentes no contexto deste trabalho, focado no urbano e nos espaços culturais.

Segundo SILVA, o espaço refere-se ao objeto lógico, sendo o lugar a categoria hierarquicamente seguinte. O espaço configuraria o todo – o maior lugar possível – enquanto que o lugar manifestar-se-ia como área, região, território: expressões do lugar. Dentro deste sistema categorial, espaço geográfico não deve ser considerado isoladamente da população que o habita e reconhece. "Por isso a importância das relações: o lugar determina as relações e estas o lugar. Daí, a decorrência ontológica: o lugar e a relação entre os lugares, assim como entre a população e esta e o lugar. Uma trama de relações e

---

[1] CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**.
[2] CASTRIOTA, Leonardo. **Vicissitudes de um conceito**: o lugar e as políticas de patrimônio. Pg 2. Grifos e parênteses nossos.

lugares."[3] Uma trama que tantas vezes atinge dimensões mundiais. Na atual dicotomia entre o local e o global, seria possível pensar o lugar enquanto singularidade? Para CARLOS, o lugar é a base da reprodução da vida que se expressa através da tríade *habitante-identidade-lugar*. O plano da vida individual seria o do local, pensado, sentido e apropriado pelo corpo, através do qual o homem transforma o espaço em lugar.

> Lugar é a porção do espaço apropriável para a vida (...) é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato senso* a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos.(...) A metrópole não é 'lugar', ela só pode ser vivida parcialmente.[4]

Seria, portanto, o lugar, a porção do espaço apropriada pelo corpo (habitante), que nele constrói e dele extrai suas referências (identidade). Como para CERTEAU, há justaposição dos termos, sendo o lugar um *espaço praticado*.[5] Remete-se de forma indissociável ao vivido, ao plano imediato. O que caracterizaria o lugar seria a vivência que dele se faz e o que define o homem seriam os lugares que compõem seu cotidiano. Para compreender o lugar é preciso analisar o seu papel no mundo moderno, bem como o próprio mundo que se descortina no e através dele. E esta análise só pode ser feita quando penetramos em sua estrutura conceitual.

A relação interligada entre espaço e lugar se perpetua nos conceitos elaborados por TUAN[6], para quem o lugar é a segurança e o espaço, liberdade. "A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar."[7] Assim, ambos os termos remontam a experiências comuns, há um entrelace de conceitos. Ambientes abertos nos conferem a sensação de espaciosidade, ambientes familiares – a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou pátria – delimitam o lugar no espaço, esta rede de lugares. "A casa é o lugar para onde eu volto, para confirmar as minhas certezas."[8] SANTOS, por sua vez, ressaltaria que não devemos confundir *localização* e *lugar*. "O lugar pode ser o mesmo, as localizações mudam. E lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar."[9]

---

[3] SILVA, Armando Corrêa da. **O Espaço fora do lugar**. Pg 7
[4] CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do Mundo**. Pg 20
[5] Michel de CERTEAU in: AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. 75
[6] TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. Pg 3
[7] Idem. Pg 6
[8] LATERZA, Moacyr. Notas de aula.
[9] SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. Pg 2

Para explorar detalhadamente a questão, TUAN elabora três recortes envolvendo a temática do lugar e do espaço: fatores biológicos que nos conferem a noção conceitual, as mencionadas relações de espaço e lugar e, por fim, a amplitude da experiência ou conhecimento. TUAN discute como a biologia, de fato, condiciona nosso mundo perceptivo. O repertório de um molusco parece-nos imensamente restrito se o compararmos com o de um cachorrinho. A proposição se repete do cachorrinho para o primata, cuja vida afetiva é quase tão variada e intensa quanto à do homem. Cada espécie, um repertório. O biólogo fenomenalista UEXKÜLL concorda. Para ele todo organismo seria um ser monadário, com seu mundo próprio, fruto de suas experiências únicas e individuais. No mundo das moscas só podem ser encontradas "coisas de moscas", no mundo dos ouriços do mar, "coisas de ouriço do mar". É neste momento que CASSIRER, ao abordar tais considerações behavioristas, provoca: "Será possível utilizar o plano proposto por Uexküll para uma descrição e caracterização do *mundo humano*?" Portanto, seria possível, por silogismo, adotar o paradigma de que, em nosso universo, permeiam restritamente as "coisas de homens"?

> É evidente que este mundo (humano) não constitui exceção às regras biológicas que governam a vida de todos os outros organismos. Entretanto, no mundo humano encontramos uma nova característica, que parece ser a marca distintiva da vida humana. (...) O homem, por assim dizer, descobriu um novo método de adaptar-se ao meio. Entre o sistema receptor e o sistema de reação, que se encontram em todas as espécies animais, encontramos no homem um terceiro elo, que podemos descrever como o *sistema simbólico*. Esta nova aquisição transforma toda a vida humana. Em confronto com os outros animais, o homem não vive apenas uma realidade mais vasta; vive, por assim dizer, numa nova *dimensão* da realidade.[10]

Ser homem significa experimentar, implica a capacidade de aprender pela experiência – pessoal ou alheia. E ao experimentar lança mão do sentimento e do pensar, transforma em lugar o espaço ao seu derredor. Ser homem, portanto, significa dar significado. O homem é um animal simbólico[11] que utiliza sua ferramenta biológica para ler e construir o mundo. E só o faz porque pode apreendê-lo. Assim, os outros animais e os homens compartilham e delimitam territórios. Porém só o homem os simboliza. Só o homem possui consciência do lugar que constrói, consciência de si mesmo e dos seus sentimentos. "As emoções dão colorido a toda experiência humana."[12] De fato, pode ser bem mais do que simplesmente cor.

---

[10] CASSIRER, Ernst. **Antropologia Filosófica**. Pg. 49 Grifos do autor, sublinhado nosso.
[11] CASSIRER, Ernst. **Antropologia Filosófica.** Capítulo II "Uma chave para a natureza do homem: o símbolo"
[12] TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**. Pg. 9

Segundo o neurologista DAMÁSIO, a ausência de emoção e sentimento pode destruir a racionalidade. A base científica e filosófica, até então cartesiana, deveria ser substituída por "Existo (e sinto), logo penso". A dualidade proposta por DESCARTES entre mente e cérebro (corpo) deveria ser destituída de seu pedestal para dar lugar a um organismo perfeitamente integrado. É quando DAMÁSIO elabora um outro elo, não excludente ao de CASSIRER, porém a partir de um outro viés:

> Os sentimentos parecem depender de um delicado sistema com múltiplos componentes que é indissociável da regulação biológica; (...) Assim, pode existir um elo de ligação, em termos anatômicos e funcionais, entre razão e sentimentos e entre esses e o corpo. (...) A razão, da prática à teórica, baseia-se provavelmente neste impulso natural (de conquista da racionalidade) por meio de um processo que faz lembrar o domínio de uma técnica ou de uma arte. Retire-se o impulso, e não é mais possível alcançar essa perícia. Mas o fato de se possuir esse impulso não faz de nós, automaticamente, peritos.[13]

Com efeito, a todo instante o homem recorre a decisões que, de acordo com o senso comum (razão coletiva), poderiam ser classificadas de temerárias. Se o elo proposto por DAMÁSIO nos faz questionar a estrutura do pensamento cognitivo, por outro lado vai de encontro à valorização das emoções proposta por TUAN, colocando de lado, por ora, a discussão acerca do corpo como causa ou simplesmente suporte físico das emoções humanas. Recuamos aos conceitos, de sorte que continuam a ser elas mesmas – as emoções - as vedetes do lugar. E nosso simbolismo vai além, permitindo-nos criar e sentir não somente o *lugar*, mas como também a sua antítese[14]. Se poderíamos classificar de lugar o espaço apropriado e dotado de sentido pelo homem, qual o papel dos "espaços intermediários" entre a rede de lugares que integram a trajetória do indivíduo?

> Os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de domicílios aos lugares de lazer, de comunicação, mas o importante é que essas mediações espaciais são ordenadas segundo as propriedades do tempo vivido. Um mesmo trajeto convoca o privado e o público, o individual e o coletivo, o necessário e o gratuito. Enfim o ato de caminhar é intermediário e parece banal – é uma prática preciosa porque pouco ocultada pelas representações abstratas; ela deixa ver como a vida do habitante é petrificada de sensações muito imediatas e de ações interrompidas. São as relações que criam o sentido dos "lugares" da metrópole. Isso porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso.[15]

---

[13] DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes**. Pg. 276. Parênteses nossos.
[14] AUGÉ, Marc. **Não-lugares**.
[15] CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. Pg 22.

O percurso revelaria as pausas da vida do homem, vivência interrompida. Quando na verdade, não precisariam sê-lo. Os *espaços intermediários* também poderiam converter-se em oportunidades de encontro, em referência, em ruas de Jane JACOBS[16]. Em suma, o trajeto não deveria constituir-se simplesmente do espaço e tempo que interligam nossa teia de lugares, mas sim lugar que funde os lugares pelos quais temos maior apreço. Como um quebra cabeça: fragmentado, mas complementar em sua totalidade. Amplo, mas reconhecível. É preciso alargar os limites do lugar. Se não há sentido, portanto, não há lugar. Há somente negação: um não-lugar.

Na expressão *não-lugares*, elaborada por Marc AUGÉ em obra homônima, o antropólogo bretão se refere a tudo que não pode ser denominado *lugar antropológico*. Este termo se reserva à construção concreta e simbólica de um espaço dotado de pelo menos três pretensões comuns: identitárias, relacionais e históricas. Diversos fatores constitutivos da identidade individual determinam as regras que atribuem o lugar à pessoa, situando-a numa configuração de conjunto cuja inscrição no solo ela compartilha com os demais. “O lugar é necessariamente histórico a partir do momento em que, conjugando identidade e relação, ele se define por uma estabilidade mínima. (...) O lugar antropológico, para eles, é histórico (...) Esse lugar que antepassados construíram, que os mortos recentes povoam de signos que é preciso saber conjurar ou interpretar.”[17] O *lugar antropológico* se opõe ainda ao *lugar de memória* cunhado por NORA[18], a imagem do que não somos mais. Ao contrário, no *lugar antropológico* se vive na história, não simplesmente se faz história. É o lar, o reconhecível, o espaço personalizado do aqui e do agora. Diametralmente oposto dos interstícios que os conjugam...

Os não-lugares. Trata-se de espaços públicos de rápida circulação, como aeroportos, rodoviárias, estações de metrô. AUGÉ vai além nesta definição, abarcando com ela ainda as grandes cadeias de hotéis e supermercados, bem como qualquer outro espaço para com o qual o indivíduo mantém uma relação contratual gélida e, por vezes, segura.

> Esse “lugar sem lugar” auto-cercado, diferentemente de todos os lugares ocupados ou cruzados diariamente, é também um espaço *purificado*. Não que tenha sido limpo da variedade e da diferença, que constantemente ameaçam outros lugares com poluição e confusão e deixam a limpeza e a transparência fora de alcance dos que os usam; ao contrário, os lugares de compra/consumo devem muito de sua atração magnética à colorida e caleidoscópia variedade de sensações em oferta. Mas as diferenças dentro, ao contrário das diferenças fora, foram amansadas, higienizadas e garantidas (...)

[16] Jane JACOBS, autora de “Morte e Vida de Grandes Cidades”, faz uma apologia da rua, este espaço de aprendizagem, vivência e encontro.
[17] AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Pg 53
[18] Pierre NORA. In: AUGÉ, Marc. **Não-lugares**.

> Podem ser aproveitadas sem medo: excluído o risco de aventura, o que sobra é divertimento puro, sem mistura ou contaminação. Os lugares de compra/consumo oferecem o que nenhuma "realidade real" externa pode dar: o equilíbrio quase perfeito entre liberdade e segurança.[19]

Insosso e provisório equilíbrio. Para SENNET, uma cidade é "um assentamento humano em que estranhos têm a chance de se encontrar"[20]. Nos não-lugares ou "cidades-de-lugar-nenhum"[21] há somente desencontro, permeado de símbolos da supermodernidade: cartões de crédito, bilhetes de metrô, tickets de entrada, comprovantes de estacionamento. Autorizações diversas de deslocamento, acordos tácitos de frivolidade e conjunta solidão. E só: um número que determina a nossa seca relação com os espaços destinados, na origem, a possuírem certos fins e jamais serem um fim em si mesmo. Em nada se anuncia na vida do homem, está simplesmente "fora de lugar", sinônimo que AUGÉ utiliza para "não-lugar".[22]

O lugar que aqui esquadrinhamos, ainda que se faça reconhecível, pode não ser sinônimo de segurança: a favela, o beco, o assentamento. Apesar disso, um lugar legítimo para CARLOS, porque ali a vida se reproduz e contempla a tríade de apropriação. Pela mesma razão, *lugar praticado* para CERTEAU. Também é lugar para TUAN e para AUGÉ, ao provocar a pausa, ainda que incerta, ao se fazer legível e vivenciado, ainda que com pesar. Tudo isto nos faz excluir do rol de adjetivos vinculados a esses *lugares* palavras como: conforto, harmonia, paz, beleza. Alguma coisa além, transcendente à sua materialidade os ratifica. Quando até uma caixa de papelão debaixo do viaduto se faz *lugar*, algo de estranho e fascinante habita o espaço. Um fantasma do qual não tememos por ser nossa a criatura: o *genius loci*[23].

A expressão *Genius Loci* refere-se a um conceito romano antigo, onde se acreditava que cada ser independente possui seu *genius* – um espírito que vivifica pessoas e lugares, acompanhando-os ao longo de toda a vida, determinando seu caráter e essência. Denotaria o que algo "é", ou ainda, nas palavras de Louis KAHN, o que "quer ser". O Lugar, portanto, seria um ser vivo, individuado. Apesar de antigo, o termo confirma a sua atualidade nas diversas formas de turismo, provando que experimentar diferentes lugares cada vez mais se constituir um interesse humano prioritário. Ao mesmo tempo, nos dias de hoje, a atividade tende a perder o seu valor quando se dá vazão à crença de que as tecnologias irão destituir o poder do lugar na vida dos homens.

---

[19] BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Pg 116
[20] SENNET, Richard. In: BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Pg 111
[21] GARREAU In: BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Pg 119
[22] AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Pg 103
[23] *Genius Loci* – do latim, gênio dos lugares. As considerações que se seguem foram extraídas do livro homônimo de Norberg-Schulz, sintetizadas especialmente do item 3 – The Spirit of Place.

Acreditamos, contudo, que o espírito do lugar nunca morrerá. Nas palavras de Lawrence DURREL, já nos idos anos 60, "quando vai se conhecendo a Europa lentamente, experimentando seus vinhos, queijos e personagens de diferentes países, você começa a perceber que o determinante crucial de qualquer cultura é, afinal, o espírito do lugar."[24] Assim, o *genius loci* não se configura somente num conceito histórico, mas uma realidade vivente... ainda que não saibamos mais o seu nome, ainda que não consigamos expressá-lo com tamanha clareza.

1.2 – *Baudrillard ou Bin Laden*? – O embate teórico acerca do ciberespaço

> O lugar importa (Place Matters) porque ele é a dimensão física de nossas vidas, e lar para as nossas tradições e memórias. Todos nós nos tornamos ligados a edificações e locais que criam beleza, marcam eventos de significado histórico e cultural e servem como um *locus* para encontros da comunidade e identidade do bairro.
>
> O lugar importa (Place Matters) porque lugares são diametralmente opostos ao mundo virtual. Livros, filmes, memórias e websites são todos virtuais e, num maior ou menor grau, nos lembram das propriedades tangíveis do lugar.
>
> Organização Place Matters[25]

A pergunta que encabeça este item surgiu como título de uma mensagem em um fórum da USP sobre *tecnofobia*. Verdadeiramente, Baudrillard talvez seja o maior "terrorista" do *ciberespaço* e da virtualidade, o que deixa seu nome ainda mais susceptível a trocadilhos de variados sentidos. Em parte com razão, o pensador aponta como nunca fomos tão intangíveis, nunca vivemos tantas emoções virtuais. A Pós-Modernidade atingiu o máximo de sua abstração, como aponta Teixeira COELHO:

> A pedra de toque do movimento está na idéia de que a arte deve ser um processo de ênfase no mental, não no material. Já comentei, no tópico anterior, como isso se liga à história da arte. É a grande ruptura no processo da arte, talvez o nec plus ultra, talvez nada exista além desse ponto. A arte recusa o suporte material (a pedra, para a arquitetura; a tela, para a pintura) e com isso recusa a vinculação à natureza: para fazer arte, o artista conceitual precisa apenas de si mesmo e de sua cabeça. A objeção natural de que "o homem é parte da natureza" é irrelevante para o movimento. [26]

Assim, tanto nas artes plásticas quanto nas artes aplicadas – como a arquitetura - encontramos a ausência de suporte, nesta última com a chamada *arquitetura digital*,

---

[24] In: NORBERG-SCHULZ. **Genius Loci**. Pg 18 Tradução nossa.
[25] Organização Place Matters, projeto lançado visando a conservação dos lugares históricos e culturais significativos da cidade de Nova Iorque. Disponível em: <http://www.placematters.net/pm_mission.html> Tradução In: CASTRIOTA, Leonardo. **Vicissitudes de um conceito**: o lugar e as políticas de patrimônio. Pg 15
[26] COELHO, Teixeira. **Moderno Pós Moderno**. Pg 117.

proporcionada pela realidade virtual e hologramas. Contra esta virtualização do tectônico se coloca Jean BAUDRILLARD em duas importantes obras: *Simulacros e Simulação* e *Tela Total*. O autor estabelece diferenciação entre o virtual (mundo artificial criado pelas mídias) e o real que, para mencionar o vocabulário do autor, "desertifica-se". A transformação da comunicação em espetáculo significa que somos incapazes de viver experiências reais. Tudo seria, portanto, vivido antecipadamente na esfera virtual. O que se dirá da *arquitetura digital* onde o indivíduo experimentaria os sentidos do espaço sem que ele sequer exista, a noção de distância em um plano bidimensional (a tela), a perspectiva em uma esfera totalmente imaterial. Segundo o autor, além de simulacro, o auto-engano. Há de se prosseguir o debate pela semântica. Na contra-corrente, Pierre LÉVY opõe-se inteiramente a BAUDRILLARD afirmando que:

> A palavra virtual vem do latim medieval *virtuali*s, derivado por sua vez de *virtu*s, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. (...) O possível é exatamente como o real: só lhe falta a existência. A realização de um possível não é uma criação, no sentido pleno do termo, pois a criação implica também a produção inovadora de uma idéia ou de uma forma. A diferença entre possível e real é, portanto, puramente lógica. Já o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual.[27]

De sorte que, enquanto BAUDRILLARD entende o virtual como sendo o esvaziamento do real e o fim das comunicações, LÉVY o interpreta como um exercício imaginativo, com fundamentação criativa, garantindo através dele os processos comunicacionais. Concorda DE MASI:

> Atingiremos o máximo da comunicação imaterial? Se considerarmos que a imagem não é matéria, concordo. Com a Internet junto com a telecâmera eu vejo, ouço, posso transmitir e receber emoções. Não posso tocar, nem sentir o cheiro do meu interlocutor, nem o meu paladar poderá provar as coisas que vejo. (...) Esses instrumentos nos permitirão circunscrever o uso dos sentidos tátil, gustativo e olfativo somente naqueles momentos em que nos encontrarmos fisicamente. Que não serão momentos breves, nem raros, dado que teremos uma crescente quantidade de tempo livre. Hoje, por falta de tempo, adiamos por semanas encontros que gostaríamos de ter, inclusive com as pessoas que amamos. No amanhã teremos mais tempo até para o amor físico: apoteose, justamente, do tato, gosto e olfato. (...) Hoje nós podemos interagir com pessoas que estão a quilômetros e quilômetros de distância. Eu tenho uma relação muito mais viva com os amigos, aos quais telefono e com quem troco mensagens por e-mail, do que com a pessoa que vive no mesmo andar que eu e que vejo duas ou três vezes por mês.[28]

---

[27] LÉVY, Pierre. **O que é o Virtual?** In: COELHO, Cláudio. A comunicação virtual segundo Lévy e Baudrillard. Pg. 5. Esta publicação consiste na bibliografia principal deste item 1.2.
[28] DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Pg. 184

BRUZZI tem algumas ressalvas. Para ela o excesso de virtualidade aniquila o lugar, cuja essência só pode ser apreendida, segundo ARISTÓTELES, na relação com o corpo que o preenche. *Lugar-relacional* aristotélico, para quem a idéia "delimitada e delimitadora de lugar traz consigo a suposição de que o lugar é primariamente localizador e que o que localiza é uma coisa física. O lugar é onde uma coisa está"[29]. Conseqüentemente, apenas uma arquitetura recentrada na apreensão tátil do mundo poderá restaurá-la como *lugar*, fazendo-a retornar ao seu sentido original. Para BRUZZI, buscamos um *lugar pós-utópico*: "se a utopia é o não lugar *u-topos*, ou *eu-topos*, lugar ideal ou imaginário, o lugar pós-utópico é o lugar do não lugar".[30]

Em suma, a imagem virtual nos conduz a um *lugar visual*, não a um *lugar singular*, que se caracterizaria por "uma aporia matemática, tem sua resolução zenoniana: existe e se impõe com um tratamento rigoroso e sereno da forma e seus desdobramentos – texturas e materiais. E existe de se tocar, em se vendo."[31] Tocar e ver, tato e visão.[32] O contato virtual jamais poderá prescindir do verdadeiro contato – *com-tato*, ou seja, as relações presenciais. A *arquitetura digital* não conseguirá, por mais que se aperfeiçoe, aniquilar o tectônico. Se BAUDRILLARD nos desperta para o perigo das relações midiáticas, que nos ilude com suas virtualidades, Pierre LÉVY nos mostra que se aprendermos a dominar estes recursos tecnológicos não seremos por eles tragados. Relemos COELHO:

> O que os novíssimos tempos apresentam de diferente, acima de tudo, é um processo, o da informática (com a sua conseqüente nova forma de pensar) que, pela complexificação crescente, não levou ao uniforme e à massificação, como se temia (ou se desejava) mas está possibilitando a diferença e a distinção - que a própria arquitetura (pós-moderna) pode significar sem precisar das muletas do luminoso de neon. A demanda de uma nova criação arquitetural está sendo atendida pela arquitetura. Talvez ela não possa apenas, como não pôde o modernismo, deixar de estar inteiramente sujeita aos imperativos funcionais e econômicos; afinal, a arquitetura sempre foi e continua sendo uma arte subordinada a fins que a antecedem.[33]

Fins estes que, bem como a própria materialidade do homem, sempre existirão. A Realidade Virtual? Ferramenta espantosa, mas não um substituto do lugar. Perdura, porém, outro

---

[29] CASTRIOTA, Leonardo. **Vicissitudes de um conceito**: o lugar e as políticas de patrimônio. Pg 5
[30] BRUZZI, Hygina. **Do Visível ao Tangível**. Pg 60
[31] Idem Pg263
[32] Dois sentidos entrelaçados por milênios: presença física e imagem em tempo real. O que vivenciamos hoje, com as ferramentas do mundo virtual, trata-se de um descolamento destes e dos demais sentidos. Não seria a origem deste descolamento antiga? O que viriam a ser as imagens pictóricas nas paredes das cavernas, pinturas rupestres que carregavam para fora das mentes antigas a sua imaginação e magia? Posteriormente a arte representativa, os livros que suplantavam a narração e a fala, a fotografia que congelava o olhar, bem como todas as formas de memória artificial. Não seriam prenúncios deste descolamento? No último século, os suportes da memória bruscamente transformaram-se em suportes da vivência: a televisão, o computador, o telefone. O descolamento, por sua vez, não extinguiu a demandar pela existência de um *lugar*, porque sempre seremos, antes de tudo, corpo habitando fisicamente o espaço.
[33] COELHO, Teixeira. **Moderno Pós Moderno**.

grande temor: o receio de que a cibernetização e sua conseqüente dessacralização do espaço nos conduza a uma crise contemporânea do lugar. A ilusão de participação no mundo produzida pela televisão liquidaria o lugar público e o lugar privado. O lugar das trocas e relações perderia a sua razão de ser a cada sala de *chat* que se inaugura. Seríamos estranhos na natureza, assim como somos estranhos uns aos outros. A massificação destruiria o singular, homogeneizaria a arquitetura, as cidades, os homens. O ser humano, reduzido à "olhos de cristal líquido, cabelos de cobre em fogo, mãos de cliques, coração de *hard disk* e veias de fios transmissores, perfuradas por agulhas e fusíveis: transfusões diárias de *bytes* e pulsações incessantes. Meio gente, meio máquina. Vivendo numa arquitetura irreal e misteriosa, como catedral envolta por névoas ou cratera oculta pelos vapores de um vulcão *high tech*: Internet! ...que um dia explodirá levando consigo seus homens-sem-rosto."[34] Paranóia ou profecia? LEMOS nos seduz com sua resposta:

> Um olhar desatento realmente nos faz cogitar duma tendência à uniformização do pensamento, numa despersonalização cultural dos povos. Cremos que tudo isso seja de todo impossível devido justamente às articulações entre os elementos do meio ambiente e o conhecimento que, de um modo ou de outro, acabam interferindo no processo porque são irremovíveis em sua totalidade. Sempre haverá um pouco de Brasil em cada coisa, em cada artefato, em cada gesto. O rádio japonês sempre transmitirá sua musiquinha sertaneja. Sempre daremos um jeitinho nosso às coisas de fora. [35]

O conceito de lugar ganhou proeminência nas últimas décadas, a despeito de ter sofrido "uma espécie de longo 'exílio' na era moderna: o interesse acadêmico pela completa relação que se estabelece com os lugares parece-nos crescer paralelamente às agudas condições globais hodiernas, de uma crescente abstração e de uma homogeneização geral."[36] Possuir, portanto, uma mente cosmopolita, aberta às novas formas de realidade, não elimina necessariamente nossa identidade e o poder do lugar sobre a vida humana. Nunca se preservou tanto o patrimônio dos lugares, não somente artístico e edificado, mas como também o *patrimônio imaterial*, ou intangível, que são as festas, o saber-fazer, a cultura de um povo. Como bem nos esclarece na passagem acima o arquiteto Carlos LEMOS, a diferença sempre existirá e pode até mesmo, num processo reativo à massificação, ser cada vez mais valorizada. Assim, desfrutaremos de tecnologias universalmente difundidas, relendo-as, contudo, do jeito nosso. Cada cultura à sua maneira única, cada um acrescentando-lhes algo de seu.

---

[34] ROCHA, Ana Cecília. **O último e-mail para Jean**. Impresso. Pg 3 Conto adaptado da autora. Mímeo.
[35] LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio?** Pg. 28
[36] CASTRIOTA, Leonardo. **Vicissitudes de um conceito**: o lugar e as políticas de patrimônio. Pg 2

1.3 – O lugar como objeto de estudo: abordagens

1.3.1 – O lugar e seus valores: uma abordagem dialógica

> A arquitetura é um campo vasto e complexo do conhecimento que abrange, simultaneamente, vários aspectos de um mundo exato, matemático, técnico, lógico, objetivo e visível, mas também e principalmente aspectos de um mundo não métrico, estético, artístico, fluido, vago e impreciso que pertencem à sua dimensão simbólica. (...) (As intervenções espaciais realizadas pelo arquiteto) afetam a vida cotidiana dos habitantes e dos lugares, positiva ou negativamente, pelos ingredientes não visíveis que estão incorporados visivelmente às suas formas. Isso leva o arquiteto, especialista em conceber espaços, a perceber e a perguntar a respeito de quais as idéias ou valores são corporificados nos espaços e como isso acontece espacialmente.[37]

Entender melhor os valores que compõem o espaço cultural, bem como analisar a melhor forma de abordá-lo como objeto de estudo apresenta-se como um desafio imprescindível neste trabalho. “O valor é inescapável. Não tome isso como defesa da existência objetiva ou força categórica de quaisquer valores imperativos em particular, e sim a constatação do fato de que os processos de avaliação, atribuição, modificação, afirmação e até de negação de valor (...)”[38] a todo momento nos interpelam. E neste imbricado jogo de valores, diversos pesos são atribuídos a cada face do mesmo prisma. São algumas delas...

A face histórica, que pela distância temporal, pelos feitos preciosos, pelo que evoca, dota lugares e coisas de sentido particular, de *valor histórico*. Próximo está do *valor cultural* e *simbólico*, que abarca o *modus vivendis*, a política, os hábitos e todas as manifestações culturais e artísticas advindas destes aspectos. Manifestações estas influenciadas enormemente pelos *valores religiosos* que, por sua vez, podem ser determinantes no estabelecimento dos *valores sociais* que compõem a coletividade e traçam seus rumos. Fruto destes, temos tantos outros, como os *estéticos* e os *econômicos* (*valor de uso x valor de troca*).

Ainda mais complexo, o círculo termina onde começou: ao *valorarmos* (atribuir valor) estamos, conseqüentemente, contribuindo para a *valorização* (agregar valor) e *ratificação* do sistema pré-estabelecido. Caso não tomemos as rédeas deste processo, fatalmente findará onde começou, num ciclo vicioso do qual não conseguiremos jamais escapar. Dentro de uma cultura, agora por nós apreendida como o jogo de relações que definem a feição de uma sociedade, podemos afirmar que os traços que a conformam são os valores. E estes

---

[37] RIBEIRO, Cláudia Vial. **A Dimensão Simbólica da Arquitetura**. Pg 8. Parênteses nossos.
[38] CONNOR, Steven. **Teoria e Valor Cultural**. Pg. 17

compõem um cerrado novelo de relações complexas, cuja ponta inexiste e o interior muitas vezes faz-se impenetrável, mas cuja superfície consiste na pista única e indispensável para balizarmos posturas e medidas. Portanto, nenhuma discussão sobre o lugar escapa ao debate cultural e de valores. E "nenhuma discussão séria sobre valores" pode se abster do conflito entre *valor absoluto* e *valor relativo*.[39]

Os últimos séculos gradativamente demoliram o *valor absoluto*, substituído pelo relativismo em todos os campos. Concordando com CONNOR ao analisar KANT, "agora não vemos quem poderia assumir o lugar da instância reguladora e profética, aquele cuja voz estaríamos preparados para ouvir, ou cujos conselhos estaríamos prontos para seguir."[40] O *valor absoluto* morreu, substituído pelo relativismo quem teve como seu maior profeta, talvez por isso mesmo seu principal agente promotor, NIETZSCHE. A vitória do *valor relativo* radical conduziu ao niilismo, cujos pressupostos residem na não existência de uma verdade, nem de uma constituição absoluta das coisas. Abole igualmente o bem como conceito puro, reconhecível. Não resta dúvida de que, na atualidade, os sintomas da total ausência de projeto da Pós-Modernidade estejam latentes, o que se revela claramente perceptível no lugar ocupado pela ética em nossa sociedade. O niilismo - raiz de quase todos os males para alguns pensadores[41] - como um camaleão, mascara-se de diversas maneiras, estando por trás do ceticismo quanto à existência da verdade, do bem estar como sucedâneo da felicidade, da difusão da violência, da renúncia do amor *ágape* em prol única e exclusivamente de *eros*, do individualismo extremado e do reducionismo cientificista da razão.

Restam-nos poucas alternativas: "o retorno dos modos tradicionais e particulares de legitimar a ação, que embora supostamente caducos, são consideráveis preferíveis ao nada; ou um trabalho original do espírito visando conferir aos seus ideais e suas ações uma unidade e uma nova legitimidade."[42] Através da observação da história e da experiência dos antigos, obteremos uma "terapia para os tempos atuais"[43]. O saber dos antigos, revelado pela tradição, reclama respeito e minucioso exame. Não parece correto acreditar numa total obsolescência do passado e nem num rompimento radical de valores. Ao contrário, entrevemos uma luz no fim deste túnel chamado Pós-Modernidade que, para alguns, não caberia acrescentar-lhe qualquer sufixo, numa avaliação de que esta não consistiria numa etapa distinta. Etapa em separado ou não, parece-nos urgente um resgate da razão e do plano moderno, considerado por muitos ainda vigente, não superado. A modernidade apresenta-se, portanto, como um projeto inacabado e, através deste "trabalho original do

[39] CONNOR, Steven. **Teoria e Valor Cultural**.
[40] SAINT-SERNIN, Bertrand. **A razão no século XX**. Pg. 2
[41] REALE, Giovanni. **O saber dos antigos.**
[42] SAINT-SERNIN, Bertrand. **A razão no século XX.** Pg. 2
[43] REALE, Giovanni. **O saber dos antigos.**

espírito", em busca de uma nova legitimidade calcada na *razão* obteremos, nem *valores absolutos* e nem relativismo radical, mas sim resultados dialógicos. Caminhamos com HABERMAS e sua "teoria da ação comunicativa".

Jürgen HABERMAS, filósofo alemão contemporâneo, em sua publicação "Teoria da Ação Comunicativa", tem procurado demonstrar que os universais éticos, pouco a pouco banidos do discurso no último par de séculos, poderiam ser reavidos a partir de ações discursivas.

> Habermas alega que o intercâmbio discursivo tem como resultado ideal o atingimento de uma racionalidade baseada no consenso, ou 'a comunalidade intersubjetiva da compreensão mútua, do conhecimento partilhado, de confiança recíproca e de acordo entre si'. O acordo depende do grau de validade pretendido e concretizado de quatro maneiras distintas: a compreensibilidade do que está sendo dito, a verdade do que está sendo dito, a sinceridade do locutor e a adequação entre o que é dito e o contexto social em que é dito.[44]

Os objetos de discurso podem estar conectados com a esfera da objetividade material (das coisas e, portanto, do espaço), com a esfera social (das normas) e com o domínio da subjetividade (das vivências e das emoções – do lugar).[45] Caso não haja o consenso imediato do que se deseja validar, o processo argumentativo racional entra em cena na busca pela intercompreensão e ajuste recíproco. "Para ser racional e legítimo, esse consenso tem de ser não-forçado, ou seja, livre de todo tipo de constrangimento, distorção ou restrição, tendo de ser governado por nenhuma outra intenção estratégica ou proposição além de estabelecer a verdade."[46] Assim, a verdade pode não ser única, perene e transcendental, contudo, torna-se universalizável e atingível através da dialógica racional e bem intencionada.

> Não que Habermas abstenha-se de refletir em sua obra sobre as obstruções à comunicação e sobre a sistemática deformação que sofre o processo comunicativo do indivíduo com o mundo e consigo mesmo. Ao contrário, sua obra é rica em desvendar os procedimentos ideológicos que impedem certo tipo de discursividade que se torna inconveniente ao sistema de poder.[47]

Se sob o olhar incauto a teoria de HABERMAS apresenta-se por demais ingênua, ainda que a perspectiva de eliminarmos totalmente os ruídos da comunicação nos pareça longínqua, nem por isto devemos nos deter. Uma vitória parcial, ou até mesmo a peleja em si mesma,

---

[44] CONNOR, Steven. **Teoria e valor cultural**. Pg. 113
[45] GUSTIN, Miracy. **Das necessidades humanas aos direitos**. Pg 170
[46] CONNOR, Steven. **Teoria e valor cultural**. Pg. 113
[47] GUSTIN, Miracy. **Das necessidades humanas aos direitos**. Pg 168

justifica-se. Se por um lado a situação ideal do diálogo por ele proposto parece viável somente numa "conversa entre anjos", esta poderia, por sua vez, ser "recomendada como orientação motivadora e operativa no âmbito do discurso sem precisar ser ou se tornar necessariamente concreta", assim como "a improvável perspectiva da paz universal e da boa vontade na terra não nos impede nem nos deve impedir de tentar minimizar os reais conflitos existentes no aqui e agora"[48].

Além disto, o próprio HABERMAS propõe uma depuração do seu trabalho, onde passa da ideologia crítica ao criticismo holístico, formulando sua teoria social crítica com intenções práticas. A "guinada pragmática" que propõe em suas últimas obras relaciona a questão do discurso à teoria da democracia, onde a legitimidade seria alcançada não mais pelo consenso, mas pelo uso de princípios democráticos e discursivos.

> HABERMAS pretende demonstrar que é possível obter-se uma reconciliação satisfatória da autonomia privada com a pública (e que) "a autonomia privada e a pública, os direitos humanos e a soberania popular pressupõe-se mutuamente".[49]

> Um direito (...) não é nem uma arma nem o espetáculo de um homem só. É uma relação e uma prática social (...) uma expressão de associatividade. Direitos subjetivos são proposições públicas, envolvendo tanto obrigação para com os outros quanto titularidade contra eles. Pelo menos aparentemente são, indubitavelmente, uma forma de cooperação social – uma cooperação não espontânea, ao contrário, altamente especializada, mas, ainda assim, e em última análise, uma cooperação.[50]

> (As argumentações mais relevantes de HABERMAS) dizem respeito, em primeiro lugar, ao fato de somente através da discursividade ser possível demonstrar que o direito a iguais liberdades subjetivas é devido a *cada* pessoa. A legitimidade desse fato deriva da compatibilização dos direitos de cada um com a igualdade do direito de todos.[51]

Assim, o espaço público (e o reconhecimento de seus valores) caracterizaria-se por um lugar dialógico, racional e democrático, onde a participação individual e o direito coletivo sejam contemplados. Entendemos que o *lugar dialógico* firma-se em um dos últimos recursos e no último dos valores desconsiderados pela Pós-modernidade, do qual não podemos prescindir sob o perigo de enfraquecermos significativamente os esforços de ordenação social. Recurso e valor estes que nos reerguem a combatida fé na razão e na eficácia humana: Democracia e Esperança.

---

[48] CONNOR, Steven. **Teoria e valor cultural**. Pg. 113
[49] GUSTIN, Miracy. **Das necessidades humanas aos direitos**. Pg 190 Grifos da autora.
[50] HABERMAS, Jürgen. Between facts and norms, p. 84 In: GUSTIN, Miracy. **Das necessidades humanas aos direitos**. Pg 191
[51] GUSTIN, Miracy. **Das necessidades humanas aos direitos**. Pg 198

1.3.2 – Interdisciplinaridade: o lugar sob múltiplos olhares

HABERMAS nos coloca, portanto, diante de um grande e válido desafio: incluir o discurso nos processos decisórios de nossa sociedade. Aponta, como ARANTES, para a importância da cooperação interdisciplinar:

> Nas sociedades estratificadas em classes, essas esferas da cultura são, na verdade, atividades especializadas que têm como objetivo a produção de um conhecimento e de um gosto que, partindo das universidades e das academias, são difundidos entre as diversas camadas sociais como os mais belos, os mais corretos, os mais adequados, os mais plausíveis, etc.[52]

Assim, o técnico seria uma espécie de "sacerdote iluminado", detentor da verdade suprema e, portanto, numa visão *corbuseana* do exercício profissional, um harmonizador em um mundo que carece de harmonia.[53] Ora algoz, ora vítima, o acadêmico por vezes vê-se enredado em grilhões por ele mesmo estabelecidos. Urge roubar o fogo dos deuses, ou mais, destruir o próprio Olimpo, através da fusão de anseios e visões, através do diálogo. Entendemos, contudo, que o tema alonga-se, escapulindo ao foco desta proposta. Entretanto, uma outra mesa de discurso, igualmente imperativa, precisa ser estabelecida: a dos próprios profissionais. Mesa esta que, justamente aqui, coloca-se como tema pertinente e inadiável. As áreas profissionais parecem verdadeiras ilhas[54], onde cada categoria elabora a sua própria história, seu próprio vocabulário e próprio proceder em relação ao lugar, que é, por natureza, interdisciplinar.

Segundo DE MASI, o intercâmbio entre as disciplinas consiste em condição *sine qua non* para o sucesso de empreendimentos em equipe cujo trabalho envolva criatividade e interdisciplinaridade.[55] Mesmo nos casos em que nos deparamos com equipes multidisciplinares, raramente observamos uma real e fecunda interlocução entre os profissionais das diversas áreas, objetivando a elaboração de um produto final coeso[56]. Ao contrário, o que se tem observado são trabalhos fragmentados, onde freqüentemente a incoerência vigora de uma parte para a outra, em textos descolados, não somente da realidade, mas como também uns dos outros dentro de um mesmo corpo.

Além de uma equipe interdisciplinar é preciso contar ainda com a multiplicidade de técnicos de uma mesma categoria profissional. Valores diversos estão em jogo, valores estes que

---

[52] ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular?** Pg. 9-10
[53] CORBUSIER. **Urbanismo.**
[54] GOULART, Nestor. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cidade: História e Desafios**. Pg. 18
[55] DE MASI, Domenico. **A emoção e a regra.**
[56] MASON, Randall. **Assessing Values in Conservation Planning.**

condicionam o nosso olhar, por maior que seja nossa integridade intelectual e por mais isentos que nos proponhamos ser. O estudo do homem e suas atividades apresenta ao cientista uma aguda ironia, da qual não podemos nos furtar ou recusar: como peça ativa do jogo, jamais teremos uma visão desobrigada do tabuleiro, ao contrário, nosso olhar está condenado à perspectiva que – por trabalho, cultura, sorte ou destino – nos aprouver. Por mais que nos esforcemos para obter uma outra posição estratégica, sempre se resumirá a uma posição. Quem olha, não olha somente para algum lugar, mas como também de algum lugar.[57] E isto fatal e involuntariamente nos condiciona. Esta diversidade será sempre benéfica e bem vinda, desde que preceda o diálogo.

O diálogo contribuirá, ainda, para minimizar os prejuízos provocados pelo auto-engano ou até mesmo pela má fé. “Em geral o que pode ser dito, o pode ser claramente, mas o que não se pode falar deve-se calar.”[58] Depois de AUGÉ a cada dia surgem mais “não-alguma-coisa” do que novos computadores. Sem qualquer surpresa encontro num fórum virtual português de arquitetura uma mensagem que explicava detalhadamente, citando inclusive a origem e o pai bretão, porque aquele referido espaço virtual tratava-se de um “não-blogue”. Acrescentava a mensagem:

> Tal como os não-lugares estou convicto que existem aquilo que gostaria de designar por os "não-blogues". O último destes piava. E já morreu. Outros eram máscaras, só máscaras, sem mais nada, dando azo a uma venda baseada na imagem, mas no fundo restringindo-se na mediocridade a um conteúdo demasiado etéreo. Outros reduziram-se a si mesmos, a meros contadores. Sendo tão vago ser hoje o trezentos mil, como amanhã o quatrocentos mil. Outros não voam. Outros falam para si próprios. Outros pedem links em praças vazias, comentam a sós nos corredores de metrô, vagueiam por aeroportos, cruzam centros comerciais. Encontram-se pela cache do google às dúzias. É a memória do nada...É a gestão do vazio...[59]

Há que se diferenciar um texto intricado por abordar assuntos complexos de um texto obtuso, não esclarecedor, de leitura indigesta. Bem como precisamos filtrar emotividade gratuita da poesia que emana dos assuntos naturalmente comoventes. A solução para tantos “não-tudos”, axiomas invertidos e frases de efeito encontramos novamente na interdisciplinaridade e na diversidade de opiniões e visões. Além da multiplicidade de valores, portanto, de um resultado mais isento e assertivo, uma equipe generosa contribui para a dessacralização de uma única voz como detentora da verdade absoluta, bem como nos confronta com nossos próprios desacertos, especialmente os intencionais.

---

[57] Vários autores. **O olhar**. Pg. 40

[58] In: CONDÉ, Mauro. **Wittgenstein**: Linguagem e Mundo. Belo Horizonte, Faculdade Newton de Paiva, 1997.

[59] **Amostra de Arquitetura**: Recolhida de Sites Portugueses. Acesso em: Jul/2004 Disponível em: <http://amostradearquitectura.blogspot.com/2003_10_01_amostradearquitectura_archive.html>

Refiro-me ao uso dos fatos e da linguagem na elaboração do texto. Ora, a verdade e a maturidade de um trabalho científico não se legitima por uma linguagem por demais empolada, ou por uma erudição que beira as raias da loucura ou da má fé. Numa brincadeira séria – conhecida como o *Embuste de SOKAL,* publicada posteriormente no ácido livro "Imposturas Intelectuais" - dois cientistas comprovaram que há, não raro, muita falácia na produção acadêmica e que, frases sem sentido, bem como enormes equívocos conceituais, podem vir sustentados por títulos de pós-graduação e poderosas instituições, atingindo assim ampla e cega aceitação.[60] Esta experiência, ainda que eticamente discutível, mostrou que muitos cientistas podem ter a sua honestidade intelectual posta em causa, bem como suscitou um grande debate acerca da perda de objetividade e clareza, conseqüentemente de utilidade e valor, de uma parcela dos trabalhos acadêmicos na contemporaneidade. Citando RAPOPORT, pensador da problemática do lugar, ao criticar radicalmente a ausência de definição do próprio termo: "o lugar nunca é claramente definido, permanecendo vago; quando se acham definições, elas são ilógicas."[61]

Acreditamos que a interdisciplinaridade, bem como um renque maior de profissionais em cada categoria na equipe, contribuirá para mitigar as falhas advindas de nossa formação insuficientemente ampla e de nossa visão limitada do tabuleiro, bem como de nossas próprias misérias. Num esforço conjugado perceberemos que, da alvorada ao entardecer, não somente a luz transforma as cores de um lugar, mas também o fazem nossos olhares quando diversos. Olhando juntos descobriremos que num mesmo espaço contemporâneo podem coabitar inúmeros *genius loci*. Diferentes entre si, especiais à sua maneira, igualmente indispensáveis.

---

[60] Trata-se do livro "Imposturas Intelectuais" de Alan SOKAL e Jean BRICMONT. "Em 1996 SOKAL escreveu um artigo para a revista *Social Text* com o seguinte título: 'Transgredir as fronteiras: em direção a uma hermenêutica transformativa da gravitação quântica'. Este artigo era uma paródia construída à volta de citações de alguns autores franceses conceituados. Nele, SOKAL defende uma série de idéias disparatadas acerca das implicações filosóficas e sociais das ciências naturais e da matemática. Entre os autores citados nesse artigo estão: Gilles DELLEUZE, Jacques DERRIDA, Félix GUATARRI, Luce IRIGARAY, Jacques LACAN, Bruno LATOUR, Jean-François LYOTARD, Michel SERRES e Paul VIRILIO. A revista *Social Text* não só aceitou publicar o artigo de SOKAL, como o incluiu numa edição especial sobre as implicações sociais e filosóficas da ciência. Este acontecimento ficou conhecido como o 'Embuste de SOKAL'". BIZARRO, Sara. Disponível em <http://www.terravista.pt/Guincho/2644/sokal.html>

[61] RAPOPORT, Amos. A critical look at the Concept "Place", The National Geographic Journal of India, 40. In: CASTRIOTA, Leonardo. **Vicissitudes de um conceito**: o lugar e as políticas de patrimônio. Pg 2

2 – PATRIMÔNIO IMATERIAL E REGISTRO CULTURAL: CONCEITOS E ESTADO DA ARTE

2.1 – A Evolução do Termo Patrimônio – de *Herança do Pai* a *Patrimônio Intangível*

O conceito de patrimônio, bem como o de cultura, ampliou-se consideravelmente com o tempo, tornando-se muito mais abrangente e, deste modo, suscitando novas questões no que tange à sua preservação e entendimento. Originalmente compreendido como "herança do pai", no direito romano antigo patrimônio era percebido como "um particular complexo de bens que tinham algum valor econômico, que podiam ser objeto de apropriação privada". Finalmente, na modernidade, presenciamos uma "verdadeira explosão do conceito, que passa de uma formulação restrita e delimitada para uma concepção contemporânea tão ampla que tende a abranger a gestão do espaço como um todo".[1] Esta explosão abarca diversos aspectos, dentre os quais destacam-se o *tipológico*, o *cronológico* e o *geográfico*[2].

Assim, não somente a arquitetura erudita passa a merecer atenção, como também a chamada *arquitetura menor* – termo italiano para designar arquiteturas não monumentais, a *arquitetura vernacular* – termo inglês para distinguir arquiteturas notadamente locais, a *arquitetura industrial* ou *brownsfields*[3] – até então reputados como cemitérios obsoletos da Revolução Industrial, vazios urbanos que agora, no cerne da discussão patrimonial, reconquistam sua relevância como arquitetura ímpar de parcela singular na história urbana. De modo equivalente às considerações tipológicas, o século XX "forçou as portas do domínio patrimonial"[4], arrombando os inflexíveis limites que mantinham no século XIX, ou até este, o que seria de fato considerado patrimônio, com base em parâmetros cronológicos. Para assombro de alguns, este novo século presenciou arquiteturas de vanguarda – como a Igreja de São Francisco na Pampulha, de Niemeyer – nascerem praticamente tombadas, numa total aniquilação da máxima de que somente o distanciamento histórico-temporal determinaria os "novos clássicos". Anteciparam-se, portanto, no presente, tarefas que, delegadas às gerações futuras, até então, só no porvir poderiam encontrar sua legitimação e subsídios. Os limites prosseguem dilatando-se geograficamente, extrapolando os contornos da Europa. Nesta incursão benéfica, vai ser no Japão que os teóricos do patrimônio percebem, pela primeira vez explícita, uma outra forma de preservação, uma outra dimensão do mesmo tema, numa tradição em que não somente o *produto*, mas também o *processo* adquire grande estima, demandando medidas específicas de proteção. Este país, por tradição, conserva muitos dos seus monumentos mediante construção ritual. Dentro

---

[1] CASTRIOTA, Leonardo. **Alternativas contemporâneas para políticas de preservação**. P. 135
[2] CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Introdução. P.11-30
[3] CASTELLO, Lineu. **A re-arquitetura da cidade**.
[4] CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** Introdução. P.11-30

desta visão, ainda que seja nova a matéria, são antigos os saberes que a vivificam a cada reconstrução, a cada geração que perpetua sua significância. Trata-se de uma outra forma de interpretar o conceito de patrimônio, cujo valor ultrapassa, e muito, o seu sentido original de bem individual, encontrando em sua essência uma origem coletiva e um substrato intocável. Trata-se do chamado *Patrimônio Cultural Imaterial* ou *Intangível*.

Segundo a UNESCO, poderíamos definir *patrimônio intangível* como um conjunto de formas da cultura tradicional e popular ou folclórica, a saber, as obras coletivas que emanam de uma cultura e que se baseiam na tradição. Estas tradições são transmitidas oralmente ou mediante gestos e se modificam com o tempo por meio de um processo de recriação coletiva. Incluem, assim, as tradições orais, os costumes, as línguas, as músicas, as festas, os rituais, a medicina e farmacologia tradicionais, a gastronomia e todas as habilidades especiais relacionadas com os aspectos materiais da cultura, como as ferramentas e os espaços onde estas atividades tomam curso[5].

Portanto, na atualidade lidamos com um conceito ampliado de *patrimônio cultural*, integrando uma enorme gama de abrangentes esferas. Considerando esta amplitude, fazem-se necessários recortes setoriais a fim de se elaborar estratégias específicas para cada uma de suas instâncias.[6] Para o professor francês Hugues de VARINE-BOHAM, assessor internacional da UNESCO, *patrimônio* abrangeria os seguintes aspectos[7]:

1º) Arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente: compreende os recursos naturais, estando nesta categoria os rios, as águas deste rio, seus peixes, suas cachoeiras e a energia por elas produzida, ou seja, a infra-estrutura natural – o suporte - que propicia recursos à ação do homem.

2º) Refere-se aos conhecimentos, técnicas, saberes e saber-fazer: consistem nos elementos intangíveis do patrimônio, que propiciam e capacitam o homem à sua sobrevivência no meio ambiente. “Vai desde a perícia no rastejamento de uma caça esquiva na floresta escura até às mais altas elocubrações matemáticas apoiadas nos computadores de última geração, que dirigem no espaço cósmico as naves interplanetárias que estão a ampliar o espaço vital do homem.”[8]

3º) Reúne os chamados bens culturais, englobando toda a sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do ambiente e do saber-fazer. “Aliás, a palavra artefato talvez

[5] Disponível no Site Oficial da UNESCO em: <www.unesco.com>
[6] CASTRIOTA, Leonardo. **Alternativas Contemporâneas para as Políticas de Preservação**. P. 136
[7] In: LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico?** P. 25
[8] Idem

devesse ser a única a ser empregada no caso, tanto designando um machado de pedra polida como um foguete interplanetário ou uma igreja ou a própria cidade em volta da igreja."[9]

Assim, o *substrato natural* (1º), ao ser *processado* pelo *saber-fazer* (2º), culminaria no artefato ou *produto*, advindo desta ação (3º). Segundo VARINE-BOHAM este último grupo seria o mais importante de todos. CHOAY por sua vez destacaria - entre os bens incomensuráveis e heterogêneos do patrimônio histórico - o edifício, sendo este categoria exemplar que se relaciona mais diretamente com a vida de todos.[10] Mesmo assim, ainda que os artefatos ou a arquitetura sejam história congelada e falem por si, ao preservarmos os testemunhos materiais de nossa tradição não necessariamente protegemos seus valores agregados. Este modo de pensar cultura, como um bem passível de cristalização, ignora a sua mutabilidade ao longo de tempo, o seu aspecto intocável e dinâmico.[11]

Apesar de toda a política patrimonial do Ocidente até então privilegiar o *produto* em detrimento do *processo* que o gerou, o caráter simbólico sempre esteve no comando das ações protecionistas. Sempre foi a tônica, ainda que implícita, dos programas de preservação do patrimônio tangível até o presente. Todo testemunho material possui uma dimensão intangível, bem como o revés se verifica: todo patrimônio imaterial possui uma dimensão tátil, revelando-se por materialidades, pela mão do homem que desvenda o *saber-fazer*, pelo espaço onde a prática toma curso, pela natureza a qual se apropria e modifica, pelos objetos que compõem a prática. Ainda que para efeitos analíticos insistamos em olhar separadamente cada uma de suas faces, não podemos jamais esquecer que todas estas estão interligadas, fazendo parte de um mesmo prisma que compõe nossa pedra de toque: o *patrimônio cultural* como um todo.

2.2 – Cultura Tradicional e Popular: breve panorama conceitual

Paralelamente à transformação do termo *patrimônio*, temos uma evolução do conceito de *cultura*, que integra a expressão *patrimônio cultural*, cujo significado será vastamente abordado no item subseqüente, por meio da interpretação das Cartas Patrimoniais. *Cultura* poderia, numa definição contemporânea, ser entendida como um sistema de símbolos que articulam significados no seu contexto original. Assim, "os eventos culturais não são 'coisas' (objetos materiais ou não materiais), mas produtos significantes da atividade social de

[9] In: LEMOS, Carlos. **O que é Patrimônio Histórico?** P. 25
[10] CHOAY, François. **Alegoria do Patrimônio**. P. 12
[11] ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular?** P. 21-22.

homens determinados, cujas condições históricas de produção, reprodução e transformação devem ser desvendadas." [12]

Entretanto, existem aspectos práticos que extrapolam o conceito de cultura, explicitados pela discrepância de significações do termo aplicado. Se o seu uso "antropológico nomeia o conjunto de hábitos, crenças e costumes de um grupo social identificável, o uso crítico implica um emprego mais restrito da palavra, destinado a designar coletivamente as atividades, tradições e monumentos desse grupo."[13] Na primeira análise, não se faz distinção entre os diversos atores que compõem o espetáculo, visto que tudo integra um emaranhado interligado de significâncias – as artes, o trabalho, a religião, os hábitos... - aspectos diversos que, neste caso, precisam ser considerados todos *culturais*. Podemos assinalar a cultura indígena brasileira como um exemplo típico, assim como as demais sociedades tradicionais de origem africana que aqui ainda sobrevivem. Numa segunda aproximação, entretanto, percebemos um outro viés, recorrente nas culturas ocidentais, onde a palavra ganha um adjetivo e um novo contexto, descolando-se "da religião ou da representação, que representam o 'melhor eu' dessa cultura ou o sentido do seu melhor eu"[14]: a chamada *alta cultura*. Especialmente no campo das artes, produz-se uma divisão entre atividade artística e as demais áreas da vida sociossimbólica. Divisão esta que se esvazia de sentido nas sociedades tradicionais. A referida separação corrobora para a consolidação da cultura como um produto. Cultura como "alguma coisa que a gente tem, como se possui uma casa, um automóvel, enfim, um bem, um bem de consumo, um bem de circulação, alguma coisa que se pode obter, que se pode comprar e, finalmente, ser proprietário dela"[15].

Este conceito de cultura, entretanto, não é produto do advento da pós-modernidade. Ainda na sociedade pré-capitalista somos levados a situar cultura como mercadoria herdada, um bem de luxo, destinado à aristocracia que dele desfrutava como entretenimento. Se a Revolução Industrial deu cabo à cultura como herança, não extinguiu o seu caráter de "coisa", nem tampouco a sua exclusividade. Numa visão reificada de cultura, possuí-la é dispor de seus signos – livros, discos, arquitetura específica, vocabulário e postura – numa transposição anacrônica do mesmo sentido de cultura como objeto "herdável", agora não mais fruto do sangue, senão do capital. Igualmente mercadológico, igualmente ditatorial.

Em reposta, contudo, a este paradigma, surge a elitização da cultura popular, numa pseudo-democratização do que seria cultura, bem como na romantização da pobreza como forma

[12] ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular?** P. 50-51
[13] CONNOR, Steven. **Teoria e valor cultural**. 234
[14] Idem
[15] BOSI, Alfredo. **Cultura como tradição.** P. 35

de inclusão. Descontextualizam-se aleatoriamente símbolos que, em seu solo conceitual, possuem substância e corpo. Pulverizando seu significado, reduzem-no apenas ao politicamente correto, ao esteticamente desejável, ao mito edênico da natureza intocada. O alimento livre de aditivos e os sabonetes caseiros, antes interpretados como ausência de recursos, passam a ser finas iguarias nas feiras instaladas dentro dos *shopping centers*. A farmacologia indígena, antes rechaçada pela comunidade científica, torna-se alvo da biopirataria praticada por laboratórios estrangeiros, que patenteiam o nosso *saber-fazer* sem nada nos dar em troca. E a lei, que antes assegurava o direito autoral, não consegue solucionar a demanda por direito coletivo de propriedade intelectual. A calça jeans, pré-envelhecida e rasgada, bem como as estampas de tecido retalhado, proporcionam um visual caipira aos urbanóides. Para desespero dos rebeldes dos anos 60, surge entre seus filhos o *hippie-chick*, onde a estética casual contrasta com os altos preços de uma moda que um dia se propôs enfrentar valores burgueses. Sai caro ser rústico, sai caro ser sofisticadamente simplório. A máscara africana, que dentro de seu espectro cultural desempenhava diversas funções, resume-se à mera peça estética, fetiche dos colecionadores de arte. A favela – rebento da desordem urbana e da desigualdade social – agora é objeto de apreciação estrangeira no chamado "turismo realidade". O hotel cinco estrelas é substituído pela rede cabocla num *resort* amazônico, numa busca incessante pela *aurora boreal* de cada lugar, pelo exótico, pelo uno e individuado em meio à estandardização cultural, pelo "primitivo" em sua acepção mais viciada. E a pobreza elitiza-se, culturaliza-se, ignorando que "quem gosta de pobreza são os intelectuais."[16] Assim, o arquiteto se rende à falsa poética das casas improvisadas de papelão. E a cultura popular embarca ingênua e inadvertidamente na nau dos biopiratas e dos *marchands*. Cabe, portanto, ao profissional da arquitetura, não reforçar os ditames mercadológicos que a objetificam. Caso contrário, esta perderá cada vez mais suas raízes e sua história. E ao perdê-las, arrefece aquilo que lhe garantia valor intrínseco: seu significado.

2.3 – A trajetória de preservação do Patrimônio Intangível a partir das Cartas Patrimoniais

A ampliação dos termos *bem cultural* e *patrimônio cultural*, este último em seus três aspectos principais enumerados por CHOAY, pode ser claramente percebida ao analisarmos a seqüência dos documentos patrimoniais - internacionais e nacionais. O primeiro a incluir as criações populares foi a ***Carta de Veneza***, em 1964. Trata-se de um documento sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios, originário do *II*

[16] Célebre frase do carnavalesco Joãozinho Trinta: "Quem gosta de pobreza são os intelectuais, pobre gosta é de riqueza."

Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, ocorrido em Veneza e promovido pelo *ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios*. Procura reexaminar a primeira grande carta internacional – a *Carta de Atenas*[17] – estabelecendo novas diretrizes concernentes ao patrimônio. No seu Artigo 1º, a noção de *monumento histórico* compreende não somente as grandes criações, "mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural."[18] O monumento encontra-se ainda inseparável da sua história e do seu entorno. Diferentemente da *Carta de Atenas*, este documento coloca-se contra o isolamento das edificações históricas, entendendo a importância do contexto urbano e da ambiência para uma preservação completa do bem. Assim, a valorização dos pequenos aglomerados urbanos, bem como da significação cultural e do contexto global no qual o monumento se insere, abriu portas para que a cultura tradicional e popular encontrasse o seu reconhecimento como objeto patrimonial.[19]

Também no ano de 1964 ocorreu, em Paris, a ***13ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO***, cujo documento final recomendava medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais. No Item I encontramos a definição prévia de *bens culturais* a ser aplicada no documento em questão, tratando-se dos "bens móveis e imóveis de grande importância para o patrimônio cultural de cada país, tais como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, os documentos etnológicos, os espécimes-tipo da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluídos os arquivos musicais."[20] Portanto, ainda que a concepção de *bens culturais* não incorporasse diretamente a noção de *patrimônio imaterial* - abarcando somente os bens móveis e imóveis – avança rumo à almejada ampliação com a inclusão dos arquivos musicais, aqui denominados *outros bens*. Mesmo tratando-se da preservação prioritária de seu suporte material, vemos aqui implícita a valorização de um bem cultural cujo valor maior encontra-se depositado em algo não-palpável: a própria música. O mesmo ocorre com os documentos etnológicos, contribuição primeira da antropologia, reforçando a admissão do aspecto popular no conceito de cultura e patrimônio, preconizado pela *Carta de Veneza*.

A *OEA – Organização dos Estados Americanos* - promoveu em 1967 uma reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico, cujo

[17] Documento "anônimo" redigido por Le Corbusier, em 1941, com prefácio de Jean Giraudoux, publicado após o IV CIAM de 1933 (Congresso Internacional da Arquitetura Moderna, realizado em um navio que foi de Marselha a Atenas), onde não se produziu nenhum documento oficial.
[18] Carta de Veneza. In: CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. P. 92
[19] IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**. P. 119
[20] I. Definição. 1. In: CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. P. 98

informe final é conhecido como ***Normas de Quito***. Nesta carta, independentemente do valor intrínseco de um bem ou das circunstâncias que lhe conferem significado, o seu reconhecimento como *monumento* encontra-se estritamente vinculado a uma declaração expressa do Estado nesse sentido. Faz-se, portanto, prevalecer o exclusivismo dos técnicos no processo decisório, bem como o regime de exceção em vigor até então na escolha e no trato dos bens culturais a serem alvo de medidas protecionistas. Apesar desta visão reificada, encontramos aqui uma novidade ao nos depararmos - em meio às recomendações destinadas à OEA – com o incentivo à revalorização de "outros bens do patrimônio cultural, constituídos do acervo de museus e arquivos, assim como do acervo sociológico do folclore nacional".[21] A grande contribuição das *Normas de Quito* consiste, porém, na abertura internacional da discussão acerca dos valores concernentes ao patrimônio. O documento inclui itens dedicados à questão do *valor* e da *valorização*, sendo este último equivalente a "habilitá-lo (o monumento) com as condições objetivas ambientais que, sem desvirtuar sua natureza, ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento."[22] Analisa ainda a dinâmica de *valorização econômica* frente ao *valor de uso*, bem como atribui outros diferentes valores aos bens patrimoniais, como os *valores de espírito*.

A ***15ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO*** em Paris, no ano de 1968, cujas recomendações objetivavam a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas e privadas, elabora um conceito já dilatado de *bens culturais* se compararmos com a definição apresentada na 13ª Sessão. Agora, enumera em separado os bens móveis e imóveis, incluindo nestes primeiros não somente os monumentos e obras de arte e arquitetura, mas como também os conjuntos tradicionais, os bairros históricos das zonas urbanas e rurais, e os vestígios de valor etnológico. Consolida-se, deste modo, a expansão tipológica do termo e a valorização da cidade ou aglomerações urbanas como detentora de valor *per se*, constituindo parte integrante do objeto de preservação, não mais simplesmente moldura ou entorno do mesmo.

O primeiro documento brasileiro a ser analisado, o ***Compromisso de Brasília***, originou-se no ano de 1970 por ocasião do *I Encontro de governadores do Estado, secretários estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais*. Apesar de procurar estabelecer um debate inclusivo – aberto à participação de uma vasta gama de representantes da várias agências interessadas – o documento não se refere em momento algum aos aspectos intangíveis do nosso patrimônio, restringindo as recomendações de proteção cultural à preservação dos bens móveis e imóveis. O equívoco se conserta no ano subseqüente quando tomou curso o II Encontro,

[21] Recomendações (em nível interamericano) Item 4. In: CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. P. 118
[22] Normas de Quito – Item VI. A valorização do patrimônio cultural. In: CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. P. 111

documentado no ***Compromisso de Salvador***. Na criação do *DAC – Departamento de Assuntos Culturais do MEC*, determina-se que "sejam previstas maiores possibilidades de apoio e estímulo às manifestações de caráter popular e folclórico"[23]. Recomenda-se ainda que no âmbito estadual haja promoção, via órgãos competentes, de calendários das diferentes festas tradicionais, festivais, exibições ou apresentações que visem a difundir e preservar as tradições folclóricas regionais.

A ***17ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO*** de Paris, em 1972, discutiu a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural. Este importante documento internacional tomou decisões-chave, como a instituição - junto à *Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura* - de um grupo de trabalho intergovernamental de proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, denominado *Comitê do Patrimônio Mundial*. Dentre as medidas previstas para o Comitê constava a organização, publicação e divulgação das atualmente consagradas *Lista do Patrimônio Mundial* e *Lista do Patrimônio Mundial em Perigo*, onde figuram os principais bens do patrimônio cultural e natural do mundo, escolhidos dentre aqueles inventariados pelos Estados. Entretanto, a definição de *patrimônio cultural*, ainda que ampliada nos seus aspectos tipológicos, restringe mais uma vez o termo aos bens móveis e imóveis, não fazendo menção alguma aos seus aspectos intangíveis e simbólicos. Ratifica-se, assim, o conceito pouco alargado do termo, a despeito das discussões em torno do assunto, que já fervilhavam no meio acadêmico e nos órgãos de preservação em diversos países.

Quatro anos mais tarde, a ***19ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO***, em Nairóbi, estabeleceu recomendações relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos, bem como da sua função na vida contemporânea. Se a própria temática já se mostrava inclusiva - com a atenção dispensada ao papel dos bens culturais na sociedade - outros acréscimos finalmente foram adicionados, como a valorização dos aspectos sócio-culturais dos conjuntos históricos ou tradicionais. Estes, por sua vez, não mais se limitavam às cidades históricas e bairros antigos, mas incluem aldeias e lugarejos. Outro ponto importante consiste na notada preocupação com a *ambiência* dos espaços, vinculada aos laços sociais e culturais com os mesmos estabelecidos. Aos poucos, caminhava-se rumo à identificação clara e objetiva de outras esferas do *patrimônio cultural* a serem preservadas.

Passados quase 45 anos desde que o CIAM elaborou a *Carta de Atenas*, por ocasião do *Encontro Internacional de Arquitetos* em 1977 a ***Carta de Machu Picchu*** propôs uma revisão deste documento de base, incorporando fenômenos novos que emergiram durante o tempo decorrido, bem como incluindo a participação de outros profissionais e agentes na

[23] Compromisso de Salvador - Itens 22 e 23. In: CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. P. 146

produção de um documento interdisciplinar. No que tange à defesa dos valores culturais e do patrimônio, percebemos o reconhecimento definitivo de que a "identidade e o caráter de uma cidade são dados não só por sua estrutura física, mas também por suas características sociológicas"[24]. Esta discussão ganha corpo e dimensão oito anos mais tarde, na ***Declaração do México***, por ocasião da *Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais*, promovida pelo ICOMOS em 1985. Aqui finalmente encontramos o alargamento completo e explícito do termo *patrimônio cultural*, definido como "as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas surgidas da alma popular e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e os monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas."[25]

Além de apontar claramente a dimensão imaterial do termo, a carta elabora uma extensa discussão sobre *identidade cultural* e sua *função social*, esclarecendo que todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade, não devendo o universo ser postulado por nenhuma delas em particular. Reconhece ainda a importância da descentralização no tratamento da cultura, assim como da necessidade de se observar as preferências, opções e demandas da sociedade, multiplicando-se as oportunidades de diálogo entre a população e os organismos culturais. Retirando do Estado e dos técnicos o poder absoluto de determinar o que seria patrimonial, a Declaração democratiza a cultura e o acesso a esta, garantindo a participação de todos os indivíduos na vida cultural, independentemente de sua origem ou posição social, educação, nacionalidade, idade, língua, sexo, convicções religiosas, condições de saúde ou pertinência a grupos étnicos minoritários ou marginais.

A *Declaração do México* se reveste de maior significado se confrontada com a *17ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO*, de 1972.[26] Como vimos, este último documento restringe o termo patrimônio aos bens móveis e imóveis, conjuntos arquitetônicos e sítios culturais. Fundamentando as ações da UNESCO até os dias de hoje, logo após a sua aprovação sofreu ressalvas por parte de Estados membros que, liderados pela Bolívia, solicitaram um estudo da proteção das expressões tradicionais populares, não contempladas ostensivamente até então. Após 16 anos de estudo e reuniões intergovernamentais, temos como resultado o primeiro grande documento da UNESCO no trato com o *patrimônio imaterial*, rebento de sua 25ª Conferência.

---

[24] Carta de Machu Picchu. In: CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. P. 241
[25] Declaração do México. In: CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. P. 275
[26] IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**. P. 119 Referente à esta afirmação e restante do parágrafo.

Portanto, a ***25ª Conferência Geral da UNESCO***[27] estabelece finalmente recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular. Aparece, pela primeira vez aqui, a expressão *cultura viva*, incorporando o *processo*, não simplesmente o *produto*, no conceito de cultura. Como destaca o dossiê do IPHAN, o termo *patrimônio imaterial* não figura neste texto, numa compreensão de que a cultura tradicional e popular seja composta, simultaneamente, por aspectos materiais e imateriais.[28] Por este mesmo motivo - a inadequação do termo – recentemente tem-se suscitado diversas discussões acadêmicas sobre o assunto, sem que nenhuma outra opção consensual de nomenclatura tenha sido hegemônica. Por este motivo e por praticidade, adotaremos a terminologia *patrimônio intangível* ou *imaterial* neste trabalho, a exemplo dos documentos oficiais do IPHAN.

Dando prosseguimento à investigação da 25ª Conferência, define-se *cultura tradicional e popular* como sendo:

> O conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.[29]

Esclarecido o objeto, o documento ratifica a importância de se elaborar sistemas de identificação e registro, estimulando a criação de uma tipologia normatizada da cultura tradicional e popular, mediante esquemas de classificação geral e regional, sendo esta obtida especialmente a partir de projetos pilotos de caráter regional.

Objetivando ainda a conservação dos *bens imateriais*, recomenda-se proporcionar a recompiladores, arquivistas, documentalistas e outros especialistas na conservação da cultura tradicional e popular, uma formação abrangente que abarque desde a conservação física até o trabalho analítico. Esta recomendação vai de encontro, portanto, ao objetivo desta dissertação que, através dos mapeamentos detalhados dos espaços, pretende embasar desde decisões de intervenção física (quando imprescindíveis) até análises interdisciplinares subsidiadas pelas informações coletadas e traduzidas em mapas. Assim, através do mapeamento completo, sintetizando e quantificando o qualitativo em dados aplicados sobre o levantamento espacial, pretende-se facilitar interpretações urbanísticas, arquitetônicas, sociológicas, antropológicas, econômicas, entre tantas outras.

---

[27] ANEXO I
[28] IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**. P. 120
[29] 25ª Conferência Geral da UNESCO. In: CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. P. 295

Encerrando esta investigação das *Cartas Patrimoniais*, temos dois recentes documentos latino-americanos que também tratam exclusivamente do tema. O ***Documento do Mercosul ou Carta de Mar del Plata sobre o Patrimônio Intangível***, de junho de 1997, fazendo suas as preocupações da UNESCO no documento acima citado, resultou da *Primeira Jornada do Mercosul sobre o Patrimônio Intangível*. A carta ratifica que a integração e cooperação entre pátrias devem aceitar a pluralidade cultural como fator positivo e enriquecedor da visão de mundo e do próprio desenvolvimento da personalidade humana. Deste modo, o conceito de integração e intercâmbio excluem a tentação de uniformização dos povos em um modelo cultural único, observado no fenômeno denominado *globalização*. A carta tece ainda uma série de recomendações, dentre as quais a promoção, em caráter urgente, de registros documentais e catalogações das expressões do *patrimônio intangível*.

O último documento que selecionamos nos é caro por ser brasileiro e por proporcionar avanços singulares na preservação da cultura tradicional e popular em nosso país: a ***Carta de Fortaleza***[30] - *Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção*. Redigida em 1997, por ocasião de um seminário homônimo, teve como signatários representantes da UNESCO, da sociedade e de instituições públicas e privadas. A carta determina que o IPHAN, através do *DID – Departamento de Identificação e Documentação*, promova, juntamente com universidades vinculadas ao Ministério da Cultura, a realização de inventários desses bens culturais de âmbito nacional. Estabelece a criação de um grupo de trabalho no MinC, sob coordenação do IPHAN e participação de entidades vinculadas e colaboradores externos, objetivando elaborar estudos que proponham a edição de um instrumento legal, denominado *Registro*, voltado especialmente para a preservação dos bens culturais de natureza imaterial.

Como podemos perceber por esta breve trajetória aqui traçada, constatamos que o conceito de *patrimônio cultural* possui ampla abrangência e encontra-se em processo constante de evolução, como nos ensina a História e as transformações sociais decorrentes de seu dinamismo[31]. Uma vez explicitada nos documentos internacionais e nacionais a existência de sua dimensão imaterial, fez-se necessário incluir – legal e institucionalmente - medidas específicas de proteção do *patrimônio intangível*, análogas às existentes para as suas demais dimensões. Uma vez reconhecido finalmente o seu aspecto intocável, era fundamental responder à inevitável pergunta subsequente: como preservá-lo? A resposta encontra-se na criação de um importante instrumento de preservação a ser abordado em seguida: o Registro Cultural.

[30] ANEXO II
[31] Declaração de Sofia. In: CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. P. 355

2.4 – O Registro Cultural: um Instrumento de Preservação

O arquiteto, mestre em antropologia e doutor em planejamento urbano Carlos Nelson F. dos SANTOS, em seu polêmico artigo *Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo*[32], levanta a importância de se manter as cidades vivas, não as congelando feito museus a céu aberto, com seus cotidianos falsificados: gigantescos cenários do turismo. Obras fechadas à qualquer inserção. O artigo nos faz refletir ainda sobre a precariedade do tombamento como instrumento de preservação quando a significância dos espaços ou edificações não se resume aos tradicionais critérios de valoração patrimonial, tantas vezes baseados exclusivamente em aspectos históricos e estéticos.

Um exemplo ímpar de deslocamento do uso do tombamento - para fins de proteção de bens de natureza imaterial - encontramos no caso do *Parque do Povo*, em São Paulo.[33] Trata-se de uma área de 150 mil metros quadrados, localizada em uma das regiões mais nobres da capital paulista, dividida em vários campos de terra para futebol de várzea[34]. O *Marítimo Futebol Clube*, fundado em 1928 por barqueiros portugueses, usufrui o local desde 1934. Segundo os estudos antropológicos e sociológicos, diversas categorias profissionais – de advogados a garçons – integram seus times de futebol. Além dos jogos, o local serve de palco para festas e conta com um circo-escola e um teatro. O acesso é livre e o público, diversificado. Nem por isso, menos “popular” e mais adequado ao bairro exclusivista. Na opinião de alguns, melhor seria que estivesse na periferia e não ali, entre os de posse.

Com a valorização do entorno, a especulação imobiliária ameaçava engolir a área, transformado-a em algum *shopping center* e, conseqüentemente, *gentrificando* o espaço e extinguindo as atividades que ali tomam curso desde o início do século passado. Objetivando acelerar o processo de desocupação, os donos do terreno providenciaram estratégias diversas que iam desde a compra da saída dos times até agressiva intimidação, com a destruição das sedes e dos campos. Diante da ameaça, formou-se uma associação de usuários que, estabelecendo parceiros na imprensa, na Câmara Municipal e na Universidade, finalmente, após árdua batalha, garantiu o tombamento do Parque em 1994.

Além dos campos de terra demarcados com cal e algumas benfeitorias simples, o local não possui qualquer testemunho material peculiar que justifique o seu tombamento, senão de sua área verde. Neste caso, o tombamento, na falta de um outro instrumento de que

---

[32] SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo. **Projeto**, São Paulo, n. 86, p. 59-63, 1986.
[33] Bibliografia básica: Artigo **Futebol de Várzea também é patrimônio**.
[34] O *Futebol de Várzea* ganhou este nome por ocupar as margens dos rios urbanos retificados. Atualmente, refere-se à prática do futebol não oficial, amador, jogado predominantemente nas periferias. O Parque do Povo é um dos poucos remanescentes que abriga a atividade na capital e o único em seu sítio original.

impedisse a ação do mercado sobre o terreno, permitiu a continuidade da atividade e desta "malha de relações, no lugar onde vem sendo tecida, há anos: é um ponto de referência na cidade, portanto já era patrimônio antes mesmo de receber o aval oficial."[35] Aqui não se tinha em mente o congelamento do bem, como é proposta do instrumento utilizado, mas sim a preservação do lugar, não como testemunho material do passado (sítio histórico), mas sim como suporte para a cultura, de importância e uso presente (espaço cultural).

> Há uma novidade a ressaltar nessa decisão. Como se sabe, não faz sentido tombar práticas ou atividades culturais pois, imersas no fluxo da vida social, possuem sua própria dinâmica: a medida recai sempre sobre seus suportes materiais. Ao preservar o espaço ou equipamentos assegura-se uma das condições para que tais atividades – consideradas relevantes conforme critérios decididos com anterioridade – possam continuam existindo, principalmente quando sob alguma ameaça. [36]

Assim, na falta de um outro dispositivo legal específico para a proteção dos *espaços culturais* – como sítios remanescentes de quilombos, vilas operárias, locais de culto de religiões etnicamente diferenciadas – tem-se lançado mão do tombamento como recurso único disponível até então, visando a preservação da prática e não do seu aporte material. A *25ª Conferência Geral da UNESCO* já apontava, como vimos, para a criação de uma tipologia normatizada da cultura tradicional e popular, mediante registro e documentação. A *Carta de Fortaleza*, por sua vez, coloca-se em defesa da criação de instrumentos legais complementares para preservação da nossa riqueza intocável. Os ***Artigos 215 e 216 da Constituição Federal***[37], que dispõem da cultura e que prevêem a proteção de suas manifestações em diversos âmbitos, reconhecem, juntamente com os bens materiais, os bens de natureza imaterial como parte integrante do patrimônio cultural brasileiro, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais. A proteção deste patrimônio se daria por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, entre outras formas de acautelamento e preservação.

Apesar de vigorar desde 1988, somente doze anos mais tarde se institui o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*, através do ***Decreto nº 3.551/2000***[38], que trata da elaboração de legislação e instrumentação específica no trato com o *patrimônio intangível*. Este Registro acontece nos seguintes livros:

---

[35] MAGNANI, José Guilherme; MORGANO, Naíra. **Futebol de Várzea também é patrimônio**. P. 184
[36] Idem
[37] ANEXO III
[38] ANEXO IV

I - *Livro de Registro dos Saberes*, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - *Livro de Registro das Celebrações*, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - *Livro de Registro das Formas de Expressão*, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - *Livro de Registro dos Lugares*, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

O Decreto prevê ainda a abertura de novos livros de inscrição, que têm como referência a continuidade histórica do bem e a sua relevância nacional para a memória, identidade e formação da sociedade brasileira. Qualquer grupo social pode solicitar a abertura de um processo de registro, cuja moção deve ser levada à decisão do *Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural*. Uma vez favorável o parecer, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de *Patrimônio Cultural do Brasil*. Cabe ao IPHAN acompanhar o processo e salvaguardar o banco de dados dele resultante, composto de documentação por todos os meios técnicos admitidos. O Órgão fará ainda uma reavaliação dos bens registrados, pelo menos a cada dez anos, para revalidação do título. Caso seja negada, o registro será mantido como referência cultural de seu tempo e o bem considerado patrimônio histórico, não mais imaterial e, portanto, vivo no presente.

> O Registro do Patrimônio Imaterial, lembra Luciano Ramos, chefe de gabinete do IPHAN, não tem caráter policialesco, como ocorre com o patrimônio físico. O governo não obrigará grupo algum a manter ritual, festa ou manifestação. Quer apenas colaborar para que eles sobrevivam. Se sobreviverá, a responsabilidade é dos praticantes. "Registrar não é restritivo, é propositivo. Com o registro, o Estado se obriga a valorizar o patrimônio cultural no sentido amplo. A melhor forma de proteger é divulgar", conclui Ramos. A partir de agora, é um pecado falar de patrimônio sem citar a cultura originada nos becos, ruas, florestas, feiras e sertões do Brasil.[39]

Assim, servir de memória não consistiria no único papel do *Registro Cultural*. Este pode ainda subsidiar ações concretas de proteção do *patrimônio imaterial*, seja embasando tecnicamente medidas e intervenções específicas em todas as áreas do conhecimento, seja através da difusão e divulgação do bem a ser preservado, incentivando a injeção de recursos na atividade ou a manutenção da mesma através da sua permanente valorização pela comunidade na qual se insere. Trata-se, portanto, não somente de um documento de memória, mas de um poderoso instrumento de preservação.

---

[39] CORREIO WEB. **Memória Viva.** Tema do Dia, Correio Brasiliense, 21/12/2000. Disponível em: <http://www2.correioweb.com.br/cw/2000-12-21/mat_20981.htm> Acesso em: Junho/2004

2.5 – O Registro Cultural do Salão do Encontro em Betim: uma experiência pioneira

O *Serviço Assistencial Salão do Encontro (SASFRA)* constitui uma instituição sem fins lucrativos, inicialmente fundada pelo Frei Estanislau e por D. Noemi Gontijo na década de 70, objetivando uma obra de assistência social no Bairro Santa Lúcia, em Betim. A obra cresceu e hoje conta com sede própria composta por um amplo terreno arborizado e diversas benfeitorias, onde inúmeros ateliês de artesanato oferecem atividades, a saber, oficina de cerâmica, bonecas de pano, cestaria, costura, estofamento, marcenaria, tear, flores secas, entre outros. O Salão também disponibiliza para seus funcionários e aprendizes, casa de hospedagem, creche, tratamento dentário, psicológico e fitoterápico, bem como refeições completas no restaurante, abastecido com provimentos oriundos da horta e criação de animais da própria instituição. A sede está estruturada para se constituir um museu vivo do conhecimento. As oficinas encontram-se abertas aos visitantes, bem como visitas guiadas explicativas podem ser agendadas pelas escolas. A produção do Salão do Encontro é comercializada no *show-room* no local e na loja própria no *shopping Minas Casa*, em Belo Horizonte. Os recursos destinam-se ao sustento da SASFRA, que conta ainda com subsídios governamentais e patrocínios privados.

Figura 1 - Salão do Encontro, Betim. Fonte: SASFRA

O *Registro Cultural do Salão do Encontro em Betim* consistiu num projeto-piloto[40] de metodologia desenvolvida dentro do projeto *Registro Cultural: Um Instrumento de Preservação*, do qual fomos bolsistas em 2000. A pesquisa teve como coordenador o Prof. Dr. Arq. Leonardo Barci Castriota, do *Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo* da *Escola de Arquitetura da UFMG*. Contou ainda com o incentivo do CNPq e da Prefeitura de Betim, aqui representada pela *FUNARBE – Fundação Artístico-Cultural da Betim*. Tendo como interlocutor o então Secretário de Cultura do Município – Arquiteto Lessandro Lessa Rodrigues – a Prefeitura e o Conselho do Patrimônio desejavam promulgar, à semelhança do decreto federal, uma minuta de lei municipal que regulamentasse a utilização do instrumento em Betim. Elaborar esta minuta, criar os livros de registro, bem como uma metodologia pioneira a ser aplicada em um projeto-piloto no Salão, consistiam os objetivos desta pesquisa.

O primeiro passo, a elaboração do corpo da Minuta de Lei, deu origem ao *Decreto Municipal do Patrimônio Imaterial* de Betim[41]. Neste foram criados cinco livros de Registro Cultural:

I. Livro de Registro das referências Naturais, Paisagísticas, Urbanísticas, Arquitetônicas e da Cultura Material, onde serão registrados as referências naturais e paisagísticas, os conjuntos urbanos, edificações isoladas ou em conjunto, monumentos e demais objetos.

II. Livro de Registro das Práticas Comunitárias, Esportivas e Culturais, onde serão registrados os espaços e as práticas comunitárias, esportivas e culturais coletivas que nele se reproduzem.

III. Livro de Registro dos Saberes, onde serão registrados saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.

IV. Livro de Registro das Festas, onde serão registrados festas, celebrações e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana.

V. Livro de Registro das Linguagens, onde serão registradas as linguagens musicais, iconográficas e cenográficas.

Analogamente à legislação federal, ocorre investigação das propostas enviadas por qualquer cidadão, conferindo ou não ao *bem cultural*, a partir de deferimento do Conselho

[40] Em concordância com a *25ª Conferência Geral da Unesco*, que estimula a criação de uma tipologia normatizada da cultura tradicional e popular, obtida especialmente a partir de projetos pilotos de caráter regional.
[41] ANEXO V

Municipal, o título de *Patrimônio Cultural do Município de Betim*, que deve ser revalidado de cinco em cinco anos, mediante nova avaliação.

Uma vez homologado o Decreto, a equipe iniciou uma busca por metodologias existentes que pudessem auxiliar no processo de criação de um sistema de *Registro Cultural*. Fomos ao IPHAN no Rio de Janeiro, onde alguns pesquisadores desenvolviam paralelamente um projeto semelhante. Entretanto, não foi possível acessar os dados da pesquisa que ainda estava em fase de andamento e, portanto, não possuía nenhum resultado conclusivo. O próximo passo consistiu na análise de livros e outras formas de registro informais, não sistematizadas por uma metodologia prévia oficial. Mereceu especial atenção o trabalho elaborado pela *Associação Cultural Recreativa e Musical de Aboim da Nóbrega*, no norte de Portugal, que desde 1986 tem registrado e divulgado a produção dos *Lenços dos Namorados*, atividade cultural originária naquela cidade e também encontrada na região. Diz a tradição que o costume mandava ensinar às moças, "mal entradas na adolescência", a arte de bordar, começando assim o preparo de seu enxoval. Nos tempos livres os lenços eram bordados, nos quais as jovens iam colocando toda a sua paixão e sentimento. Quando pronto, a moça passava a usá-lo. Mais tarde, ofereceria como presente ao seu amado, que o levaria sempre consigo, no pescoço ou no bolso do casaco. O trabalho diferenciado das bordadeiras levou a Associação a editar um livro com fotografias de 18 representativas e belas peças produzidas na localidade, acrescidas de descrição quanto a sua origem cultural.

De posse deste material, bem como o confrontando com as já conhecidas fichas de Inventário de edificações, surgiu a idéia de se elaborar, para o *Livro de Registro dos Saberes*, uma ficha de registro do saber-fazer que se concentrasse, não somente na iconografia e descrição do *produto*, mas especialmente no detalhamento do *processo* que o originou. Desenvolvemos ainda uma segunda ficha, a ser incluída no *Livro de Registro das referências Naturais, Paisagísticas, Urbanísticas, Arquitetônicas e da Cultura Material,* destinada ao registro do lugar onde a prática tomava curso. A *Ficha de Registro dos Saberes*[42], elaborada especialmente para ser aplicada ao estudo de caso do Salão do Encontro, encontra-se assim subdividida:

Informações Gerais: Nome da atividade de registro. Código da ficha (Ex: LCS02/00-SE), que passará a integrar um sistema de busca de um banco de dados informatizado. Este código é composto pela sigla do livro de registro (LCS - Livro dos Conhecimentos e Saberes), número da ficha (02), barra seguida do ano de registro (00 – 2000), traço seguido da sigla do lugar registrado (SE – Salão do Encontro). Em seguida, seguem outras informações gerais como

[42] ANEXO VI

país, cidade, estado, local, órgão de registro, livro de registro e fichas correlatas ao assunto, dentro do banco disponível no Município.

Registro da Atividade: *Histórico da atividade* no local e, quando procedente for, no país e no mundo. *Equipamentos* utilizados, com informações sobre a sua origem histórica, fabricação, descrição e registro iconográfico. Quando possível, acrescentou-se projeto detalhado ou desenhos técnicos do mesmo. *Matérias primas*, que segue o mesmo detalhamento aplicado às ferramentas. A intenção inicial consistia na execução de subitens separados para cada ferramenta e matéria prima, entretanto, devido ao curto prazo e recursos escassos, tornou-se necessário simplificar o processo em um subitem único. As Técnicas de Produção registram o método de produção (manual, automatizado, misto), bem como descrevem passo a passo o saber-fazer. Caso o vocabulário utilizado não estivesse incluído em um dicionário de grande porte vigente, seria inserido um glossário em anexo com terminologia utilizada na ficha. Por fim, o último item descreve o *Produto Final* da atividade, com registros iconográficos dos mesmos.

Dado Sócio-Econômicos da Atividade: Contém informações gerais – sociais e econômicas - do Salão do Encontro, como nome do executor, público alvo, destino da produção, destino dos recursos da produção, presidente da entidade envolvida, órgãos de apoio e um histórico descritivo complementar.

Créditos: Nome do responsável técnico, categoria profissional do mesmo, uma vez que o *Registro Cultural* é uma atividade interdisciplinar. Equipe executora das fichas e data de execução.

A segunda ficha, a ser incluída no *Livro de Registro das referências Naturais, Paisagísticas, Urbanísticas, Arquitetônicas e da Cultura Material*[43]*,* destinada ao registro do próprio Salão do Encontro como um todo, possui uma estrutura semelhante, tendo em formato idêntico os itens *Dados Gerais, Histórico do Local e Dados Sócio-Econômicos*. A diferença reside no item *Infra-estrutura*, destinado a descrever e registrar iconograficamente os diversos ambientes, benfeitorias e lugares das oficinas e demais atividades. A atual sede do Salão do Encontro trata-se de uma construção recente, portanto, não consiste no espaço original onde a prática do artesanato se desenvolveu na região. Apesar do fato não se configurar em nenhum demérito para as atividades que o local abriga, nem de modo algum afetar a sua autenticidade, não se procedeu ao levantamento arquitetônico completo dos espaços por questões de prazo e objetivo principal, que residia na documentação do saber-fazer artesanal. O registro do local, portanto, resultou numa descrição panorâmica de suas

[43] ANEXO VII

principais características físicas, especialmente aquelas que possuem relevância para a prática do artesanato, bem como forneceu a identificação dos usos dos diversos ambientes de cada benfeitoria. Registros iconográficos e um documentário, providenciado pela SASFRA com imagens do Salão, complementaram o item.

Após o registro, as fichas foram inscritas nos seus respectivos livros, reconhecendo assim o Salão do Encontro como *Patrimônio Cultural do Município de Betim*. À semelhança do *Parque do Povo*, em São Paulo, o Salão já se fazia patrimônio bem antes do aval oficial. Contudo, o Registro trouxe inúmeras contribuições para a sua valorização e divulgação. As fichas produzidas sistematizaram o fazer artesanal, sendo fonte de conhecimento e ensino para novos aprendizes. Além disto, servem como subsídio para futuras melhorias espaciais, bem como estudos e análises do próprio saber-fazer registrado. Consistem, finalmente, em um documento de valor inestimável para o município, que ali encontra salvaguardada parte importante de seu patrimônio cultural e de sua história.

2.6 – INRC 2000 – Inventário Nacional de Referências Culturais do IPHAN: um instrumento de política cultural

Paralelamente às discussões mundiais acerca do *patrimônio imaterial* e sua preservação, os órgãos governamentais brasileiros, desde Aloísio Magalhães, propunham-se a debater a identificação de novos bens culturais, representativos dos diferentes grupos sociais, assim como a elaboração de instrumentos e métodos adequados à sua pesquisa e valorização. O *CNRC – Centro Nacional de Referências Culturais* e o *próMemória* já vinham experimentando a inclusão de novas formas de proteção e documentação dos bens culturais de natureza imaterial. Em 1995, o *DID – Departamento de Identificação e Documentação do IPHAN* – promoveu um *Encontro de Inventários do Conhecimento*, objetivando rastrear no território nacional os trabalhos desenvolvidos sobre o tema, reunidos posteriormente na publicação *Inventários de Identificação – um panorama da experiência brasileira.* Neste mesmo ano, juntamente com a *Superintendência Regional de Minas Gerais*, o DID desenvolveu uma experiência-piloto de *Inventário de Referências Culturais* na cidade do Serro, dentro do *INBI – Inventário Nacional de Bens Móveis*, a ser aplicado em núcleos históricos tombados. Apesar de se constituir um módulo do INBI destinado a *patrimônio material*, esta primeira experiência atualizava as demais outras dos antigos CNRC e próMemória, procurando "apreender os sentidos atribuídos pelos moradores ao *patrimônio cultural*, para orientar o planejamento de intervenções."[44] Em 1997 aprofundaram-se estas reflexões no *Seminário do Patrimônio Imaterial,* que gerou a *Carta de Fortaleza*.

[44] IPHAN**. INRC-2000**. P. 7

Como resultado desta trajetória, no mesmo ano de promulgação do Decreto 3.551/2000 o IPHAN lança o *INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais – Manual de Aplicação*, tratando-se de uma metodologia de *Registro Cultural* desenvolvida em seis meses de trabalho interdisciplinar, sob coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes. Teve como base a experiência-piloto realizada no sítio compreendido pelo *MADE – Museu Aberto do Descobrimento*, no sul da Bahia. O INRC consiste num instrumento de identificação e documentação de bens – materiais e imateriais – possibilitando a preservação e valorização dos mesmos. De acordo com o Manual, configura-se em dois objetivos principais abaixo transcritos[45]:

"1. Identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade;

2. Apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultural local e como parceiros preferenciais de sua preservação."

Para tal, o INRC encontra-se delineado pelas categorias de bens culturais, apontadas pelo *GTPI - Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial* e constantes na *Constituição de 1988*, a recordar: saberes e modos de fazer; celebrações, festas e folguedos; linguagens; espaços em que se produzem as práticas culturais. Pretende ainda, segundo transcrição de seu Manual[46]:

"1. Propiciar a sistematização das fontes e documentos disponíveis sobre a formação cultural de localidades e grupos humanos bem delimitados.

2. Aprofundar os resultados dessa varredura preliminar por meio do contato direto com as populações envolvidas.

3. Subsidiar tecnicamente a identificação dos sentidos de identidade associados a edificações, lugares, celebrações, formas e expressão e ofícios, visando à produção de registros textuais e audiovisuais que sejam sensíveis aos aspectos dinâmicos e contextuais das realidades consideradas.

[45] IPHAN**. INRC-2000**. P. 8
[46] IPHAN**. INRC-2000**. P. 24

4. Facilitar a comparação entre diferentes regiões e oferecer subsídios para o estabelecimento de políticas sociais na área do patrimônio.

5. Incentivar a interlocução entre os profissionais (técnicos e acadêmicos, de várias especialidades) que trabalham na área de patrimônio, fortalecendo um padrão de conduta intelectual que diferencia o IPHAN desde as suas origens.

6. Sugerir uma agenda de questões teóricas e práticas que sirva como ponto de partida a um aprofundamento de métodos e conceitos que aproxime, nos trabalhos de campo, as disciplinas que se dedicam à temática do patrimônio, *especialmente a arquitetura e antropologia*."[47]

Assim, para alcançar os objetivos acima enumerados, propôs-se um *processo de trabalho* composto por uma investigação que se dá em três etapas: levantamento preliminar, identificação e documentação. Concluem-se os trabalhos com a inserção das informações em um banco de dados especialmente projetado para tal fim, sob tutela do IPHAN, servindo de registro oficial e referência nacional para pesquisadores. Resumindo cada um dos três ponto, temos:

2.6.1 - Levantamento Preliminar: O Inventário inicia-se com um levantamento prévio a respeito da delimitação do sítio a ser inventariado, subdividindo-o em localidades quanto for procedente. Reúnem-se ainda, nesta etapa, todas as informações inicialmente disponíveis, bem como fontes secundárias, documentação oficial e dados coletados numa primeira viagem de reconhecimento ao campo. Inclui entrevistas a pessoas relevantes para obtenção de novas informações e pesquisa em instituições que possam fornecer material de interesse, como mapas e documentos específicos. Também prevê a verificação das condições práticas do trabalho a ser desenvolvido no local, permitindo assim a formulação do plano logístico, que vai desde a programação da hospedagem ao uso dos equipamentos a serem providenciados. A varredura permite identificar itens que, *a priori*, deverão ser objeto de investigação mais acurada, dentre todos os listados no levantamento preliminar dos bens culturais do sítio, nas diversas categorias apresentadas anteriormente.

2.6.2 - Identificação: Entrevistas com as pessoas residentes nas localidades a serem investigadas, por meio de questionários ou gravações, e apenas complementarmente o registro por meio da observação direta da atividade. Os dados coletados são sintetizados em fichas. Como independe da observação direta da atividade, esta etapa pode ocorrer a qualquer tempo, não se vinculando ao calendário cultural do bem registrado. "Em princípio,

[47] Grifos nossos.

os bens identificados devem estar em vigência na localidade (não importa se emergentes ou em declínio) ou na memória da comunidade, independentemente de os pesquisadores terem ou não observado a sua execução ou, em se tratando de *lugares*, a realização das atividades que os constituem segundo os usos e costumes locais."[48] Assim, as *Fichas de Entrevista* objetivam a interpretação, por parte do público interessado e ator, do bem a ser inventariado, posteriormente sintetizado em uma *Ficha de Identificação* final[49]. Nestas fichas acreditamos que o arquiteto possa (e deva) contribuir prioritária e efetivamente em diversos campos, dos quais destacamos os seguintes:

> *Marcos Edificados* (Ficha de Identificação – Localidade 4.3): Marcos urbanísticos, arqueológicos, arquitetônicos e edificados em geral, relevantes como referências espaciais da localidade. Fornecer denominação, localização, principais características e informar sobre os sentidos atribuídos pela população. Remeter à Ficha de Identificação de Edificações, quando for o caso. Existindo INBI, IBA ou outro levantamento arquitetônico ou arqueológico da localidade, dar referência bibliográfica, informar sobre o número total de edificações incluídas nesses levantamentos e enumerar os principais marcos considerados. Localizar em mapa ou croqui.
>
> *Plantas, Mapas e Croquis* (Ficha de Identificação – Localidade 6; Ficha de Identificação – Celebrações 11): Mapas indicando a localização na área, ligações com demais localidades consideradas e distâncias entre elas, bem como principais rios e outras referências geográficas. Plano urbano ou croqui identificando os principais marcos, praças e ruas. Localizar os bens inventariados. Utilizar tanto mapas quantos forem necessários para uma visão clara dos temas focalizados. Prevê ainda, em algumas fichas, a inclusão dos trajetos e direções das atividades, quando realizadas em percurso. Utilizar plantas baixas indicando os elementos estruturantes do espaço. Incluir legenda.
>
> *Legislação* (Ficha de Identificação – Localidade 7): Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento: Enumerar leis, decretos e outros instrumentos legais vigentes, relevantes do ponto de vista da situação atual da localidade em seus aspectos ambientais e culturais. Atentar especialmente para instrumentos de planejamento e de proteção do patrimônio cultural e natural.

---

[48] IPHAN**. INRC-2000**. P. 43

[49] APÊNDICE I – Nas fichas, destacamos em vermelho os referidos campos de atuação direta e preferencial do arquiteto, juntamente com os antropólogos e demais profissionais que possam complementar as visões e os registros.

Avaliações e Perspectivas (Ficha de Identificação – Localidade 8): *Problemas e Possibilidades*: Avaliação sintética das condições em que atualmente se encontra a localidade do ponto de vista da problemática ambiental e do *patrimônio cultural*. Atentar para as relações entre a população local e os agentes de preservação, bem como para a atuação de organizações não-governamentais. *Recomendações:* Elaborar um conjunto de recomendações relevantes do ponto de vista do aprimoramento das políticas de defesa e valorização do patrimônio cultural na localidade e manifestar-se quanto a sua urgência.

Edificações (Anexo: Bens Culturais Inventariados 2.2;): Consiste numa ficha resumida com diversos itens descritivos, relativos à história, condições e características físicas da edificação listada.

Lugar (Anexo: Bens Culturais Inventariados 2.4;): Como o item anterior, consiste numa ficha resumida com diversos itens descritivos, relativos à história, condições e características físicas da edificação listada.

Descrição do lugar da celebração (Ficha de Identificação – Celebrações 5; Ficha de Identificação – Formas de Expressão 6; Ficha de Identificação – Ofícios e Modos de Fazer 6): *Características Gerais*: Descrever as edificações e os espaços onde ocorre a as atividades e dar dimensões, referir aos mapas, plantas e croquis. Identificar a denominação e a função de cada unidade espacial, se houver mais de uma. *Marcos naturais e/ou edificados:* Descrever os elementos que se destacam – na paisagem ou na edificação - para o reconhecimento deste lugar como estando associados à atividade considerada. Identificar sua denominação e seu significado. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais onde ela se desenvolve. Remeter à Ficha de Identificação ou indicar a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso. *Agenciamento do espaço para a celebração*: Enumerar os elementos acrescentados ao espaço previamente existente, de modo a integrá-lo a atividade inventariada, especialmente mastros e outros marcos simbólicos, ornamentos especiais, palco, objetos e mobiliário, identificando sua denominação e seu significado. Em se tratando de atividade que implique deslocamento espacial (cortejo, uso simultâneo de mais um espaço), descrever o trajeto e a evolução, associando-os sempre aos marcos identificados.

Aprofundamento de estudos para complementação da identificação ou para fins de registro ou tombamento (Ficha de Identificação – Celebrações 13): Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do inventário.

Produtos Patrimoniais (Ficha de Identificação – Ofícios e Modos de Fazer 10.1): Repertório ou principais produtos: Principais atividades desenvolvidas pelo executante ou grupo, inclusive a(s) considerada(s) relevante(s) como referência cultural do grupo.

A grande contribuição do profissional de Arquitetura e Urbanismo consiste ainda no desenvolvimento de todos os itens das *Fichas de Identificação – Edificações* e *Fichas de Identificação – Lugares.* Devido ainda à vigente e estreita proximidade do arquiteto com a produção de registros visuais, parte concernente muitas vezes do seu trabalho, especialmente na área de patrimônio, acreditamos que o arquiteto possa contribuir efetivamente na realização dos registros fotográficos, assim como na utilização dos mesmos para elaboração de outras formas de registro, como veremos no capítulo seguinte. Graças, também, à sua familiaridade com o *design* gráfico e *softwares* de computação gráfica, o arquiteto pode colaborar, e muito, para o desenvolvimento da interface de acesso ao Registro pelo público em geral, através de CD ROM, programação de bancos de dados ou *sites* na Internet.

2.6.3 - Documentação: Se na etapa anterior foi produzido um registro audiovisual mínimo, nesta etapa teremos o detalhamento e complementação do *Registro Cultural*, sendo esta uma atividade especializada, consistindo na terceira e última etapa do inventário proposto no INRC. Trata-se de estudos técnicos e autorais, de natureza eminentemente etnográfica ou ainda na categoria de *obra artística*, entendida pelo INRC como sendo os desenhos, fotografias, vídeo, entre outras formas de documentação. Os trabalhos serão realizados por especialistas com destaque especialmente nas áreas de ciências sociais, história e artes. Por ser uma etapa que implica criação, bem como tratar-se de um trabalho assinado, demanda necessariamente a observação dos bens inventariados *in loco*. Como requer formação especializada, deverá caber prioritariamente aos técnicos do patrimônio elaborar teses, dissertações, relatórios, livros, ensaios, produtos audiovisuais, entre outras formas de reunião e síntese dos registros. “Por serem obras constantemente produzidas, recomenda-se a atualização periódica dessas referências. Por essas características, esta etapa do inventário não será detalhada no presente manual.”[50]

Nesta etapa - ou ainda após a sua conclusão - a participação decisiva do arquiteto, bem como dos demais profissionais, a nosso ver, não findaria na elaboração de trabalhos analíticos ou documentais dos bens inventariados, mas em alguns casos na determinação – em equipe interdisciplinar e com consulta popular – das ações diretas sobre o espaço ou sobre o bem inventariado, se imprescindíveis à sua preservação. No trâmite antropológico, exemplificamos com o caso do registro da *Viola de Cocho* nas regiões pantaneiras, quando

[50] IPHAN**. INRC-2000**. P. 43

os antropólogos, em associação com os ambientalistas, sugeriram a substituição da corda de tripa de macaco pela corda artificial cujo som mais se assemelhasse ao original. O *saber-fazer* da corda de tripa foi registrado, mas suprimiram a prática, conciliando-se assim os valores, num resultado global positivo. No âmbito dos Espaços Culturais, um exemplo importante consiste no trabalho dos professores e discentes do *Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Viçosa* (DAU – UFV) junto à comunidade do Buieié, composta por aproximadamente 200 descendentes de escravos alforriados. Dentre as intervenções físicas propostas pelos arquitetos está a construção de um salão aberto para danças e capoeira, práticas que vinham se perdendo devido à inadequação do terreno, muito poeirento nos dias secos e com formação de lama após as chuvas. Assim, através de propostas de intervenção simples no espaço, tornou-se possível manter práticas culturais que perdiam vigor devido à ausência de infra-estrutura adequada.

Entendemos o *Registro Cultural* como sendo um instrumento de preservação - como bem esclarece a pesquisa homônima realizada na EA-UFMG - ou ainda um instrumento de política cultural – como ratifica o INRC - afirmando o seu caráter social e, assim, interventor quando for procedente e imprescindível. Com os dados de Registro se nortearão não somente as políticas de defesa e valorização, mas como também todas as ações de proteção e caminhos a serem trilhados rumo à preservação efetiva e ampla do bem cultural. Sugerimos, portanto, o acréscimo de uma quarta etapa que seria inteiramente dedicada à elaboração de diretrizes de proteção (ainda que estas se resumam ao acompanhamento distante da atividade), assim como de análises periódicas pós-registro da evolução dos bens inventariados, determinando o impacto – positivo ou negativo – que o registro causou no patrimônio em questão.

2.6.4 – Aplicações do INRC: O INRC vem sendo aplicado no *Registro Cultural* em todo o país. Dentre alguns dos bens que se encontram na lista (já integrados ou a serem integrados) do *Patrimônio Imaterial* do Brasil, figuram: Acarajé, Rede, Farinha de Mandioca, Literatura de Cordel, Xilogravura de Cordel, Mamulengo, Cachaça, Carne de Sol, Cavalhadas de Pirenópolis, Bumba meu boi. Entre os lugares destacam-se a Feira de Caruaru em Pernambuco e o Mercado Ver-o-peso em Belém do Pará. Inicialmente o IPHAN escolheu três projetos-piloto: as paneleiras do Espírito Santo (saberes), Círio de Nazaré (celebrações) e as rotas sagradas no Rio Negro (lugares). Atualmente, encontram-se abertos os seguintes inventários: Jongo (Sudeste), Viola de Cocho (Pantanal), Cerâmica de Candeal (Minas Gerais), Cerâmica Rio Real (Bahia), Acarajé (Salvador), Farinha de Mandioca (inventário sobre a farinha partindo do Pará) e Bumba meu boi (Maranhão).

> Boi, barro, farinha e feijão, batucada e viola... são muitos os temas de relevância para o entendimento das referências culturais nacionais, e muitas as obras reflexivas sobre elas. *A intenção é, a médio prazo, ir abrindo outros inventários a partir de outras categorias de análise, e contribuir para outros tantos inventários de maneira a ampliar o raio de ação do CNFCP,* produzir conhecimento atualizado, expandir e disponibilizar ampla base de dados no sentido de orientar as políticas públicas de preservação cultural e regulamentação de direitos para as comunidades criadoras dos bens culturais em questão. Pois entende-se que dada a natureza imaterial do bem cultural, ele só se conservará, efetivamente, se vivido por pessoas em condições, com garantias e interesses de vivenciá-lo de modo dinâmico e criativo.[51] (grifos nossos)

O inventário da *Cerâmica de Candeal*, em Minas Gerais, resultou em uma publicação digital em CD ROM, onde estão disponibilizadas informações sobre o *patrimônio imaterial*, legislação específica no Brasil, projetos do CNFCP, sites e contatos, além de fichas preenchidas do INRC, fotografias e vídeos sobre o bem cultural em questão. Não constam no CD mapas e levantamentos arquitetônicos e urbanísticos dos *Espaços Culturais* que abrigam a atividade. Entendemos, deste modo, que o *Mapeamento Urbanístico e Arquitetônico dos Espaços Culturais* pode contribuir enormemente para a abertura de novas frentes e categorias de análise e divulgação do *patrimônio intangível*.

Figura 2 – Registro Cultural - CD Cerâmica de Candeal

Fonte: CNFCP

[51] CNFCP. **Cerâmica de Candeal:** Patrimônio Imaterial. Item Projeto. Anexo Digital I.

2.7 – UNESCO e a Proclamação das Obras Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade

Desde a *25ª Conferência Geral*, sobre a salvaguarda dos bens de natureza imaterial, a UNESCO tem empreendido várias ações em seu favor. Como fruto destas atividades, sucedeu no Marrocos uma *Consulta Internacional de Experts sobre a Preservação dos Espaços Culturais*, em 1997. Nesta reunião se definiu um novo conceito de *antropologia cultural*: o patrimônio oral da humanidade. Sucedeu-se, portanto, a criação de uma distinção internacional intitulada *Proclamação pela UNESCO das Obras Primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade*, a exemplo das já instituídas listas dos patrimônios mundiais, destinadas aos monumentos e sítios.

Determinou-se, deste modo, uma lista para acolher os exemplos mais notáveis de *espaços culturais*, definidos como lugares onde se concentram atividades culturais populares e tradicionais, caracterizadas geralmente por uma certa periodicidade ou acontecimento. Os *espaços culturais* se distinguiriam ainda dos *sítios históricos*, uma vez que não necessariamente possuem testemunhos materiais do seu patrimônio, como monumentos e ruínas. Em seu conceito antropológico, o *espaço cultural* se refere a um lugar ou conjunto de lugares onde se produz, de maneira regular, a manifestação de uma expressão cultural tradicional e popular. Assim compreendido o termo, em 1998, na ocasião da 155ª reunião, o Conselho Executivo da UNESCO convidou o Diretor Geral a empreender um projeto de preservação dos bens culturais intangíveis, que contaria ainda com a obtenção de recursos extras, a criação de premiações, assim como ações de salvaguarda, proteção e revitalização dos *espaços culturais* ou formas de expressões culturais incluídas na recém outorgada lista.

Em Março de 2001 a UNESCO, pela primeira vez, concede o título de *Obras primas do Patrimônio Oral e Intangível da Humanidade* a dezenove espaços culturais ou formas de expressão de diferentes regiões do mundo. Os principais critérios utilizados foram os valores, as raízes na cultura tradicional, afirmação da identidade cultural, fonte de inspiração e intercâmbio cultural, papel social, excelência na aplicação de habilidades, testemunho único da cultura viva tradicional e risco de desaparecimento.

Em Novembro de 2003, com o apoio técnico do *Ministério da Cultura*, a arte gráfica *Kusiwa*, dos índios *Wajãpi* do Amapá, foi proclamada pela UNESCO *Obra Prima do Patrimônio Imaterial da Humanidade*, incluindo a lista que agora já conta com quarenta e sete

registros[52]. A arte em questão se constitui de padrões gráficos utilizados para a pintura corporal e decoração de artefatos. Em dezembro de 2002, a *Arte Kusiwa* havia sido registrada como *Patrimônio Cultural Brasileiro* pelo Conselho do IPHAN nos termos do *Decreto 3.551/2000*.

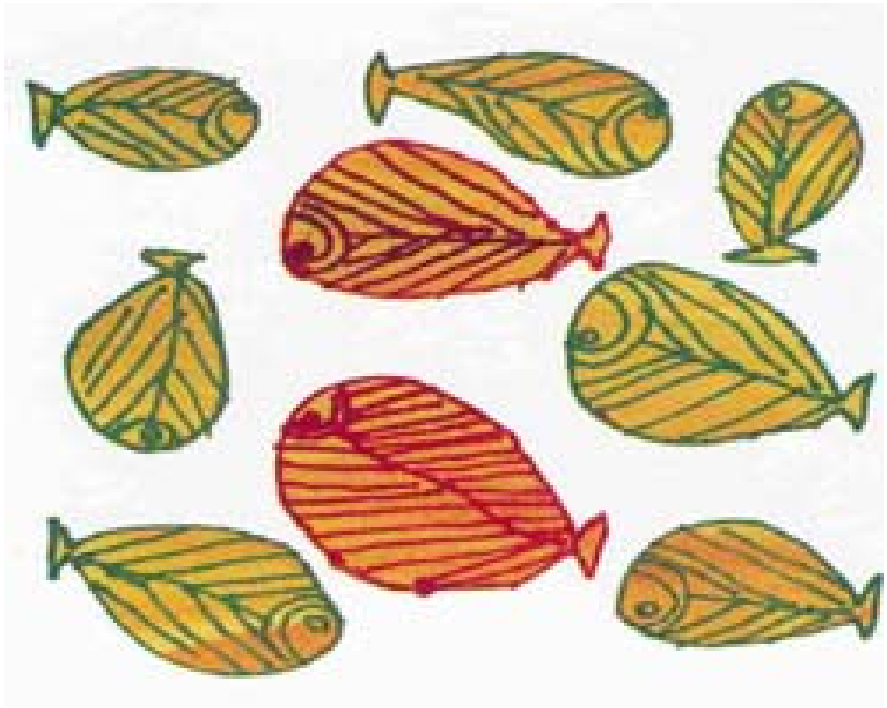


Figura 3 – Arte Kusiwa - Peixes. Fonte: MinC

Figura 4 – Arte Kusiwa – Geométricos . Fonte: MinC

[52] A Lista completa e atualizada encontra-se disponível no Site da UNESCO em: http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=21274&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

Uma outra listagem do *Patrimônio Intangível* inaugurada pela UNESCO foi a lista dos *Tesouros Vivos da Humanidade*, sendo as pessoas que encarnam, em grau máximo, as destrezas e técnicas necessárias para a manifestação de certos aspectos da vida cultural de um povo e a permanência de seu patrimônio cultural imaterial. A lista segue o exemplo do reconhecimento especial dispensado pelo governo japonês aos mestres detentores de conhecimentos e habilidades essenciais à continuidade de importantes formas de manifestação do patrimônio cultural nipônico. Diversos outros países possuem sistemas de valorização similares, como o *Projeto dos Artistas Nacionais* da Tailândia e o programa equivalente dos *Mestres da Arte* na França.

Assim, a UNESCO vem desenvolvendo, especialmente após 1972, na ocasião de sua 25ª Conferência, diversas medidas específicas de proteção e registro do *Patrimônio Imaterial* da Humanidade. De relevância para o tema deste trabalho, destacamos a inclusão de cinco *Espaços Culturais* na primeira lista das *Obras Primas do Patrimônio Intangível da Humanidade*, bem como de outros posteriormente incorporados à listagem, como a cidade "quilombo" *Maroon* - última comunidade ilhéu de ex-escravos da Jamaica. Os espaços possuem uma breve ficha *on line*[53] no site oficial da UNESCO, contendo descrição sumária das atividades que abriga, seu histórico, principais ameaças à manutenção das manifestações que ali se encontram, bem como um resumido plano de ação para proteção e salvaguarda do lugar e das atividades que o têm como palco.

Figura 5 – Distrito de Boysun[54]

Fonte: Site UNESCO

[53] ANEXO VIII – Ficha do Espaço Cultural Distrito de Boysun - Uzbequistão. Disponível em: <www.unesco.org>

[54] Espaço Cultural Obra Prima da UNESCO: Distrito de Boysun no Uzbequistão. Dia de casamento.

2.8 – Patrimônio Imaterial e Registro Cultural: considerações

Tendo em vista o estudo dos conceitos e do estado da arte do *Registro Cultural do Patrimônio Intangível,* estabelecemos as seguintes considerações, advindas deste capítulo, a serem observadas no desenvolvimento da metodologia de *Mapeamento Urbanístico* proposta neste trabalho:

a) O INRC – instrumento oficial de Registro Cultural e base da metodologia de Mapeamento Urbanístico: Por ser o INRC um instrumento oficial de Registro Cultural dos órgãos de preservação brasileiros, por sua característica abrangente e interdisciplinar, assim como por sua já atestada contribuição para o estudo e preservação do *patrimônio intangível*, escolhemos o *Inventário Nacional de Referências Culturais* como base principal deste trabalho, sendo a metodologia por nós aqui elaborada voltada para a sua complementação e execução. Serão agregadas a ele sugestões obtidas a partir de outras metodologias mencionadas - o *Registro Cultural do Salão do Encontro* e experiências da UNESCO - bem como as demais advindas do estudo de caso a ser empreendido.

b) O Público Alvo do Registro Cultural: Uma vez determinado o relevante papel da *memória* e do *patrimônio imaterial* para suas culturas originais, como bem delineado nas *Cartas Patrimoniais* investigadas, a metodologia elaborada deve tem em mente o respeito pelo objeto estudado e pelo seu valor simbólico para a comunidade que o gerou. Deve objetivar, como alvo primeiro, a salvaguarda do bem registrado, bem como a produção de material teórico/documental sobre o mesmo.

c) O Suporte do Registro Cultural: Tendo em vista que o *Registro Cultural* utiliza-se de memórias artificiais para suporte de seu acervo – como o banco de dados de fichas do INRC – deve-se proceder a um estudo minucioso da escolha deste suporte, que pretende ser voltado primeiramente para atender às necessidades da comunidade na qual se encontra o objeto registrado, em segundo lugar, para a comunidade acadêmica e, em último, quando convier, o público em geral. A durabilidade do suporte também precisa ser avaliada, tendo em vista o contemporâneo debate acerca da fragilidade dos acervos digitais.

d) Direito de Propriedade Intelectual no Registro Cultural: Tendo em vista que a legislação em vigor não contempla o direito coletivo de propriedade intelectual, e tendo em vista que esta discussão ainda não avançou o desejado, recomenda-se proceder com toda cautela ao se registrar espaços e conhecimentos que, de maneira ilícita, podem ser apropriados por outros. Além disto, a metodologia desenvolvida deve possuir *zonas de*

sombra de acesso exclusivo aos pesquisadores, respeitando assim o direito ao anonimato, à proteção autoral ou ao segredo da cultura na qual aquele valor simbólico se insere.

e) O Papel do Arquiteto no Registro Cultural: No último item dos objetivos específicos, o INRC identifica a arquitetura e a antropologia como sendo as disciplinas que especialmente se dedicam à temática do patrimônio. Acrescenta ainda em outra ocasião, que no Registro Cultural "entram em cena principalmente a antropologia e a arquitetura e os esforços dessas disciplinas em pelo menos duas direções, a saber: de um lado, no sentido de contemplarem, ambas, as complexas relações existentes entre estruturas físicas e valores culturais e, de outro, no de refinarem conceitos que são relevantes para ambas – como é o caso do conceito de *lugar* – e desenvolverem procedimentos adequados para a investigação empírica".[55] Assim, acreditamos ser de grande relevância o papel do arquiteto na elaboração e condução dos *Registros Culturais* onde, juntamente com uma equipe interdisciplinar, poderá aplicar os recursos e conhecimentos que dispõe no empreendimento do INRC.

f) A Intervenção do Arquiteto no Lugar Registrado: Em resposta à romantização da pobreza e da espetacularização das sociedades tradicionais, todo o aparato técnico que está à mão do arquiteto para proporcionar melhoria das condições de vida - seja através da modificação do espaço onde a atividade toma curso, seja da própria atividade em si – deve ser disponibilizado à comunidade envolvida, *desde que não fira nenhum valor simbólico dentro do objeto registrado*. A exemplo, temos a alteração promovida por antropólogos e ambientalistas na *Viola de Cocho*, onde as cordas de tripa de macaco foram substituídas por cordas artificiais que mais se assemelhasse à estas primeiras, objetivando a preservação daquela espécie da fauna local.

g) Avaliações e Análises Pós-Registro: Como o Registro Cultural consiste em um *produto* (o próprio registro em si) advindo do *processo* (o objeto de registro), torna-se imperativo todo o cuidado para se evitar a transformação do próprio *patrimônio intangível* em produto, esvaziando o seu valor simbólico em prol de outros valores, como os estéticos, turísticos e econômicos. Recomendam-se avaliações pós-registro, a exemplo das análises de pós-ocupação do patrimônio tombado, objetivando identificar se este tem, de fato, contribuído para a sobrevivência do objeto de estudo. Tendo em vista que o processo de registro culmina necessariamente numa valorização do bem registrado, toda a atenção deve ser dispensada para que valores econômicos não destruam os seus reais significados e desvirtuem os objetivos principais do Registro Cultural.[56]

---

[55] IPHAN**. INRC-2000**. P. 27

[56] Como exemplo, um importante "tesouro vivo da humanidade" do Japão, um mestre escultor cuja vida bucólica nada combina com os milhares de dólares pagos por seus vasos nos leilões de arte em Nova York e Tóquio.

h) Quarta Etapa do INRC – Plano de Ação para Proteção e Salvaguarda do Patrimônio Intangível: Tendo em vista que todo patrimônio edificado possui uma dimensão intangível, bem como todo patrimônio imaterial se revela por materialidades, o espaço onde as manifestações culturais tomam curso deve ser igualmente registrado em todos os seus aspectos e dimensões. Registro este que, no tratamento amplo do objeto, servirá de aporte e base científica para análises ambientais, urbanas, sociológicas, antropológicas, entre outras tantas. Especialmente nos espaços culturais urbanos, dentro da visão de uma *conservação integrada*, sugere-se a interlocução entre os órgãos de patrimônio e de planejamento urbano, conciliando e integrando os seus instrumentos e políticas. Este conjunto de análises, por sua vez, subsidiará medidas de intervenção e preservação (ainda que se resumam ao acompanhamento distante do bem ou ações indiretas[57]), pertinentes a uma quarta etapa do INRC por nós sugerida, intitulada *Plano de Ação para Proteção e Salvaguarda dos Bens Culturais Inventariados*, à exemplo do observado nas fichas referentes às *Obras Primas do Patrimônio Intangível da Humanidade* da UNESCO.

[57] Um exemplo de ação indireta com a participação do arquiteto seria a elaboração de um Plano de Manejo ou a delimitação da área de uma Reserva Indígena, contribuindo indiretamente, com a manutenção do meio ambiente (suporte físico e espacial), para a preservação do patrimônio imaterial daquela tribo ou aldeia: seus conhecimentos farmacológicos, danças, espaços culturais, língua, arte, etc.

3 – CAMINHOS TRILHADOS: OUTROS INSTRUMENTOS E SEUS RECURSOS

Neste capítulo procederemos a uma revisão bibliográfica de outros instrumentos patrimoniais já consolidados, bem como de mapeamentos elaborados para diversos fins. A partir desta análise, pretendemos identificar quais os recursos, metodologias e tecnologias adequadas ao mapeamento urbanístico de espaços culturais, dentro da proposta desta dissertação.

3.1 – Mapas urbanísticos e inventários

Figura 6 – Edificação Modernista na Cidade Jardim.
Fonte: da autora *in* IPUC Cidade Jardim

O bairro Cidade Jardim representa a única corporificação em Belo Horizonte da idéia de *cidade jardim*, que se alastra a partir dos anos 30 no Brasil, sob influência do ideário urbanístico do inglês Ebenezer Howard. Em nosso país, entretanto, prepondera uma adoção estética do modelo, eliminando, na maioria das vezes, os seus aspectos sociais propriamente ditos. Ocupado por uma elite econômica e vanguardista, o bairro Cidade Jardim incorpora um dos mais importantes acervos modernistas brasileiros dos anos 50 e 60, além de um considerável número de edificações ecléticas desta mesma época de sua formação. Atualmente o bairro constitui uma ADE – *Área de Diretrizes Especiais* - de Belo Horizonte.

Figura 7 – Edificação Villa Judith, Cidade Jardim.
Fonte: da autora *in* IPUC Cidade Jardim

A *Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte*, ao elaborar a divisão do município em zoneamentos, determina a criação das ADEs, que requerem, por suas características:

> (...) a implementação de políticas específicas, permanentes ou não, podendo demandar parâmetros urbanísticos, fiscais e de funcionamento de atividades diferenciados, que se sobrepõem aos do zoneamento e sobre eles preponderam. São instituídas por lei específica, da qual, além de delimitação, devem constar os instrumentos, as intervenções, os parâmetros urbanísticos e fiscais, os usos a serem admitidos e os critérios para o funcionamento das atividades, as normas complementares necessárias e, se for o caso, o tempo de duração.[1]

Sobre a *ADE da Cidade Jardim* – ADECJ - a legislação dispõe ainda que esta seja regulamentada em lei específica, adotando políticas que visem à sua preservação paisagística, cultural e histórica. Devem ser observados itens como afastamento e gabarito das edificações, intervenções físicas necessárias à preservação do bairro e mecanismos de participação comunitária em sua gestão. Até a promulgação desta lei, ficam permitidos apenas usos residenciais unifamiliares, com exceção das edificações situadas nas avenidas do Contorno e Raja Gabaglia. Entretanto, apesar da legislação vigente, os usos não residenciais proliferam dentro do perímetro da ADECJ, por meio muitas vezes da deturpação da "lei fundo de quintal"[2] e da *Lei de Uso e Ocupação do Solo*, que permitem usos mistos para os profissionais autônomos que trabalham em seu local de residência.

Na *Associação dos Moradores da Cidade Jardim* vigorava duas correntes de pensamento: a primeira, formada pelos moradores que desejavam continuar a residir no bairro, pretendia manter a restrição de usos e gabaritos construtivos. A segunda, constituída especialmente por herdeiros das mansões e outros proprietários que não pretendiam continuar habitando no local, colocava-se favorável à flexibilização de uso e de altimetria, entendendo que tais liberações contribuiriam para a valorização de suas propriedades, localizadas no último reduto horizontal de uma região pericentral extremamente verticalizada e de alta especulação imobiliária.

Objetivando, portanto, finalizar os conflitos e, segundo as diretrizes e prazos estipulados em lei, regulamentar a ADECJ, a *Prefeitura de Belo Horizonte* contratou uma equipe de consultores, da qual fizemos parte como bolsista acadêmica, que elaborou em 2000 um amplo diagnóstico do bairro, contendo dados e análises sobre a sua configuração urbana, cultural e sócio-econômica, bem como um levantamento das perspectivas e expectativas

[1] CAPÍTULO VI – Das áreas de diretrizes especiais. **LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE BELO HORIZONTE.**
[2] Fundo de Quintal - Lei 6831/95

dos moradores. Ancorados nesta pesquisa, traçaram-se dois cenários possíveis para a ADECJ: a manutenção do uso exclusivamente residencial ou a flexibilização de usos. Como pressuposto, ambas as propostas mantinham os gabaritos restritos, uma vez que somente deste modo seria possível preservar as características da paisagem urbana como um todo e as edificações de valor patrimonial que pontilham todo o bairro. Assim, a *Lei de Uso e Ocupação do Solo* e o *IPUC* (Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural) seriam os instrumentos indiretos de proteção do patrimônio, ao invés de se recorrer à medidas mais drásticas, como o tombamento. Apresentados os cenários para a comunidade, em seção aberta a todos os interessados, seguiu-se um debate público entre os moradores e os técnicos da prefeitura e consultores contratados. Passados quase quatro anos a batalha pela regulamentação da ADE Cidade Jardim continua, sendo que uma proposta encontra-se agora sob avaliação do *Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Belo Horizonte*. Contextualizado assim, o objeto, para fins desta dissertação, iremos nos ater à explicitação dos mapas produzidos pela pesquisa, que nos auxiliarão na elaboração da metodologia a ser aplicada aos espaços culturais.

Duas frentes de trabalho - concomitantes e complementares – desenvolveram a elaboração do diagnóstico do bairro: o inventário urbanístico e arquitetônico[3] e o s*urvey* qualitativo[4]. A primeira frente – o IPUC – iniciou-se com o preenchimento de *Fichas de Inventários* (Figura 12) desenvolvidas especialmente para o projeto em questão. Além do levantamento fotográfico de fachada, as fichas continham dados cadastrais básicos de cada edificação, bem como as classificava de acordo com a sua tipologia estilística, estado de conservação, altimetria, alteração visível e uso. Estas fichas foram, em seguida, transformadas em gráficos (Gráfico 1) e suas informações, traduzidas em mapas (Figura 13 a 21), com base no levantamento cadastral oficial do Município. Este recurso permitiu e territorialização destas informações, materializando no espaço dados estatísticos.

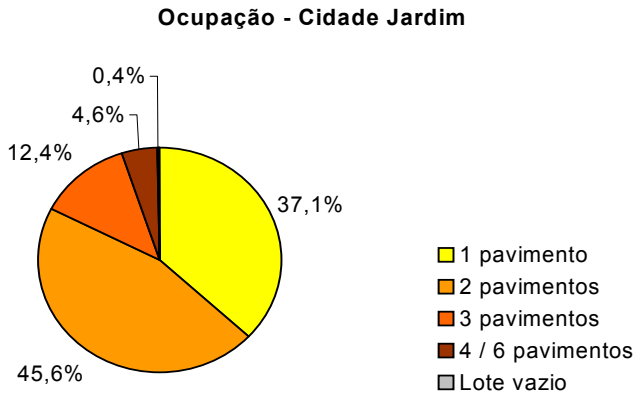


Gráfico 1 – Ocupação ADECJ Fonte: IPUC Cidade Jardim

[3] Coordenado pelo arquiteto Prof. Leonardo Barci Castriota – Escola de Arquitetura da UFMG
[4] Coordenado pela socióloga Prof. Maria de Lourdes Dolabela Pereira – FAFICH/UFMG

Esta tradução visual propiciou a elaboração geográfica dos dados, permitindo análises diversas, bem como a identificação de manchas e áreas com características específicas dentro dos limites da ADE. Temos como exemplo o gráfico de tipologias cujo mapa possibilitou reconhecer as regiões de maior concentração estilística. Deduções como esta auxiliam no diagnóstico do bairro e na elaboração dos parâmetros urbanísticos de proteção a serem regulamentados na *Área de Diretrizes Especiais*. Um outro recurso utilizado na investigação urbanística consistiu na visualização aérea da Cidade Jardim através de fotografias de satélites, trabalhadas em *softwares* de *design* gráfico. As fotos, editadas em Adobe Photoshop, explicitaram a cobertura vegetal e delinearam o contorno da ADECJ. A prancha fotográfica final (Figura 8) atualizou e complementou as análises urbanísticas e os levantamentos disponibilizados nas bases cartográficas do Município.

Figura 8 – Vista aérea da Cidade Jardim, montagem das fotografias de satélite.
Fonte: da autora *in* IPUC Cidade Jardim

A segunda frente de pesquisa – desenvolvida pela equipe de sociologia – consistiu em um *survey* qualitativo, realizado junto aos moradores do bairro. Sortearam-se edificações bloco a bloco de quarteirão, abrangendo 25% do universo global de análise. Visando dar suporte à regulamentação da ADECJ, a etapa propiciou o aprofundamento do conhecimento sobre a dinâmica/pressões/transformações sócio-econômicas do bairro em suas manifestações intersubjetivas. Submetendo os entrevistados a um questionário de cunho investigativo sobre a Cidade Jardim, levantaram-se os seguintes dados: Pessoais; Procedência/Intencionalidade; Infra-estrutura do bairro; Possíveis cenários para a ADECJ; Associativismo e mobilização. As informações, que permitiram múltiplos cruzamentos, expressaram – através de rigorosa condução metodológica - as intenções, os anseios e as possibilidades observadas pelos moradores, no que tange ao presente e futuro da Cidade Jardim. Dos gráficos resultantes temos: Tipo de Utilização do Imóvel (residência, trabalho, misto, etc.); Tempo no bairro; Tipo de Propriedade (própria, aluguel, etc.); Idade; Sexo; Procedência e Intenção de Permanência; Intenção no ato de compra; Fatores de mudança no bairro (trânsito, infra-estrutura, familiares, etc.); Problemas atuais (fluxo, segurança, etc.); Comércios existentes no bairro e comércios desejados.

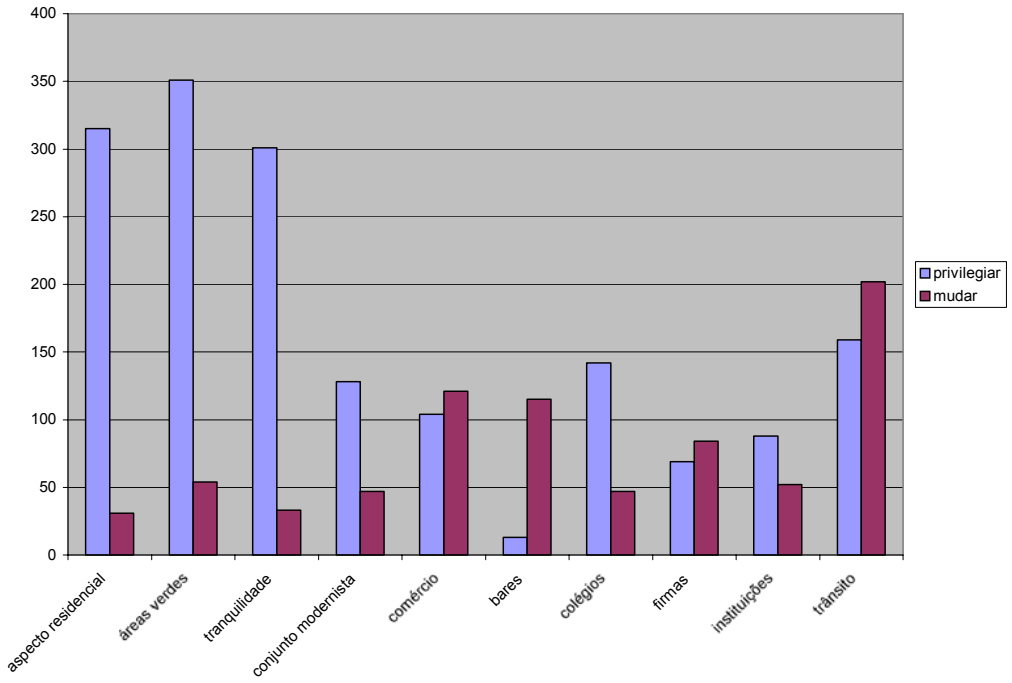


Gráfico 2 – Aspectos do Bairro – privilegiar ou mudar, segundo moradores da ADECJ.
Fonte: IPUC Cidade Jardim

Para efeito de análise interna da equipe, uma vez que foi acordado o sigilo com os moradores quanto aos questionários, espacializaram-se alguns dados coletados no mapa cadastral, como as edificações sorteadas no *survey*. Se necessário fosse, espacializações como estas permitiriam múltiplos outros cruzamentos tais como: identificação das áreas

onde os problemas urbanos foram mais citados, zonas de intenção de permanência, localidades onde se deseja liberar o gabarito, que tipo de edificação ocupa o usuário favorável à flexibilização, faixa etária dos moradores de imóveis de valor arquitetônico. Ou seja, através dos dados estatísticos e da espacialização destes dados, seria possível aferir fatores que influenciam nas posturas dos moradores quanto ao bairro, ao *patrimônio cultural* e à própria cidade. É este recurso que percebemos como válido nos *mapeamentos urbanísticos* no Registro Cultural, onde dados qualitativos poderiam ser visualizados espacialmente, proporcionando descobertas e análises que somente por meio desta ferramenta tornar-se-iam possíveis.

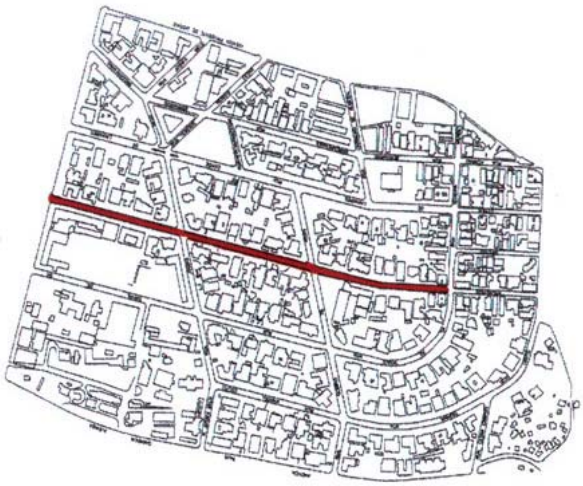


Figura 9 – Mapa ADECJ – Rua Eduardo Porto
Fonte: IPUC Cidade Jardim

Figura 10 – Vista Geral da Rua Eduardo Porto
Fonte: da autora *in* IPUC Cidade Jardim

PROGRAMA INTEGRADO DE INVENTÁRIOS E REABILITAÇÃO URBANA

PROJETO CIDADE JARDIM

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

Endereço do imóvel:	**Dados Cadastrais**			**Código:**
Rua Manoel Couto, 296	**Quadra:** 13	**Lote:** 12	**Seção:**	Mc296

Proprietário: *Informação sigilosa restrita à pesquisa*

Arquiteto: Jefferson Lodi

Uso atual: ■Residencial ☐Comercial ☐Serviços ☐Industrial ☐Outros
☐Res+Com ☐Res+Serv ☐Com+Serv ☐Demolido ☐Lote Vago ☐Em construção

Estado de conservação: ■Bom ☐Regular ☐Precário ☐Irrecuperável ☐Em Reforma

N° de Pavimentos: 02	**Alteração:** ☐Sim ■Não
Estilo de construção: ■Moderno I ☐Outros	**Ano de construção:** 1957

Observações:

Levantamento fotográfico:

FIGURA 12

PROGRAMA INTEGRADO DE INVENTÁRIOS E REABILITAÇÃO URBANA

PROJETO CIDADE JARDIM

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO

Endereço do imóvel:	**Dados Cadastrais**			**Código:**
Rua Manoel Couto, 296	**Quadra:** 13	**Lote:** 12	**Seção:**	Mc296

Detalhamento fotográfico:

JAN/2000

Escala Gráfica

0 50 100 200 300 m

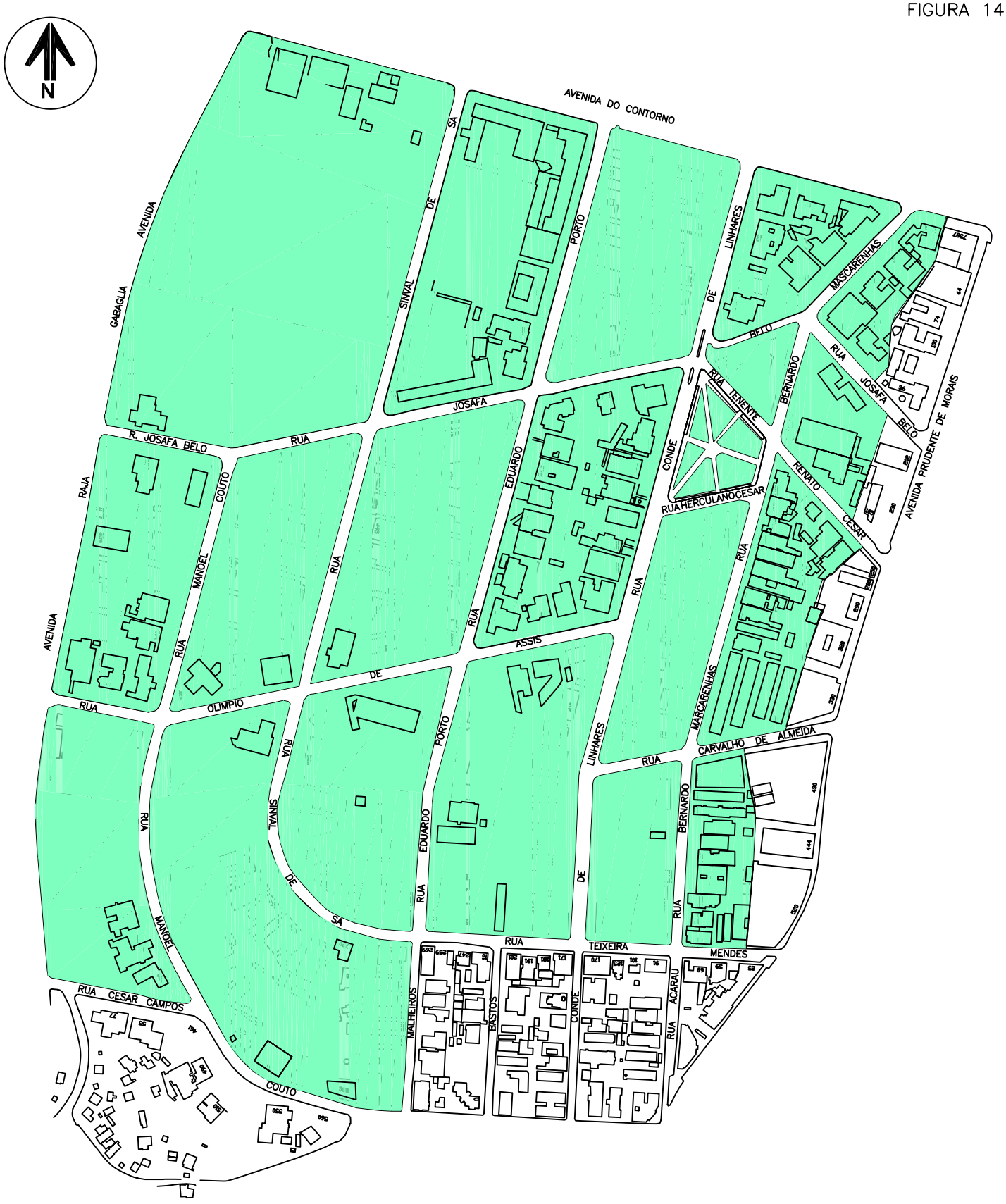
Projeto Cidade Jardim

Sítio

FIGURA 13

JAN/2000

FIGURA 14



Legenda

Projeto Cidade Jardim

Área de estudo

ADE- área de diretrizes especiais

Escala Gráfica

0 50 100 200 300 m

JAN/2000

Projeto Cidade Jardim

Planta de Ocupação

Escala Gráfica

0 50 100 200 300 m

Legenda

- 1 Pavimento
- 2 Pavimentos
- 3 Pavimentos
- 4/6 Pavimentos
- Lote vazio

FIGURA 15

JAN/2000

Projeto Cidade Jardim

Planta de Usos

Escala Gráfica

0 50 100 200 300 m

Legenda

- Residencial
- Comercial
- Serviços
- Institucional
- Res+Com
- Res+Serv
- Com+serv
- Outros

FIGURA 16

JAN/2000

Projeto Cidade Jardim

Planta de Usos

Escala Gráfica

0 50 100 200 300 m

Legenda

- Residencial
- Não Residencial
- Misto
- Outros

FIGURA 17

JAN/2000

Projeto Cidade Jardim

Estilos Arquitetônicos

Escala Gráfica

0 50 100 200 300 m

Legenda

- Moderno I
- Moderno II
- Pré-moderno I
- Pré-moderno II

FIGURA 18

JAN/2000

Projeto Cidade Jardim

Estilos Arquitetônicos

Escala Gráfica

0 50 100 200 300 m

Legenda

- Modernos
- Pré-modernos

FIGURA 19

JAN/2000

Escala Gráfica

0 50 100 200 300 m

Projeto Cidade Jardim

Valor Arquitetônico - Destaque

FIGURA 20

JAN/2000

Projeto Cidade Jardim

Estado de Conservação

Escala Gráfica

0 50 100 200 300 m

Legenda

- Bom
- Regular
- Precário
- Outros

FIGURA 21

JAN/2000

3. 2 – Mapeamento Virtual

3.2.1 – Viagens Virtuais: os novos ilustradores

Bracara Augusta, antiga cidade romana e atual território da cidade de Braga em Portugal, foi fundada pelo Imperador Augusto nos primórdios da era cristã, vindo a se tornar a capital da província da Galécia em III d.C.. No século seguinte, após a expansão do Cristianismo, converte-se em sede de Bispado, sendo posteriormente ocupada pelos Sevos e Visigodos, seguidos dos Árabes. A cidade possui um traçado ortogonal, superposto por desenho orgânico devido à evolução urbana e sua parcial destruição. As primeiras descobertas arqueológicas no local aconteceram já no século XVI, na esteira da curiosidade européia pelo passado e pela arqueologia. A partir destes vestígios, os chamados *antiquários* – eruditos de diversas categorias, como abades, pastores, diplomatas e príncipes – encomendavam aos artistas *restaurações* (ilustrações) de como deveriam ser aquelas construções e cidades, então em ruínas.[1] Esta iconografia nos legou tantas informações quanto incertezas. Se lhes sobrava em criatividade, faltava em critério e fidelidade ao modelo original. Cumpriam, ainda assim, o seu papel de alimentar o fascínio que o passado exercia sobre toda a sociedade erudita do velho continente.

Figura 22 – Mapa de Braunio, Bracara Augusta
Fonte: Fund. Bracara Augusta

[1] CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. P. 63-65

Hoje em dia a Arqueologia consiste em uma disciplina e uma profissão. Substituiu-se a imaginação dos antigos artistas pelo rigor científico, bem como o papel pelas telas de computador. Dentro desta nova proposta, a modelagem em ambiente virtual mostra-se recurso ímpar na reconstrução iconográfica, não somente de espaços existentes, mas também de edificações e cidades extintas. Modificou-se o meio, mas não as intenções: tornar compreensível a todos, através da linguagem gráfica, informações coletadas nos sítios arqueológicos, antes somente inteligíveis por aqueles do *métier*.

Figura 23 – Ruínas de Bracara Augusta
Fonte: Fund. Bracara Augusta

Em 1976 constitui-se o *Campo Arqueológico de Braga*, tutelado pela recém fundada *Universidade de Minho*, sendo hoje um projeto interinstitucional. Objetivando dar a conhecer a todos os interessados a antiga Bracara Augusta, recriou-se a cidade em ambiente virtual, a partir das plantas de escavação; alçados, planos e cortes das estruturas escavadas; valores de cota dos terrenos; iconografias e fotografias; escritos e outros dados oriundos da interpretação do espólio e dos vestígios arquitetônicos encontrados *in loco*. A análise dessas informações teve importância capital para a compreensão e dimensionamento da complexidade de Bracara Augusta, a hierarquização dos modelos das estruturas, a definição do grau de pormenores na construção de cada modelo tridimensional e o estabelecimento de níveis de detalhe mais adequados à sua visualização.[2]

O primeiro passo para a criação do modelo virtual consistiu na inserção das curvas de nível no *software*, gerando a base cartográfica tridimensional. Para tanto, utilizaram-se as informações de um mapa do século XIX. Em seguida, nos programas *MicroStation* e *Caligari trueSpace*, ergueu-se a estrutura de Bracara Augusta antiga, adaptando o traçado urbano e construtivo à morfologia do terreno. Sobre a base, recriaram-se os edifícios a partir dos

[2] A modelagem virtual de Bracara Augusta encontra-se minuciosamente explicada e detalhada na dissertação de BERNARDES (2002), parte disponibilizada no site *Viagem Virtual a Bracara Augusta*, produzido pela Fundação Cultural Bracara Augusta.

dados, medições e estimativas arqueológicas. Primeiramente foram estabelecidas as plantas, em seguida, as paredes, as aberturas, as estruturas do telhado e, por fim, as águas e telhas.

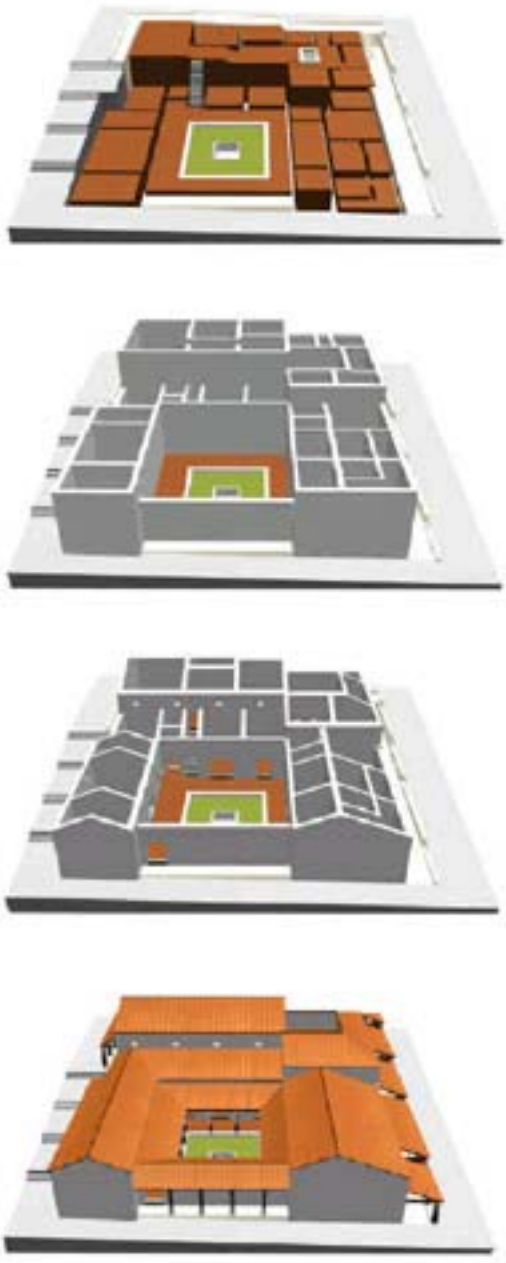


Figura 24 – Evolução da modelagem de Bracara Augusta
Fonte: BERNARDES (2002)

Prontos os blocos, os modelos básicos sofreram tratamento fino, objetivando conferir realismo ao cenário virtual. A ambientação e iluminação, a cobertura vegetal, os materiais de superfície, bem como os objetos encontrados nos sítios arqueológicos foram inseridos no ambiente da maquete eletrônica, permitindo a recriação o mais fiel e exatamente possível do que viriam a ser as construções de Bracara Augusta.

A modelagem computadorizada, entretanto, não oferece somente aos leigos uma viagem virtual, mas também se apresenta como um poderoso instrumento de análise para os técnicos que, a partir da maquete eletrônica da cidade em seus diversos períodos, pode compreender a evolução urbana, elaborar comparações e extrair conclusões advindas do estudo urbanístico, via interface gráfica dos dados obtidos em campo, iconografias e bibliografias.

Figura 25 – Modelo Virtual Bracara Augusta no século II
Fonte: BERNARDES (2002)

Figura 26 – Modelo Virtual Bracara Augusta no século IV
Fonte: BERNARDES (2002)

3.2.2 – Visualizando intervenções no Espaço Patrimonial

Construídas não somente para fins analíticos, as maquetes computadorizadas também permitem a visualização de propostas e intervenções aplicadas ao espaço patrimonial que se deseja preservar. Associando mapas convencionais à modelagem virtual potencializamos resultados, como podemos perceber através do exemplo do *"Programa de Preservação e Revitalização do Núcleo Histórico Urbano de Santana dos Montes"*[3].

A cidade localiza-se na região central de Minas Gerais, contando com cerca de quatro mil habitantes. Sua fundação data do ciclo do ouro no Estado, no início do século XVIII. O arranjo espacial urbano se desenvolve principalmente em torno da Igreja Matriz de Santanna. O centro histórico permaneceu estagnado desde a década de 70, acompanhando os dissabores da economia. Com a retomada do crescimento econômico na década de 90, o potencial turístico da área evidenciou-se, incentivado especialmente pela "Lei Robin Hood", em 2001. Desde então, tornou-se emergente a necessidade de se revitalizar o patrimônio histórico desta cidade que integra o complexo da *Estrada Real*, sendo um dos 176 municípios pertencentes à zona de influência do "grande corredor turístico de imensas potencialidades econômicas nas áreas do turismo histórico, cultural, de negócios, gastronômico, rural, ecoturismo, saúde e esportivo"[4].

Assim, o *Programa de Preservação e Revitalização do Núcleo Histórico e Urbano de Santana dos Montes* encaixava-se na proposta de política patrimonial do Município e do Estado. O projeto, vencedor da *9ª Premiação IAB/MG 2002* - categoria *Preservação e Reabilitação*, além de explorar o *mapeamento bidimensional*, também lança mão da maquete eletrônica para propor as intervenções no centro histórico da cidade, visando à apresentação das propostas ao público interessado de moradores. Entretanto, segundo ASSIS em entrevista, a perspectiva eletrônica não foi completamente compreendida por parte da população, uma vez que se propunha esquemática e não uma fotografia futura do que viria a ser o novo espaço. Assim, mobiliários urbanos utilizados somente para fins ilustrativos, confundiram olhares leigos, pouco acostumados com a nova linguagem. Apesar de algumas vezes incompreendida, a Realidade Virtual apresenta-se como uma ferramenta extremamente relevante na elaboração de análises urbanísticas e na avaliação de intervenções, especialmente em áreas protegidas pelos órgãos de patrimônio.

---

[3] O projeto, de autoria da arquiteta Adriana de Paiva Assis e de Honório Nicholls Pereira, encontra-se detalhado na dissertação de mestrado da autora: ASSIS, Adriana Paiva de. **Conservação do Patrimônio e Turismo**: arranjos e conflitos entre memória, história e consumo. 2003.141 (f.) Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte.

[4] FIEMG. Perfil do Potencial Turístico da Área de Influência da Estrada Real. 2003. Pg. 9. In: ASSIS (2003)

Figura 27 - Proposta Praça Centro - Santana dos Montes
Fonte: ASSIS (2003)

Figura 28 - Vista Geral Proposta Centro - Santana dos Montes
Fonte: ASSIS (2003)

Como outro exemplo da virtualização de propostas de intervenção temos o *Projeto de Revitalização do Museu Aleijadinho da Escola de Arquitetura da UFMG*[5]. A EA-UFMG, criada em 05 de agosto de 1930, foi a primeira escola da América do Sul a nascer desvinculada das Escolas Politécnicas, de Belas Artes e Filosofia. Sua fundação deu-se sob o entusiasmo da Semana de Arte Moderna de 1922 o que influenciou, não somente a produção arquitetônica das gerações subseqüentes de formandos, mas como também a concepção do próprio espaço da EA. O edifício data da década de 40, no auge da eminência de Pampulha e Niemeyer. De autoria do arquiteto Shakespeare Gomes, o prédio modernista é tombado pelo município.

[5] A Escola de Arquitetura da UFMG desenvolve atualmente um amplo projeto de revitalização do seu espaço. O projeto de *Revitalização do MEA-EAUFMG foi* elaborado e doado pela autora à EAUFMG. (Anexo Digital II)

Figura 29 - Fachada Principal da Escola de Arquitetura da UFMG – Déc. 50/60
Fonte: Acervo de Fotodocumentação Sylvio de Vasconcellos

Ao final da escadaria do hall principal, um espaço nobre: o Museu Aleijadinho. O acervo de reproduções em gesso das esculturas do grande Mestre dá o tom brasileiro ao nosso Modernismo, aliando vanguarda à valorização do patrimônio histórico colonial. Visando melhor utilização e avivamento do espaço, procuramos no vermelho o barroco, na simplicidade das linhas o modernismo, e no uso de materiais como o vidro o toque contemporâneo. Para a apresentação aos ex-alunos na EA-UFMG montou-se um *Power Point* e uma animação eletrônica que permitia um passeio virtual no espaço sob intervenção (Anexo Digital II). Além da proposta em vermelho, outras propostas de cores e disposição dos painéis foram apresentadas, sendo este mais um recurso permitido pelo instrumento. Devido ao meio, não houve estranhamentos quanto à linguagem virtual na apresentação. Para que a reação se universalize, trata-se apenas de uma questão de tempo.

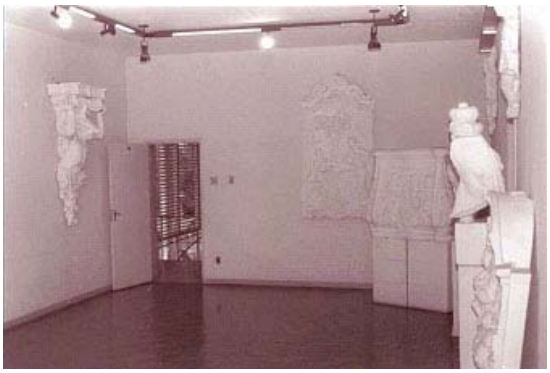


Figura 30 - Estado atual do MEA - EA UFMG
Fotografia: Archimedes de Almeida

Além das animações, os modelos virtuais podem ainda ser submetidos a outros *softwares* de interatividade gráfica, como o *Quest*, onde o usuário determina, em tempo real, sua própria trajetória no espaço. O clique em botões interativos ou mesmo a aproximação de determinado ponto dentro do espaço virtual desencadeia modificações no mesmo (ex: mostrando intervenções futuras), libera dados ou inicia narrações sobre o item. Todas estas possibilidades enriquecem e expandem o uso da virtualidade no *mapeamento urbanístico e arquitetônico.*

Figura 31 - Revitalização MEA-EAUFMG

Fonte: da autora

Figura 32 e 33 – MEA-EAUFMG Vista lateral e geral.

Fonte: da autora

Figura 34 - MEA-EAUFMG – Proposta Azul

Fonte: da autora

3.3 – Levantamentos Espaciais: da trena ao laser

3.3.1 – Levantamento convencional

Figura 35 – Caverna de Lascaux – França, Vista Geral do Grande Salão dos Touros
Fonte: BATTAILE (1955)

Na contemporaneidade, não somente o conceito de *patrimônio cultural* se ampliou, mas como também o seu mercado, os instrumentos de preservação utilizados e os recursos que estes demandam. Como vimos, novas tecnologias - como os ambientes virtuais - revolucionaram o trabalho do arquiteto e urbanista na proteção da memória coletiva. Quando nos referimos a *espaço cultural*, muitas vezes tendemos a vê-lo somente em locais urbanizados ou amplamente dominados pelo homem. Remetemo-nos logo a uma edificação, praça ou rua. Entretanto, existem outros inúmeros lugares, agora contemplados na visão ampliada do *patrimônio*, que também se encaixam nesta categoria. Temos nas cavernas precioso exemplo. Espaço cultural do homem primitivo, hoje em dia estes recônditos subterrâneos recebem não somente cientistas e espeleólogos, mas como também visitantes diversos com os mais variados propósitos, do ecoturismo à experiência religiosa. Algumas grutas contam com toda a infra-estrutura para receber viajantes do mundo inteiro: iluminação, passarelas e passeios guiados. A Gruta do Santuário em Bom Jesus da Lapa (Bahia) recebe fiéis de todo o Brasil, que participam de liturgias na igreja instalada dentro do grande salão revestido de estalactites.

As cavernas, ainda, reservam-nos alguns legados arqueológicos de valor imensurável. Talvez a mais famosa delas, a Caverna de Lascaux na França possui em toda a sua

extensão pinturas rupestres de rara beleza. Semelhantemente podemos observar em Altamira (Espanha), no Tassili (África) e no Vale do Peruaçu (Minas Gerais), com suas formosas e delicadas pinturas. Este último trata-se de um dos mais notáveis complexos arqueológicos do mundo, com sinais de vida há mais de 10 mil anos. Na área estão cerca de 75 cavidades, algumas destas repletas de desenhos antigos. Em 1999, o Vale transformou-se em Parque, objetivando a proteção de seu patrimônio natural, espeleológico e arqueológico. Entretanto, o local já vem sendo amplamente mapeado por arqueólogos e por espeleólogos, como os membros do *Grupo Bambuí de Pesquisas Espeleológicas*[6] que, há mais de duas décadas, realizam voluntariamente topografias em cavernas. Estes mapas estão agora subsidiando a elaboração do *Plano de Manejo do Parque Vale do Peruaçu*, em andamento.

A prática do *levantamento arquitetônico e urbanístico* é milenar. Os mapas dos tempos remotos nada mais são do que levantamentos topográficos e plantas baixas que indicam as dimensões e localizações, tanto dos elementos naturais quanto construtivos. As metodologias de levantamento mais simples demandam equipamentos pouco complexos, como trenas, clinômetros e bússolas. Este tipo de levantamento, utilizado desde o final do século XIX no mapeamento de cavernas, tornou-se o padrão adotado pelos espeleólogos até a atualidade, dimensionando as galerias através da medição de ângulos e distâncias entre bases topográficas espalhadas no percurso do conduto.

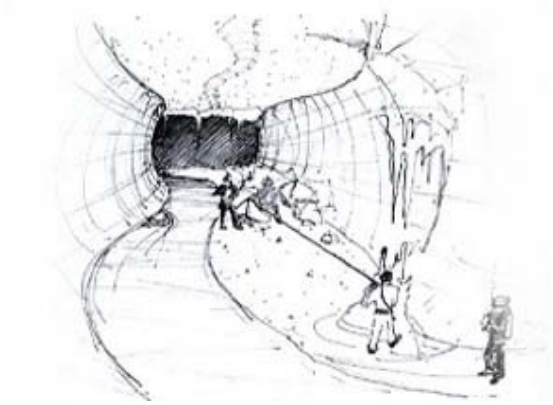


Figura 36 – Croqui de metodologia de levantamento
"bases fixas" Fonte: Vítor Moura

Modificaram-se os equipamentos, mas manteve-se a estrutura lógica do processo. No método conhecido como *bases flutuantes*:

[6] GRUPO BAMBUÍ DE PESQUISAS ESPELEOLÓGICAS. <www.bambui.org.br> O GBPE, fundado em 1983, com sede em Belo Horizonte, é uma entidade de utilidade pública estadual sem fins lucrativos, dedicada à exploração, estudo e preservação das cavernas. O grupo publica trimestralmente "O CARSTE", a maior revista brasileira de espeleologia.

> "(...) as bases são posicionadas aproximadamente no centro da galeria. As estações topográficas não são fixas a nenhum objeto ou feição da caverna, mas são representadas pelo espeleólogo que faz as medidas. Após a medição, passa-se às bases seguintes, deixando-se por vezes um pequeno cartão, pilha de pedras ou mesmo nada a demarcar a posição da base. (...) As bases topográficas podem também ser fixadas em alguma feição do teto, paredes ou piso da caverna. Esta forma de demarcação das estações é conhecida como 'método das bases fixas' e resulta em uma maior precisão na medição de distâncias. As bases são marcadas com um pequeno ponto (seja com fuligem da iluminação de carbureto ou outra forma) e são deixadas na caverna, podendo a visada ser refeita em caso de erro, ou o ponto reutilizado no caso de cavernas labirínticas que apresentem conexões com galerias já mapeadas."[7]

3.3.2 – Estação Total, GPS e Maquetes Virtuais

Nos levantamentos arquitetônicos e urbanísticos o mapeamento acima descrito também é amplamente adotado. Em alguns casos, trata-se da única ferramenta metodológica passível de ser utilizada, ainda que hoje em dia possamos contar com outros equipamentos mais avançados para o mesmo fim. O levantamento convencional, quando elaborado em *softwares* de modelagem virtual, produz excelentes resultados. Como exemplo, temos a elaboração do *Dossiê das Ruínas do Capivari*[8].

Figura 37 – Ruínas do Capivari, Caraça/MG
Fonte/Fotografia: da autora

Cerca de 200 anos atrás, os naturalistas bávaros Spix e Martius eternizaram em seus diários de viagem a beleza da Serra do Caraça e arredores. O Santuário do Caraça,

[7] AULER, Augusto et al. **As grandes Cavernas do Brasil.** Pg. 54 Este livro contém um capítulo inteiramente dedicado à topografias de cavernas, intitulado "Método de Mapeamento e Medição de Cavernas no Brasil". Este mapeamento também tem sido amplamente utilizado por arqueólogos e arquitetos.

[8] O Dossiê de Tombamento das Ruínas do Capivari, de elaboração por nós coordenada, por solicitação da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara e realização da empresa Miguilim Assessoria Cultural, subsidiou o tombamento municipal do bem em questão, no ano de 2004.

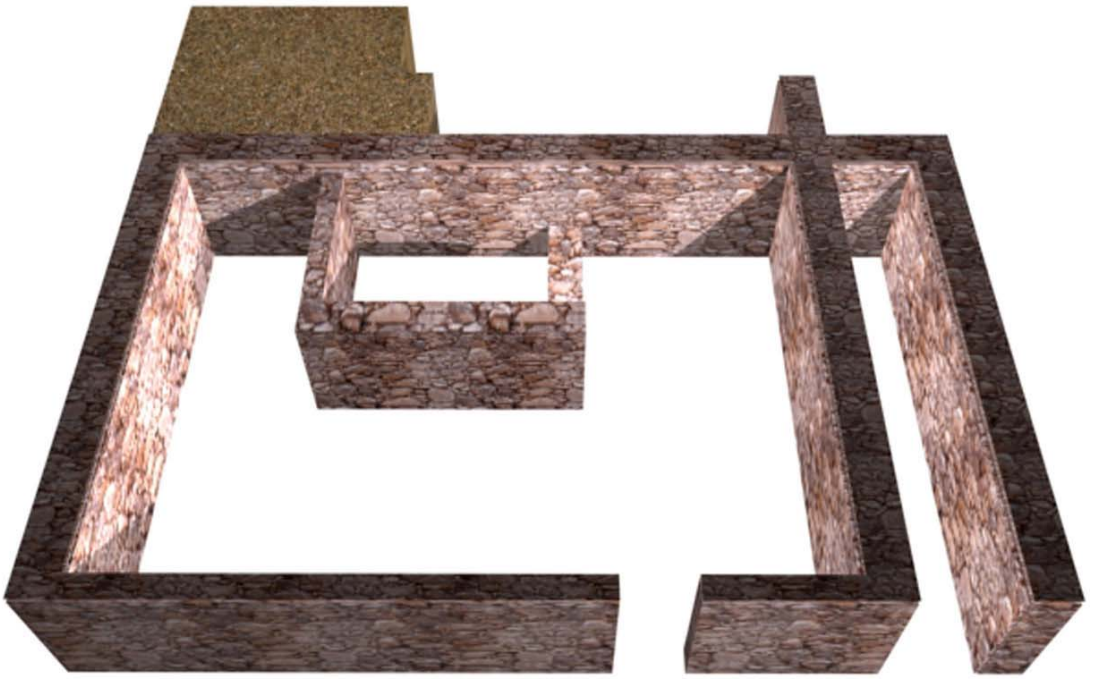
fundado em 1774, instituiu o primeiro seminário e ergueu a primeira igreja neogótica do Brasil. Em 1994 criou-se a *Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) do Caraça* que, ao objetivar a proteção de sua fauna e flora, contribuiu indiretamente para a preservação de seus outros tantos valorosos bens. Dentre estes tesouros encontram-se as Ruínas do Capivari, próximas ao rio homônimo. Segundo a tradição oral, integravam a sede da antiga Grande Fazenda do Capivari. As histórias em torno do local se justificam pela grandiosidade das paredes de pedra que ainda sobrevivem escondidas na mata, envoltas pelas árvores que delas já fazem parte.

As ruínas, portanto, compõem-se de vários blocos próximos, totalmente cobertos por vegetação fechada, de acesso complicado e difícil visualização do todo. Por se tratar de uma área de preservação ambiental, bem como de importância paisagística, histórica, arqueológica e arquitetônica, optou-se por um levantamento conservador, com exceção das estradas de terra que, pela ausência de obstáculos, permitiam o uso de Estação Total, cujo trabalho foi desenvolvido por uma empresa especializada.

A Estação Total revolucionou a topografia no final do último século. Consiste no acoplamento de um distanciômetro à um teodolito eletrônico. Da Estação é emitido um feixe de raios laser infravermelhos que, ao refletirem num prisma colocado na distância que se deseja medir, retorna novamente para a Estação. Nesta, através do cálculo do tempo de retorno, com base na velocidade da luz, ficam memorizadas as medidas de cada ponto referência onde o refletor for posicionado. Posteriormente estes dados, elaborados em *softwares* dedicados, permitirão o processamento de mapas planimétricos e altimétricos com precisão de milímetros. A localização geográfica da Estação Total se dá com a utilização de outro equipamento complementar: o GPS – *Global Positioning System*. Através da trilateração espacial, localizando instantaneamente três satélites e aplicando as *Leis de Kepler*, os GPS são capazes de precisar, em centímetros, qualquer ponto sobre a superfície do planeta.

Assim, no levantamento das estradas e terreno que circundavam o *Perímetro de Tombamento das Ruínas do Capivari*, foram utilizados a Estação Total Eletrônica e o GPS. Já para levantar as ruínas em si, procurava-se deslocar apenas os galhos necessários para a passagem da equipe, composta por arquitetos e espeleólogos. O uso de Estação Total demandaria a poda e limpeza do terreno, uma vez que folhas e galhos bloqueariam parcialmente a trajetória dos raios, comprometendo a correta medição. Optou-se, portanto, pelo retorno à trena, mantendo, deste modo, intacta a vegetação de entorno e de cobertura do bem. Com o uso do GPS, foram identificadas as coordenadas geográficas dos valores métricos levantados que, uma vez lançados nos *softwares AutoCAD* e *3D Studio MAX*,

RUINAS DO CAPIVARI I



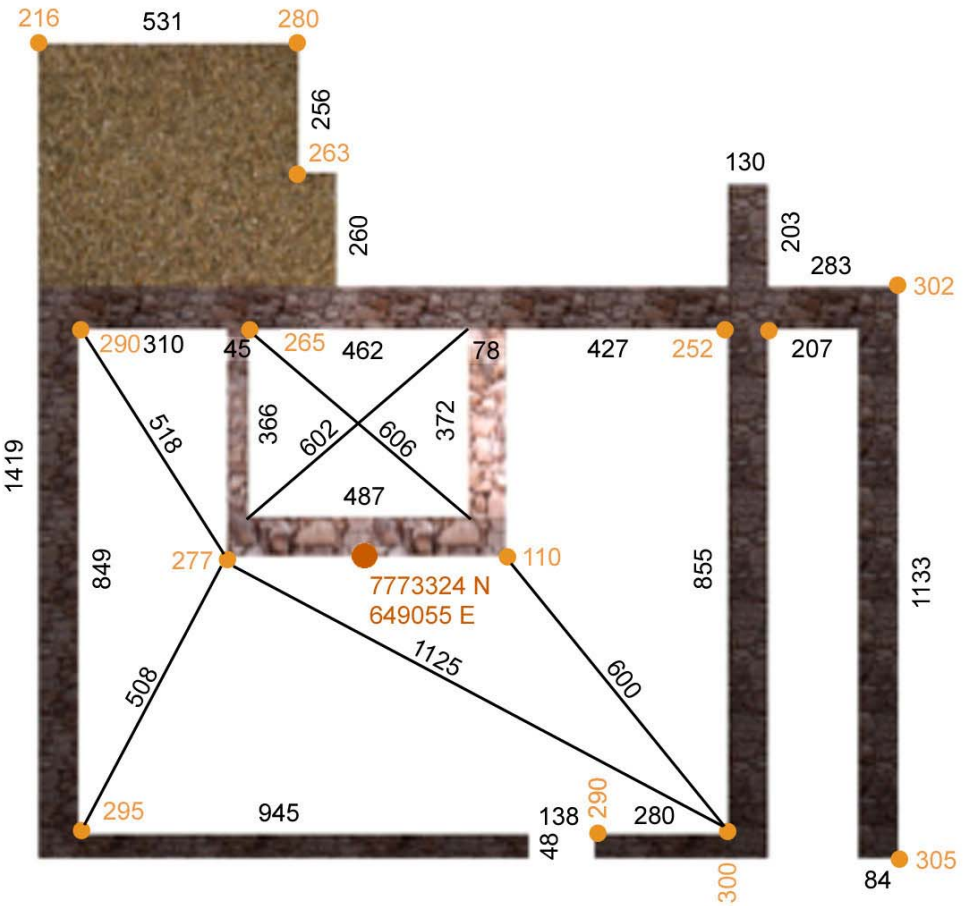


FIGURA 38

RUINAS DO CAPIVARI II

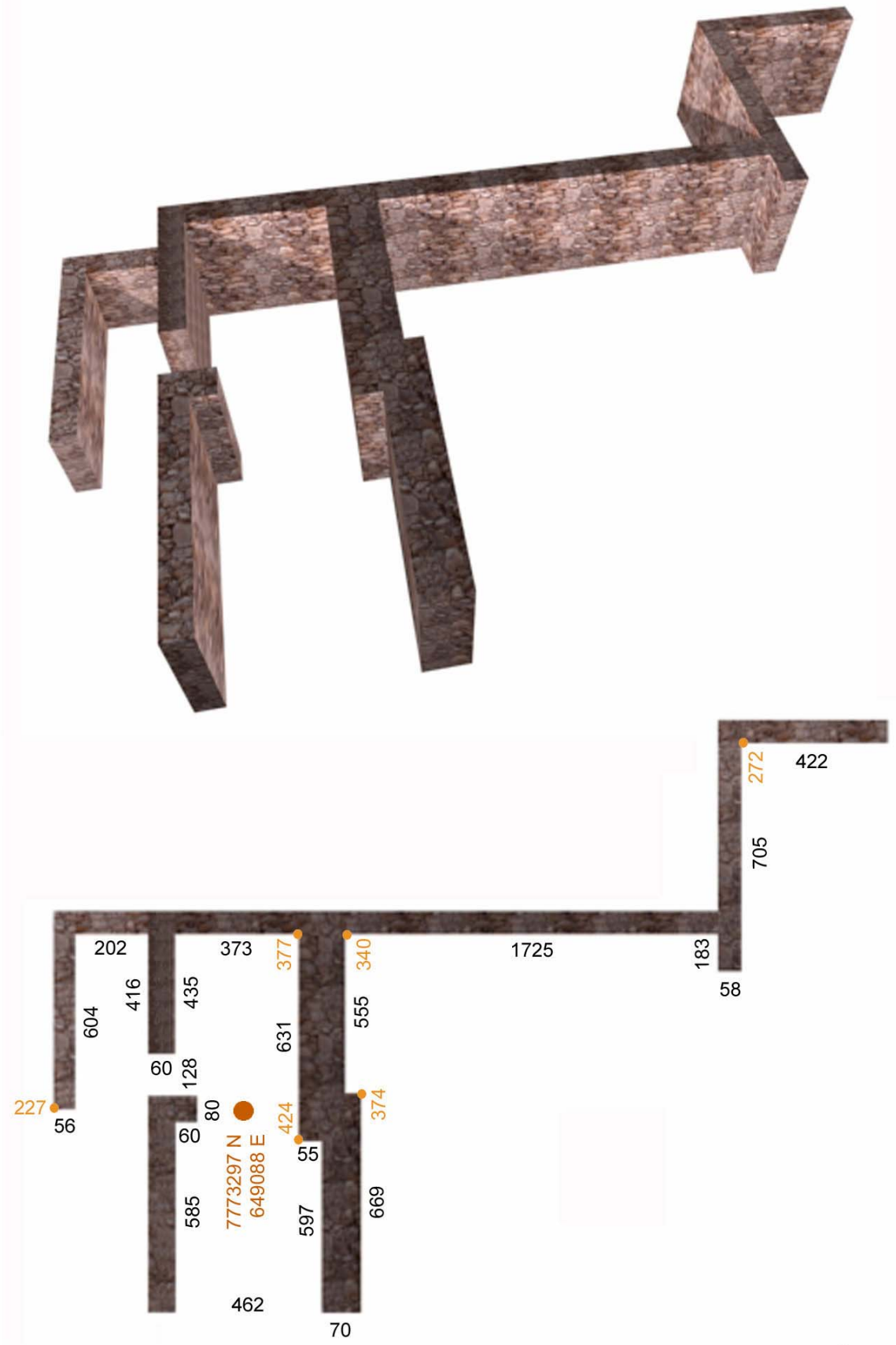
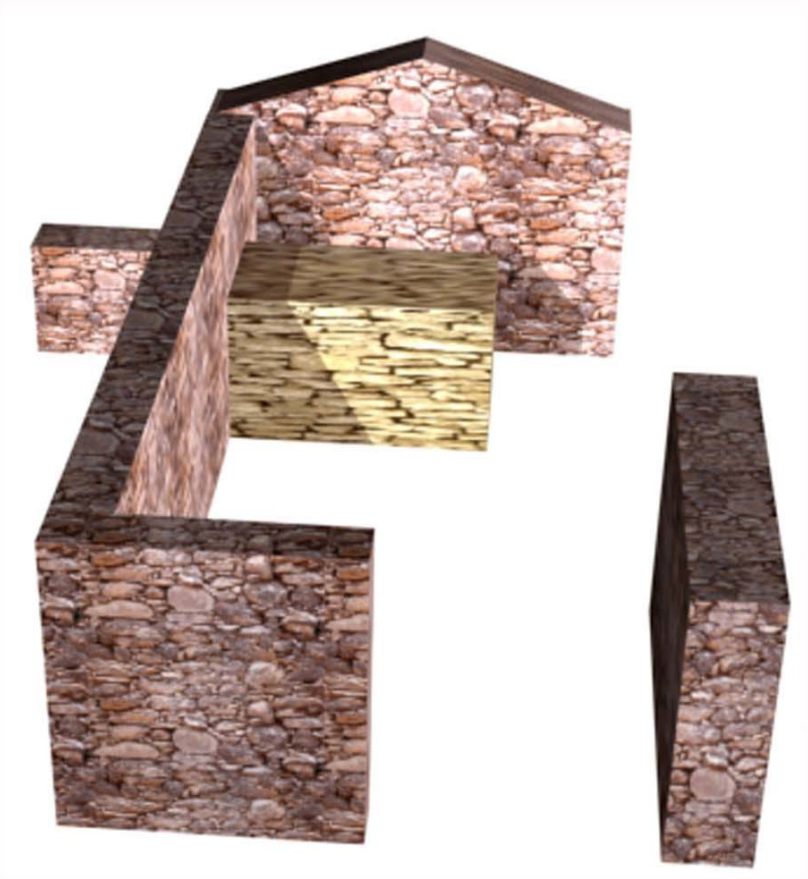


FIGURA 39

RUINAS DO CAPIVARI III



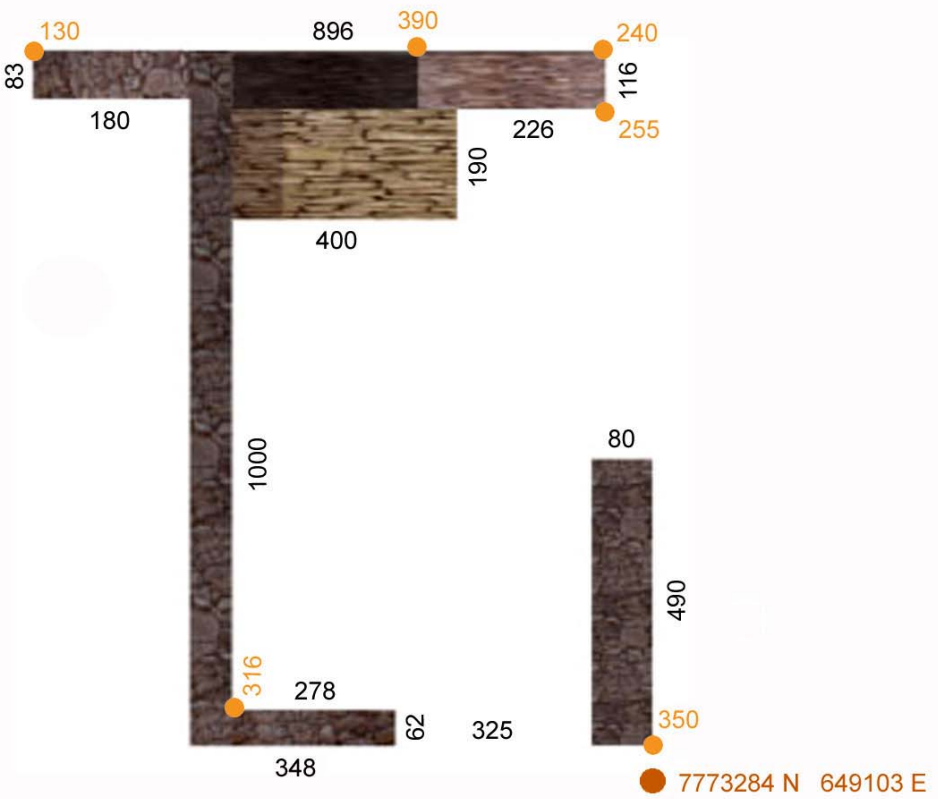


FIGURA 40

forneceram modelos virtuais e desenhos técnicos de cada parte das ruínas. (Figura 38 a 40). Através do casamento de metodologias de levantamento, obteve-se uma visão geral de cada bloco, proporcionando uma compreensão do todo, impossível de ser obtida unicamente por fotografia ou observação *in loco*, devido à presença de cobertura vegetal cerrada. Deste modo, a modelagem virtual subsidiou as análises e interpretações arquitetônicas a partir do levantamento convencional, sem que houvesse danos ambientais e físicos ao bem tombado.

3.3.3 – Levantamentos fotográficos e montagens digitais

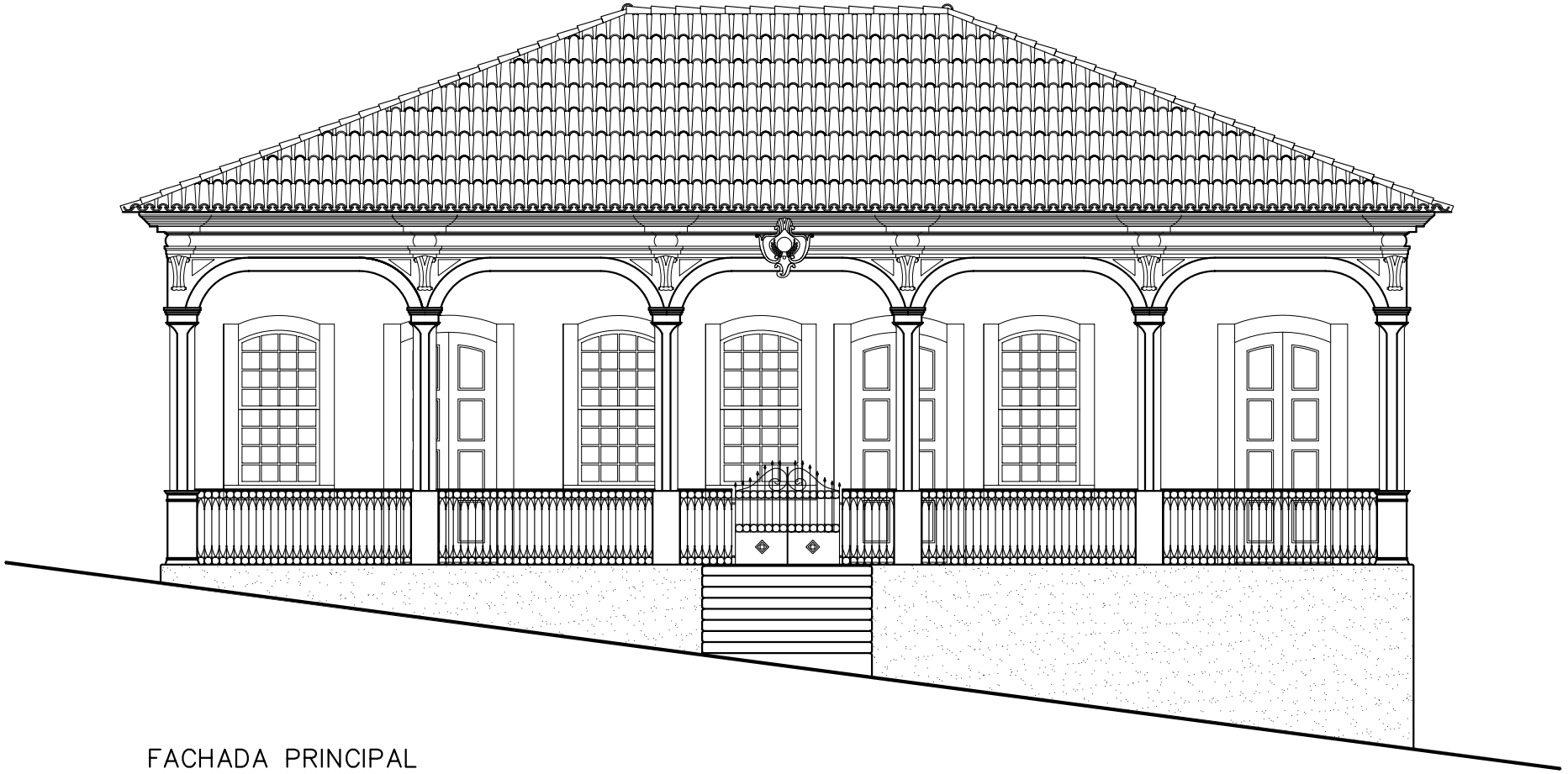
Um outro poderoso auxiliar dos técnicos consiste no levantamento fotográfico. Através da fotografia torna-se possível, fora do campo, estabelecer medidas faltantes, conferir valores levantados, bem como determinar pormenores impossíveis de serem mensuráveis *in loco*, seja por sua inacessibilidade, seja pela riqueza de detalhes que apresenta. Por meio do uso de lentes que causam pouca distorção visual[9], bem como calculando as alterações provocadas pela perspectiva através do ponto de fuga e ponto do observador, torna-se possível avaliar com precisão considerável todas as dimensões de um espaço.

Este método, largamente utilizado no *Projeto Tiradentes – Inventário do Patrimônio Edificado da UFMG*[10], gerou excelente levantamento, especialmente da fachada do Fórum, que possuía elementos decorativos ecléticos cujo levantamento convencional – por croquis e trena rígida - não produziria resultados satisfatórios, além de requerer tempo e vários retornos para ajustes. Assim, fotografamos minuciosamente os detalhes da edificação, retirando de cada um deles uma ou duas *medidas de referência* que pudessem fornecer a escala verdadeira. Em seguida, as melhores fotografias, com menos distorções, foram inseridas no *AutoCAD*, onde se desenhou por cima da imagem os ornamentos que se desejava detalhar. Finalmente, a partir da *escala de referência* colocou-se o desenho na escala real, por meio dos comandos *scale* e *align*. Como resultado temos um levantamento apropriadamente pormenorizado e preciso. (Figura 41 a 45).

---

[9] Exemplo: 50 mm. Lentes abaixo (28 mm, olho de peixe, etc.) ou acima (100mm em diante, teleobjetivas, zoom, etc.) causam grandes distorções no objeto a ser fotografado. Estas distorções podem ser calculadas em softwares dedicados, mas requerem mais tempo e elaboração.

[10] No *Projeto Tiradentes*, a equipe desenvolveu, juntamente com o CECOR, levantamento detalhado das quatro edificações pertencentes à Fundação Rodrigo Melo Franco de Andrade, em Tiradentes: Casa do Padre Toledo, Fórum, Cadeia e Casa de Cultura. Trata-se de uma pesquisa sistemática que, ao reconhecer e documentar a situação específica de cada uma das edificações estudadas possibilita a elaboração de propostas de preservação para as mesmas. A metodologia adotada parte do contexto mais geral - o urbano - com seus múltiplos cruzamentos espaciais, funcionais e simbólicos para, num movimento de aproximação, chegar à identificação das diferentes edificações em todos os seus aspectos. O projeto foi apresentado na XVIII Semana de Iniciação Científica da UFMG.

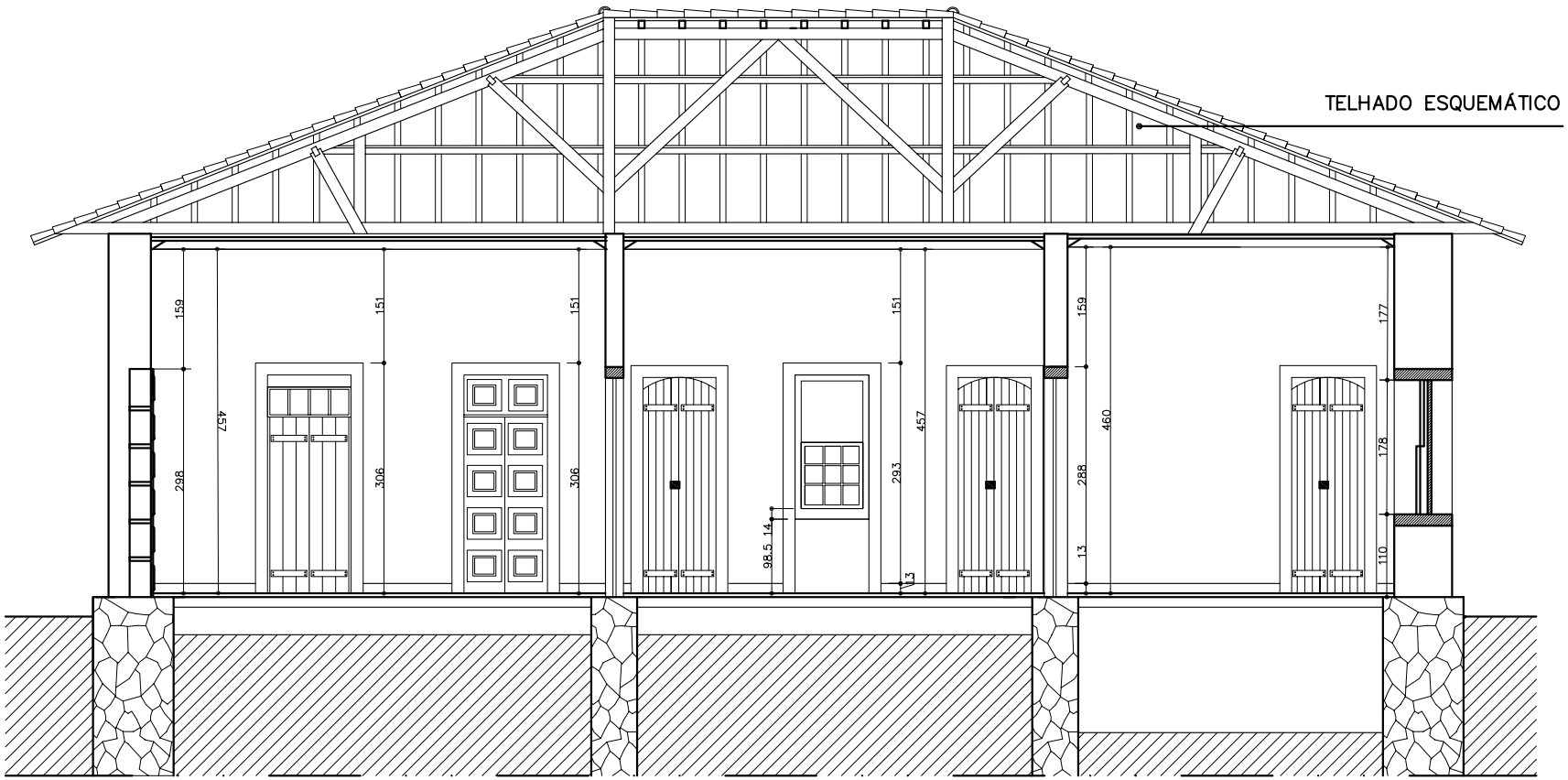


FACHADA PRINCIPAL

Escala---------- 1:30

PROJETO:	PROJETO INVENTÁRIO DE ACERVOS DA UFMG SUB PROJETO 2: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO / UFMG		
	LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO "FÓRUM – CÂMARA DOS VEREADORES E SEDE DA FRMFA"		
DETALHE: FACHADA PRINCIPAL, FACHADA POSTERIOR			DATA: SETEMBRO-99
COORDENAÇÃO: LEONARDO BARCI CASTRIOTA JEREMIAS MARTELETO RUGANI			FOLHA:
EQUIPE TÉCNICA: ROSANA DE SOUZA MARQUES, PAULO HENRIQUE ALONSO, ANA BARBOSA, ANA CECÍLIA N. ROCHA, FERNANDA P. GUIMARÃES			03/08
COLABORAÇÃO: HAYATO HIRASHIMA, WAGNER DE SOUZA REZENDE			
LEVANTAMENTO (Jun/Ago–99) Ana Cecília, Rosana, Paulo, Wagner, Fernanda, Hayato	DESENHOS (Set–99) ANA CECÍLIA N. ROCHA	REVISÃO	

FIGURA 41



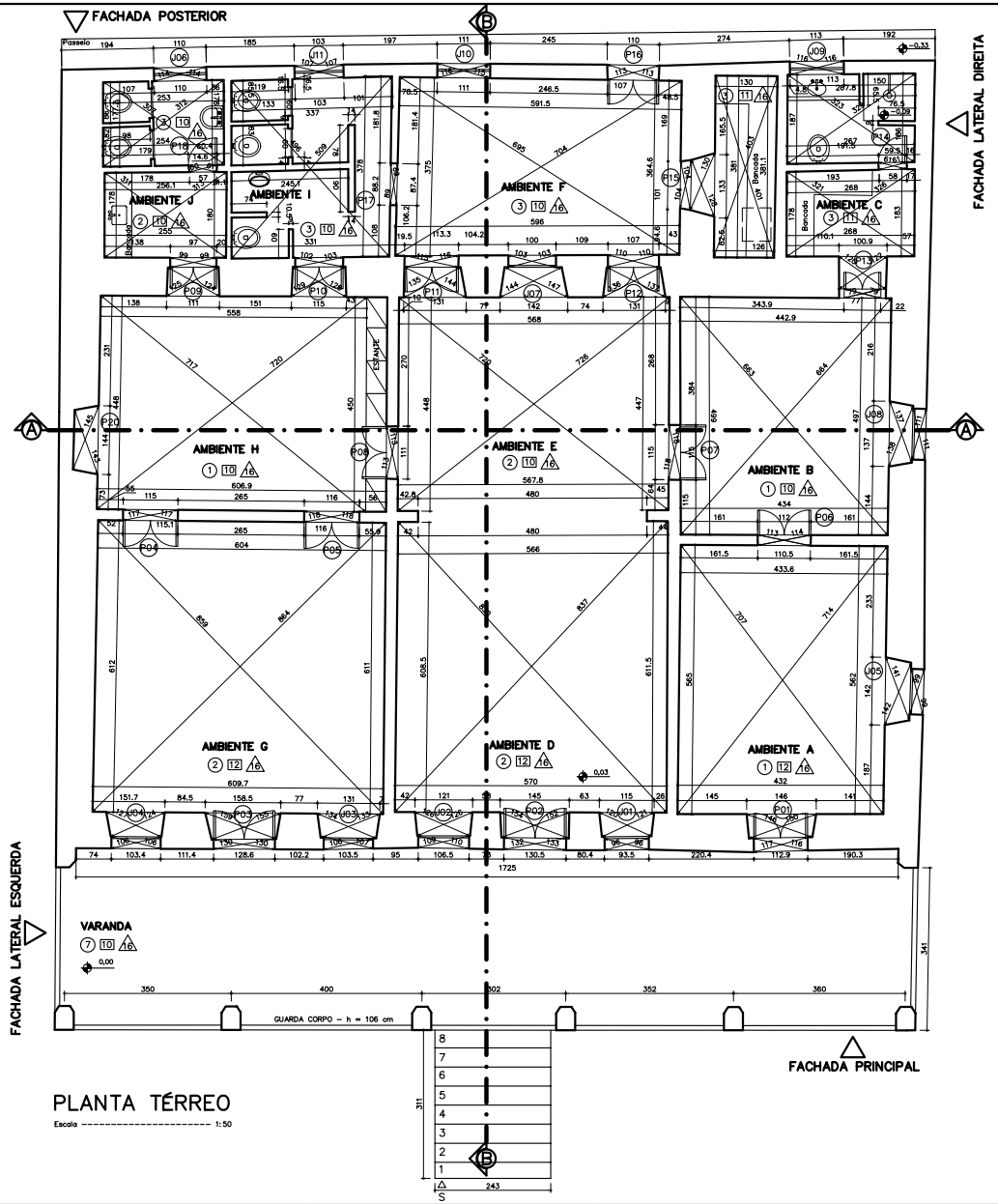
CORTE AA

Escala ---------- 1:30

FIGURA 42

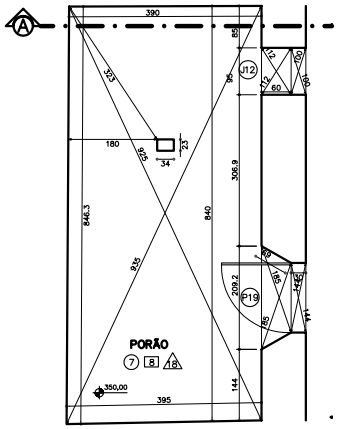
PROJETO: PROJETO INVENTÁRIO DE ACERVOS DA UFMG SUB PROJETO 2: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO / UFMG		
LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO "FÓRUM – CÂMARA DOS VEREADORES E SEDE DA FRMFA"		
DETALHE: CORTE A–A, CORTE B–B		DATA: SETEMBRO–99
COORDENAÇÃO: LEONARDO BARCI CASTRIOTA, JEREMIAS MARTELETO RUGANI		FOLHA: 02/08
EQUIPE TÉCNICA: ROSANA DE SOUZA MARQUES, PAULO HENRIQUE ALONSO, ANA BARBOSA, ANA CECÍLIA N. ROCHA, FERNANDA P. GUIMARÃES		
COLABORAÇÃO: HAYATO HIRADOMA, WAGNER DE SOUZA REZENDE		
LEVANTAMENTO (Jun/Ago–99) Ana Cecília, Rosana, Paulo, Wagner, Fernanda, Hayato	DESENHOS (Set–99) ANA CECÍLIA N. ROCHA	REVISÃO

FIGURA 43



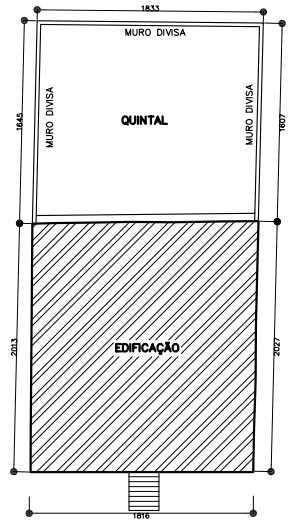
PLANTA TÉRREO

Escala ---------- 1:50



PLANTA PORÃO

Escala ---------- 1:50



IMPLANTAÇÃO

Escala ---------- 1:200

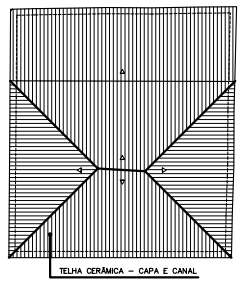


DIAGRAMA DE COBERTURA

Escala ---------- 1:200

LEGENDA			
(1) PISO EM PRANCHÕES DE MADEIRA	(10) FORRO PLANO	(16)	PAREDES COM ARGAMASSA PINTURA
(2) PISO TABUADO CORRIDO	(11) FORRO MADEIRA SAIA–CAMISA	(17)	PAREDES COM PINTURA DECORATIVA
(3) PISO CERÂMICO	(12) FORRO MADEIRA GAMELA	(18)	PAREDES SEM ARGAMASSA EM PEDRA
(4) SOLEIRA EM CANTARIA	(13) FORRO MADEIRA TIPO CAIXÃO		
(5) SOLEIRA DE MADEIRA	(14) FORRO DE ESTEIRA		
(6) SOLEIRA EM CIMENTADO	(15) LAJE		
(7) LAGE DE PEDRA			
(8) PISO TERRA BATIDA			
(9) PISO EM CERÂMICA			

PORTAS					
P01	113x306 cm	P10	100x303 cm	P19	141x306 cm
P02	130x308 cm	P11	113x281 cm	P20	115x321 cm
P03	131x320 cm	P12	106x281 cm		
P04	115x292 cm	P13	77x213 cm		
P05	116x292 cm	P14	60x306 cm		
P06	111x310 cm	P15	95x282 cm		
P07	115x310 cm	P16	107x283 cm		
P08	110x310 cm	P17	88x254 cm		
P09	97x321 cm	P18	60x360 cm		

JANELAS			
J01	92x206 Peitoril= 102	J10	111x197 Peitoril= 90
J02	110x206 Peitoril= 102	J11	103x196 Peitoril= 88
J03	103x210 Peitoril= 100	J12	95x150 Peitoril= 50
J04	105x210 Peitoril= 100		
J05	95x270 Peitoril= 50		
J06	110x201 Peitoril= 90		
J07	100x260 Peitoril= 98		
J08	107x270 Peitoril= 50		
J09	113x197 Peitoril= 79		

ÁREAS			
A	24 m²	J	8,60 m²
B	21 m²	PORÃO	33 m²
C	10 m²	VARANDA	68 m²
D	23 m²	DEPÓSITO	5 m²
E	25 m²	ÁREA TOTAL	408 m²
F	22 m²	ÁREA TÉRREO	375 m²
G	37 m²	TERRENO	670 m²
H	27 m²		
I	12 m²		

OBSERVAÇÕES

PORTA P10 NÃO ABRE – ATUALMENTE ABRIGA ARMÁRIO EMBUTIDO.

PORTA P20 NÃO ABRE – ATUALMENTE ABRIGA ARMÁRIO EMBUTIDO.

PROJETO: PROJETO INVENTÁRIO DE ACERVOS DA UFMG
SUB PROJETO 2: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO / UFMG

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO
"FÓRUM – CÂMARA DOS VEREADORES E SEDE DA FRMFA"

DETALHE: PLANTA IMPLANTAÇÃO, PORÃO, TÉRREO, DIAGRAMA DE COBERTURA

DATA: SETEMBRO–99

COORDENAÇÃO: LEONARDO BARCI CASTRIOTA
JEREMIAS MARTELETO RUGANI

EQUIPE TÉCNICA: ROSANA DE SOUZA MARQUES, PAULO HENRIQUE ALONSO, ANA BARBOSA, ANA CECÍLIA N. ROCHA, FERNANDA P. GUIMARÃES

COLABORAÇÃO: HAYATO HIRASHIMA, WAGNER DE SOUZA REZENDE

FOLHA: 01/08

LEVANTAMENTO (Jun/Ago–99): Ana Cecília, Rosana, Paulo, Wagner, Fernanda, Hayato

DESENHOS (Set–99): ANA CECÍLIA N. ROCHA

REVISÃO

FIGURA 44

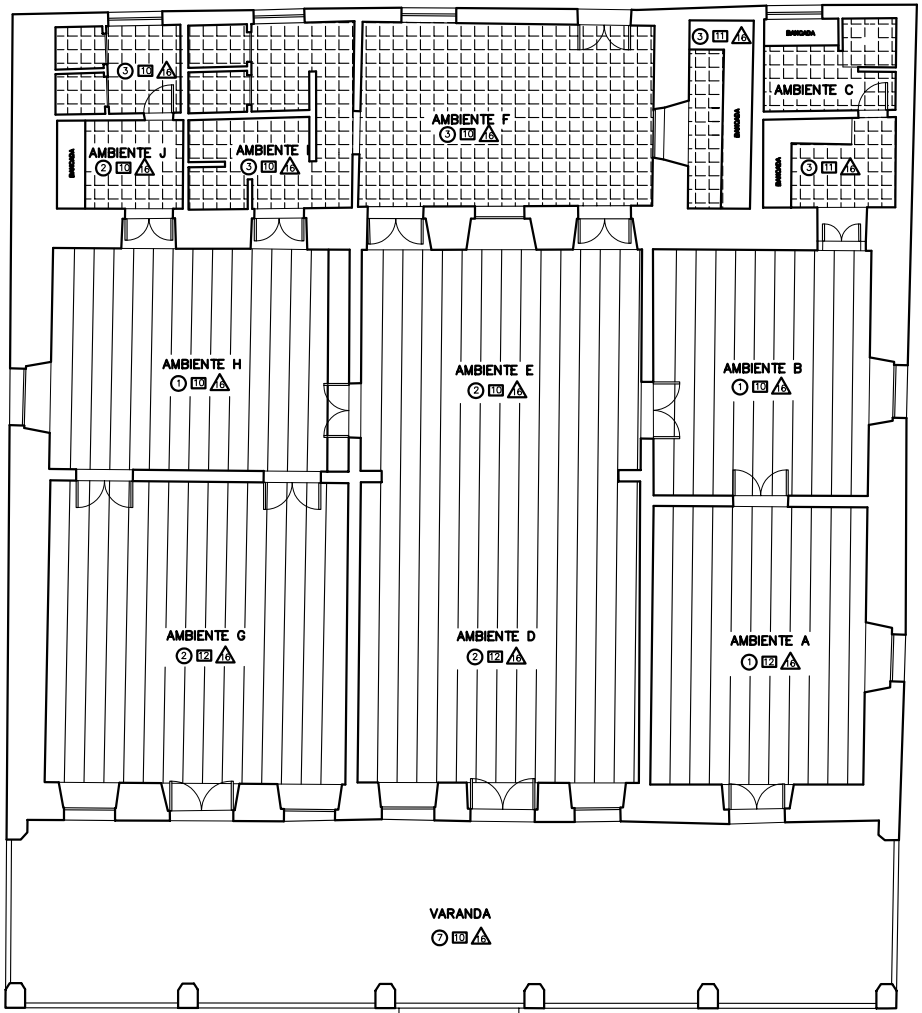


DIAGRAMA DE PISOS

Escala ---------- 1:75

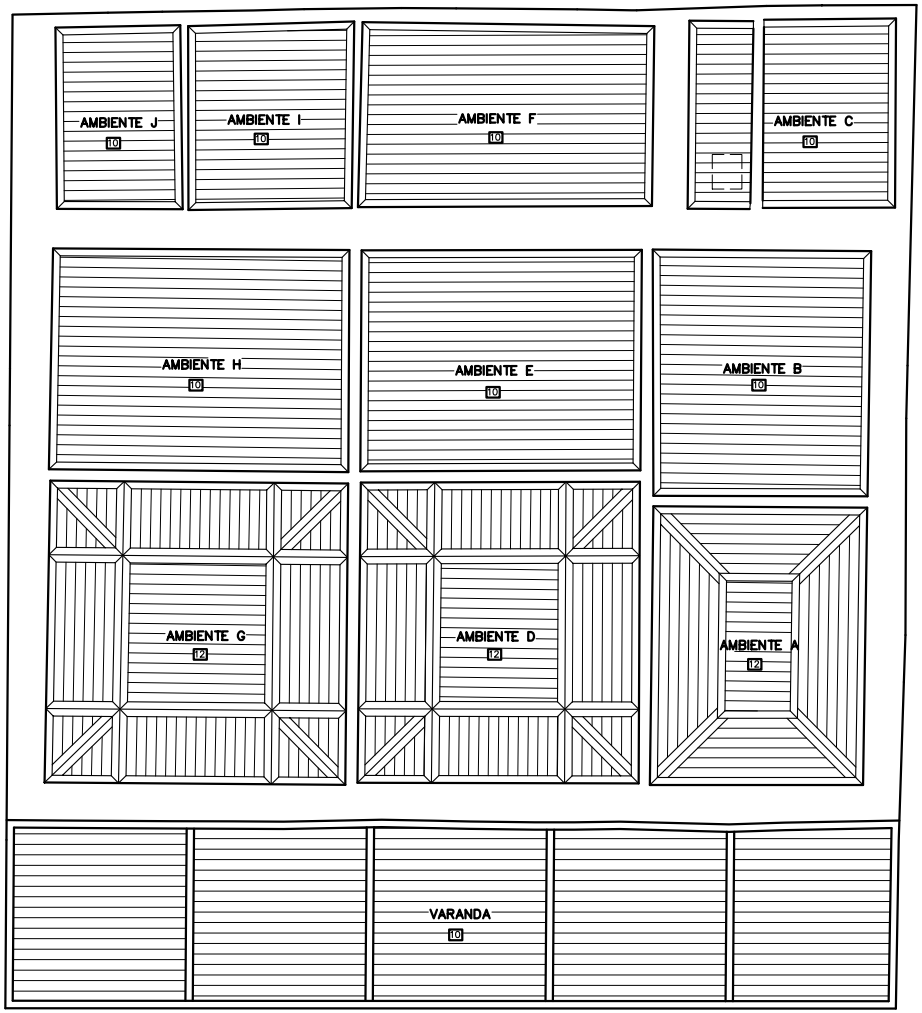


DIAGRAMA DE FORROS

Escala ---------- 1:100

LEGENDA			PORTAS			JANELAS			ÁREAS		OBSERVAÇÕES
(1) PISO EM PRANCHÕES DE MADEIRA	(10) FORRO PLANO		(P01) 113x306 cm	(P10) 100x303 cm	(P19) 141x306 cm	(J01) 92x206 Peitoril= 102	(J10) 111x197 Peitoril= 90		A 24 m²	J 8,60 m²	PORTA P10 NÃO ABRE – ATUALMENTE ABRIGA ARMÁRIO EMBUTIDO.
(2) PISO TABUADO CORRIDO	(11) FORRO MADEIRA SAIA-CAMISA		(P02) 130x308 cm	(P11) 113x281 cm	(P20) 115x321 cm	(J02) 110x206 Peitoril= 102	(J11) 103x196 Peitoril= 88		B 21 m²	PORÃO 33 m²	PORTA P20 NÃO ABRE – ATUALMENTE ABRIGA ARMÁRIO EMBUTIDO.
(3) PISO CERÂMICO	(12) FORRO MADEIRA GAMELA		(P03) 131x320 cm	(P12) 106x281 cm		(J03) 103x210 Peitoril= 100	(J12) 95x150 Peitoril= 50		C 10 m²	VARANDA 68 m²	
(4) SOLEIRA EM CANTARIA	(13) FORRO MADEIRA TIPO CAIXÃO		(P04) 115x292 cm	(P13) 77x213 cm		(J04) 105x210 Peitoril= 100			D 23 m²	DEPÓSITO 5 m²	
(5) SOLEIRA DE MADEIRA	(14) FORRO DE ESTEIRA		(P05) 116x292 cm	(P14) 60x306 cm		(J05) 95x270 Peitoril= 50			E 25 m²	ÁREA TOTAL 408 m²	
(6) SOLEIRA EM CIMENTADO	(15) LAJE		(P06) 111x310 cm	(P15) 95x282 cm		(J06) 110x201 Peitoril= 90			F 22 m²	ÁREA TÉRREO 375 m²	
(7) LAGE DE PEDRA	(16) PAREDES COM ARGAMASSA PINTURA		(P07) 115x310 cm	(P16) 107x283 cm		(J07) 100x260 Peitoril= 98			G 37 m²	TERRENO 670 m²	
(8) PISO TERRA BATIDA	(17) PAREDES COM PINTURA DECORATIVA		(P08) 110x310 cm	(P17) 88x254 cm		(J08) 107x270 Peitoril= 50			H 27 m²		
(9) PISO EM CERÂMICA	(18) PAREDES SEM ARGAMASSA EM PEDRA		(P09) 97x321 cm	(P18) 60x360 cm		(J09) 113x197 Peitoril= 79			I 12 m²		

PROJETO: PROJETO INVENTÁRIO DE ACERVOS DA UFMG
SUB PROJETO 2: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO / UFMG

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO
"FÓRUM – CÂMARA DOS VEREADORES E SEDE DA FRMFA"

DETALHE: DIAGRAMA DE PISOS E FORROS

DATA: SETEMBRO-99

COORDENAÇÃO: LEONARDO BARCI CASTRIOTA
JEREMIAS MANTELATO BUGANI

EQUIPE TÉCNICA: ROSANA DE SOUZA MARQUES, PAULO HENRIQUE ALONSO, ANA BARBOSA, ANA CECÍLIA N. ROCHA, FERNANDA P. GUIMARÃES

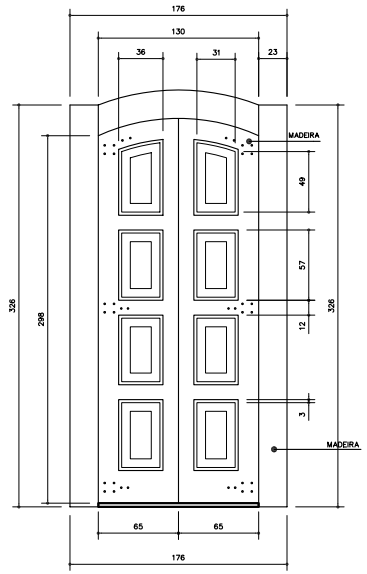
COLABORAÇÃO: HAYATO HIRASHIMA, WAGNER DE SOUZA REZENDE

FOLHA: 05/08

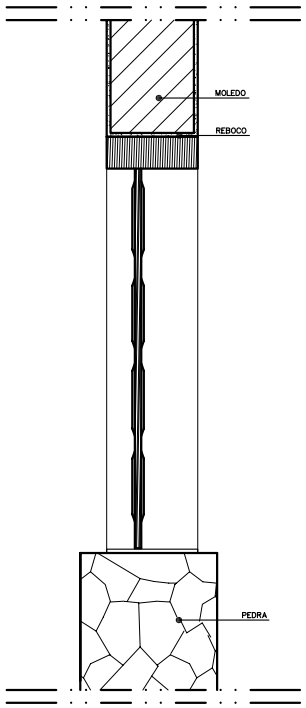
LEVANTAMENTO (Jun/Ago--99) Ana Cecília, Rosana, Paulo, Wagner, Fernanda, Hayato

DESENHOS (Set--99) ANA CECÍLIA N. ROCHA

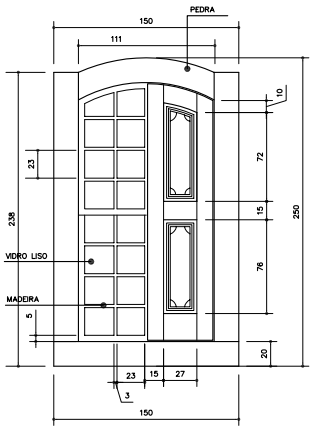
REVISÃO



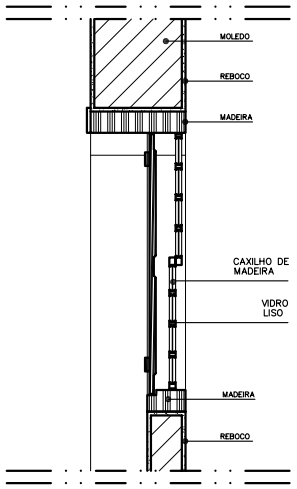
ELEVAÇÃO EXTERIOR
ESC----------1:20



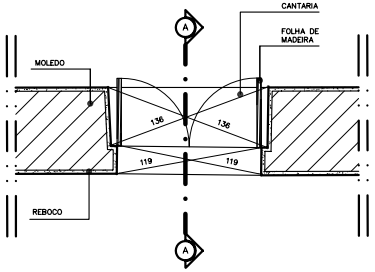
SEÇÃO AA
ESC----------1:20



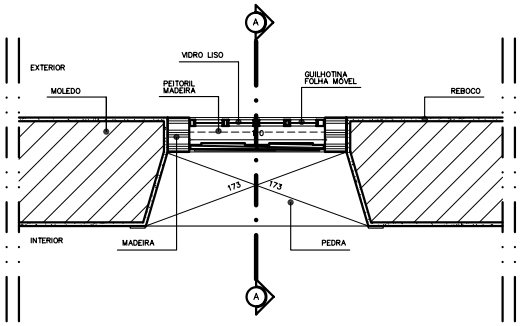
ELEVAÇÃO EXTERIOR
ESC----------1:20



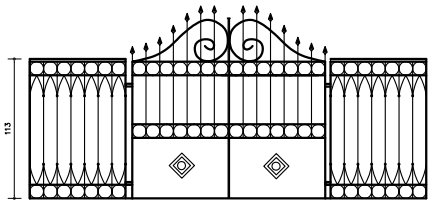
SEÇÃO AA
ESC----------1:20



SEÇÃO HORIZONTAL PORTA
ESC----------1:20



SEÇÃO HORIZONTAL JANELA TIPO
ESC----------1:20



DETALHE GRADIL
ESC----------1:20

OBSERVAÇÕES

PROJETO: PROJETO INVENTÁRIO DE ACERVOS DA UFMG
SUB PROJETO 2: INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO / UFMG

LEVANTAMENTO ARQUITETÔNICO
"FÓRUM – CÂMARA DOS VEREADORES E SEDE DA FRMFA"

DETALHE: DETALHES ESQUADRIA, PORTA PRINCIPAL E GRADIL

DATA: SETEMBRO-99

COORDENAÇÃO: LEONARDO BARCI CASTRIOTA
JEREMIAS MARTELETO RUGANI

EQUIPE TÉCNICA: ROSANA DE SOUZA MARQUES, PAULO HENRIQUE ALONSO, ANA BARBOSA, ANA CECÍLIA N. ROCHA, FERNANDA P. GUIMARÃES

COLABORAÇÃO: HAYATO HIRADOMA, WAGNER DE SOUZA REZENDE

FOLHA: 08/08

LEVANTAMENTO (Jun/Ago--99) Ana Cecília, Rosana, Paulo, Wagner, Fernanda, Hayato

DESENHOS (Set--99) ANA CECÍLIA N. ROCHA

REVISÃO

A fotografia, entretanto, pode ser considerada não apenas elemento intermediário do levantamento, como também produto final, com larga vantagem em relação aos desenhos bicolores, cuja função primeira reside no fornecimento de dados métricos. Através da marcação de bases de fotografias seqüenciais, posteriormente trabalhadas em *softwares* de *design* gráfico como *Adobe Photoshop*, conseguimos obter visadas panorâmicas com pouca distorção do objeto fotografado. Através desta metodologia de montagem digital a equipe obteve uma visada ampla do *Aqueduto Quebra-Ossos*[11] (Anexo Digital III), aos pés da Serra do Caraça, assim como do conjunto da *Fazenda do Candonga*[12], em Guanhães.

Figura 46 – Fazenda do Candonga – Montagem Digital do Conjunto Arquitetônico da Casa Grande
Fonte/Fotografia: da autora *in* Dossiê Fazenda do Candonga

Entretanto, o levantamento fotográfico desenvolvido em computador guarda algumas perigosas armadilhas quando se trata de registros fiéis para a posteridade. Por contar com inúmeros recursos, os *softwares* especializados permitem uma série de manipulações na imagem. Se usos benéficos podem ser extraídos desta ferramenta, uma edição mal intencionada resulta em postura antiética. Como exemplo de edição infiel, temos a montagem fotográfica abaixo (Figura 47), criada com o material obtido no *IPUC Colônia Santa Izabel – Betim*[13]. Na montagem das fotografias - tiradas sem medição e marcação de base, nem preocupação com lentes e angulações - aplicamos os seguintes recursos:

[11] O Aqueduto Quebra-Ossos, do século XVIII, constitui exemplar ímpar do gênero construtivo no Brasil. Trata-se de importante bem tombado pelo IEPHA que se localiza aos pés da Serra do Caraça. O *Parecer Técnico do Aqueduto Quebra-Ossos*, cuja equipe de elaboração integramos, objetivou elaborar um parecer completo de suas condições, traçar diretrizes de sua preservação e recuperação, propor um plano de manejo amplo para a área, bem como projetos de inserção cultural e educação patrimonial envolvendo o Aqueduto e região.

[12] O *Dossiê de Tombamento da Fazenda do Candonga*, cuja elaboração coordenamos, resultou no tombamento municipal do bem, pela Prefeitura de Guanhães. A Fazenda possui grande número de entradas de mina, sendo estas importantes registros históricos e arqueológicos de um período em que a mineração de ouro era comum na região. O conjunto arquitetônico é formado pelo casarão, sede da fazenda, estrutura da senzala, casa do feitor e dos encarregados.

[13] A Colônia Santa Izabel representa um testemunho privilegiado da evolução do tratamento da hanseníase no Brasil: do confinamento à tentativa de integração foram várias as estratégias adotadas, que se refletem na própria configuração do lugar. O trabalho aconteceu com vistas à elaboração de um diagnóstico urbano que pudesse subsidiar políticas de preservação, utilizando as particularidades locais como base para o desenvolvimento. O projeto foi apresentado na *XVIII Semana de Iniciação Científica da UFMG* e contratado pela *Prefeitura Municipal de Betim - FUNARBE*.

limpeza e clareamento das fachadas; retirada de emplacamento, fiação e outras poluições visuais; recriação de parte do muro e escadaria com suas sujidades para conferir realismo à foto; vicejamento da vegetação da praça; correção dos pisos irregulares; desenho de um azulíssimo céu[14], dentre outras providências. Como visualização de possíveis intervenções ou como divertimento, objetivo deste trabalho, a edição foi feliz. Já se fosse utilizada como registro no Dossiê, para fins de avaliação do estado de conservação do espaço, este material jamais poderia ser aproveitado.

Figura 47 – Colônia Santa Izabel – Betim / Montagem Digital elaborada em Adobe Photoshop
Fonte/Montagem: da autora

3.3.4 – Escaneamento a laser de edificações e Engenharia Reversa: Levantamento Métrico + Modelagem Virtual + Fotografia + Maquete Perfilada por Usinagem

A descoberta e controle do laser provocaram grandes saltos tecnológicos em diversas áreas do conhecimento. Na Engenharia e Arquitetura, o escaneamento a laser de fachadas revolucionou a forma de se registrar informações topográficas e construtivas de detalhe. Enquanto medições com Estação Total e GPS definem bases de 10 em 10 metros com

[14] As próprias nuvens e condição do tempo são consideradas elementos de registro e veracidade numa fotografia, permitindo, por comparação com os dados da meteorologia e levantamentos fotográficos por satélite, na mencionada data, conferir autenticidade à foto.

aferições ponto a ponto, scanners a laser (Laser Scanner – LS) podem capturar 12.000 pontos por segundo ou mais, sem a necessidade de refletores. Registram não somente as dimensões, mas como também a localização espacial, cor e textura do objeto alvo. O sistema requer pouco tempo de processamento dos dados *a posteriori* e uma equipe de execução mínima, conforme podemos perceber no quadro descritivo abaixo:

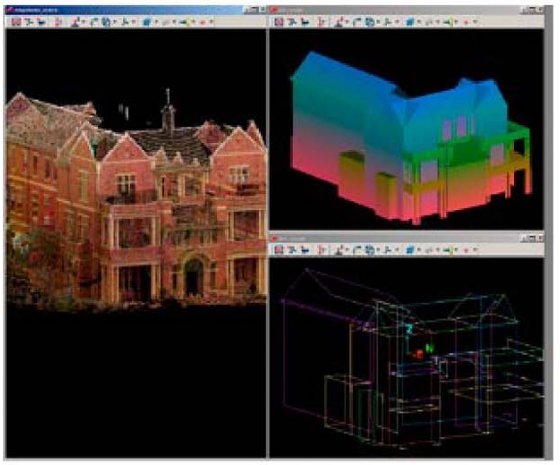
CARACTERÍSTICAS	SCANNERS A LASER
Número de pontos	12.000 pontos por segundo
Detalhes capturados pelo scanner	Posição no espaço, cor e intensidade de reflexão
Distância média entre pontos	A 100 m de distância, 1 ponto a cada 10 cm
Menor distância entre pontos	0,5 a 1,0 cm
Precisão	12,5 mm
Alcance	Até 800 metros, com amplitude de 360 graus horizontais e 80 verticais
Informações obtida no software I-Site	Dimensão, área, volume, curva de nível, etc.
Resultado do Software de tratamento dos dados coletados	Produz imagens coloridas, tridimensionais, com possibilidade de interação, animação 3D e aplicação de texturas e fotografias de satélite.
Tempo de aquisição dos pontos	De 100.000 a 2.000.000 de pontos por tomada de 3 a 15 minutos, dependendo da resolução escolhida
Rendimento de levantamento com equipe de 2 pessoas	2.000 hectares por dia
Equipamento necessário	1 laptop, 1 scanner e 1 tripé
Equipe	2 pessoas
Custo do equipamento	US$ 200.000,00
Aluguel diário do Equipamento	US$ 7.000,00
Dia de processamento dos dados no software	US$1.000,00
Risco à saúde	Não apresenta
Condições de luminosidade	Requer luz solar apenas para captura da cor do ponto, para dimensões e texturas pode ser utilizado no escuro

Tabela 1 – Quadro descritivo Scanner a laser I-Site e *software* Vulcan

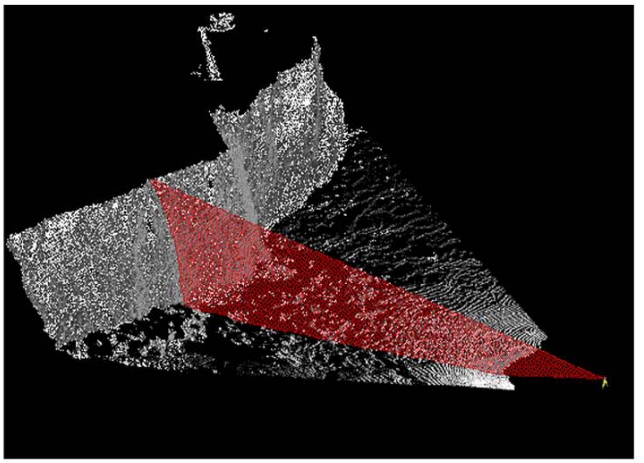
Dados: MAPTEK

Assim, o escaneamento a laser resulta, ao mesmo tempo, no levantamento fotográfico, métrico/dimensional e num modelo virtual de altíssima precisão. A maquete eletrônica, uma vez manipulada nos *softwares* dedicados, gera inúmeros mapas em diversos formatos. *Wireframe* e cotas como as pranchas fornecidas pelos CAD[15]s convencionais, mapa altimétricos cujas cores representam as alturas estipuladas pelo usuário em legenda, aplicação de texturas ou fotografias de satélite sobre o modelo tridimensional, entre outras formas selecionáveis. Principalmente, o sistema permite a exibição dos modelos com as cores originais advindas do escaneamento, sendo estas as tonalidades reais do objeto como

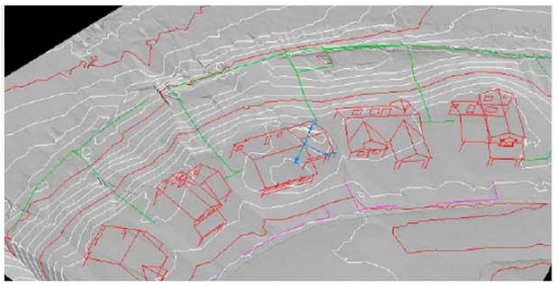
[15] CAD – Computer Aided Design. No caso do Sistema Vulcan e I-Site, os modelos podem, inclusive, ser exportados em extensão DXF para outros programas de desenho de uso corrente, como o AutoCAD.



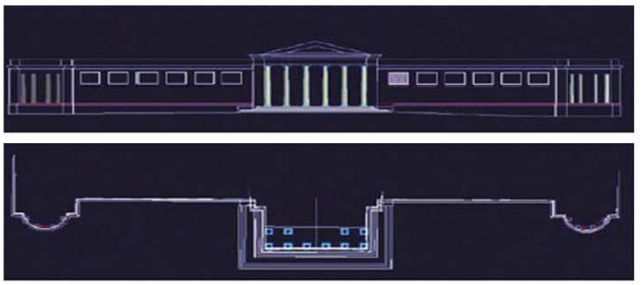
1



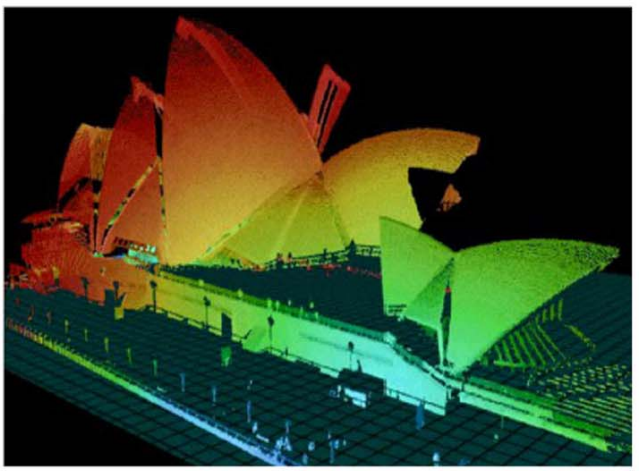
2



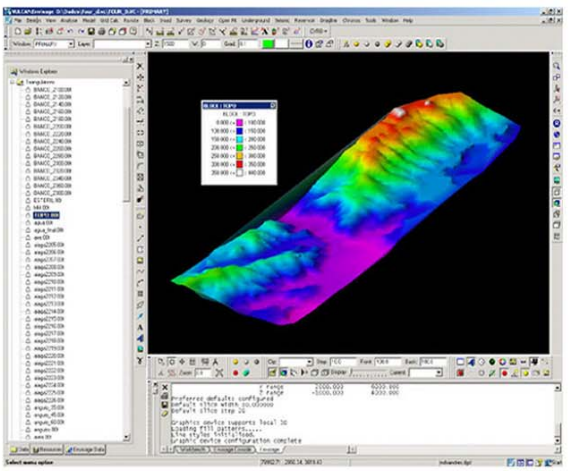
3



4



5



6

7

8

Figura 48 - Sistema Vulcan, I-Site de Scanner a Laser
1 - Escaneamento do edificio historico Goodman, na Australia, mostrado em tres formatos: cores fotograficas, mapa de altimetria e linhas (wire frame). 2 - Figura esquematica dos raios laser de escaneamento. 3 - Wire frame de mapeamentos urbanos no Colorado. 4 - Wire frame da fachada do Art Gallery of NSW, Australia. 5 - Mapa de altimetria da Opera House de Sidney. 6 - Interface grafica do programa Vulcan, com topografia em mapa de altimetria. 7 e 8 - Escaneamento de duas edificaçoes, vistas retiradas do modelo tridimensional utilizando a coloraçao real obtida em levantamento.

se apresentava sob a luz e condições climáticas na ocasião de levantamento. Trata-se, portanto, de uma fotografia tridimensional metrificada. (Figura 48)

Além do modelo digital, a tecnologia LS pode originar maquetes reais perfeitas, a partir de recursos de Engenharia Reversa (ER). Entende-se ER como o "processo de criar dados de projeto em engenharia assim como coordenadas cartesianas, superfícies e desenhos ortográficos a partir de peças existentes."[16] Portanto, sem o uso de desenhos técnicos, seria possível replicar modelos construídos via LS e prototipagem. Uma vez concluída a varredura do feixe de laser sobre a fachada, o contorno do edifício se encontra detalhadamente capturado nas nuvens de pontos digitalizados. Os dados, processados em *softwares* conversores, ao final do tratamento são capazes de dirigir uma *máquina ferramenta* de usinagem. A resina desbastada no equipamento representa, em escala reduzida e perfeita proporção, a geometria do modelo original escaneado. A peça perfilada final consiste no molde para novas reproduções da maquete real.

No Brasil os levantamentos arquitetônicos e urbanísticos exibem baixa precisão e detalhamento, gerando na maioria das vezes registros repletos de lacunas. Devido à reduzida demanda de mercado e alto custo, o uso do LS praticamente se reserva aos campos da topografia e mineralogia.[17] As mesmas limitações se observam no que tange à usinagem e aplicação da ER, restrita a poucos setores da engenharia industrial. Entretanto, no exterior, a adoção de tecnologias de levantamento a laser – tanto terrestre quanto aéreo - vem sendo explorada e pesquisada por diversas instituições. O rigor crescente das normas de preservação e legislação específica internacional vem desencadeando uma busca por sistemas que aliem precisão e apuro técnico à velocidade e produtividade de registro métrico dos bens patrimoniais. O mapeamento via LS do Palácio Ducal em Veneza, desenvolvido pelo *Laboratório de Survey, Mapeamento Digital e SIG*[18] na Itália, consiste em uma demonstração exemplar de como detalhes arquitetônicos inacessíveis e complexos podem ser simplificados e rapidamente dimensionados com o uso do laser e da informática.

---

16 KWOK et al. In: FERNEDA, Amauri Bravo. **Integração Metrologia, CAD e CAM:** Uma contribuição ao estudo de Engenharia Reversa. 1999. 112 f. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo.

17 Ver Anexo Digital IV, as animações realizadas pelo I-site na área de mineração e levantamentos diversos. Devido ao uso exclusivamente prático, para levantamentos métricos e análises de engenharia, não houve a preocupação de trabalhar visualmente as animações. Entretanto, o programa permite que o modelo seja exportado em formato DXF, onde poderá ser novamente importado para outros CADs dedicados.

18 Pertencente ao DIIAR - Department of Hydraulic, Environmental, Street Infrastructures and Survey Engineering Survey Division - Polytechnic of Milan – ITALY. O trabalho em pdf produzido pelo projeto do Palácio Ducal em Veneza encontra-se em: <http://www.photogrammetry.ethz.ch/tarasp_workshop/papers/monti.pdf>

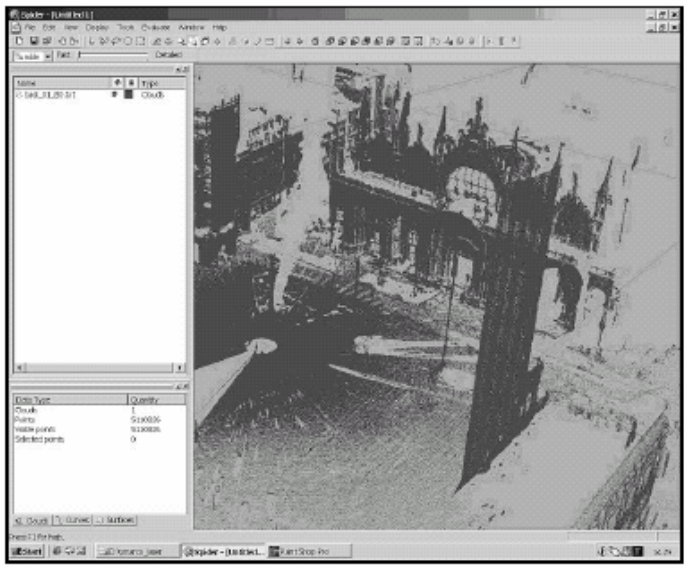


Figura 49 - Fachada do Palácio Ducal em Veneza escaneada a laser com 5.110.826 pontos. Fonte: ACHILLE (2004)

3.3.5 – O Mapeamento no Levantamento e Diagnóstico de Patologias

Quanto mais precisos forem os levantamentos arquitetônicos e urbanísticos, mais eficazes serão os mapas das patologias existentes, que permitem diagnósticos inferidos por meio de perícias técnicas no espaço e nas edificações. O reconhecimento e a delimitação dessas patologias constituem em subsídios fundamentais para o estudo das intervenções necessárias no bem, visando a segurança e a qualidade do espaço.

O mapeamento através de cores permite uma leitura otimizada da cartografia de patologias.[19] A escolha das tonalidades pode conter ainda significados agregados. Como exemplo temos o mapeamento da fachada do Mosteiro de São Martinho de Tibães (Figura 50). As cores quentes representam as patologias que implicam a destruição física e erosão da superfície da pedra. Já as ocorrências de colonização biológica apresentam-se em gradações de verde. As áreas de intercessão figuram no mapa por meio de diagonais tracejadas - indicando a combinação de diferentes patologias – ou através de triângulos para as ocorrências menos abundantes.

> O reconhecimento de padrões de distribuição espacial das patologias permite um expedito reconhecimento das relações entre a ocorrência da deterioração e as características do monumento e do seu ambiente circundante. O mapeamento das patologias é uma metodologia mais morosa, mas permite precisar com maior pormenor as relações entre a distribuição das patologias e os vários aspectos

[19] ALVES et al. **Estudo da distribuição espacial de patologias em elementos graníticos do Mosteiro de São Martinho de Tibães, Braga.** Pg. 32

climáticos, arquitetônicos e litológicos envolvidos, podendo ainda servir para uma monitorização da evolução dos processos e também para uma quantificação da deterioriazação através da utilização de programas de análise de imagem.[20]

Figura 50 - Mapa de Patologias do Mosteiro de São Martinho de Tibães Fonte: ALVES et al (2002)

Uma outra forma de simplificar o processo de mapeamento reside na confecção de mapas distintos das diversas patologias, objetivando com isto maior clareza e precisão no registro das informações. Podemos observar este método na detecção das espécies da flora infestante da *Porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra*. Os pontos de infestação foram caracterizados por legendas e mapas diferenciados.

[20] ALVES et al. **Estudo da distribuição espacial de patologias em elementos graníticos do Mosteiro de São Martinho de Tibães, Braga**. Pg. 32

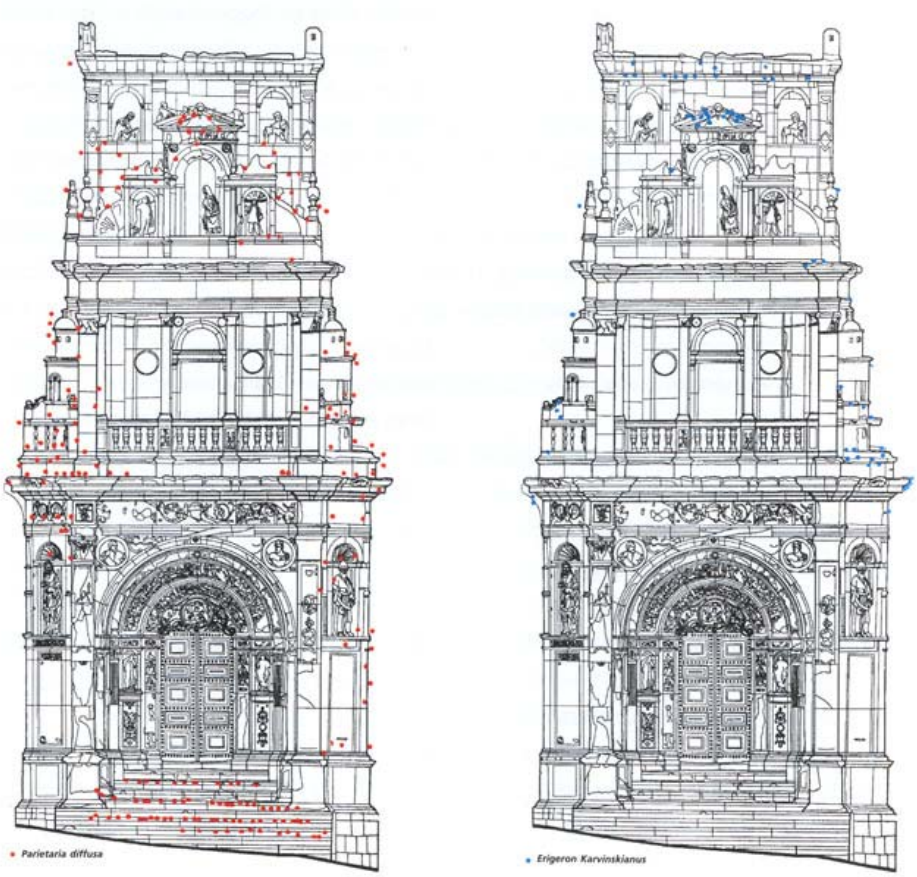


Figura 51 - Mapa Vermelho – Espécimes de *Parietaria diffusa*.
Mapa Azul – Espécimes de *Erigeron Karvinskianus*.
Fonte: MOUGA et al. (2002)

Entretanto, a principal vantagem da unificação informacional consiste na visualização global e comparativa dos dados patológicos levantados. Deste modo, sugerimos a adoção do sistema de representação por cores, em mapas unificados, mas distinguindo a associação de dados por meio de tonalidades derivadas. À semelhança do mapeamento da Cidade Jardim (Figuras 13 a 21), a matiz da mistura de cores pode representar, no desenho, a legenda resultante da combinação de patologias num mesmo local. (Exemplo 1) Nos casos mais complexos, a adesão de hachuras permitirá a exibição de um maior número de informações em um mesmo mapa. (Exemplo 2)

Figura 52 - Exemplos de sugestão de legenda para Mapas de Patologia Fonte: da autora

3.4 – Mapeando o imaterial, quantificando o qualitativo

Como vimos no item 3.1 deste capítulo, com o estudo da regulamentação da *ADE Cidade Jardim*, os dados imateriais e qualitativos, advindos de investigações geográficas, históricas, antropológicas e sociológicas, podem ser quantificados através de gráficos e estatísticas, bem como de mapas cartográficos. Em sua tese de doutorado, o arquiteto José Eustáquio PAIVA (2003) conduziu uma investigação ampla na construção de um diagnóstico da Qualidade de Vida em Minas Gerais, no período de 1991 a 2000.

> Procedeu-se às classificações utilizando a *ACP/Análise das Componentes Principais*[21], resultando num conjunto de componentes explicativas das situações nos dois momentos, seguindo-se a geração cartográfica e as caracterizações e análises procedentes. Assim, foram identificados os aspectos de 'infra-estrutura' e 'capacidades individuais', trabalhados com base em cartogramas, balizando-se os resultados obtidos com o IDH-M/Índice Municipal do Desenvolvimento Humano.[22]

Assim, a síntese dos dados coletados – que ultrapassaram a casa dos 120.000 – foram georreferenciados, apoiando-se num conjunto de métodos e técnicas relativas à classificação e ao Geoprocessamento, por meio de geração de *Superfícies Geoestatísticas* e dos já mencionados *Sistemas GIS*.[23] A partir da geração de mapas, procederam-se as análises de Minas como um todo, numa aproximação do micro ao macro. No primeiro mapa aqui reproduzido (Figura 53), temos os municípios classificados de acordo com a Qualidade de Vida (QV), variando os índices de 05 (menor nível de QV) à 01 (maior nível de QV).[24] No segundo exemplo (Figura 54), a superfície representa não a topografia e configuração física do terreno, mas a expressão dos dados tabulados. Podem-se perceber, pelo mapeamento da infra-estrutura e renda do Estado, os picos de maior índices, observados na capital Belo Horizonte, bem como nas cidades de Uberlândia, Uberaba, Juiz de Fora e Montes Claros.

---

[21] A ACP corresponde a um método taxonômico de ordenação com largo uso em trabalhos geográficos (ABREU, 1980; CERON, 1977) '[...] que permite a análise de uma matriz de dados, através de transformações lineares dessa matriz' (ABREU et al., 2002, p. 278), podendo desta forma reduzir '[...] um conjunto de dados multivariados em componentes, denominados *principais*, [...] de tal modo que as novas variáveis geradas sejam não correlacionadas entre si, mas expressam sua variabilidade' (CASTRO, 2000, p. 31)." PAIVA (2003). Pg. 87-88

[22] PAIVA (2003). Pg. 14

[23] "Por suas características, um GIS pode receber aportes de outras áreas, interagindo notadamente com a cartografia computadorizada, o gerenciamento de bases de dados, os CADs (*computer-aided design*) e o sensoriamento remoto, que vêm complementar e ampliar suas funções de aquisição e tratamento de dados e geração de informações. Pode-se, portanto, compreender um GIS como um sistema composto por um banco de dados georreferenciado, por um software que executa operações sobre os dados (análise espacial) e pelo hardware, constituindo um sistema de '[...] captação, armazenamento, manipulação, análise e apresentação de dados georreferenciados' (PIRES; MEDEIROS, 1998, p.2). Por outro lado, constituem um aporte tecnológico indispensável nos sistemas de aferição, monitoramento, planejamento e gerenciamento." PAIVA (2003), Pg. 96.

[24] O processo metodológico adotado por PAIVA encontra-se detalhadamente descrito em sua tese, mencionada na bibliografia. Para fins, entretanto, desta dissertação, iremos nos ater a uma visão rápida e resumida do seu abrangente trabalho, visando exclusivamente apresentar um excelente exemplo da geração de mapas cartográficos de dados qualitativos/subjetivos, como a qualidade de vida.

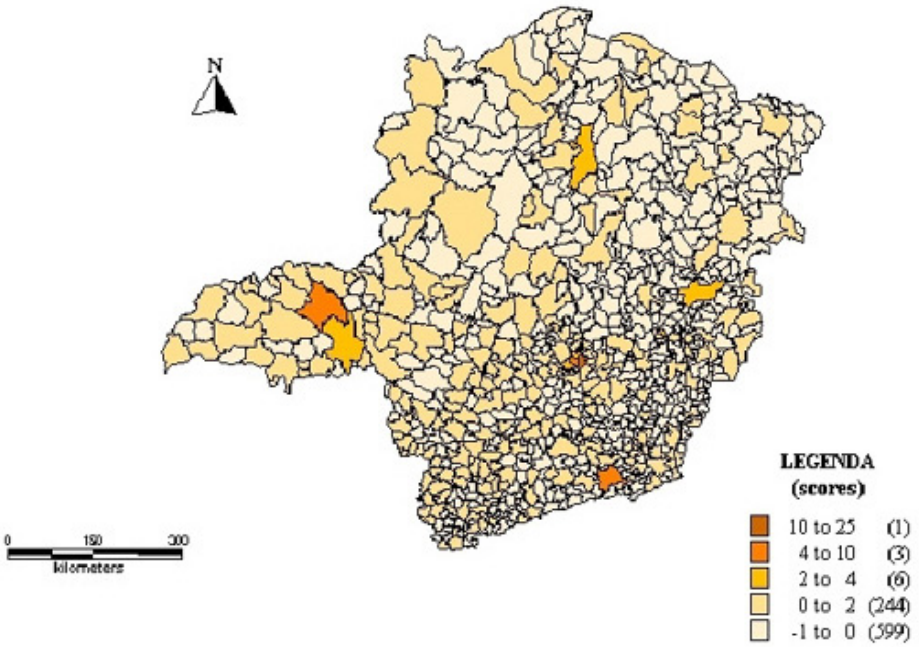


Figura 53 - Minas Gerais/Municípios/2000 – QV
Fonte: TIE PUC/MG in PAIVA (2003)

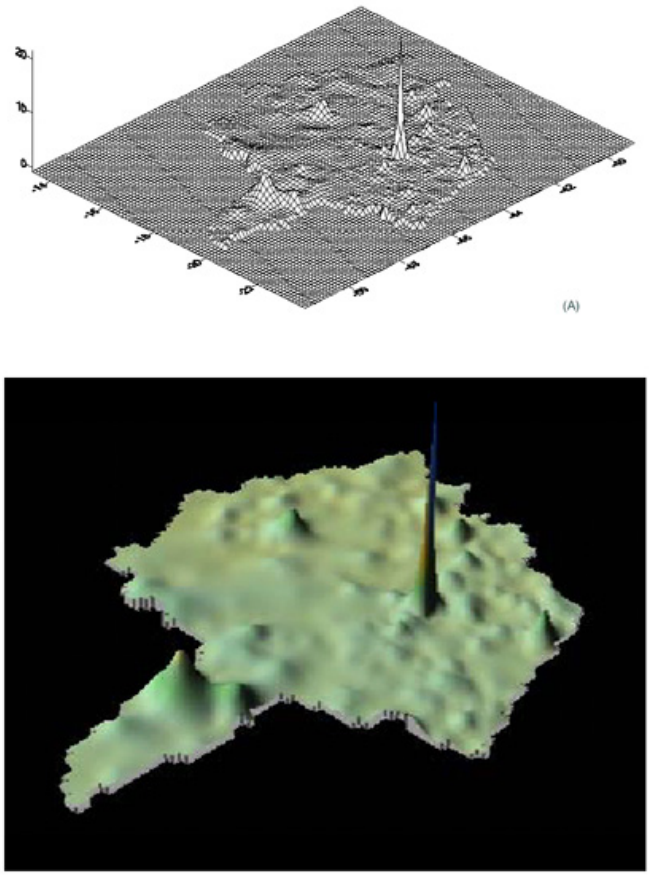


Figura 54 - MG/1991 Topografia da Infra-Estrutura - Saneamento e Renda Fonte: TIE PUC/MG in PAIVA (2003)

3.5 – Caminhos trilhados em outros instrumentos: considerações

Após avaliarmos as tecnologias e metodologias de mapeamento utilizadas em outros instrumentos patrimoniais, no que tange à aplicação destes recursos *ao Registro Cultural*, concluímos que:

a) Mapeando o imaterial, quantificando o qualitativo - Os dados imateriais e qualitativos, advindos de investigações históricas, antropológicas e sociológicas, podem ser não somente quantificados através de gráficos e estatísticas oriundas de questionários e *surveys*, como também materializados no espaço através de mapas e outras formas de representação gráfica que territorializem as informações no urbano. A visualização geográfica destes dados proporciona descobertas e análises que somente por meio desta ferramenta tornar-se-iam possíveis. Através de cruzamentos múltiplos, o mapeamento pode revelar hierarquias espaciais, ocupações, lugares reconhecidos, marcos, ocorrências, guetos, percursos, evoluções espaciais, dentre uma série de outras aferições que podem ser deduzidas quando impressões ou informações intangíveis são traduzidas em bases gráficas.

b) Espacializando o intangível em ambiente virtual – A modelagem virtual dos *espaços culturais* se apresenta como um poderoso instrumento analítico e propositivo. A partir da maquete eletrônica, podemos elaborar comparações e extrair conclusões advindas do estudo via interface gráfica dos dados obtidos nos questionários de registro. Se o ambiente virtual está sendo amplamente explorado pela arqueologia, bem como utilizado como recurso projetual na arquitetura contemporânea, entendemos que sua aplicação no *Registro Cultural* permite gerar valioso substrato para avaliações diversas, proporcionando ainda a consolidação de um levantamento detalhado para futuras análises. Auxiliam também na compreensão da evolução espacial e do desenvolvimento das atividades que ali tomam curso. Ainda que os instrumentos prioritários a serem trabalhados no INRC sejam dos campos da antropologia e da sociologia, a espacialização destes por meio virtual pode, e muito, contribuir para garantir a sua preservação, bem como subsidiar propostas de intervenções que se façam imprescindíveis para assegurar a sobrevivência da atividade cultural ou a integridade física do lugar que dela se faz cenário.

c) Tecnologias avançadas de levantamento e registro: velocidade e precisão - Se alguns instrumentos legais de preservação do *patrimônio cultural* datam de séculos, as ferramentas de tratamento dos bens culturais encontram-se na vanguarda tecnológica. O INRC prevê o levantamento completo dos *espaços culturais*, para fins de estudo e registro. Acreditamos que, quanto mais precisos e completos forem estes levantamentos, melhores serão as análises advindas dos mesmos, bem como mais eficazes os registros para as

gerações futuras. Entendemos, deste modo, que torna-se imperativo lançar mão dos recursos tecnológicos disponíveis no mercado e passíveis de serem aplicados ao INRC. Entretanto, apesar de dispormos de inúmeras metodologias, roteiros e tecnologias de mapeamento, estas não podem e não devem ser aplicadas a todos os caso. Cada situação pede uma conduta determinada. Deste modo, faz-se necessário avaliar quando e quais recursos se revelam mais adequados à cada situação e à cada espaço cultural a ser mapeado.

d) Mapeamentos Urbanísticos: registro, diagnóstico e instrumento de proposição

Entendemos que o papel do arquiteto no *Registro Cultural* não deva se limitar à elaboração de levantamentos arquitetônicos e urbanísticos. Ainda que tais levantamentos sejam de extrema importância dentro da lógica do instrumento, bem como se justifiquem por si mesmos como suporte de memória, a contribuição do profissional de Arquitetura e Urbanismo pode ir bem mais além. O *Registro Cultural*, como percebemos claramente na legislação que o institui, não tem por objetivo somente a elaboração de um relato do bem cultural para as gerações futuras. Ao contrário, entendemos que o material por meio dele produzido deva ter como público alvo, prioritariamente, a própria comunidade detentora do bem registrado. Deve servir para embasar ações concretas, ainda que após os estudos chegue-se à conclusão de que estas ações devam se resumir a acompanhar o bem à distância. Ao contrário de instrumentos restritivos dedicados à preservação de testemunhos materiais, como o tombamento, o Registro tem como objeto bens de caráter imaterial que, pela sua própria natureza, possuem dinâmica e mutabilidade. Quanto mais elaborados forem os levantamentos, mais preciso o diagnóstico que subsidiará possíveis intervenções, quando imprescindíveis à sobrevivência da atividade ou do lugar e desde que não fira nenhum de seus valores simbólicos: objeto e razão de sua preservação. Estas propostas deverão ser amplamente inclusivas, contando com a participação em todas as etapas dos diversos atores envolvidos no processo. Assim, o arquiteto e urbanista poderá aplicar todo o seu arsenal na proteção dos *espaços culturais*, ultrapassando o papel de mero leitor passivo quando pode, e em alguns casos precisa, ser um agente ativo na salvaguarda dos nossos *espaços culturais* e, conseqüentemente, do *patrimônio imaterial* que abrigam.

4 – ESTUDO DE CASO ESPAÇO CULTURAL ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

4.1 – Escolhendo um Espaço Cultural

O Espaço Cultural escolhido para estudo de caso consiste no trecho semi-fechado da Avenida Bernardo Monteiro, onde acontecem diversas feiras populares, por nós denominado neste trabalho de *Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro*. Precisávamos de um exemplo de espaço urbano que fosse cultural, público, tradicional e vivo. Reconhecemos que Belo Horizonte conta com outros espaços culturais e até mesmo outras feiras - como a *Feira de Artesanato da Avenida Afonso Pena* (a Feira Hippie) - de maior apelo sentimental para os mineiros. Entretanto, um outro critério de escolha consistiu na originalidade e na representatividade do objeto como estudo de caso, bem como a complexidade e dimensão a ser coberta por uma equipe de poucos. Mais importante do que o valor da atividade cultural *per se*, fazia-se imprescindível para fins acadêmicos que o lugar escolhido pudesse ser mapeado e analisado na sua integridade, com o uso adequado dos recursos aqui investigados. A todas estas demandas atendeu o Espaço Cultural em questão. A escolha, contudo, não se limitou aos aspectos técnicos. Confessamos nesta hora o nosso apreço pelo lugar e pelas feiras que ali tomam curso e que, desde muito cedo, fizeram parte de nossa história pessoal, especialmente a Feira de Flores, localizando-se a poucas quadras do meu local de moradia. Citando Elvan SILVA:

> O arquiteto que realiza pesquisas no campo histórico dificilmente deixará de ser arquiteto; não obstante, ou por isto mesmo, ele tende a assumir a atitude do historiador, no que diz respeito à escolha do objeto e ao tratamento a ele dado; evoco, a propósito, o pensamento de Peter Gay, segundo o qual "a escolha de um objeto e, ainda mais, o tratamento a ele dado pelo historiador constituem um problema profundamente emocional. Por mais que, ao final, ele consiga eliminar o lado pessoal de suas conclusões, a seleção inicial e as abordagens estratégicas são parte integrante de sua mais íntima biografia"[1]

Substituindo-se a palavra *historiador* por *pesquisador*, entendemos que o texto fala por nós. Assim, mesmo cientes dos motivos afetivos que terminaram por confirmar a escolha, acreditamos ter investigado outras metodologias e possibilidades que não as nossas próprias, bem como exercitado ao longo desta dissertação o distanciamento científico necessário entre o pesquisador e o seu objeto, mantendo apenas aquele laço que dá vigor e emoção ao trabalho, mas que de modo algum compromete o seu julgamento e o seu resultado.

---

[1] SILVA, Elvan. **A Resistência ao Moderno na Arquitetura Brasileira**. (Mímeo)

4.2 – Introdução ao Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro

A história do *Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro* encontra-se atrelada à história de suas feiras, que seguindo o Decreto 6762 de 31 de Janeiro de 1991, foram transferidas da Praça da Liberdade para os canteiros centrais da Av. Bernardo Monteiro, sob a sombra de uma alameda de ficus quase centenários. Enquanto os canteiros eram preparados e reformados, por um curto período de tempo as feiras aconteceram nos canteiros da próxima avenida Carandaí, sendo em seguida transferidas definitivamente para o local onde até hoje permanecem. Sobre os embates e trajetória destas feiras, BRASIL desenvolve um artigo precioso que tomamos por base, associado às entrevistas com antigos feirantes e funcionários da prefeitura, no desenvolvimento deste item introdutório.

A *Feira de Flores e Plantas Naturais* surgiu em 1984, no adro da Catedral da Boa Viagem. Pouco tempo depois, foi transferida para a Praça da Liberdade, centro tradicional do poder e do governo e um dos principais espaços de lazer da capital. Na Praça acontecia uma série de outras feiras, como a famosa feira de artesanato conhecida como *Feira Hippie*, bem como a *Feira de Antiguidades e Comidas Típicas*, que ocorriam simultaneamente nas tardes de sábado. Sobre a origem das feiras, relata BRASIL:

> Esse cenário (Praça da Liberdade), cenário primeiro da feira (...) *locus* privilegiado no contexto sócio-especial e cultural da cidade desde o seu planejamento, reafirmou-se como tal ao longo da história. A Feira de Antiguidades e Comidas Típicas foi instituída na década de 80, já como ampliação de um bem sucedido calendário de feiras na Praça, institucionalizado pelo poder público municipal, atendendo a uma reivindicação anterior de um grupo de antiquários. Em face ao interesse cultural – visando o "estimulo às artes" – introduziu-se na feira o "Atelier Aberto". A programação de atividades específicas na Feira de Antiguidades implica o poder de consumir estas atividades. Não se trata apenas do valor mercantil, relativo ao "valor-troca" dos objetos de consumo, mas que BAUDRILLARD chama de "valor de troca simbólico", ou de "valor-signo", correspondente a um código e desenvolvendo-se em referência à ordem cultural. [2]

Devido ao seu caráter ambíguo – feira de comidas e feira de antiguidades – o público atraído apresentava-se igualmente variado. Aos poucos, a *Feira de Comidas Típicas* ganha fôlego e supera a *Feira de Antiguidades* em volume de usuários. O álcool tempera o acontecimento, que perde o seu caráter de feira para ganhar sabores de festa. Os excessos vão se tornando conhecidos e as exceções se destacam pelo teor extremado dos fatos: de

[2] BRASIL, Flávia de Paula Duque. **Reinterpretações, embates e segregação na apropriação do Espaço Público**: o caso da feira de antiguidades e comidas típicas em Belo Horizonte. In: ANPUR: Anais do VI Encontro Nacional. Brasília, 1996.

barracas vendendo lingeries contrabandeadas às atividades sexuais nos canteiros da av. Pasteur. A tensão e o antagonismo Feira/Festa – Antiguidades/Álcool – Moradores/Usuários externos – Elite/Camadas Populares se acentua. A anti-propaganda é agravada por uma série de artigos nos jornais, destacando o lado negativo dos acontecimentos. O evento, no seu auge, chegava a atingir a marca de 5.000 pessoas. Uma série de medidas foi tomada, dentre elas, o controle de vendas de bebidas alcoólicas fortes, a redução do horário de término do evento e o policiamento ostensivo.

Atualmente, a *Feira de Antiguidades e Comidas Típicas*, recentemente denominada *Feira Tom Jobim*, encontra-se esvaziada, contanto com poucos feirantes e um número reduzido de usuários, algumas vezes identificados com tribos específicas – como o Grupo GLS - que antes passavam desapercebidas em meio a um público grande e heterogêneo. Existem projetos na Prefeitura de Belo Horizonte, em andamento, visando revitalizar a feira através da abertura de licitação para novos feirantes, da divulgação do evento e da conciliação de interesses dos moradores e dos usuários da feira. Já a *Feira de Flores e Plantas Naturais* continua, a todo vapor, sendo um dos pontos mais vivos e mais freqüentados por aqueles que consomem ou admiram flores e um sombreado espaço cultural de rara beleza, que aqui se apresenta como nosso objeto de análise.

4.3 – Objetivos do Estudo de Caso

Neste estudo de caso procuramos aplicar os conhecimentos obtidos nas diversas metodologias pesquisadas no capítulo anterior. Tivemos como meta três objetivos principais: reunir nas diversas áreas do conhecimento investigadas metodologias, informações e tecnologias que pudessem ser adaptadas e aplicadas com sucesso no mapeamento urbanístico de espaços culturais; aprimorar e integrar as diversas metodologias de modo a elaborar um produto coeso, panorâmico, linear e claro; evidenciar, por meio da prática, a importância da contribuição do arquiteto no registro, proteção e investigação do Patrimônio Imaterial Urbano, através do mapeamento e das análises de sua dimensão material construída.

Vale ressaltar que, pelo caráter deste próprio trabalho – uma dissertação de mestrado – não se trata da situação ideal de registro/mapeamento cultural. Como já apontado no primeiro capítulo, todo projeto complexo precisa ser elaborado de forma interdisciplinar e com mais de um profissional em cada área do conhecimento representada. Por se tratar de um trabalho experimental e acadêmico, as pessoas envolvidas foram reduzidas e o produto, ao contrário da situação ideal, abrangeu prioritariamente uma única área do conhecimento -

Arquitetura e Urbanismo. Em um outro contexto, seriam imprescindíveis os seguintes profissionais atuando neste processo, para listar os que de modo mais imediato nos pareceram fundamentais:

- **Antropólogos**: Registro Cultural do Espaço e das atividades, dentro dos moldes do INRC, elaboração de fronteiras e lugares simbólicos, etc.
- **Sociólogos**: Realização de pesquisa *survey*, quantificando dados qualitativos como demandas do usuário, adequação e apropriação do espaço construído, perfil do público, ODs, etc.
- **Historiadores**: Levantamento histórico do local e das atividades
- **Especialistas em patologia construtiva**: Análise do mobiliário urbano, das vias, da ação das raízes sobre o piso da praça, etc.
- **Ambientalistas, paisagistas e botânicos**: Diagnóstico e programa de manejo das árvores que compõem toda a alameda da Av. Bernardo Monteiro
- **Psicólogos**: Compreensão e mediação dos conflitos, anseios e relações estabelecidas entre os feirantes, usuários, comerciantes, prestadores de serviço e moradores
- **Associativistas**: Diagnóstico e investigação da trajetória das associações envolvidas, como a Associação dos Feirantes e associações de bairros vizinhos
- **Técnicos da prefeitura**: Avaliação das informações coletadas sobre as feiras ao longo dos seus vinte anos de atividade e diretrizes técnicas de viabilidade e melhorias
- **Médicos especialistas em administração hospitalar e medicina social**: Avaliação da relação de demanda-oferta por estabelecimentos assistenciais de saúde na região, elaboração das potencialidades, perspectivas e diretrizes para a área específica de estudo[3]
- **Profissionais do Trânsito**: Logística e organização do sistema viário do entorno
- **Educadores**: Elaboração de um projeto de educação urbana e patrimonial, visando a conscientização dos usuários e atração de novos públicos ao local

[3] Em alguns países, a obtenção do alvará para funcionamento de uma determinada atividade na área da saúde está condicionada à uma análise de mercado, de oferta e demanda na região e na cidade, bem como na avaliação da distância entre o ponto solicitado e os demais estabelecimentos semelhanças já existentes.

4.4 – Metodologias aplicadas ao Estudo de Caso

Após a análise de diversos dossiês, inventários e demais produtos de pesquisas e projetos patrimoniais e urbanísticos, o principal problema nestes identificado consiste na fragmentação das informações, descolamento entre as partes e pouca linearidade ao longo do texto. Mesmo nos casos em que os trabalhos não foram simplesmente multidisciplinares, mas verdadeiramente interdisciplinares, o resultado é quase sempre apresentado de forma segmentada, cada área acrescentando separadamente seus relatórios e levantamentos. Por exemplo, no caso dos dossiês de tombamento, tem-se primeiro uma análise histórica, em seguida pareceres técnicos de diversos profissionais, acompanhados dos levantamentos arquitetônicos e urbanísticos, fotográficos, geológicos, dentre outros, finalizando com a conclusão, via de regra escrita somente por um dos atores.

Caso o leitor não conheça bem o objeto de investigação, precisará repassar várias vezes o dossiê para compreendê-lo em toda a sua extensão e complexidade, indo e vindo entre os levantamentos, gráficos e diagnósticos descolados dos textos, que por sua vez encontram-se desconectados das imagens. Entendemos que a melhor forma de se expor um trabalho desta natureza seja de modo heterogêneo e linear. Texto, fotos, diagnósticos, gráficos, levantamentos... todos interligados, não separados por suas categorias de informação (ex: foto, texto, mapa) ou áreas, mas apresentados assim que deles se fizer demanda, procurando sempre responder na página seguinte às possíveis perguntas suscitadas na página anterior, numa trajetória progressiva, como quem conta uma história inteligível, lógica e fácil de ser absorvida.

Para que isto aconteça, a seqüência de etapas adotada durante a realização do *mapeamento urbanístico* não necessariamente precisa (e pode) ser seguida na apresentação dos produtos deste mapeamento, como temos comumente observado. Tendo em vista que cada caso se faz único e que, conforme já concluímos, a metodologia de *mapeamento urbanístico* constitui-se mais de uma listagem de recursos passíveis de serem utilizados do que de um rígido roteiro, nada melhor para visualizarmos esta proposta do que acompanharmos um estudo de caso, nesta ocasião executado em três etapas: levantamentos preliminares (pesquisas bibliográficas, entrevistas, fichas de reconhecimento, inventário, etc); tratamento e análise dos dados (transformação dos dados coletados em uma narrativa descritiva e analítica composta por textos, imagens e mapas dispostos de forma interligada, lógica, linear e o mais completa possível); diretrizes de preservação, elaboradas com base na análise dos dados tratados, correspondentes à quarta parte proposta ao INRC nesta dissertação.

4.5 – Etapas de desenvolvimento do Mapeamento Urbanístico

1) Levantamentos Preliminares

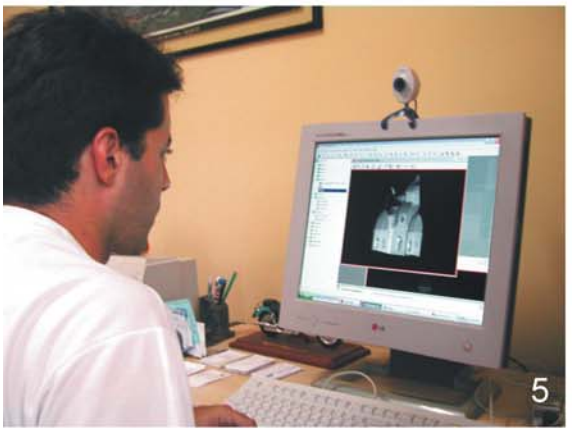
Levantamento Preliminar: Além de um levantamento fotográfico preliminar da área de estudo, as primeiras investigações seguiram os passos estabelecidos no INRC. Foram preenchidas as fichas: Levantamento Preliminar, Identificação de Sítio, Bens Culturais Inventariados (Anexo 3) e Bibliografia (Anexo 1). Para prosseguimento e aprofundamento desta etapa, a presença de profissionais como antropólogos e historiadores seria fundamental. Por isto, quando disponíveis, em alguns casos foram aproveitados na integra, parcialmente ou por meio de resumos adaptados, textos históricos sobre o lugar[4]. Quando não existentes, elaboramos nós mesmos sumariamente o trabalho. Assim, deve-se ter em mente que se trata de um registro simplificado do lugar e que as potencialidades do instrumento não foram aqui esgotadas devido à limitação de profissionais a somente uma das áreas do conhecimento, conforme mencionamos anteriormente.

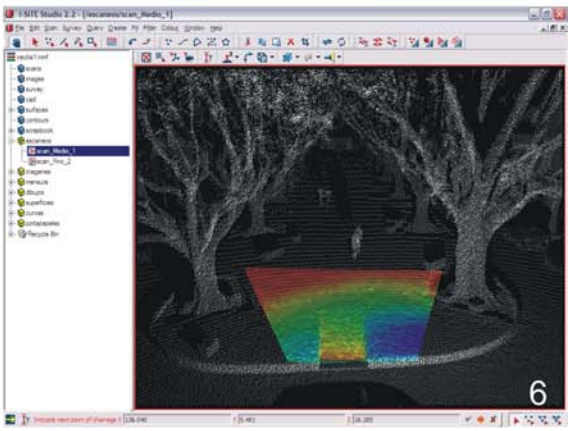
Inventário Urbanístico: Com base em diversos inventários pesquisados[5], adaptamos e elaboramos uma ficha específica de inventário para o estudo de caso, com os dados que se desejava mapear. A ficha foi testada, remodelada e aplicada em todas as edificações lindeiras ao Espaço Cultural e nas primeiras edificações vizinhas às construções de esquina. Ao todo, realizamos 48 inventários. Para coleta dos dados na Prefeitura e em campo, contamos com a colaboração de uma estagiária de pesquisa, a estudante de arquitetura e urbanismo Cléo Alves Pinto e de um acadêmico de medicina, Alberto Nogueira Veiga.

Tratamento da base cartográfica: O levantamento urbanístico e base cartográfica da área foram obtidos na PRODABEL, em arquivo de AutoCAD extensão .dwg, e atualizados por meio da observação *in loco* e análise das fotografias de satélite disponibilizadas no site Vista Aérea de Belo Horizonte.

Escaneamento a laser: Conforme descrito no capítulo anterior, o escaneamento a laser de edificações consiste na tecnologia de última geração em levantamentos. O I-Site LMS-z210i, equipamento da MAPTEK utilizado neste estudo de caso provou a eficiência do sistema e superou as nossas expectativas quanto à precisão e maleabilidade do arquivo importado para o AutoCAD. O I-Site tem um custo de 150 mil dólares. Já o seu aluguel e o tratamento dos dados de campo no *software* Vulcan custam U$3.000,00 e U$700,00 o dia,

[4] Quando assim procedemos, a fonte do texto encontra-se em itálico e nome do autor e da publicação discriminados logo abaixo.
[5] Especialmente os inventários da Colônia Santa Izabel de Betim, da cidade de Viçosa, do bairro Cidade Jardim em Belo Horizonte e do roteiro proposto pelo IEPHA-MG o ICMS cultural. Ver bibliografia.





1 - Laser Scanner: I-Site LMS-z210i . 2 - Montagem dos equipamentos, compostos pelo Laser Scanner, tripé com nível e um notebook. 3 - Efetuando o primeiro escaneamento. 4 - Conferindo, in loco, o resultado pelo notebook. 5 - Tratamento do levantamento na sede da MAPTEK. 6 - Tela do software Vulcan com resultado do escaneamento.

ESCANEAMENTO A LASER DO ESPAÇO CULTURAL

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Agosto/2004

respectivamente. A realização deste escaneamento só foi possível graças à gentileza da MAPTEK, que cedeu todo o processo gratuitamente. Deste modo, por ter sido uma parceria e colaboração da empresa, que acreditou no valor do nosso trabalho, não foi possível abranger toda a potencialidade da tecnologia, mas sim demonstrar a extensão desta potencialidade e sua eficácia. O equipamento, pertencente à filial do Chile e levado do aeroporto diretamente ao local de levantamento, foi operado pelos engenheiros da MAPTEK Antônio Carlos Rocha (Brasil) e Gaston Rodriguez (Chile). Cada escaneamento demorou cerca de um minuto e o tempo total - abrangendo escolha dos locais mais adequados, montagem, tomada dos pontos e desmontagem do equipamento - não ultrapassou quarenta minutos. As imagens foram tratadas no escritório da empresa por aproximadamente uma hora, onde se capturaram cerca de vinte telas, exportaram-se os dados em extensão .dxf e produziram-se três pequenos vídeos .avi. Caso não se tratasse de uma amostra, seriam coletados diversos pontos, georreferenciados por uma equipe externa de topografia. Estes pontos, agrupados em um só arquivo pelo próprio *software* Vulcan, conformariam uma maquete digital completa do objeto de estudo. Um outro equipamento da MAPTEK, mais avançado ainda, seria capaz de capturar o comprimento de ondas e, conseqüentemente, as cores reais dos alvos escaneados, produzindo uma fotografia colorida tridimensional metrificada praticamente perfeita do espaço urbano e suas edificações de entorno.

2) Tratamento e Análise dos Dados Coletados

Produção dos Mapas e análise progressiva dos dados mapeados: Após atualizada, exportou-se a base cartográfica municipal do CAD, em extensão .dwg para .dxf. Importou-se em seguida o arquivo para o *software Corel Draw*, onde os dados de inventário e demais informações coletadas em campo foram traduzidas em mapas gráficos. Procurou-se associar ao mapa urbanístico todos os dados dele advindos – gráficos, diagnósticos, fontes, etc. – dentro da proposta de linearidade anteriormente elucidada.

Levantamentos fotográficos detalhados: Paralelamente à transformação dos dados descritivos em mapas gráficos, realizaram-se diversas outras coletas em campo, bem como o levantamento fotográfico completo, executado de acordo com a demanda.

3) Diretrizes de Preservação

Finalizado o Mapeamento Urbanístico e, com base neste, foram desenvolvidas diretrizes de preservação para o Espaço Cultural registrado, conformando a quarta etapa do INRC por nós proposta nesta dissertação.

4.6 – O produto: disposição final do Mapeamento Urbanístico

- **Fichas do INRC**: Introduzem o leitor ao objeto de estudo, contextualizado patrimonial e historicamente.
- **Mapeamento Urbanístico**: Apresentação simultânea dos mapas, fotos e demais recursos gráficos utilizados, traçando um panorama completo da área mapeada.
- **Inventário Urbano e Arquitetônico:** Após compreender a área como um todo e após o leitor possui um maior domínio do lugar, a análise das fichas de inventário permite conhecer edificação por edificação e rua por rua, detalhando minuciosamente o que antes se observou de modo global. As informações particulares das edificações e das vias, dispostas coletivamente em diferentes mapas, encontram-se aqui reunidas em uma só ficha.
- **Diretrizes:** Após a caracterização do objeto, elaboraram-se diretrizes de preservação com base no diagnóstico exposto.

Assim, o produto final procurou integrar os dados coletados na etapa de desenvolvimento, apresentando-os de modo linear e coeso, regidos por uma lógica descritiva que, como neste caso, não necessariamente coincide com a ordem cronológica de obtenção dos mesmos. Segue-se, assim, o nosso estudo de caso.

estudo de caso – espaço cultural av. bernardo monteiro

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS FICHA DE CAMPO LEVANTAMENTO PRELIMINAR AV. BERNARDO MONTEIRO	CÓDIGO DA FICHA					
	MG	--	--	04	FC1	01
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	BELO HORIZONTE

2. REUNIR AS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS

LEGISLAÇÃO	☒
BIBLIOGRAFIA	☒
MAPAS, PLANTAS E ICONOGRAFIA	☒
DOCUMENTOS OFICIAIS, RELATÓRIOS TÉCNICOS, LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS E CENSOS DEMOGRÁFICOS	☒

3. LOCALIZAR PESSOAS E INSTITUIÇÕES PARA ENTREVISTA

PREENCHER ANEXO 4: CONTATOS	☒

4. PLANO ESTRATÉGICO

MAPA-CALENDÁRIO	☒

5. PREENCHER FORMULÁRIOS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO INVENTARIADO	☒
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	☒
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	☒
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	☒
ANEXO 4: CONTATOS	☒

6. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	ANA CECÍLIA ROCHA	
SUPERVISOR	Ana Cecília Rocha	DATA 25/06/2004
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Ana Cecília Rocha	

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **SÍTIO**	CÓDIGO DA FICHA					
	MG	**--**	**--**	**04**	**F10**	**02**
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO	BELO HORIZONTE
OUTRAS DENOMINAÇÕES	BH, Beagá
ESTADO	Minas Gerais
MUNICÍPIO	Belo Horizonte

2. FOTOS

Ver Levantamento Fotográfico Av. Bernardo Monteiro – Bairro Funcionários / Belo Horizonte

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

SÍNTESE

Área de maior interesse para este trabalho – Região/ADE Hospitalar de Belo Horizonte: influência direta no Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro, composta por onze quarteirões. Zona urbanística interna ao perímetro da Avenida do Contorno, correspondente ao traçado original de fundação da capital mineira, projetado em 1895 pela Comissão Construtora. Malha urbana geométrica e regular, estabelecendo um padrão de ruas retas formando uma matriz quadriculada com largas avenidas dispostas em sentido diagonal, inspirada em cidades 'modernas' do período, como Paris e Washington.

Dez por cento das edificações inventariadas no entorno do Espaço Cultural da Av. Bernardo Monteiro são tombadas pela PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Dentre estas, 3 encontram-se em ótimo estado de conservação, porém desocupadas e integradas à um edifício contemporâneo inacabado em condições precárias. As outras duas edificações tombadas, em estilo Proto-moderno, revelam externamente condições insuficientes de conservação. Além das construções oficialmente protegidas pelos órgãos de Patrimônio Cultural, outros 10% apresentam interesse arquitetônico e histórico, consistindo em belos exemplares Proto-Moderno e Moderno pouco alterados e bem preservados. Por fim, uma edificação contemporânea destaca-se por sua notoriedade arquitetônica: o Edifício Omni Center, em estilo Pós-Moderno, de autoria do arquiteto João Diniz. Encerra, ainda, painéis e obras de arte do artista plástico Jorge dos Anjos. A construção encontra-se registrada em livros e revistas de arquitetura.

O Espaço Cultural da Av. Bernardo Monteiro integra a área delimitada por dois conjuntos urbanos tombados: o Conjunto Urbano Av. Carandaí, Alfredo Balena e Adjacências e o Conjunto Urbano Praça Hugo Werneck e Adjacências. Assim, cada quadra que compõe estes conjuntos conta com diretrizes urbanísticas próprias. O Espaço Cultural em si, composto por três canteiros centrais da avenida Bernardo Monteiro, conta com uma alameda de ficus quase centenários. Sob sua sombra acontecem diversas atividades culturais, com destaque para as feiras: Feira de Antiguidades e Comidas Típicas, Feira de Flores e Plantas Naturais e Feira de Artesanato.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	MG	02	01	02	F10	02

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA* .

4.1. LOCALIZAÇÃO

Belo Horizonte está situada no centro-sul do Estado de Minas Gerais, na região Sudeste do país. O município tem extensão territorial de 335 km^2 , sendo delimitado pelas latitudes 19º 46' 35"e 20º 03' 34"sul e pelas longitudes 43º 51' 27"e 44º 03' 47" oeste de Greenwich. A sede municipal localiza-se a 852,19 metros de altitude. A maior área encontra-se entre 751 e 1000 metros, de norte para sudoeste. As menores altitudes ocorrem à nordeste, entre 650 e 750 metros; as maiores, nos limites a sul e sudeste, entre 1001 e 1150 metros nas encostas. Maiores ainda que estas, podendo atingir 1500 metros, observamos no topo da Serra do Curral.

Fonte: Resumo adaptado das informações disponibilizadas no site da PBH

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE

O município de Belo Horizonte insere-se na grande unidade geológica conhecida como cráton do São Francisco. O termo refere-se ao extenso núcleo crustal do centro-leste do país, tectonicamente estável no final do Paleoproterozóico. O território da capital mineira mostra uma fisiologia diversificada e estreitamente vinculada às propriedades geológicas de seu substrato. O domínio do complexo Belo Horizonte integra a unidade geomorfológica denominada Depressão de Belo Horizonte. Este representa cerca de 70% do território de Belo Horizonte e tem sua área de maior expressão a norte da calha do ribeirão Arrudas. Neste, predominam as rochas gnáissico-migmáticas em diferentes estágios de alteração. Seu relevo é tipificado por espigões, colinas de topo plano a arqueado e encostas policonvexas de declividades variadas, nos flancos dessas feições e nas transições. Entre elas ocorrem com freqüência anfiteatros de encostas côncavas e drenagem convergente e nichos resultantes da estabilização de antigas voçorocas.

Os efeitos locais, gerados pela altitude e grande variedade de solo, tornaram ainda mais diversificadas as fito - fisionomais regionais, podendo ser citadas as seguintes, como as mais representativas: campo sujo, associações florestais, essas últimas abrigadas principalmente nos vales e campos de altitudes nos quais predominavam associações rupícolas, representadas principalmente por canela - de ema, criouláceas e melastomáceas. A maior parte da vegetação primitiva foi destruída em função do crescimento de Belo Horizonte.

Os mananciais de água subterrânea do embasamento estão localizados a sul / sudeste do município. No aqüífero, do complexo granítico-gnáissico, as reservas principais constituem-se pela porção porosa saturada do manto de decomposição/cobertura de alteração e pelo meio fraturado sotoposto, que pode atingir espessuras superiores a 50 metros, variando normalmente entre 20 e 30 metros. A capital possui quatro bacias hidrográficas principais, com dezenas de ribeirões e córregos cada uma: Arrudas, Velhas, Onça e Isidoro.

O clima de Belo Horizonte é ameno, com temperatura média de 21º, máximas absolutas e mínimas absolutas variando em torno de 33º e 10º C, respectivamente. Conta com invernos secos e verões chuvosos, permanecendo o índice de precipitação pluviométrica por volta de 1300 mm de altura total.

Fonte: Resumo adaptado das informações disponibilizadas no site da PBH

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	MG	02	01	02	F10	02

4.3. MARCOS EDIFICADOS

PRINCIPAIS PONTOS FOCAIS URBANOS AO REDOR DO LUGAR INVENTARIADO:

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade: A construção do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça da Liberdade iniciou-se conjuntamente com a fundação da nova capital mineira, em 1895-1897. Destinava-se a abrigar a sede do poder, obedecendo os prédios das Secretarias à tendência de época – estilo eclético com elementos neoclássicos. Ao longo do último século o perímetro da praça ganhou construções lindeiras de diferentes estilos: o Palácio Cristo Rei (década de 40, Estilo Art Déco), Biblioteca e o Ed. Niemeyer (década de 50 e 60, estilo Modernista, ambos de autoria de Oscar Niemeyer) e o famoso edifício apelidado de "Rainha da Sucata" (década de 80, Estilo Pós-Moderno).

Savassi: A Praça Diogo de Vasconcelos, mais conhecida como Praça da Savassi, localiza-se no bairro Funcionários numa área que terminou por ser conhecida, genericamente, por Savassi. O nome tem a sua origem a uma padaria famosa no local, pertencente à família homônima. A Savassi se tornou ponto de encontro de políticos e da alta sociedade. Com o passar do tempo, a área consolidou-se como um centro de comércio sofisticado, agregando posteriormente bares e restaurantes. Atualmente ainda possui tradicional aspecto boêmio, sendo palco para festas e eventos populares (como exibição pública de jogos de futebol em telão).

Centro: A Praça Sete de Setembro é o principal ponto de referência do centro da cidade. Constitui-se da área em torno do cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, bem como diversas outras ruas menores que compõe o traçado original geométrico da cidade planejada. No centro do cruzamento situa-se um obelisco de concreto, conhecido como "Pirulito da Praça Sete". A área abriga toda a sorte de atividades comerciais e culturais, como: jogos de dama, apresentações artísticas, ponto de encontro de idosos, pregações religiosas e manifestações populares em geral. A Av. Afonso Pena, que liga a Praça Sete à Praça do Papa, aos pés da Serra do Curral, consiste em uma vitrine que abriga todos os estilos arquitetônicos de todos os períodos de Belo Horizonte – da sua fundação aos dias atuais. Na Av. Afonso Pena encontram-se dois importantes espaços culturais: o Parque Municipal Américo Reneé Giannetti (inspirado nos parques franceses da Belle Époque, inaugurado em 1897) e o Palácio das Artes (projeto de Oscar Niemeyer, possui 3 teatros, 3 galerias de arte e 1 espaço fotográfico, cinema, livraria, café e centro de artesanato mineiro).

Área Hospitalar: Nos bairros Funcionários e Santa Efigênia, na área conhecida como Região Hospitalar, concentram-se inúmeros serviços de saúde e atividades correlatas. Ali podem ser encontrados: Pronto Socorro João XXIII (atendimento de urgência mais importante da capital), Hospital Santa Casa de Misericórdia (3º maior complexo hospitalar da América Latina), Escola de Medicina da UFMG, Faculdade de Medicina da Ciências Médicas de Minas Gerais, além de diversas clínicas, farmácias e lojas correlatas.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

5.1. RESUMO

Foi à procura de ouro que, no distante 1701, o bandeirante João Leite da Silva Ortiz chegou à Serra de Congonhas. Em lugar do metal, encontrou uma bela paisagem, de clima ameno e próprio para a agricultura. Resolveu construir ali a Fazenda do Cercado. O progresso da fazenda logo atraiu outros moradores e um arraial começou a se formar em seu redor. Viajantes que por ali passavam, conduzindo o gado da Bahia em direção às minas, fizeram da região um ponto de parada. O povoado foi batizado de Curral del Rei. Da Serra de Congonhas mudou-se o antigo nome: hoje a conhecida Serra do Curral. Aos poucos, o Curral del Rei foi crescendo, apoiado na pequena lavoura, na criação e comercialização de gado e na fabricação de farinha. Algumas poucas fábricas, ainda primitivas, instalaram-se pela região, onde produzia-se algodão, fundia-se o ferro e o bronze. Das pedreiras, extraiam granito e calcário. Forneciam frutas e madeiras para outras localidades. Com a decadência da mineração, o arraial se expandiu, atingindo a marca de 18 mil habitantes. Elevado à condição de Freguesia, contudo subordinado à Sabará, o Curral del Rei englobava as regiões de Sete Lagoas, Contagem, Santa Quitéria (Esmeraldas), Buritis, Capela Nova do Betim, Piedade do Paraopeba, Brumado Itatiaiuçu, Morro de Mateus Leme, Neves, Aranha e Rio Manso.

O seu ciclo de prosperidade, contudo, durou pouco. As diversas regiões que constituíram o arraial foram se tornando autônomas, separando-se dele. A população rapidamente diminuiu e a economia local entrou em decadência. No final do século retrasado, restavam pouco mais de 4 mil habitantes. A Proclamação da República, em 1889, vem trazer aos curralenses a esperança de transformações. Para entrar na era que então se anunciava, deixando para trás o passado monárquico, aos sócios do Clube Republicano do arraial propuseram a mudança de seu nome para Belo Horizonte. Foi nesse clima de euforia que os horizontinos receberam a notícia da nova construção da nova capital. Durante três dias o

arraial se pôs em festa, com missa solene, discursos, bandas de música e bailes. Seus habitantes já sonhavam com modernização e o progresso que a capital traria para a região. Nem imaginavam que, nos planos dos construtores, não havia espaço reservado para eles.

A discussão sobre a mudança da capital mineira não surgiu no século retrasado. Ao contrário, tratava-se de uma idéia antiga. A primeira tentativa de transferir a sede do Governo para uma cidade diferente de Ouro Preto data de 1879, quando os inconfidentes planejaram instalar a capital de sua república em São João Del Rei. Depois disso, mais quatro tentativas fracassadas foram feitas. A questão só veio a ser considerada após a Proclamação da República. Tratava-se, entretanto, não de uma simples transferência, mas da construção de uma nova cidade. Uma série de fatores favorecia a idéia de mudança. Em primeiro lugar, para se destacar no novo cenário republicano, Minas Gerais precisava mostrar-se politicamente unida e forte. A construção de uma nova capital, localizada no centro geográfico do Estado, poderia facilitar o equilíbrio das diversas facções políticas que então disputavam o poder. Os republicanos também desejavam promover o progresso de Minas Gerias, tornando-o um Estado industrializado e moderno. A cidade de Ouro Preto não oferecia condições adequadas para o crescimento econômico esperado. Os transportes e as comunicações eram dificultados pelo relevo acidentado da cidade e as estruturas de saneamento e higiene não comportavam mais um aumento da população. A construção de uma nova capital, planejada de acordo com essas exigências, parecia a solução para o problema do crescimento. Um outro fator contribuiu para fortalecer a idéia de mudança: Ouro Preto, cidade histórica, guardava em sua arquitetura uma série de símbolos e marcas do passado colonial que os republicanos queriam enterrar. A velha capital lembrava os anos da dominação portuguesa, das conspirações e da escravidão. Uma nova cidade, planejada segundo os valores modernos, seria o símbolo de uma nova era.

Em 1891, o presidente do Estado, Augusto de Lima, formulou um decreto determinando a transferência da capital para um lugar que oferecesse condições precisas de higiene. Adicionada à Constituição Estadual, a lei provocou muitos protestos da população ouropretana. Os mineiros dividiram-se entre os "mudancistas", favoráveis à nova capital, e os "não-mudancistas". Cada um desses grupos fundou seu jornal, promovendo reuniões e debates. O Governo Estadual, enfrentando essas disputas, criou uma Comissão de Estudos para indicar, dentre cinco localidades, a mais adequada para a construção da nova cidade. O Congresso mineiro, a quem cabia a decisão final, votou a favor de Belo Horizonte. Assim, a 17 de dezembro de 1893, a lei n.º 3 foi adicionada à Constituição Estadual, determinando que a nova sede do Governo fosse erguida em Belo Horizonte, chamando-se Cidade de Minas. No prazo máximo de quatro anos, a capital deveria ser inaugurada. A lei criava ainda a Comissão Construtora, composta de técnicos responsáveis pelo planejamento e execução das obras. Em sua formação, estavam alguns dos melhores engenheiros e arquitetos do país, chefiados por Aarão Reis.

Uma cidade ordenada, funcionando como um organismo saudável - esse era o objetivo dos engenheiros e técnicos que idealizaram Belo Horizonte. Para alcançá-lo, fazia-se necessário projetar uma cidade física e socialmente higiênica; uma cidade saneada, livre de doenças, mas também livre de desordens e revoluções. O projeto elaborado pela Comissão Construtora, finalizado em maio de 1895, inspirava-se no modelo das mais modernas cidades do mundo, como Paris e Washington. Os planos revelavam algumas preocupações básicas, como as condições de higiene e circulação humana. Dividiram a cidade em três principais zonas: a área central urbana, a área suburbana e a área rural.

No centro, o traçado geométrico e regular estabelecia um padrão de ruas retas, formando uma matriz quadriculada, com largas avenidas dispostas em sentido diagonal. Esta área receberia toda a estrutura urbana de transportes, educação, saneamento e assistência médica. Abrigaria, ainda, os edifícios públicos dos funcionários estaduais, bem como os estabelecimentos comerciais. Seu limite era a Avenida do Contorno, que naquela época se chamava de 17 de Dezembro. A região suburbana, formada por ruas irregulares, deveria ser ocupada mais tarde e não recebeu de imediato a infra-estrutura urbana. A área rural seria composta por cinco colônias agrícolas com inúmeras chácaras e funcionaria como um cinturão verde, abastecendo a cidade com produtos hortigranjeiros. A implantação de tão grandioso projeto tinha, porém, uma exigência: a completa destruição do arraial que ali se localizava e a transferência de seus antigos habitantes para outro local. Rapidamente, os horizontinos tiveram suas casas desapropriadas e demolidas, sendo-lhes oferecidos novos imóveis a um preço muito alto. Sem condições de adquirir os valorizados terrenos da área central, foram empurrados para fora da cidade, refugiando-se em Venda Nova ou em cafuas na periferia.

A capital traçada pela Comissão Construtora era um lugar elitista. Seus espaços estavam reservados somente aos funcionários do Governo e aos que tinham posses para adquirir lotes. Acreditava-se que os problemas sociais, como a pobreza, seriam evitados com a retirada dos operários, assim que a construção da cidade estivesse concluída. Mas, na prática, isso que ocorreu. Belo Horizonte foi inaugurada às pressas, estando ainda inacabada. Os operários, aglomerados em meio às obras, não foram retirados e, sem lugar para ficar, assim como os horizontinos, formaram

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	MG	02	01	02	F10	02

favelas na periferia da cidade. A primeira, a do Leitão – localizava-se nas proximidades do atual Instituto de Educação, em plena Avenida Afonso Pena. Essa massa de trabalhadores que não eram considerados cidadãos legítimos de Belo Horizonte revelava o grau de injustiça social existente nos seus primeiros anos de vida.

Belo Horizonte foi, assim, inaugurada a 12 de dezembro de 1897, por uma exigência da Constituição do Estado. A crise econômica que tomava conta do país e do Estado tinha feito com que muitas obras ficassem paralisadas, à espera de recursos. A cidade não se industrializou no ritmo que se esperava e permaneceu sem atividades econômicas expressiva durante anos. Todos estes fatores contribuíam para tornar a Capital uma cidade entediante e sem graça. Sua aparência inacabada e empoeirada remetia a impressão de abandono. As ruas e avenidas - largas demais para uma população não muito numerosa - pareciam estar sempre vazias. Para agravar a situação, as diversões eram poucas e não conseguiam espantar a decepção e a tristeza dos primeiros habitantes. Na área central, a Rua da Bahia configurava o território de elite. Nessa rua também ficava o teatro e os principais bares e cafés, lugar onde os homens se encontravam para conversar, falar de política e da vida. O Parque Municipal (na época quatro vezes maior) era bastante freqüentado nos fins-de-semana. A população pobre e os operários, contudo, não possuíam acesso à essas formas de lazer. Vivendo em locais distantes do centro, sua condição financeira os impedia de participar das diversões pagas. Além disso, na área central consistiam em alvo fácil da polícia, que, por causa de um simples passeio, poderia prendê-los sob a alegação de "vadiagem".

Nas duas primeiras décadas deste século, Belo Horizonte viveu, alternadamente, períodos de grande crise e surtos de desenvolvimento. As fases de maior crescimento corresponderam aos anos de 1905, 1912-13 e 1917-19. Aos poucos, pequenas fábricas começaram a funcionar na cidade, ampliou-se o fornecimento de energia elétrica, retomaram-se as obras inacabadas, expandiram-se as linhas de bonde, criaram-se praças e jardins e a cidade ganhou arborização. O número de empregos cresceu e a Capital passou a atrair mais habitantes. A vida social começou a se agitar, com a substituição do teatrinho Soucasseaux pelo elegante Teatro Municipal (1909) e com a inauguração de diversos cinemas. Foi também com o crescimento da cidade que a massa de trabalhadores iniciou sua luta contra as injustiças sociais. A primeira grande greve ocorreu em 1912 e paralisou a cidade por 15 dias. Liderado por trabalhadores da construção civil, que defendiam uma jornada de trabalho de oito horas, o movimento teve apoio de grande parte da população. Mobilizando-se através de greves, os operários conseguiram ser reconhecidos como cidadãos, com direito à melhores condições de trabalho, educação, transporte, saúde e moradia.

Os anos vinte marcam uma época romântica da história da capital. Belo Horizonte era considerada a "Cidade-Jardim" ou "Cidade Vergel". Nesse período, a capital viu nascer a geração de escritores modernistas que iria se destacar no cenário nacional. Carlos Drumond de Andrade, Cyro dos Anjos, Luís Vaz, Alberto Campos, Pedro Nava, Emílio Moura, Milton Campos, João Alphonsus, Abgar Renault e Belmiro Braga. No campo das artes e da cultura, a cidade experimentou um grande desenvolvimento. Como um reflexo do fim da I Guerra Mundial, em 1918, a indústria de Belo Horizonte ganhou impulso na década de vinte. Os serviços urbanos foram ampliados para atender a uma população sempre crescente. Inauguraram-se grandes obra, como o viaduto de Santa Tereza, a nova Matriz da Boa Viagem e o Mercado Municipal. Belo Horizonte recebeu a visita dos reis da Bélgica, em 1920. Na ocasião, toda a Praça da Liberdade foi reformulada, adquirindo o seu aspecto atual. Em 1922, para comemorar os cem anos da Independência Brasileira, a Praça 12 de Outubro passou a se chamar Praça Sete de Setembro e ganhou o famoso "Pirulito".

A onda de progresso continuou ao longo da década de 30. Na periferia, surgiram novos bairros. Cresceram nessa época Lourdes, Barreiro, Nova Suíça, Gameleira, Renascença, Sagrada Família e Parque Riachuelo. Muitas favelas também começaram a se formar. A expansão da cidade aconteceu sem um maior controle ou planejamento, trazendo sérios problemas urbanos. Muitos dos novos bairros não possuíam os serviços básicos de água, luz e esgotos, enquanto o centro permanecia relativamente vazio. Na arquitetura, surgiram novidades: o primeiro edifício de dez andares e um novo estilo de fachadas, como a do Cine Brasil. A Revolução de 3 de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, também marcou a história da cidade. Tomada de surpresa, a população assistiu à troca de tiros entre revolucionários e as forças federais, no cerco ao Quartel do 12º RI. Nos anos seguintes, a ditadura do Estado Novo traria o fechamento do Poder Legislativo, o controle da imprensa e o clima tenso da repressão. Como conseqüência da política de modernização da economia implantada por Vargas, as bases para o desenvolvimento industrial da cidade foram lançadas, criando-se a zona industrial de Belo Horizonte. Dois acontecimentos importantes na década foram o 2º Congresso Eucarístico Nacional, em 1936, que reuniu milhares de católicos na Praça Raul Soares, e a Exposição de Arte Moderna, no mesmo ano.

Os anos quarenta trazem a modernidade e dão um ar de metrópole à Belo Horizonte. Nessa época, a capital ganhou várias indústrias, abandonando seu perfil de cidade administrativa. O impulso surgiu da criação de um Parque Industrial, em 1941. O setor de serviços despontou com o fortalecimento do comércio. O centro da cidade tornou-se, então, uma área valorizada, principalmente para a construção de edifícios, passando a sofrer a especulação imobiliária.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	MG	02	01	02	F10	02

O grande responsável pela transformação de Belo Horizonte foi o prefeito Juscelino Kubitschek. Com o objetivo de renovar a capital, promovendo um surto de desenvolvimento e modernização, JK realizou diversas obras que projetaram internacionalmente o nome da cidade. A mais importante delas consistiu no Complexo Arquitetônico da Pampulha inaugurado em 1943. Desenhado pelo jovem arquiteto Oscar Niemeyer, o complexo possuía quatro obras principais - a Igreja de São Francisco de Assis, a Casa do Baile, o Cassino e o Iate Golf Clube - instaladas às margens da lagoa artificial. Com suas linhas originais e modernas, Oscar Niemeyer fez da Pampulha um dos maiores exemplos da arquitetura modernista brasileira.

Se a marca dos anos 40 esteve na modernização da arquitetura da cidade, os anos 50 ficariam conhecidos como a década da indústria, em razão do surto de desenvolvimento alcançado pela capital. A criação da Cemig, em 1952, e o desenvolvimento da Cidade Industrial, nas proximidades de Belo Horizonte (Contagem) são dois fatores que explicam esse crescimento. Nessa década, caracterizada pelo grande êxodo rural, a população da cidade dobra de tamanho, passando de 350 mil para 700 mil habitantes. Os problemas urbanos e a falta de moradia tornam-se mais graves. Preocupado com o crescimento desordenado da cidade, o prefeito Américo René Gianetti dá início à elaboração de um Plano Diretor para Belo Horizonte. A cidade torna-se vertical com uma série de prédios - cada vez mais altos - sendo construídos.

O crescimento econômico transformou o perfil de Belo Horizonte na década de 60. Sem respeito pela memória da cidade, o progresso avançou sobre suas ruas, demolindo casas, erguendo arranha-céus, derrubando árvores, cobrindo tudo de asfalto. Já não era possível reconhecer a "Cidade-Jardim" que tanto encantara os poetas; a cidade verde tinha ficado no passado. Era preciso desafogar o trânsito e as avenidas rasgavam cada vez mais o tecido urbano. Os anos 60 foram marcados pelo crescimento das indústrias e das instituições financeiras. Esse progresso, contudo, não se fez sem o agravamento das desigualdades e problemas sociais. O surgimento de inúmeras favelas comprova o desequilíbrio causado pela concentração de renda.

A instauração da ditadura militar, após o Golpe de 64, levou a população às ruas. A Praça Sete assistiu a multidão ser dispersada com bombas e a prisão de manifestantes. Em 1978, seria a vez da campanha pela anistia dos presos políticos mobilizar os belo-horizontinos. Na década de 70, a cidade era o próprio retrato do caos. Com um milhão de habitantes, belo Horizonte continuava crescendo desordenadamente. Nas regiões norte e oeste e nos municípios vizinhos, com a criação de distritos industriais e a instalação de empresas multinacionais, a população tornou-se cada vez mais densa. A política de crescimento econômico acelerado não resolvia os problemas sociais.

A chegada dos anos 80 marcou o início de uma mudança nas relações do belo-horizontino com sua cidade. O crescimento desordenado, a perda de importantes marcos da história de Belo Horizonte, a degradação ambiental e as desigualdades sociais, foram pouco a pouco tornando-se algumas das maiores preocupações dos cidadãos. O belo-horizontino redescobriu o espaço das ruas, fazendo dele o palco de suas manifestações, de seus protestos e de suas artes. Em 83, diversas entidades e cidadãos saíram às ruas para protestar contra a demolição do prédio do Cine Metrópole, defendendo seu tombamento pelo Patrimônio Histórico. Em 84, a multidão lotou a Praça da Rodoviária para ratificar a campanha "Diretas Já", participando do comício que reuniu nomes como Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Brizola e Lula. Uma mentalidade diferente daquela que orientou o crescimento nas décadas anteriores começava a surgir. As obras realizadas na cidade ganharam nova direção. A memória da cidade começou a ser mais valorizada, com o tombamento de vários edifícios de importância histórica. A população ganhou, ainda, diversos espaços de lazer, como o Parque das Mangabeiras, inaugurado em 82, e o Mineirinho. Ainda assim os problemas continuavam a agravar-se. A Pampulha, um dos principais cartões-postais da cidade, consistia em uma lagoa praticamente morta, totalmente poluída.

Em 1990, a Lei Orgânica do Município foi aprovada, trazendo avanços em diversos setores sociais. Em 92, criou-se o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município para tratar do tombamento de construções de valor histórico. Espaços como a Praça da Liberdade, a Praça da Assembléia e o Parque Municipal, que se encontravam abandonados e desvalorizados, foram recuperados e a população voltou a freqüentá-los. Em 96, o Plano Diretor da cidade e a Lei de uso e Ocupação do Solo passaram a regular e ordenar o crescimento da capital. A cultura começou a ser entendida como um instrumento de conquista da cidadania. Assim, surgiram inúmeros projetos com o objetivo de popularizar a arte. Em 2001 regulamenta-se o Estatuto da Cidade, lei federal que busca otimizar e ordenar o urbanismo brasileiro. Assim, ainda que permaneçam graves problemas a serem resolvidos, no novo século a valorização do espaço urbano tem sua continuidade.

Fonte: Resumo adaptado das informações disponibilizadas no site da PBH

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	MG	02	01	02	F10	02

5.2. CRONOLOGIA

DATA	EVENTO
1701	O bandeirante João Leite da Silva Ortiz chegou à Serra de Congonhas, em busca de ouro. Ali permaneceu, fundando um arraial.
1891	O presidente do Estado - Augusto de Lima - formulou um decreto determinando a transferência da capital, até então em Ouro Preto, para um lugar que oferecesse condições precisas de higiene.
17/12/1893	A lei n.º 3 foi adicionada à Constituição Estadual, determinando que a nova sede do Governo fosse erguida na região da atual Belo Horizonte, chamando-se Cidade de Minas. No prazo máximo de quatro anos, a cidade deveria ser inaugurada. A lei criava ainda a Comissão Construtora, composta de técnicos responsáveis pelo planejamento e execução das obras. Em sua formação, estavam alguns dos melhores engenheiros e arquitetos do país, chefiados por Aarão Reis.
12/12/1897	Inauguração prematura da capital Belo Horizonte, ainda com muitas das obras inacabadas.
1900-1920	Nas duas primeiras décadas deste século, Belo Horizonte viveu, alternadamente, períodos de grande crise e surtos de desenvolvimento. As fases de maior crescimento corresponderam aos anos de 1905, 1912-13 e 1917-19.
1918	Como um reflexo do fim da I Guerra Mundial, a indústria de Belo Horizonte ganhou impulso na década de vinte. Os serviços urbanos foram ampliados para atender a uma população sempre crescente. Inauguraram-se grandes obra, como o viaduto de Santa Tereza, a nova Matriz da Boa Viagem e o Mercado Municipal.
1922	Em comemoração aos cem anos da Independência Brasileira, a Praça 12 de Outubro passou a se chamar Praça Sete de Setembro e ganhou o famoso "Pirulito".
1941	Criação do Parque Industrial de Belo Horizonte. O setor de serviços despontou com o fortalecimento do comércio. O centro da cidade tornou-se, então, uma área valorizada, principalmente para a construção de edifícios, passando a sofrer a especulação imobiliária.
1943	Inauguração do Complexo Arquitetônico da Pampulha, composto pelas edificações em torno da lagoa artificial: Iate Tênis Clube, Cassino, Casa do Baile, Igreja de São Francisco de Assis. Todas de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer.
1960	Crescimento econômico acelerado transforma o perfil urbano da capital mineira, substituição de grande parte do seu patrimônio cultural e obras do período da inauguração.
1990	Aprovação da Lei Orgânica do Município.
1992	Criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município para tratar do tombamento de construções de valor histórico.
1996	O Plano Diretor da cidade e a Lei de uso e Ocupação do Solo passaram a regular e ordenar o crescimento da capital.

6. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

6.1. POPULAÇÃO

Belo Horizonte conta com cerca de 2,3 milhões de habitantes residentes na capital. De acordo com o IBGE, temos a seguinte configuração etária e de gênero:

Faixa Etária	Total	
	Masc.	Fem.
0 a 4	85.671	83.457
5 a 9	91.383	89.302
10 a 14	99.908	99.757
15 a 19	107.659	114.424
20 a 24	98.818	105.480
25 a 29	89.185	97.054
30 a 34	85.946	97.484
35 a 39	76.298	87.943
40 a 44	64.040	74.970
45 a 49	50.149	60.009
50 a 54	39.985	47.355
55 a 59	30.708	37.870
60 a 64	24.648	32.372
65 a 69	18.154	26.498
70 a 74	11.697	18.429
75 a 79	7.098	12.773
80 ou mais	6.755	14.662
Idade ignorada	1.612	1.818
Total	988.102	1.099.839

Fonte: IBGE. Contagem Populacional. 1996.
Org.: DITPL. 2000.

6.2. QUALIDADE DE VIDA

Belo Horizonte foi considerada a metrópole com melhor qualidade de vida da América Latina pelo *Population Crisis Commitee da ONU* e a 45ª entre as cem melhores do mundo. Possui ainda o diploma de *Cidade Modelo da Área Ambiental*.*

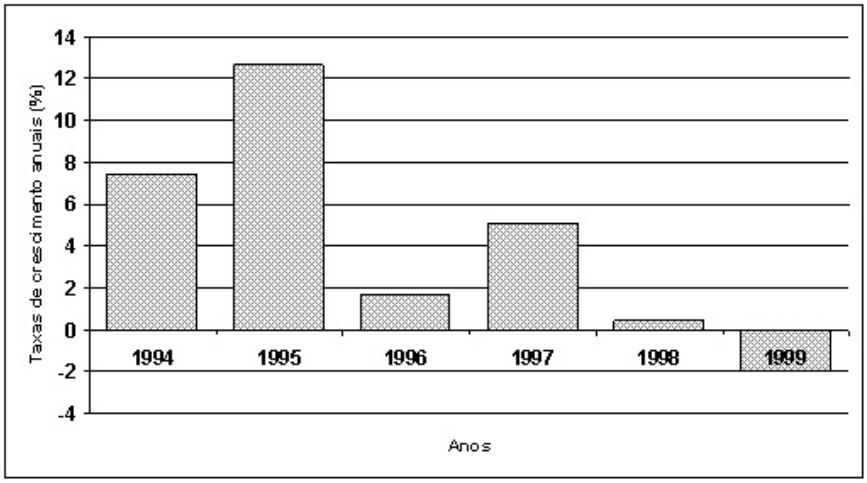
Fonte: Segundo publicação da PBH em Junho de 2004

6.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

A análise da composição estrutural do PIB de Belo Horizonte, no período de 1993 a 1999, indica o setor terciário (serviços e comércio) como o mais importante, contribuindo com aproximadamente 80% da riqueza produzida no município. Em contraste, o setor agropecuário praticamente inexiste. Já o setor Industrial participa com aproximadamente 20% do produto, englobando importantes ramos de atividade, como a Indústria, a Construção Civil e os Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Nesta última década, o PIB municipal evoluiu favoravelmente: de R$14.702.735,00 para R$18.705.986,00 (valores em R$1.000,00 reais de dezembro de 1999). A variação total observada no período foi de 27,2 %, com destaque para os subsetores de Obras do Governo Municipal e Federal, Construção Civil (Setor privado), Transporte, Comunicações e Administração Pública Municipal que apresentaram um crescimento significativo no período em questão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	MG	02	01	02	F10	02



Fonte: PBH. SMPL. 2000

6.4. EDUCAÇÃO

7. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Mapeamento Urbanístico Av. Bernardo Monteiro – Bairro Funcionários / Belo Horizonte – nesta dissertação

8. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Plano Diretor do Município de Belo Horizonte – Lei Municipal 7165 / 1996

Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Belo Horizonte – Lei Municipal 7166 / 1996

Alteração nas Leis 7165 e 7166 – Lei Municipal 8137 / 2000

Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte – Lei Municipal de 21 de Março de 1990

Código de Posturas do Município de Belo Horizonte – Lei Municipal 8616 / 2003

Estatuto da Cidade – Lei Federal 10257 / 2001

9. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES

Ver Etapa 4 – INRC Av. Bernardo Monteiro – Diagnósticos e Diretrizes nesta dissertação

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	MG	02	01	02	F10	02

9.2. RECOMENDAÇÕES
Ver Etapa 4 – INRC Av. Bernardo Monteiro – Diagnósticos e Diretrizes nesta dissertação

10. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: PARA LISTA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

FORMULÁRIOS	
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	MG_--_--_04_A1_03
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	MG_--_--_04_F1_04

11. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Ana Cecília Rocha	
SUPERVISOR	Ana Cecília Rocha	
REDATOR	Ana Cecília Rocha	DATA 28/06/2004
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Ana Cecília Rocha	

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS ANEXO BIBLIOGRAFIA	CÓDIGO DA FICHA					
	MG	--	--	04	A1	3
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LIVROS E OUTRAS PUBLICAÇÕES NÃO SERIADAS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
ALMEIDA JÚNIOR, Antídio. **Belo Horizonte completou 50 anos.** Belo Horizonte: Revista Social Trabalhista, 1947.	História de Belo Horizonte.	Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG	1
ARAÚJO, LAÍS CORREA DE. **Sedução do Horizonte**. Belo Horizonte: FJP, 1996.	História de Belo Horizonte.	Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG	2
BARRETO, Museu Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva. Belo Horizonte: FJP, 1996.	História completa e descritiva em pormenores da fundação de Belo Horizonte (história antiga) ao século XX (história média).	Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG	3
CANÇADO, José Maria. Colégio Arnaldo: uma escola nos trópicos. Belo Horizonte: C/Arte, 1999.	História do Colégio Arnaldo, localizado na Av. Bernardo Monteiro, em Belo Horizonte.	Da autora	4
CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da Modernidade.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.	História da arquitetura moderna em Belo Horizonte.	Da autora	5
FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO; FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE MG. **Belo Horizonte e o comércio**: 100 anos de história. Belo Horizonte: FJP, 1997.	História do comércio formal de Belo Horizonte nos seus primeiros 100 anos.	Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG	6
GUERRA, Luciana Cristina Oliveira. **Imagens de um território urbano**: a feira de arte e artesanato de Belo Horizonte. 2002. 115 (f.) Dissertação (mestrado). Departamento de Geografia da UFMG.	História e análise do território urbano de Belo Horizonte a partir da Feira de Arte e Artesanato da Av. Afonso Pena	Biblioteca do IGC - Instituto de Geociências da UFMG	7
MENEZES, Ivo Porto de. **Belo Horizonte residências**. Belo Horizonte: Grupo Geraldo Lemos Filho, 1997.	História ilustrada da arquitetura residencial de Belo Horizonte.	Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG	8
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Cenas de um Belo Horizonte**. Belo Horizonte: PBH, 1994	História de Belo Horizonte, com fotografias da edificação Feira de Amostras.	Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG	9
PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **PBH Site Oficial**. Disponível em <www.pbh.gov.br> Acesso em: Junho/2004	Dados geográficos, físicos, históricos, econômicos, dentre outros do município de Belo Horizonte. Legislação municipal.	On line na Internet	10
RODRIGUES, Carlos et al. **História de Belo Horizonte**: duas épocas. Belo Horizonte: CR, 1981.	História, crônicas e fotografias de Belo Horizonte.	Da autora	11
SILVA, Newton et al. **Belo Horizonte:** a cidade revelada. Belo Horizonte: 1989	Fotografias de Belo Horizonte e seus diversos aspectos culturais.	Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG	12

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	MG	--	--	04	A1	3

2. PUBLICAÇÕES SERIADAS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
ESTADO DE MINAS. BH 100 anos: nossa história. Belo Horizonte: Estado de Minas, 1996.	História completa em fascículos da cidade de Belo Horizonte.	Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG	**13**

3. PEQUENOS IMPRESSOS (FOLDERS, CARTAZES, ETC.)

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
BELOTUR. **BH Guia Turístico** – Belo Horizonte/Brasil. Belo Horizonte: PBH, Junho 2004.	Dentre os espaços culturais citados no guia, consta a *Feira de Flores e Plantas Naturais* e a *Feira Tom Jobim*, ambas na Av. Bernardo Monteiro.	Da autora	**14**

4. TEXTOS INÉDITOS, RELATÓRIOS TÉCNICOS E MANUSCRITOS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
BRASIL, Flávia. **A apropriação de praças como espaço de lazer, cultura e cidadania.**	Feiras da Av. Bernardo Monteiro	Xerox da autora	**15**

5. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Ana Cecília Rocha	
SUPERVISOR	Ana Cecília Rocha	
PREENCHIDO POR	Ana Cecília Rocha	**DATA** 28/06/2004
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Ana Cecília Rocha	

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS ANEXO BENS CULTURAIS ASSOCIADOS À AV. BERNARDO MONTEIRO	CÓDIGO DA FICHA					
	MG	--	--	04	A3	04
	UF	SÍTIO	LOC.	2002	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	BELO HORIZONTE
LOCALIDADE	AV. BERNARDO MONTEIRO
MUNICÍPIO / UF	BELO HORIZONTE / MINAS GERAIS

2. RELAÇÃO DOS BENS

2.1. CELEBRAÇÕES

DENOMINAÇÃO	FEIRA DE FLORES E PLANTAS NATURAIS			IDENTIFICADO: SIM ☒ / NÃO ☐	1
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Todas as sexta-feiras	LUGAR	Av. Bernardo Monteiro – Bairro Funcionários/Belo Horizonte	
DESCRIÇÃO	Consiste numa feira de rua popular e tradicional na cidade, aberta ao público em geral, onde podem ser encontradas flores de variadas espécies e plantas naturais, bem como outros artigos correlatos: vasos, enfeites e material para jardinagem. O Espaço conta também com raizeiros e vendedores ambulantes, especialmente os que oferecem doces no tabuleiro. Atualmente possui aproximadamente 50 feirantes fixos, que dispõem seus produtos no chão ou em estantes e mesas improvisadas. Não há padronização das barracas. Os espaços de venda se desenvolvem ao longo do primeiro quarteirão fechado da Av. Bernardo Monteiro após o Colégio Arnaldo, no cruzamento com as avenidas Brasil e Carandaí. Sob alameda de enormes fícus os feirantes exibem e montam os seus trabalhos florais, conhecidos na cidade pela beleza e pelos preços comparativamente acessíveis. Inicialmente a feira acontecia na Praça da Liberdade. Na ocasião da restauração da praça, foi deslocada primeiramente para a Av. Carandaí (ao lado do Colégio Arnaldo) e, em seguida, para a Av. Bernardo Monteiro, objeto deste registro.				
REGISTROS				Nº	
CONTATOS	Informação sigilosa, restrita à pesquisa			Nº	

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	MG	--	--	04	A3	04

DENOMINAÇÃO	FEIRA TOM JOBIM				**IDENTIFICADO** SIM / NÃO	**2**
TIPO	☒ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	**ÉPOCA**	Todos os sábados	**LUGAR**	Av. Bernardo Monteiro – Bairro Funcionários/Belo Horizonte		
DESCRIÇÃO	Consiste numa feira de rua popular e tradicional na cidade, aberta ao público em geral, onde se desenvolvem três principais atividades paralelas: feira de comidas e bebidas, feira de antiguidades e apresentações de música ao vivo. A Feira de Comidas Típicas, atualmente cerca de 30 expositores, oferece em barracas metálicas, montadas na noite de véspera, pratos brasileiros de diversas regiões e alguns internacionais. As barraquinhas alinham-se nas ruas laterais ao canteiro central do primeiro quarteirão fechado da Av. Bernardo Monteiro após o Colégio Arnaldo, no cruzamento com as avenidas Brasil e Carandaí. No canteiro, sob a alameda de fícus, situam-se as mesinhas para os freqüentadores. O show de música ao vivo se desenvolve na esquina do cruzamento, sem palco improvisado e equipamento de som montado especialmente para a ocasião. O repertório varia de acordo com o artista. A feira de antiguidade acontece no quarteirão logo abaixo, também em barracas padronizadas, contando com também aproximadamente 30 expositores que comercializam móveis, objetos antigos e adornos. Inicialmente acontecia na Praça da Liberdade. Na ocasião da restauração da praça, foi deslocada primeiramente para a Av. Carandaí (ao lado do Colégio Arnaldo) e, em seguida, para a Av. Bernardo Monteiro, objeto deste registro.					
REGISTROS				**Nº**		
CONTATOS	Informação sigilosa, restrita à pesquisa			**Nº**		

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	MG	--	--	04	A3	04

2.2. EDIFICAÇÕES

DENOMINAÇÃO	COLÉGIO ARNALDO		**IDENTIFICADO** SIM	NÃO	**3**
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☒ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	**ÉPOCA**		**LUGAR**		
DESCRIÇÃO	O edifício, tombado em lei pelo Município, encontra-se restaurado e em excelente estado de manutenção. Foi construído sobre as ruínas do *Palácio de Exposição Permanente*, no quarteirão 47 da seção 6 dos mapas da Comissão Construtora da Capital, onde inicialmente se havia previsto secretarias de Estado. O Palácio, projetado em 1900 durante a gestão do Prefeito Bernardo Monteiro, nunca saiu dos alicerces. Dez anos depois os padres verbitas escolheram o local para construção de um colégio masculino, que contou com projeto do Padre Vienken. O edifício em estilo eclético, predominantemente neoclássico, teve sua construção em 1915. Ainda hoje abriga o tradicional Colégio Arnaldo, que também se faz palco de conhecidas festas juninas e outros eventos culturais. Corre uma lenda, desmistificada pelos padres, que haveria um túnel secreto ligando o Arnaldo ao Colégio Sagrado Coração de Jesus, construído no mesmo período para abrigar o colégio verbita feminino da capital mineira. Quando situava-se na Av. Carandaí, a atualmente denominada Feira Tom Jobim levava o nome de *Feirinha do Arnaldo*.				
REGISTROS			**Nº**		
CONTATOS	Informação sigilosa, restrita à pesquisa		**Nº**		

2.3. LUGAR

DENOMINAÇÃO	AV. BERNARDO MONTEIRO		**IDENTIFICADO** SIM	NÃO	**4**
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☒ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	**ÉPOCA**		**LUGAR**		
DESCRIÇÃO	A avenida Bernardo Monteiro integra a malha urbana geométrica do projeto original da capital mineira, limitado pela Av. do Contorno. Atravessa a região hospitalar localizada nos bairros Funcionários e Santa Efigênia. No seu trecho fechado se encontra o Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro, objeto deste estudo de caso. Inicialmente denominada Paraybuna, ganhou novo nome em homenagem ao ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-senador, Bernardo Pinto Monteiro. Sobre a avenida, em 1962 avalia COELHO ANDRADA: “Sua utilidade é enormemente diminuída por não prosseguir além da Av. Afonso Pena para o Sul, onde a ela segue a rua Prof. Morais, com apenas vinte metros de largura, e com um canal aberto pelo meio, o que reduz a largura de suas pistas ao absolutamente indispensável à passagem de um veículo de cada vez, em cada via. Tratando-se de uma avenida com perfil excelente, fazendo a ligação Norte-Sul, é imperioso o alargamento da rua, para além da avenida, bem como o capeamento do canal.” Hoje a rua Prof. Morais, que dá continuidade física à av. Bernardo Monteiro, encontra-se com o canal capeado. Em termos de fluxo, entretanto, a av. Bernardo Monteiro ainda termina na Av. Afonso Pena, não havendo continuidade com a Prof. Morais, que toma sentido contrário de tráfego.				
REGISTROS			**Nº**		
CONTATOS	Informação sigilosa, restrita à pesquisa		**Nº**		

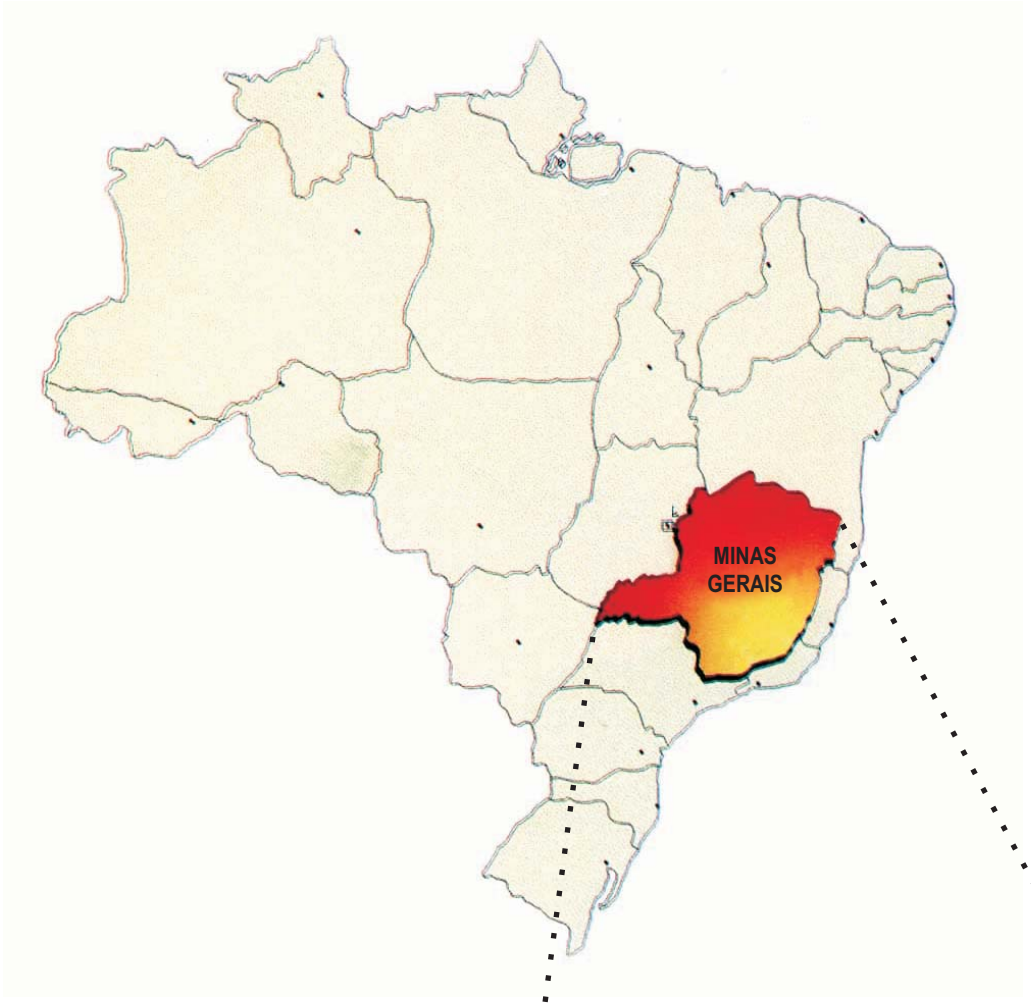
ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	MG	--	--	04	A3	04

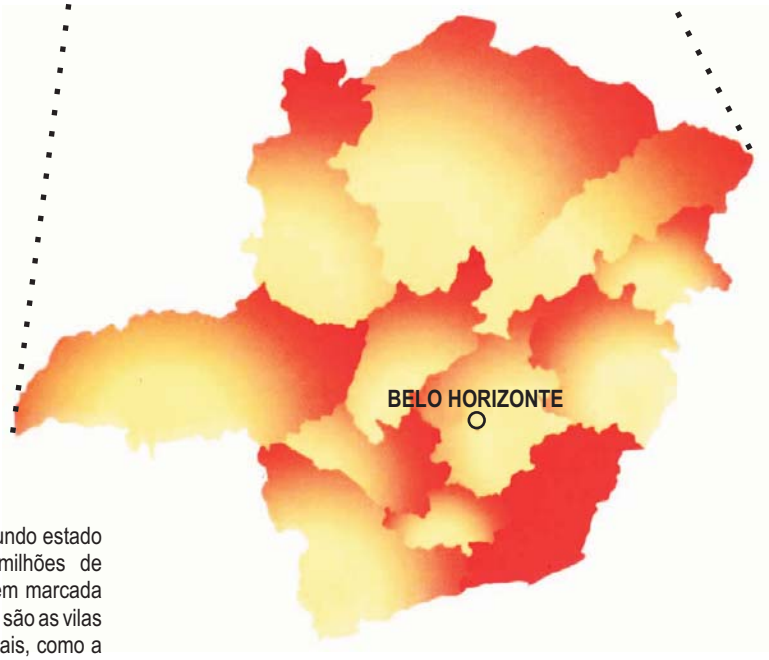
2.4. OFÍCIOS E MODOS DE FAZER

DENOMINAÇÃO	TÉCNICAS DE JARDINAGEM E FLORICULTURA			**IDENTIFICADO** SIM	NÃO	**5**
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☒ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☒ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	**ÉPOCA**	A todo tempo	**LUGAR**	Os arranjos de flores são montados na própria feira.		
DESCRIÇÃO	Os expositores da Feira de Flores e Plantas Naturais dominam uma série de técnicas e habilidades de jardinagem, confecção de bouquets, arranjos e cestas florais, plantação de orquidários e manutenção/conformação de bonsais – uma técnica de origem japonesa para miniaturização de árvores de grande porte.					
REGISTROS				**Nº**		
CONTATOS	Informação sigilosa, restrita à pesquisa			**Nº**		

3. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	ANA CECÍLIA ROCHA	
SUPERVISOR	Ana Cecília Rocha	
PREENCHIDO POR	Ana Cecília Rocha	**DATA** 28/06/2004
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Ana Cecília Rocha	



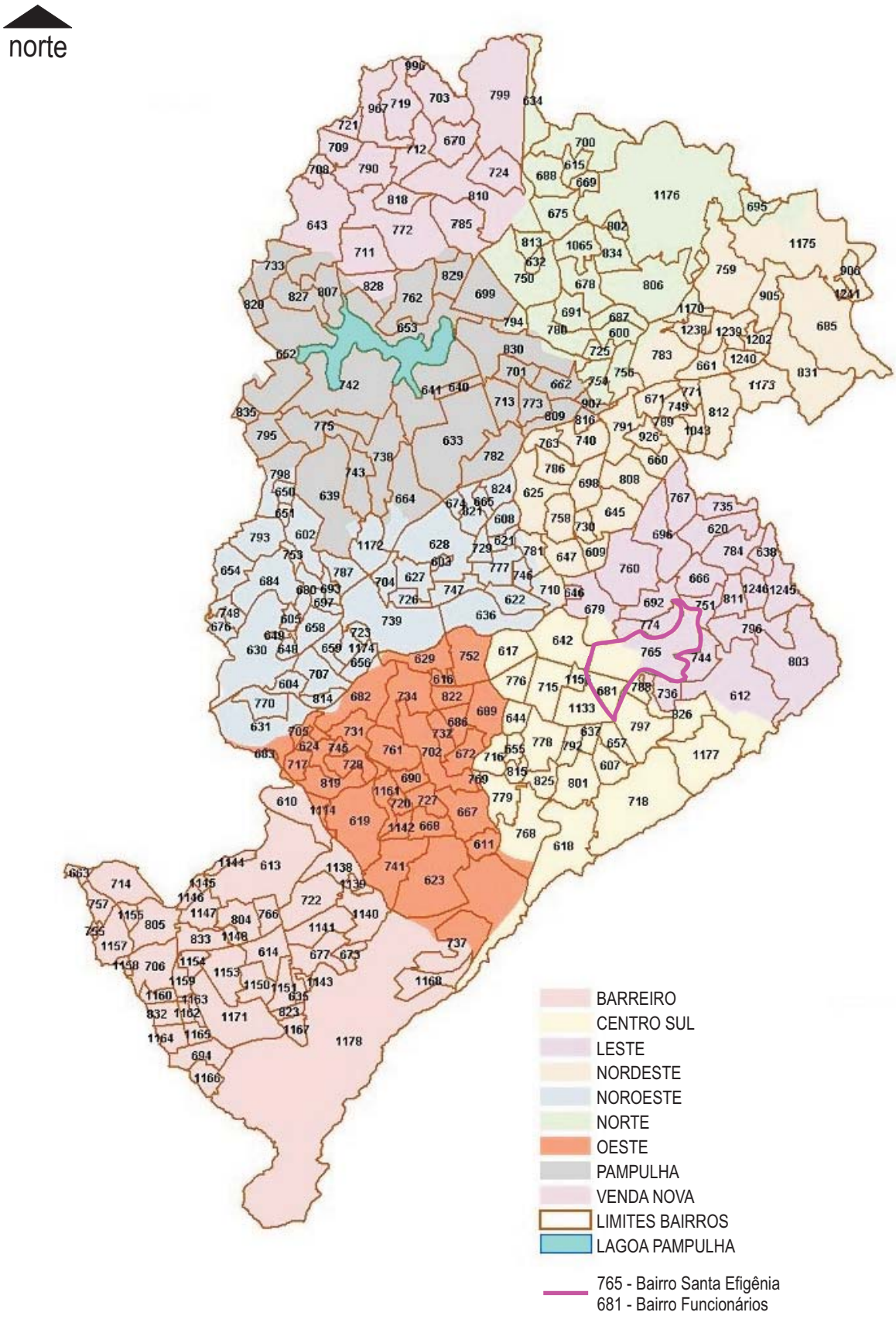


Minas Gerais é o maior estado do sudeste e o segundo estado mais industrializado do país, com quase 18 milhões de habitantes e 853 municípios. Possui uma paisagem marcada por montanhas, vales e grutas. Seu maior patrimônio são as vilas do ouro, a arquitetura colonial e as tradições culturais, como a culinária e a música.

MAPA DO BRASIL E LOCALIZAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Fonte mapas: www.asminasgerais.com.br
Fonte dados: Almanaque Abril 2002
Montagem Photoshop/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Jul/2004

A Regional Centro-Sul encerra, dentro do seu território, o projeto original da capital mineira, inaugurada em 12 de dezembro de 1897. Trata-se, portanto, de uma região histórica de Belo Horizonte, que abriga importante Patrimônio Cultural da cidade, como: Conjunto Arquitetônico da Praça da Liberdade (primeiro centro do poder da capital), Palácio das Artes (mais importante teatro da cidade), Savassi (tradicional área de comércio e lazer), Bairro Funcionários (primeiro bairro da capital), Serra do Curral (símbolo tombado de BH), Praça 7 e entorno (hipercentro), Parque Municipal (do período de fundação), além da maior e mais famosa feira de Belo Horizonte: a Feira de Arte e Artesanato e Produtores de Variedades da Avenida Afonso Pena, mais conhecida como Feira Hippie.

REGIONAIS E LIMITES DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
Legenda: Vermelho em destaque - Região onde se localiza a Área de Estudo
Fonte: PRODABEL/Prefeitura de Belo Horizonte - 2002
Montagem Photoshop/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Jul/2004

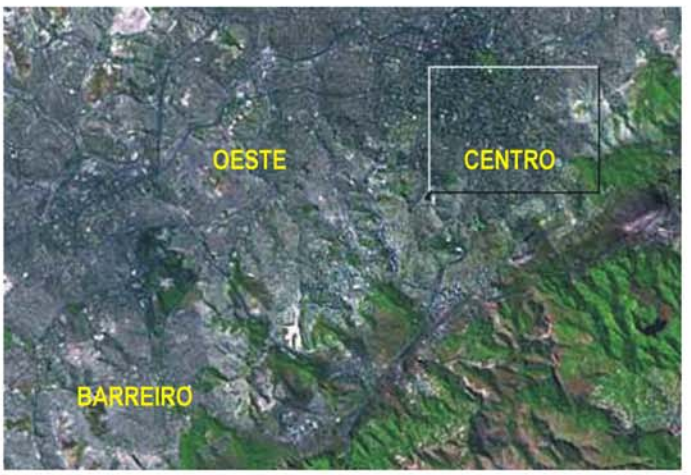


BAIRROS DE BELO HORIZONTE ONDE SE LOCALIZA O ESTUDO DE CASO E ADJACÊNCIAS: SANTA EFIGÊNIA E FUNCIONÁRIOS

Fonte: PRODABEL/Prefeitura de Belo Horizonte
Montagem Photoshop/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Jul/2004

Belo Horizonte está situada no centro-sul do Estado de Minas Gerais, na região Sudeste do país. O município possui 2,3 milhões de habitantes e tem extensão territorial de 335 km^2, sendo delimitado pelas latitudes 19º 46' 35"e 20º 03' 34" sul e pelas longitudes 43º 51' 27"e 44º 03' 47" oeste de *Greenwich*. Encontra-se cercado de importantes municípios que compõem a região metropolitana da Grande Belo Horizonte.

Belo Horizonte consiste numa cidade planejada para ser a capital mineira, cujo projeto ocupava o vale no sopé da Serra do Curral. O seu crescimento ocorreu em torno deste núcleo central original, conformando o modelo urbano radiocêntrico predominante até a atualidade. A Praça Sete de Setembro é o principal ponto de referência do centro. Constitui-se da área em torno do cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas, bem como diversas outras ruas menores. A Av. Afonso Pena, que liga a Praça Sete à Praça do Papa, aos pés da Serra do Curral, consiste em uma vitrine que abriga todos os estilos arquitetônicos de todos os períodos de Belo Horizonte - da sua fundação aos dias atuais.



Nos bairros Funcionários e Santa Efigênia, na área conhecida como ADE/Região Hospitalar, concentram-se inúmeros serviços de saúde e atividades correlatas. Ali podem ser encontrados: Pronto Socorro João XXIII (atendimento de urgência mais importante da capital), Hospital Santa Casa de Misericórdia (3º maior complexo hospitalar da América Latina), Escola de Medicina da UFMG, Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, além de diversas clínicas, farmácias, comércio e serviços correlatos. A Av. Bernardo Monteiro - objeto de nosso estudo de caso - atravessa ambos os bairros.

INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
Os retângulos indicam a área ampliada na foto seguinte
Fontes: Infostrata - Vista Aérea BH 2000 /PBH
Mapa Corel Draw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Jul/2004

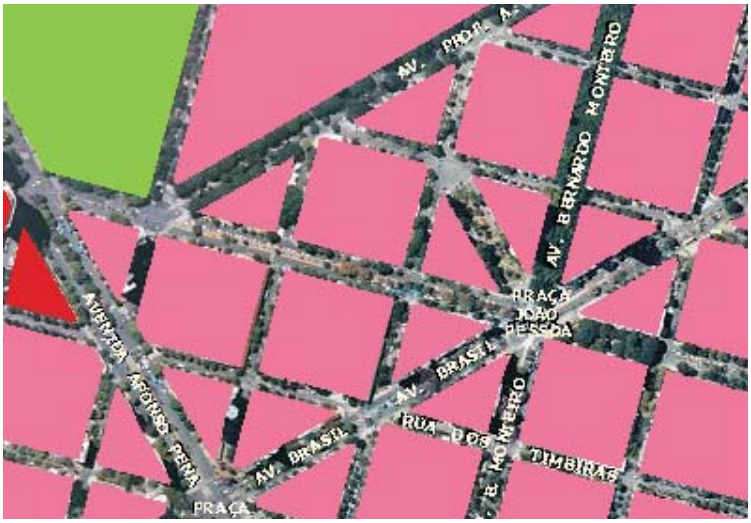
Área em destaque: influência direta no Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro, composta por onze quarteirões. Zona urbanística interna ao perímetro da Avenida do Contorno, correspondente ao traçado original de fundação da capital mineira, projetado em 1895 pela Comissão Construtora. Malha urbana geométrica e regular, estabelecendo um padrão de ruas retas formando uma matriz quadriculada com largas avenidas dispostas em sentido diagonal, inspirada em cidades 'modernas' do período, como Paris e Washington.

ZONEAMENTO LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE BELO HORIZONTE
LEI 7166/96

ZCBH (**vermelho**) - Zona Central de Belo Horizonte: Região onde é permitido adensamento e a verticalização.

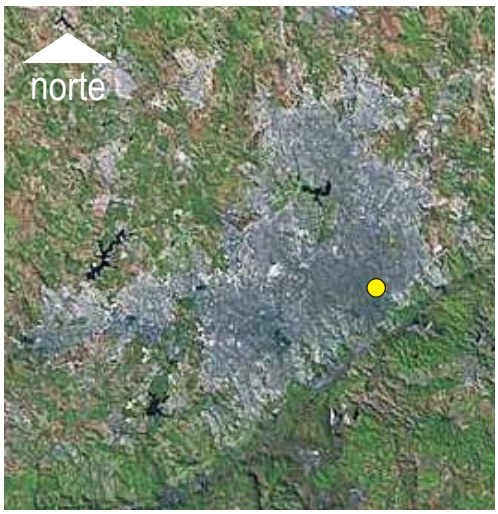
ZP-2 (**verde**) - Zona de Proteção: Região predominantemente ocupada, de proteção ambiental, histórica, cultural, arqueológica ou paisagística.

ZP-3 (**rosa**) - Zona de Proteção: Região em processo de ocupação a ser controlado visando a proteção ambiental e preservação paisagística.



A sede municipal localiza-se a 852,19 metros de altitude. A maior área encontra-se entre 751 e 1000 metros, de norte para sudoeste. Integra a unidade geomorfológica denominada *Depressão de Belo Horizonte*. Seu relevo é tipificado por espigões, colinas de topo plano a arqueado e encostas policonvexas de declividades variadas, nos flancos dessas feições e nas transições. A Avenida Bernardo Monteiro, especialmente no trecho referente ao Espaço Cultural em questão, possui leve declividade descendente no sentido Sul-Norte.

INFORMAÇÕES URBANÍSTICAS E GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
Imagens digitais georreferenciadas de Satélite Landsat-7
Fonte fotografias: Infostrata - Vista Aérea BH 2000
Montagem Corel/Photoshop: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Jul/2004



Altura do solo: 64.000 m

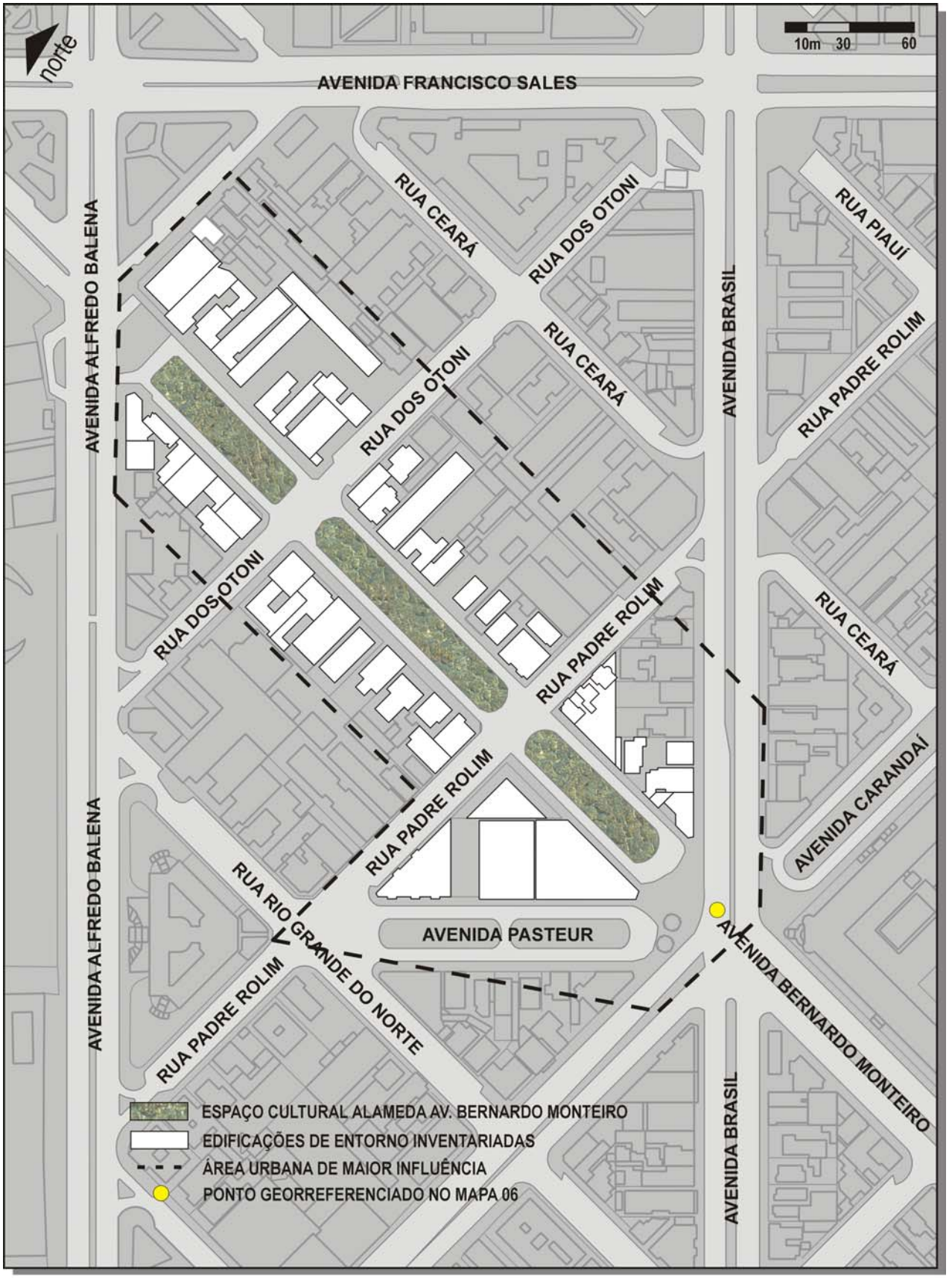
Altura do solo: 16.000 m

Altura do solo: 4.000 m

Altura do solo: 800 m

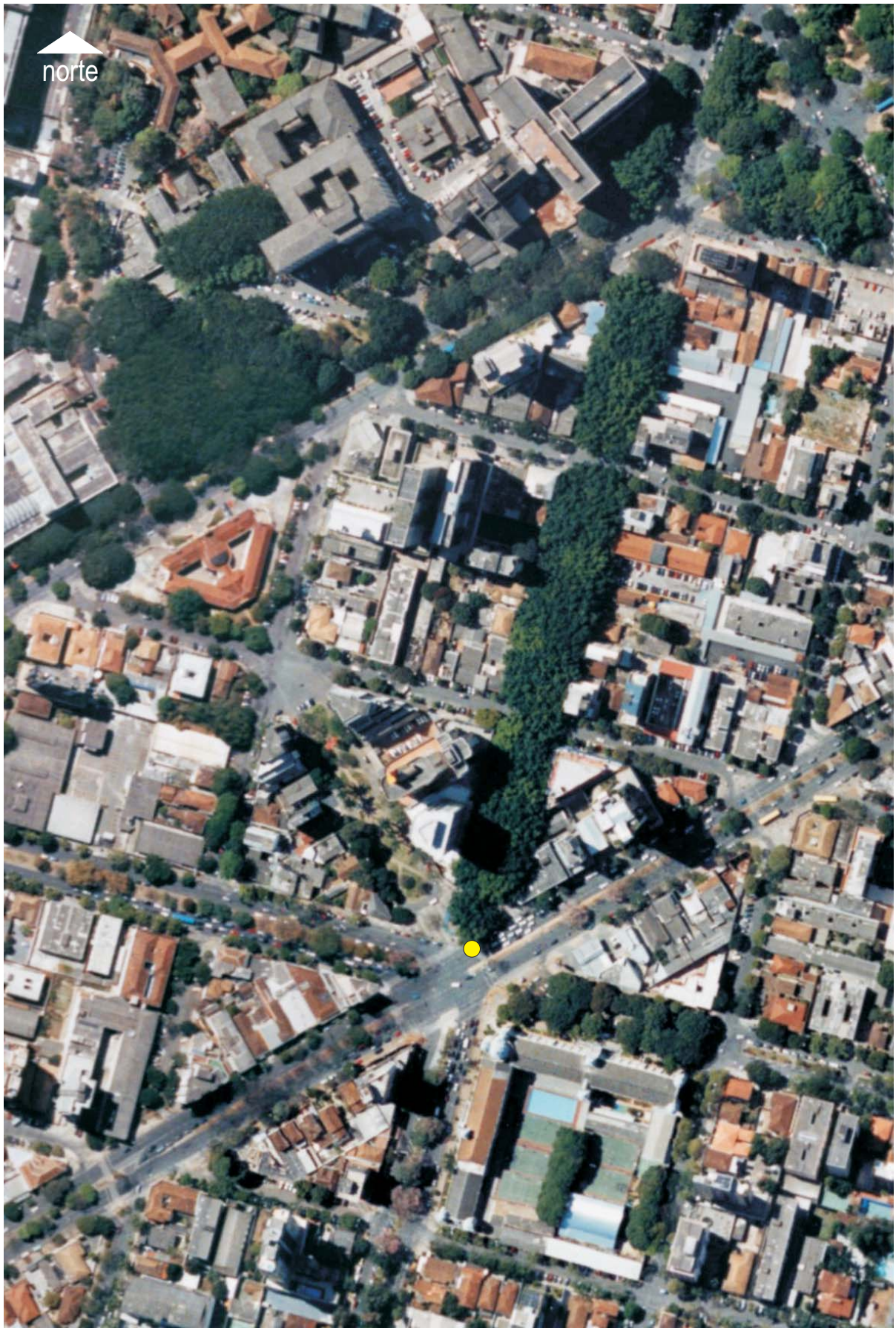
Altura do solo: 160 m

ZOOM DA ÁREA DE ESTUDO ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO
○ Av. Bernardo Monteiro, início da alameda do Espaço Cultural
Fonte: Imagens georreferenciadas de Satélite Landsat-7 / Infostrata
Mapa Corel Draw/Montagem: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Jul/2004



IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO ESPAÇO CULTURAL ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL
Atualização com base em: Vista aérea - Infostrata
Mapa Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Ago/2004



FOTOGRAFIA AÉREA DO ESPAÇO CULTURAL ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO
Montagem Digital de imagens georreferenciadas de Satélite Landsat-7/Infostrata
Mapa Corel Draw/Montagem digital Photoshop: Ana Cecília Rocha
○ Localização ponto georreferenciado nos Mapas 06 e 07
Belo Horizonte, Jul/2004

O Colégio Arnaldo, fundado em 1912 na cidade de Belo Horizonte, ganhou a atual e nova edificação na segunda década do século passado, construída sobre os alicerces do que seria um Palácio de Exposição Permanente, projetado por encomenda do então prefeito Bernardo Pinto Monteiro. Tombado na Lei Orgânica do Município, o edifício de autoria do padre-arquiteto alemão Frederico Vienken pertence ao ecletismo classicizante do período. Possui três andares e torres imponentes, numa implantação de esquina no cruzamento das avenidas Brasil, Carandaí e Bernardo Monteiro.

A avenida Bernardo Monteiro integra a malha urbana geométrica do projeto original da capital mineira, limitado pela Av. do Contorno. Atravessa a região hospitalar localizada nos bairros Funcionários e Santa Efigênia. No seu trecho semi-fechado se encontra o Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro, objeto deste estudo de caso. Inicialmente denominada Paraybuna, ganhou novo nome em homenagem ao ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-senador, Bernardo Pinto Monteiro.

Sobre a avenida, em 1962 avalia COELHO ANDRADA: "Sua utilidade é enormemente diminuída por não prosseguir além da Av. Afonso Pena para o Sul, onde a ela segue a rua Prof. Morais, com apenas vinte metros de largura, e com um canal aberto pelo meio, o que reduz a largura de suas pistas ao absolutamente indispensável à passagem de um veículo de cada vez, em cada via. Tratando-se de uma avenida com perfil excelente, fazendo a ligação Norte-Sul, é imperioso o alargamento da rua, para além da avenida, bem como o capeamento do canal." Hoje a rua Prof. Morais, que dá continuidade física à av. Bernardo Monteiro, encontra-se com o canal capeado. Em termos de fluxo, entretanto, a av. Bernardo Monteiro ainda termina na Av. Afonso Pena, não havendo continuidade com a Prof. Morais, que toma sentido contrário de tráfego.

FOTOGRAFIAS GEOREFERENCIADAS DA AV. BERNARDO MONTEIRO E COLÉGIO ARNALDO

As câmeras em laranja indicam localização e direção das respectivas fotografias

Fotos coloridas: Vista Aérea BH Foto P&B e texto: CANÇADO (1999), ANDRADA (1962):

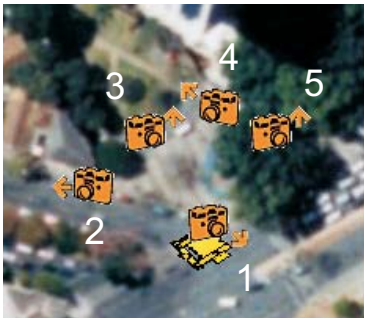
Texto/Corel Draw: Ana Cecília Rocha

Belo Horizonte, Ago/2004

Av. Pasteur

Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro

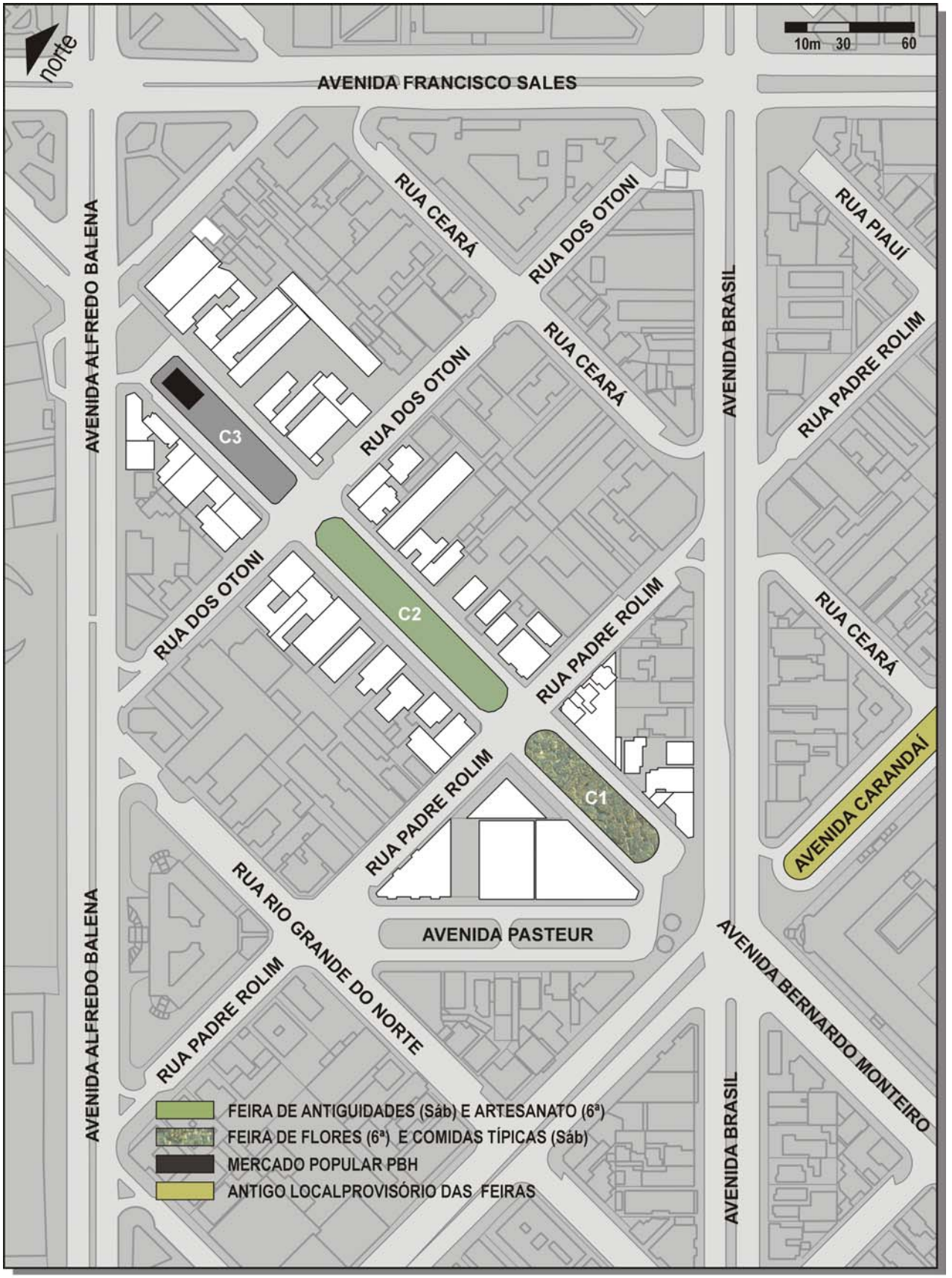
Av. Pasteur



Av. Carandaí

Colégio Arnaldo

FOTOGRAFIAS GEOREFERENCIADAS DO ENTORNO DA AV. BERNARDO MONTEIRO
As câmeras em laranja indicam localização e direção das respectivas fotografias
Fonte: Infostrata - Vista Aérea BH 2000
Corel Draw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte,Ago/2004



ZONEAMENTO DO ESPAÇO CULTURAL - LOCALIZAÇÃO DAS FEIRAS

Base: Levantamento PRODABEL
Atualização: Vista aérea - Infostrata
Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Agosto/2004

1

2

3

4

5

6

O Mercado Popular da Av. Bernardo Monteiro com Av. Prof. Alfredo Balena integra o programa da Prefeitura de Belo Horizonte denominado "Comboio do Trabalhador". Tem por objetivo promover a comercialização de produtos alimentícios a preços baixos e em locais de fácil acesso, atendendo à população em geral com produtos de qualidade. Funciona por meio de pontos fixos ou móveis, sendo o ponto Santa Efigênia em questão fixo, instalado em um galpão âncora, onde produtos hortifrutigranjeiros (de 20 a 25 produtos) são comercializados ao custo de R$ 0,49 /kg. Agregam ainda equipamentos que vendem biscoitos e folhosos. O programa é desenvolvido com a parceria de pequenos varejistas e, nos finais de semana, desloca-se para bairros carentes. Segundo os dados da Prefeitura, são ao todo 12 pontos de atendimento, 47.679 famílias beneficiadas e 11.443 toneladas comercializadas por ano. Os equipamentos encontram-se em bom estado de conservação, entretanto, o partido fechado do galpão âncora isola o espaço de permanência do entorno e confina a atividade, prejudicando a integração visual e urbana, bem como a qualidade ambiental do edifício. O fornecimento de energia elétrica acontece através de fiação precária, em meio aos galhos das árvores. As vias laterais, de largura inapropriada para a demanda, congestionam-se nos momentos de carga e descarga para abastecimento do mercado com os produtos, trazidos ao local em caminhões.

MERCADO POPULAR LOCALIZADO NA AV. BERNARDO MONTEIRO

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

PRODUTOS DO MERCADO POPULAR LOCALIZADO NA AV. BERNARDO MONTEIRO

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

A Feira de Flores e Plantas Naturais surgiu em 1984, no adro da Igreja da Boa Viagem, sendo posteriormente levada para a Praça da Liberdade. Por meio do Decreto Municipal 6762/91, em 1991 a feira foi oficialmente transferida, ocupando provisoriamente o canteiro da Av. Carandaí na ocasião da reforma dos canteiros da Av. Bernardo Monteiro, seu destino final. Conta atualmente com 37 expositores, selecionados por meio de licitação pública. Não poderia haver melhor cenário para a realização da feira do que à sombra da alameda de ficus quase centenários. Além dos expositores licitados, o evento conta com a presença de comerciantes informais, como doceiras e outros ambulantes de tabuleiro. O público é diversificado, abrangendo desde os moradores da região, os profissionais da área da saúde e comerciantes do entorno, além de pessoas que vêm exclusivamente para a feira, que é considerada por muitos o melhor lugar para se comprar flores na capital mineira. Lá podem ser encontrados diversos tipos de flores colhidas, bouquet, cestas, plantas de vaso, cactus, ervas naturais, acessórios de jardinagem e mudas. A Feira acontece todas as sextas feiras, no canteiro C1 da Av. Bernardo Monteiro, das 10 às 21 hs.

FEIRA DE FLORES DA AV. BERNARDO MONTEIRO

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Normal-Full
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Ago/2004

1 - Vendedora ambulante de doces. 2 - Feirante montando o bouquet de rosas amarelas. 3 - As irmãs, arquiteta e médica, trabalham nas redondezas. 4 - Casal de aposentados moradores próximos à feira compram flores toda sexta feira. 5 - Assistente social. 6 - Enfermeira.

PESSOAS NA FEIRA DE FLORES DA AV. BERNARDO MONTEIRO

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Normal-Full
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

PRODUTOS DA FEIRA DE FLORES NA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Equipamento: Nikon Coolpix 885 Imagem/Processo: Digital/Normal-Full
Equipamento: Canon ELAN II E Processo: Revelação colorida papel
Fotografias/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

A Feira de Artesanato, recentemente implementada no canteiro C2 da Av. Bernardo Monteiro, funciona paralelamente à feira de Flores e Plantas Naturais, uma sexta feira por mês até Dezembro de 2004. Trata-se de um evento promovido pela Secretaria de Direito e Cidadania de Belo Horizonte. Todos os feirantes integram algum grupo, organização não-governamental, entidade ou órgão de caráter social, como Coordenadoria dos Direitos Humanos e Espaço da Cidadania. Diversos produtos artesanais e/ou semi-artesanais são comercializados em barracas individuais, separadas por tipo de mercadoria e entidade representada. Ali podem ser encontrados panos de prato pintados à mão, brinquedos, esculturas de barro, enfeites, bonecas de pano, brincos e colares de sementes, roupas, tecidos trabalhados, pequenas telas e quadros, embalagens, etc. O programa atende ainda idosos e portadores de necessidades especiais, que se queixam do piso irregular e mau conservado do canteiro, bem como da falta de independência na locomoção em cadeiras de rodas, devido à inadequabilidade de inclinação das rampas de acesso ao local.

FEIRA DE ARTESANATO DA AV. BERNARDO MONTEIRO
Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Agosto/2004

A Feira Tom Jobim de Antiguidades e Comidas Típicas consiste numa feira de rua popular e tradicional, aberta ao público em geral todos os sábados de 10 às 18hs, onde se desenvolvem três principais atividades paralelas: feira de comidas e bebidas, feira de antiguidades e apresentações de música ao vivo. A Feira de Comidas Típicas, atualmente com 27 expositores, oferece em barracas metálicas, montadas na noite de véspera, pratos brasileiros de diversas regiões e alguns internacionais. As barraquinhas alinham-se nas ruas laterais ao canteiro central do primeiro quarteirão fechado (C1) da Av. Bernardo Monteiro. No canteiro, sob a alameda de ficus, situam-se as mesinhas para os freqüentadores. O show de música ao vivo se desenvolve na esquina do cruzamento das avenidas Brasil, Carandaí e Bernardo Monteiro, sem palco improvisado e equipamento de som montado especialmente para a ocasião. Algumas vezes, a feira conta com a presença de um DJ e música ambiente. O repertório varia de acordo com o artista. A feira de antiguidade acontece no quarteirão logo abaixo (C2), também em barracas padronizadas, contando com 28 expositores que comercializam móveis, objetos antigos e adornos. Inicialmente a feira tomava curso na Praça da Liberdade. Na ocasião da restauração da praça, foi deslocada provisoriamente para a Av. Carandaí (ao lado do Colégio Arnaldo) e, em seguida, para seu destino final e lugar onde atualmente se encontra. Trata-se da feira mais desvitalização do Espaço Cultural, contando com poucos expositores e um público comparativamente reduzido.

FEIRA TOM JOBIM DE ANTIGUIDADES E COMIDAS TÍPICAS

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Normal-Full
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, 2005

ANTIGUIDADES DA FEIRA TOM JOBIM DE ANTIGUIDADES E COMIDAS TÍPICAS

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Normal-Full
Fotografia: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, 2005

1 - Feirante - doces de tabuleiro.. 2 - Feirante - doces na barraca. 3 - Equipe de Fiscais da Prefeitura de Belo Horizonte. 4 - Grupo de amigas que visitam a feira pela primeira vez. 5 - Família almoçando, menina pedinte ao derredor. 6 - Casal de amigos.

PESSOAS NA FEIRA TOM JOBIM DE COMIDAS TIPICAS

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

O Espaço Cultural da Alameda Av. Bernardo Monteiro conta com 47 árvores da espécie *ficus microcarpa,* Família *Moraceae*. É conhecida pelo nome popular de figueira-benjamim, apesar da literatura específica identificar este nome como de outra espécie distinta. Trata-se de uma árvore exótica, ou seja, não natural da flora brasileira, original da Malásia e Ásia Tropical. Possui grande porte, atingindo 16 metros de altura e até 40 metros de diâmetro de copa. Nestes casos, surgem raízes escoras no caule que crescem em direção ao solo, reforçando o sistema de sustentação da planta. As raízes, quando engrossadas, fazem parecer que a árvore possui vários troncos. O seu tronco verdadeiro, revestido por casca lisa, é bastante ramificado. A figueira frutifica e floresce durante todo o ano, contando ainda com uma folhagem permanente de coloração verde brilhante. Seu figo roxo-escuro é bastante apreciado por pássaros frugívoros. A espécie, introduzida no Brasil há bastante tempo, é amplamente utilizada na arborização de parques e jardins em nosso país, sendo uma das árvores frondosas e de sombra mais utilizadas para este fim.

A Alameda da Av. Bernardo Monteiro configura importante microclima urbano. As árvores foram plantadas provavelmente no mesmo período dos ficus da Av. Afonso Pena, nas décadas de 20/30 do século passado. Não possuem proteção legal direta e encontram-se sob responsabilidade da Regional Centro-Sul da Prefeitura de Belo Horizonte. A alameda não dispõe de um programa permanente de manutenção e não há monitoramento ou vistorias específicas agendadas. Os reparos ou podas

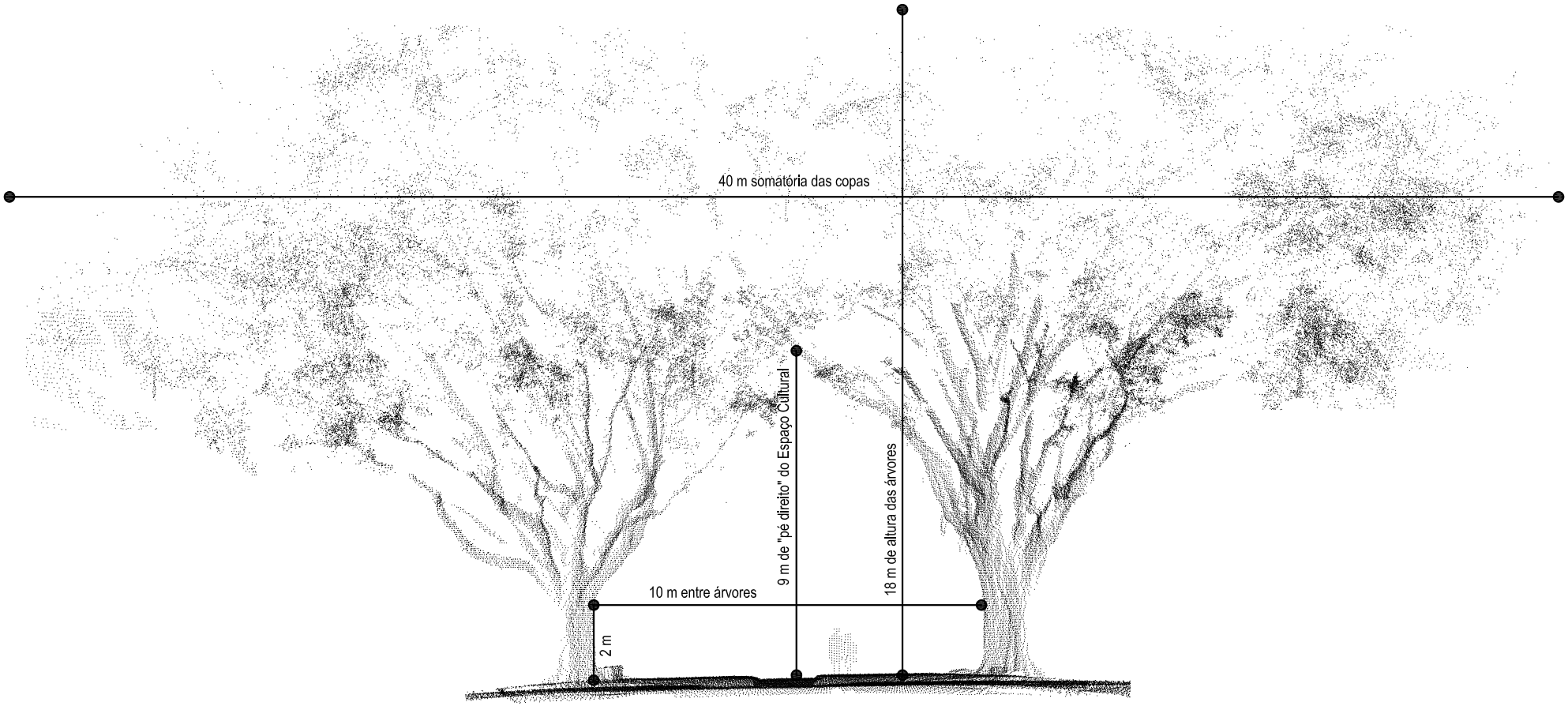
ÁRVORES DO ESPAÇO CULTURAL ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL
Atualização: Vista aérea - Infostrata
Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Ago/2004

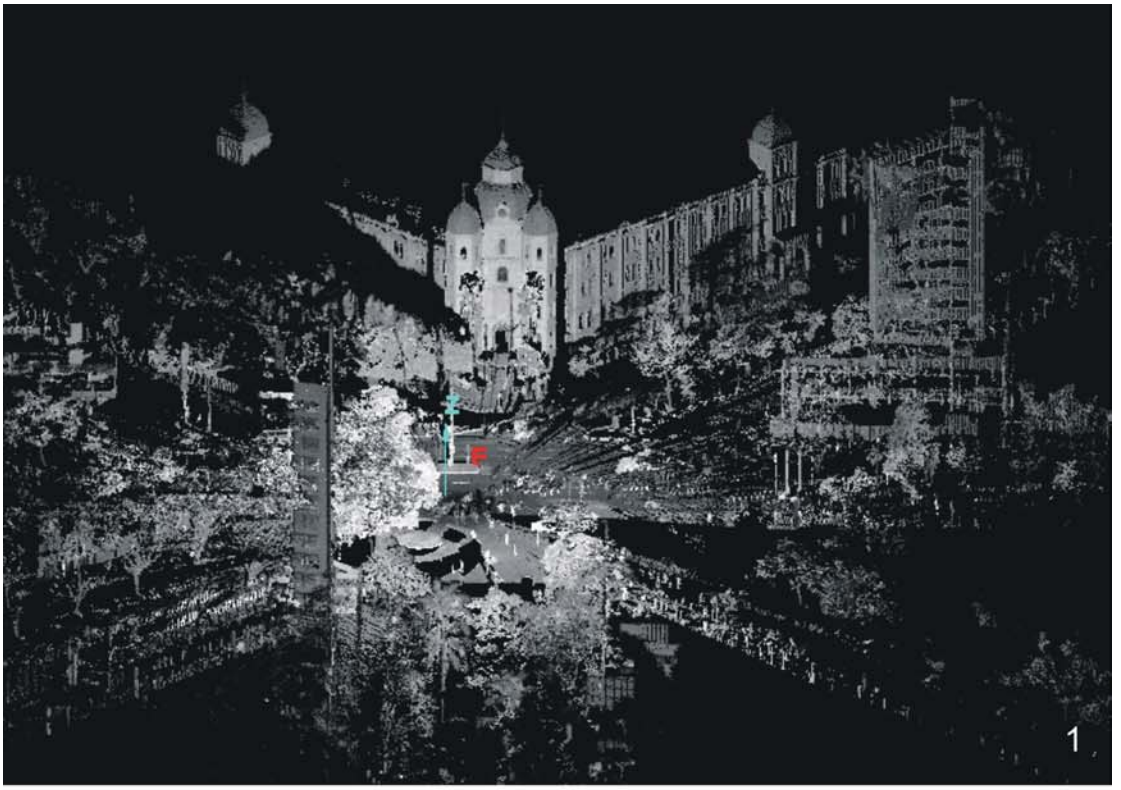
1 - O Espaço Cultura Alameda Av. Bernardo Monteiro conta com uma sequência de ficus de grande porte, plantados no século passado. 2 - O Canteiro 3C do Espaço cultural abriga o Mercado Popular - Comboio do Trabalhador, da PBH. 3 - Diversas árvores possuem preenchimento dos troncos com massa de cimento, objetivando a estruturação e, consequentemente, maior longevidade. Os preenchimentos encontram-se em estado precário de manutenção, necessitando reparos urgentes. 4 - Os troncos das árvores servem muitas vezes de lixeira. Na foto, percebemos uma grande quantidade de garrafas de vidro enfiadas na árvore. 5 - Além do lixo de diversas naturezas, as árvores sofrem ainda com o vandalismo, pichações e desenhos feitos nas suas cascas. São escritos com materiais cortantes que descascam a árvore, dificultam suas atividades vitais e contribuem para o enfraquecimento da mesma. 6 - As árvores, dispostas em duas sequências alinhadas ao longo do canteiro central da Av. Bernardo Monteiro, apresentam grandes copas que entrelaçam seus galhos formando um teto verde sobre o espaço cultural. Ao todo, são 46 árvores antigas e uma árvore nova, recentemente plantada. No geral, encontram-se mal cuidadas/conservadas e bastante agredidas, vandalizadas e prejudicadas pela colocação de lixo em suas reentrâncias.

ALAMEDA DE FICUS DA AV. BERNARDO MONTEIRO

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Nov/2004



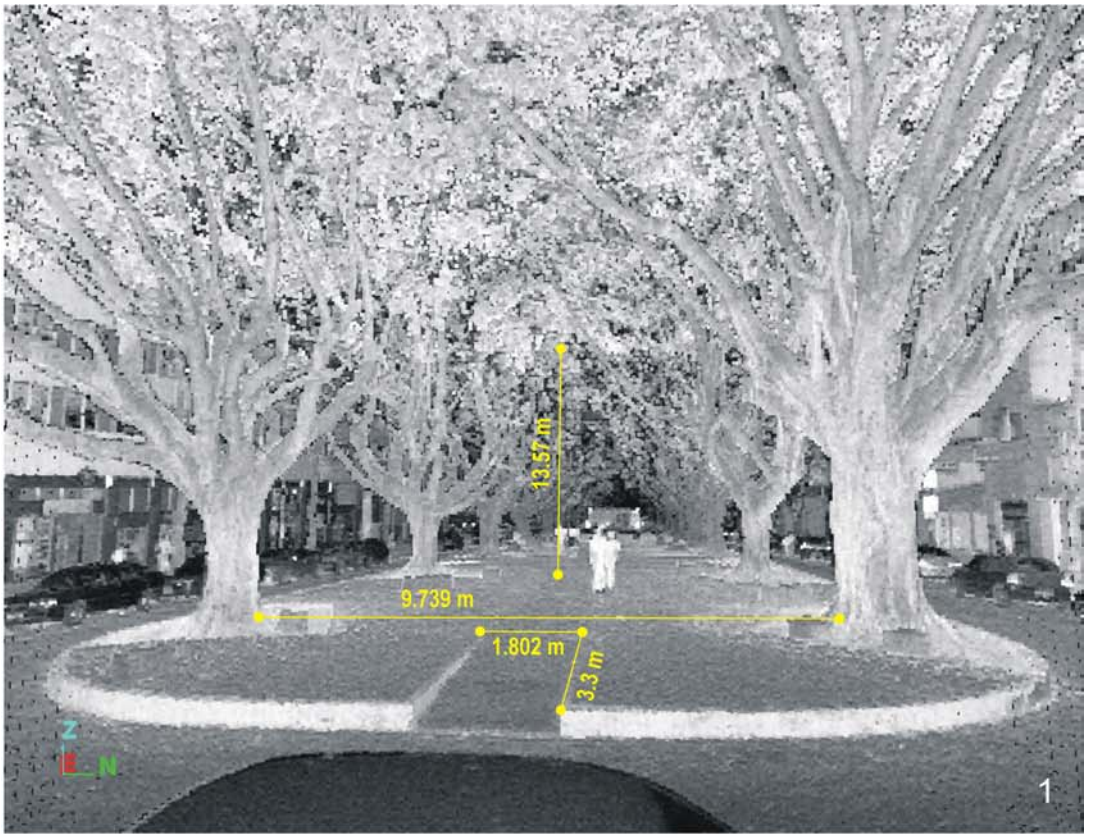
ESCANEAMENTO À LASER DAS ÁRVORES DO ESPAÇO CULTURAL
Scanner: I-Site LMS-z210i Software: Vulcan Empresa: Maptek
Eng. Maptek: Antônio Carlos Rocha, Gaston Rodriguez
Desenho Técnico/AutoCAD: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Set/2004

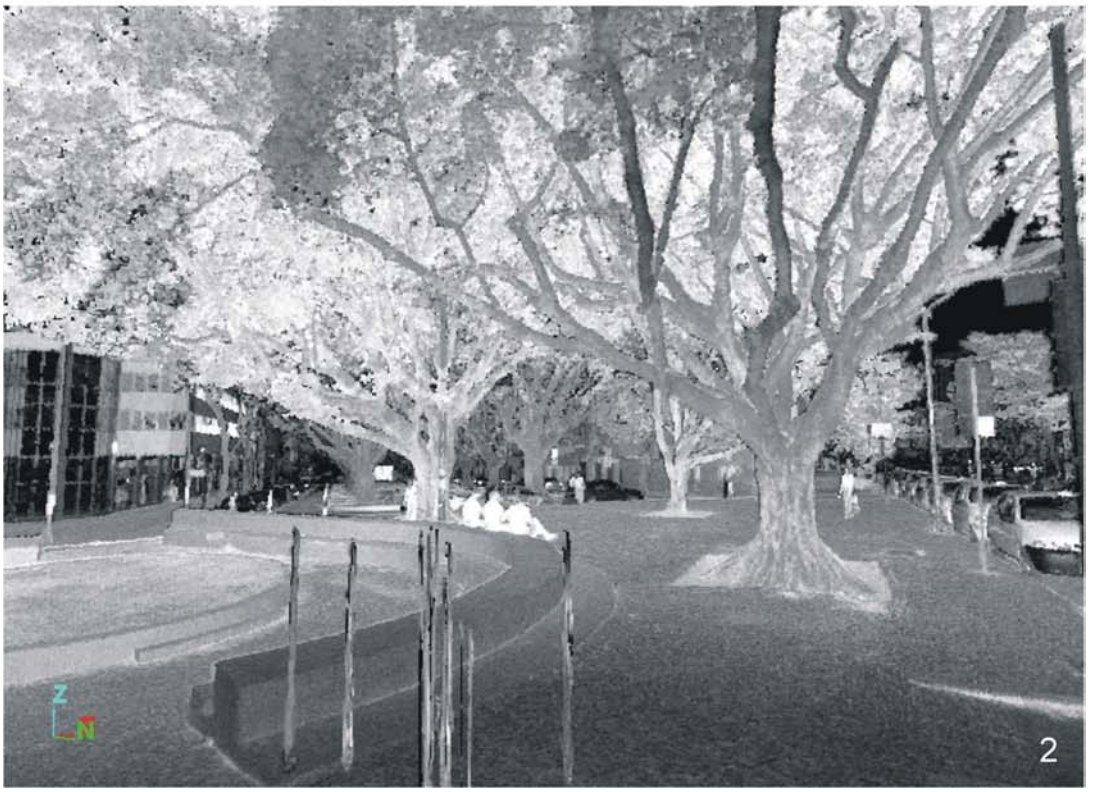


1 - Área escaneada, com aproximadamente 200 metros de diâmetro. 2 - Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro.

ESCANEAMENTO A LASER ESPAÇO CULTURAL AV. BERNARDO MONTEIRO

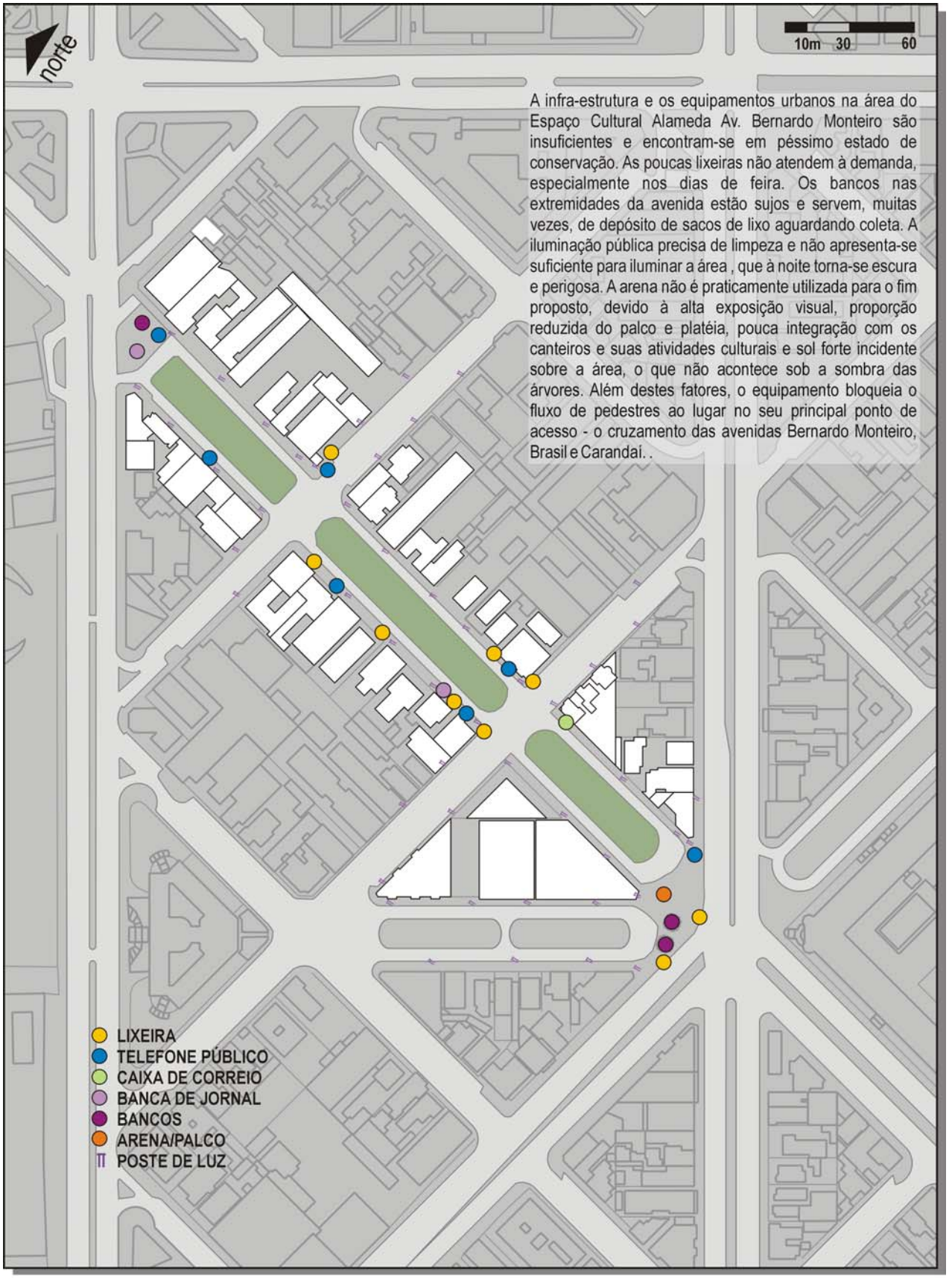
Laser Scanner: I-Site LMS-z210i Software: Vulcan Empresa: Maptek
Eng. Maptek: Antônio Carlos Rocha, Gaston Rodriguez
Mapa Corel Draw/Photoshop: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004





ESCANEAMENTO A LASER ESPAÇO CULTURAL AV. BERNARDO MONTEIRO

Laser Scanner: I-Site LMS-z210i Software: Vulcan Empresa: Maptek
Eng. Maptek: Antônio Carlos Rocha, Gaston Rodriguez
Mapa Corel Draw/Photoshop: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



EQUIPAMENTOS URBANOS NO ESPAÇO CULTURAL AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL Atualização: Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Ago/2004

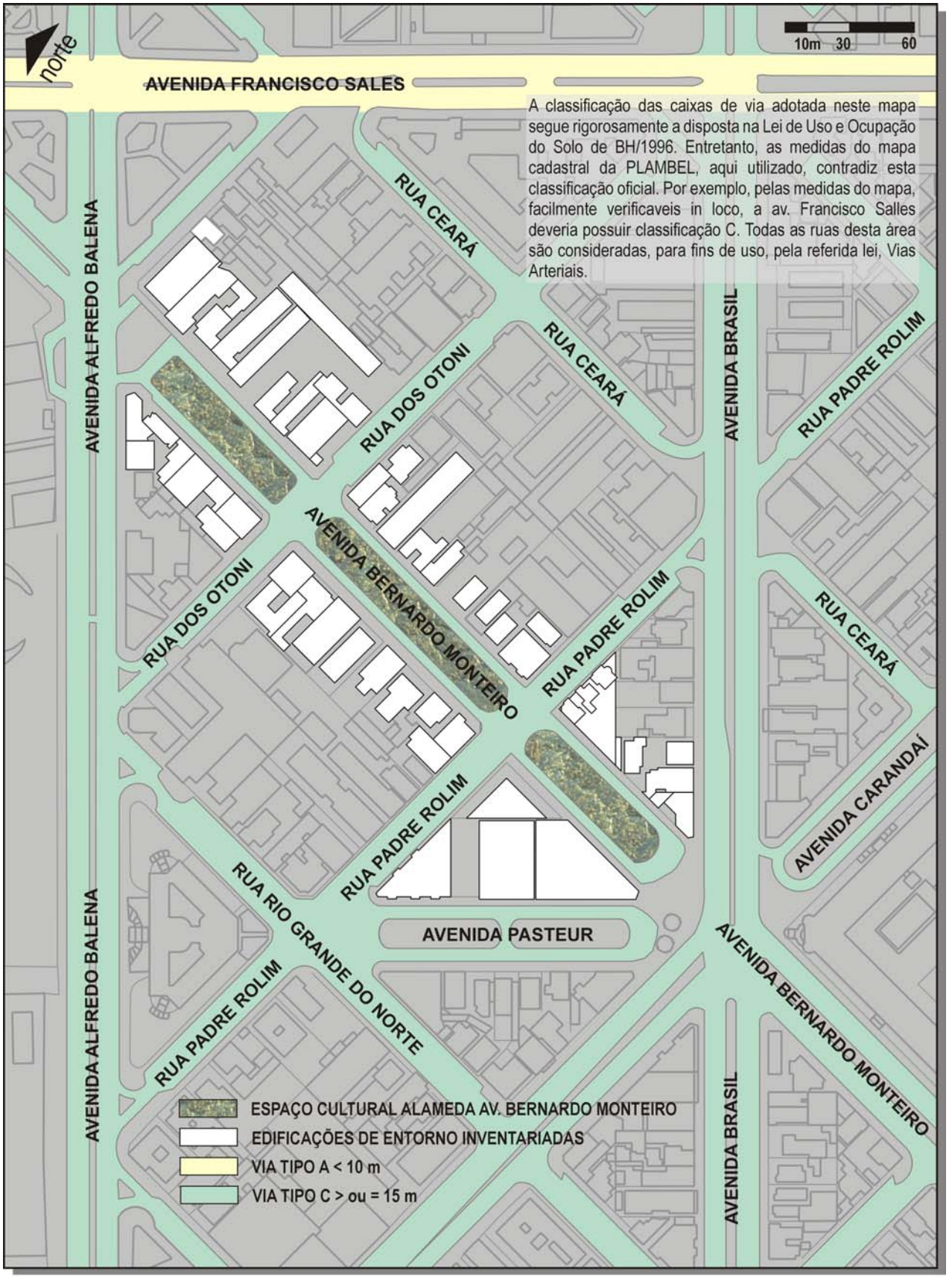
1 - Iluminação da Alameda Av. Bernardo Monteiro, suspensa por fios atirantados entre as árvores. 2 - Antigo piso da entrada da Padaria e Confeitaria Globo. 3 - Rampas de acesso ao canteiro para portadores de necessidades especiais. A inclinação da rampa não atende à demanda do usuário por independência de deslocamento. 4 - Blocos de pedra espalhados ao longo da alameda, utilizados como banco. 5 - Piso de pedra granito, com irregularidades não apropriadas ao deslocamento em cadeiras de roda. 6 - Arena no cruzamento das Avs. Bernardo Monteiro e Brasil.

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Normal-Full
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

1 - Estado de conservação precário da iluminação para pedestre. 2 - Subsolo do canteiro utilizado como banheiro e depósito de lixo. 3 - Fiação inadequada do Mercado, com fios soltos entre os galhos. 4 - Canteiro sem vegetação. 5 - Lixo nos bancos. 6 - Pipi móvel Feira Tom Jobim.

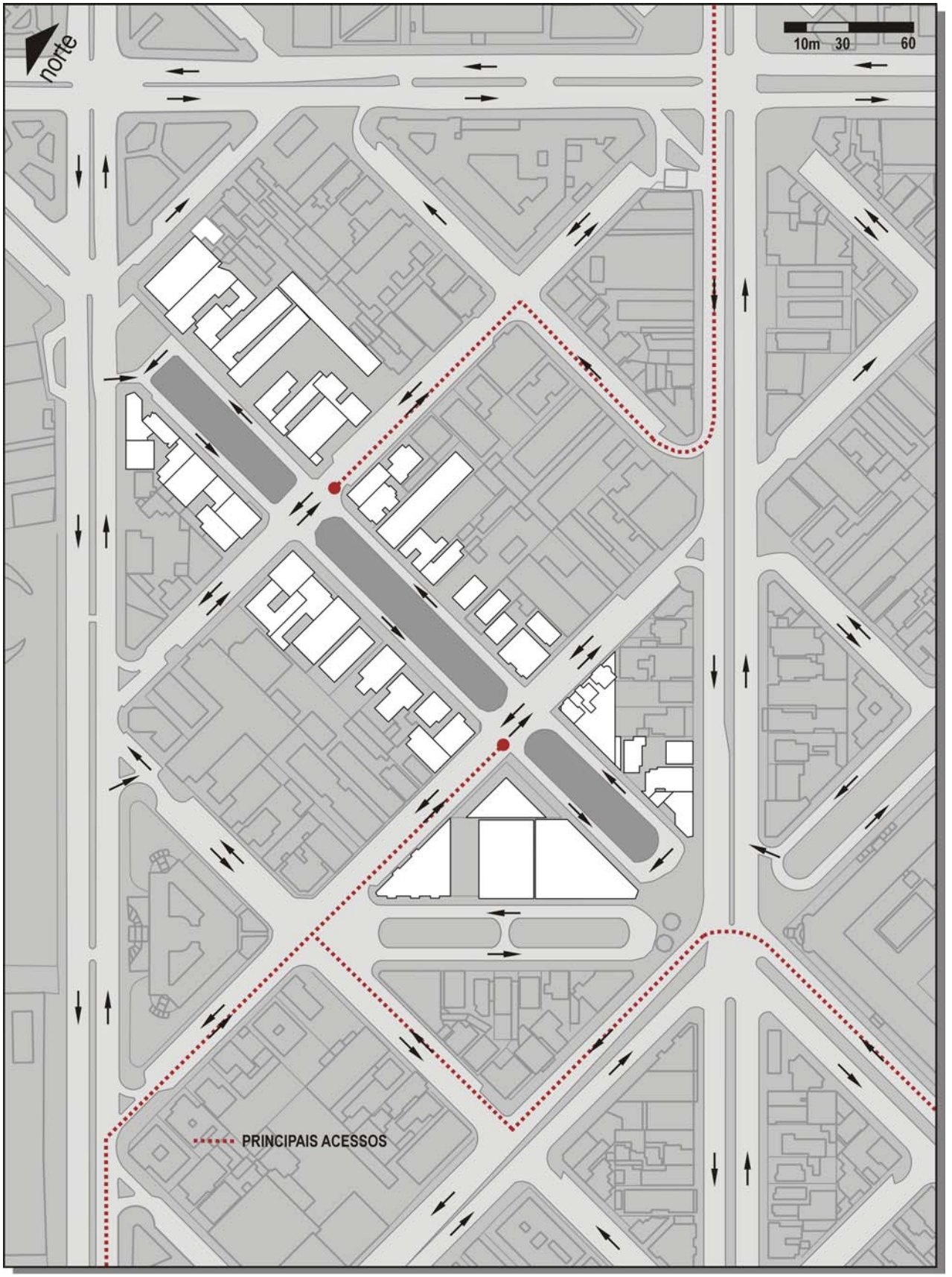
INFRA-ESTRUTURA , EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO URBANO

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Normal-Full
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



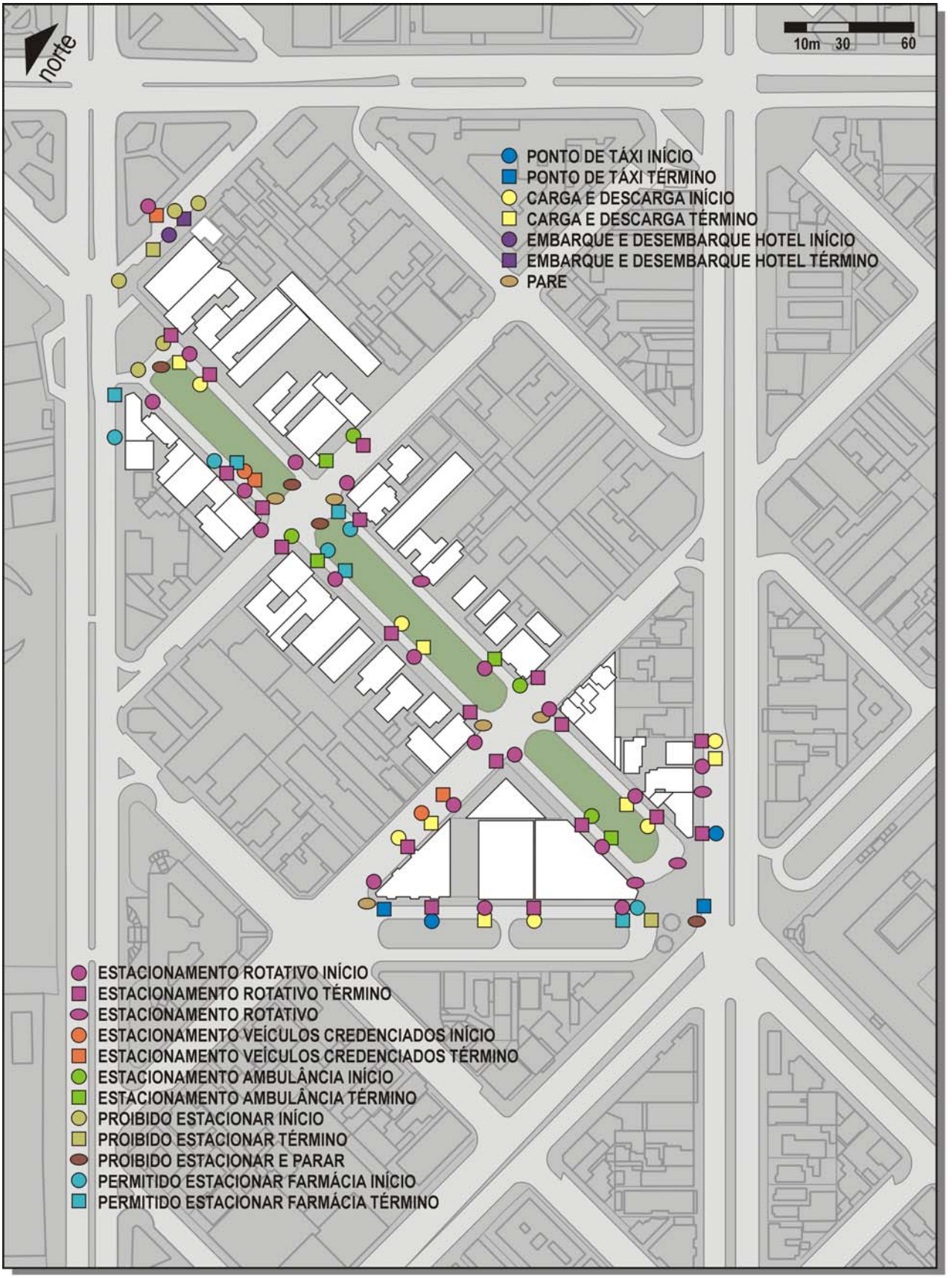
CLASSIFICAÇÃO DAS VIAS NO ENTORNO DA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL Atualização: Vista aérea - Infostrata
Fonte classificação: Lei de Uso e Ocupação do Solo de BH/1996
Análises/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



DIREÇÃO DE TRÂNSITO E PRINCIPAIS ACESSOS AO ESPAÇO CULTURAL

Base: Levantamento PRODABEL Atualização: Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

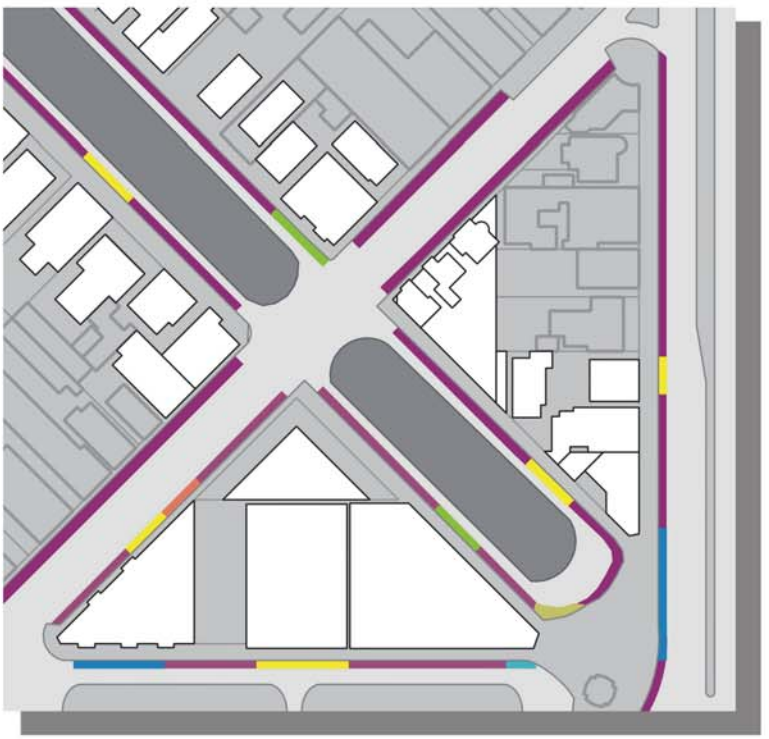


PLACAS DE SINALIZAÇÃO DO TRÂNSITO NA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL Atualização: Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

- ESTACIONAMENTO ROTATIVO INÍCIO
- ESTACIONAMENTO ROTATIVO TÉRMINO
- ESTACIONAMENTO ROTATIVO
- ESTA. VEÍCULOS CREDENCIADOS INÍCIO
- EST. VEÍCULOS CREDENCIADOS TÉRMINO
- ESTACIONAMENTO AMBULÂNCIA INÍCIO
- ESTACIONAMENTO AMBULÂNCIA TÉRMINO
- PROIBIDO ESTACIONAR INÍCIO
- PROIBIDO ESTACIONAR TÉRMINO
- PROIBIDO ESTACIONAR E PARAR
- PERMITIDO ESTACIONAR FARMÁCIA INÍCIO
- PERMITIDO ESTACIONAR FARMÁCIA TÉRMINO
- PONTO DE TÁXI INÍCIO
- PONTO DE TÁXI TÉRMINO
- CARGA E DESCARGA INÍCIO
- CARGA E DESCARGA TÉRMINO
- EMBARQUE E DESEMBARQUE HOTEL INÍCIO
- EMBARQUE E DESEMBARQUE HOTEL TÉRMINO
- PARE

A demanda por estacionamento na região é grande, evidenciada pela presença de cinco grandes estacionamentos particulares marginais ao Espaço Cultural, respondendo por 10% das edificações inventariadas. Toda a região possui estacionamento público com faixa azul e, ainda assim, o número de vagas disponíveis apresenta-se insuficiente. Trata-se de um problema de âmbito regional que não pode ser solucionado localmente. Ao contrário, o tratamento precisa ser macro e envolver melhoria do transporte público, ampliação das linhas de metrô e educação urbana. Na alameda Av. Bernardo Monteiro a situação se agrava pela presença de diversos trechos dedicados ao estacionamento de veículos credenciados, ambulâncias, carga e descarga e ponto de taxi. Deste modo, forma-se um cinturão de carros ao redor do Espaço Cultural, isolando os canteiros centrais do entorno, dificultando a integração dos ambientes e a passagem de pedestres. Provocam, ainda, congestionamento e afogamento do tráfego, uma vez que as vias possuem dimensão reduzida para a demanda, especialmente os trechos contíguos à alameda. Além do isolamento, observa-se diversos outros impactos negativos, como poluição visual, sonora e do ar. Não há vagas reservadas para portadores de necessidades especiais.



ESTACIONAMENTO NO PERÍMETRO DE ENTORNO DA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

NUMERAÇÃO DE RUA DAS EDIFICAÇÕES INVENTARIADAS E EDIFICAÇÕES DE DESTAQUE NO ENTORNO

Legenda: Número da edificação seguido das iniciais da respectiva rua

Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto

Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha

Belo Horizonte, Set/2004

1 - O Conjunto Urbano da Praça Hugo Werneck e adjacências é tombado pelo Município de Belo Horizonte. No entorno da praça, revitalizada pela Santa Casa, encontram-se edificações históricas também protegidas pelo patrimônio histórico. 2 - O canteiro da Av. Carandaí foi recuperadono final de 2004 pelo Colégio Arnaldo e pela PBH. 3 e 4 - Dentre as edificações tombadas do entorno do espaço cultural, a própria Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. O prédio principal do complexo hospitalar da Santa Casa, terceiro de maior porte da América Latina, data de 1941, projeto de Raffaelo Berti em estilo Proto-Moderno. Berti é autor de mais de 500 projetos na capital e em todo o estado mineiro. 5 - Em frente à Santa Casa e pertencente ao seu complexo, o Hospital São Lucas, em estilo art déco. 6 - O Restaurante Popular, recentemente inaugurado, em estilo contemporâneo, conta com 40 funcionários e 400 lugares para usuários simultâneos. O Programa Restaurante Popular, incluindo suas duas unidades, serve 120.448 refeições anualmente.

EDIFICAÇÕES E PRAÇAS NO ENTORNO DA ÁREA DA AV. BERNARDO MONTEIRO

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Nov/2004

1

2

3

4

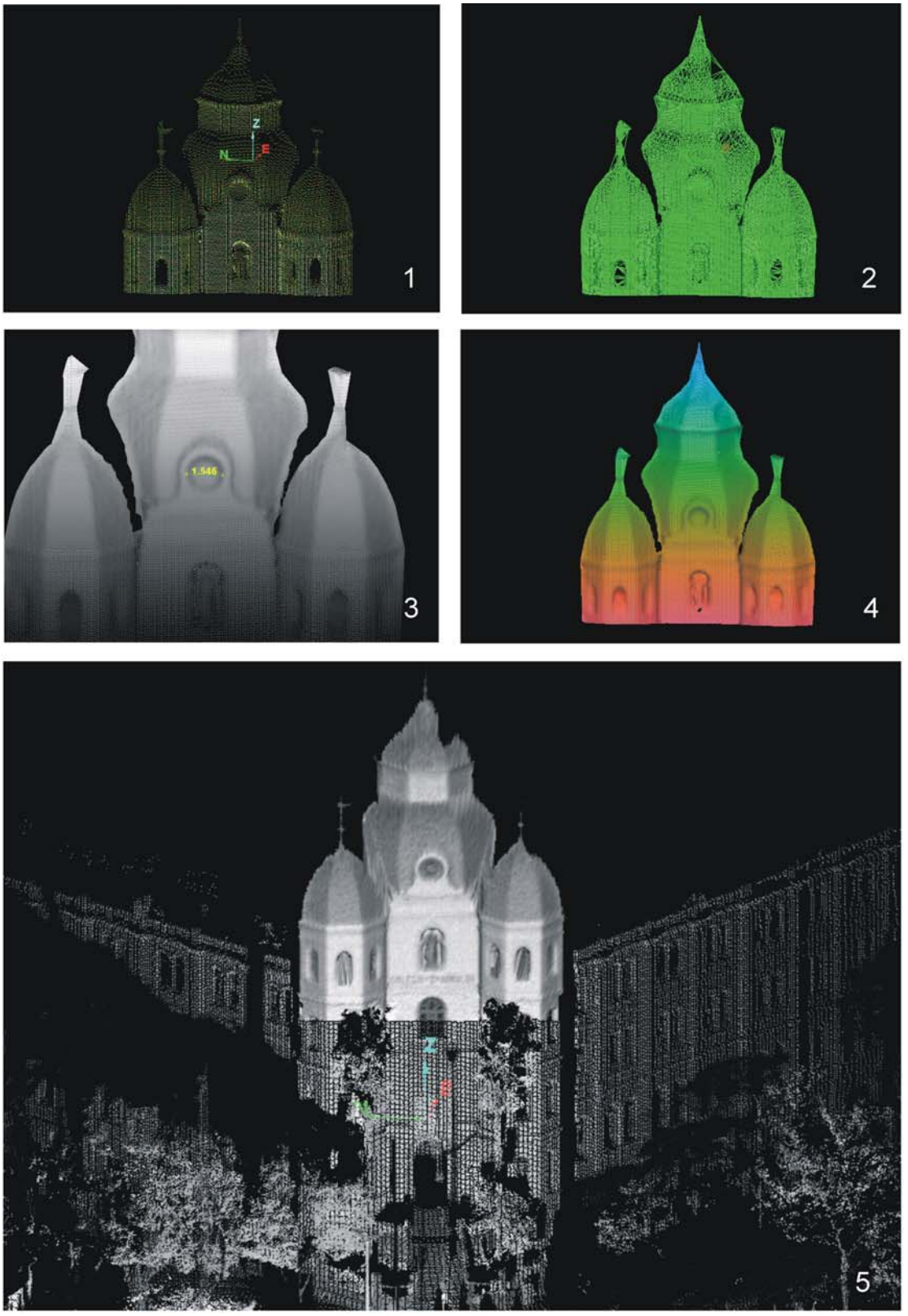
5

6

1 - O Pronto Socorro de Belo Horizonte, também chamado João XXIII, é o principal local de atendimento das emergências e urgências do município e região. Responsável pela cobertura das principais urgências clínicas e cirúrgicas de média e alta complexidade, o hospital atende 24 horas por dia a população em geral. Integra o sistema FHEMIG - Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. 2 - O Campus Saúde da UFMG, onde são ministradas aulas para os alunos da área da saúde da Universidade Federal de Minas Gerais. Teve sua pedra fundamental lançada em 1911, na antiga Av. Mantiqueira, hoje Prof. Alfredo Balena. A construção se deu entre 1911 e 1914 e recebeu vários acréscimos posteriores. Em 1956 foi autorizada a demolição do prédio central para construção do novo edifício, com traços Modernistas. O Campus Saúde conta atualmente com 63.800 m2, sendo mais de 100.000 m2 de área construída. 3 e 4 - Integrando a rede de estabelecimentos assistenciais de saúde que compõe o Campus Saúde , o Hospital das Clínicas consiste no hospital-escola/hospital-universitário da UFMG, inaugurado em 1955. 5 e 6 - O Colégio Pedro II, construído em 1926 pelo arquiteto Carlos Santos, representa, ao lado da PUC Minas, o neocolonial mais expressivo de Belo Horizonte. O seu partido triangular acompanha o desenho do terreno e as fachadas exibem estilemas coloniais diversos. Na fotografia 6, o contraste entre o frontão do Colégio e o coroamento do Edifício Omni Center, na Av. Pasteur, de autoria do arquiteto João Diniz.

EDIFICAÇÕES DE ENTORNO DA ÁREA DA AV. BERNARDO MONTEIRO

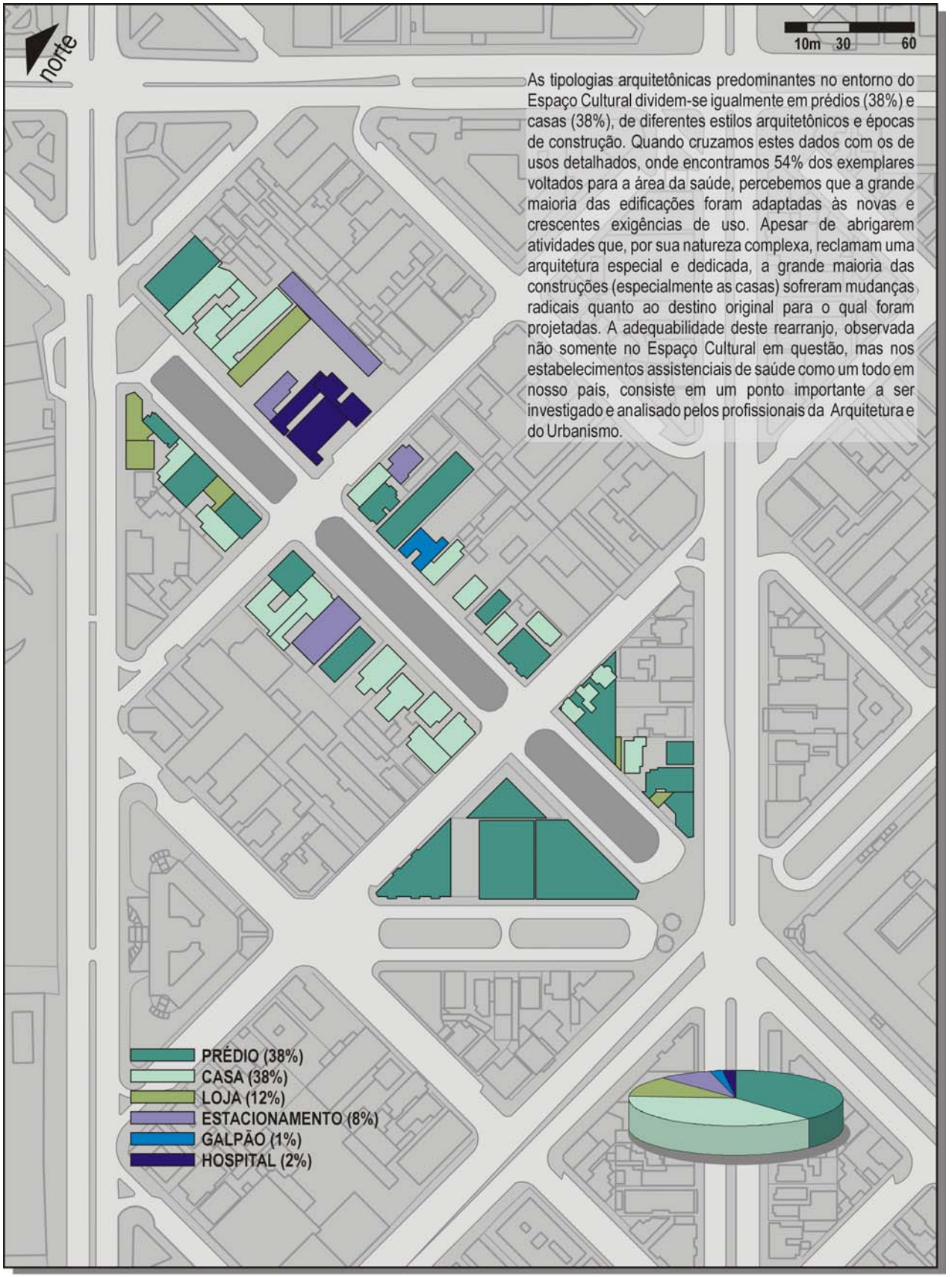
Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia/Corel: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Nov/2004



1 - Nuvens de pontos escaneados. 2 - Pontos triangulados exibidos em wire frame. 3 - Superfície renderizada com exemplo de medição do ósculo. 4 - Superfície renderizada com gradação de cores por altura. 5 - Vista geral da localização do segmento da cúpula detalhado.

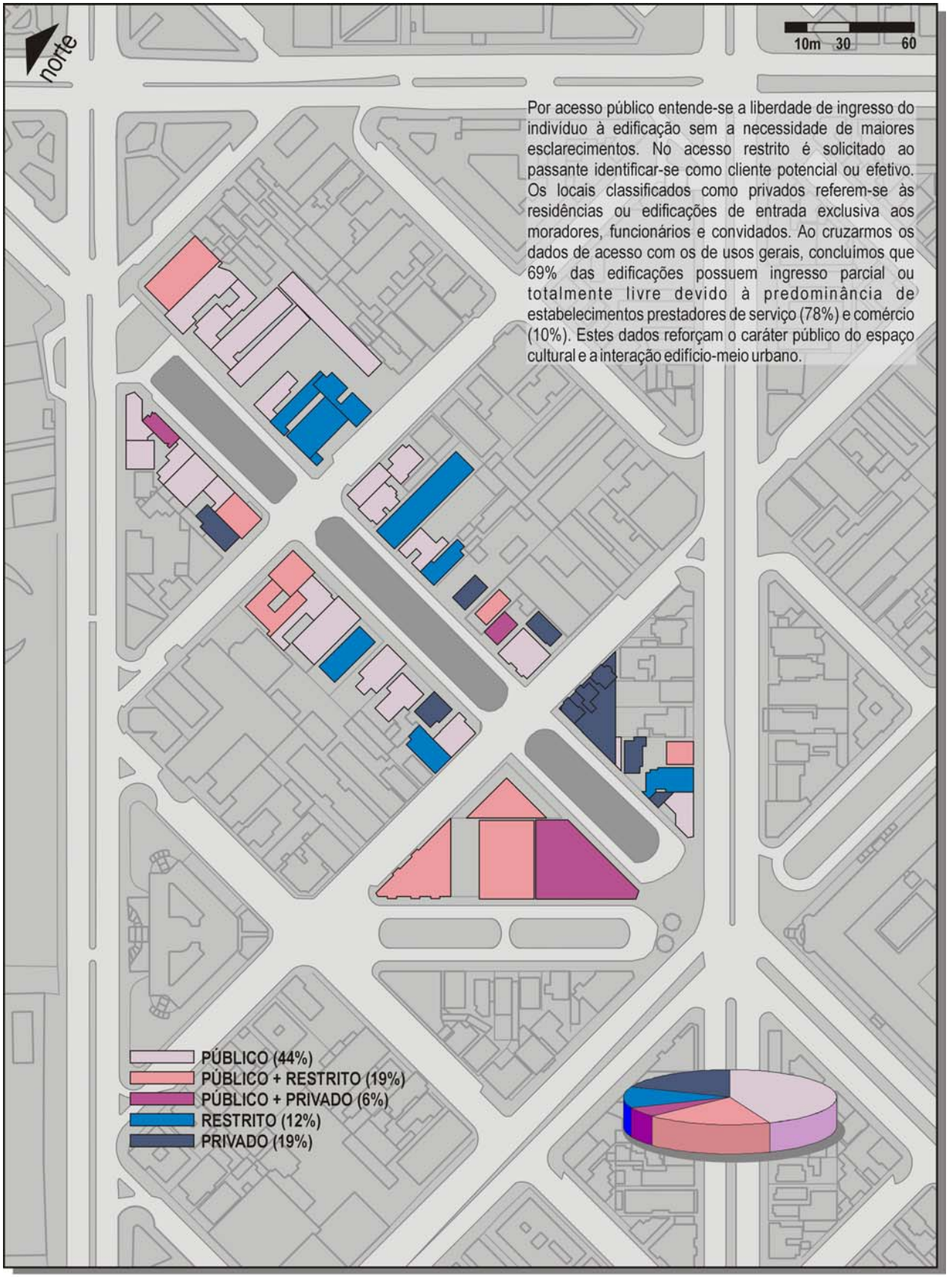
EDIFICAÇÕES DO ENTORNO - ESCANEAMENTO A LASER DO COLÉGIO ARNALDO

Laser Scanner: I-Site LMS-z210i Software: Vulcan Empresa: Maptek
Eng. Maptek: Antônio Carlos Rocha, Gaston Rodriguez
Mapa Corel Draw/Photoshop: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



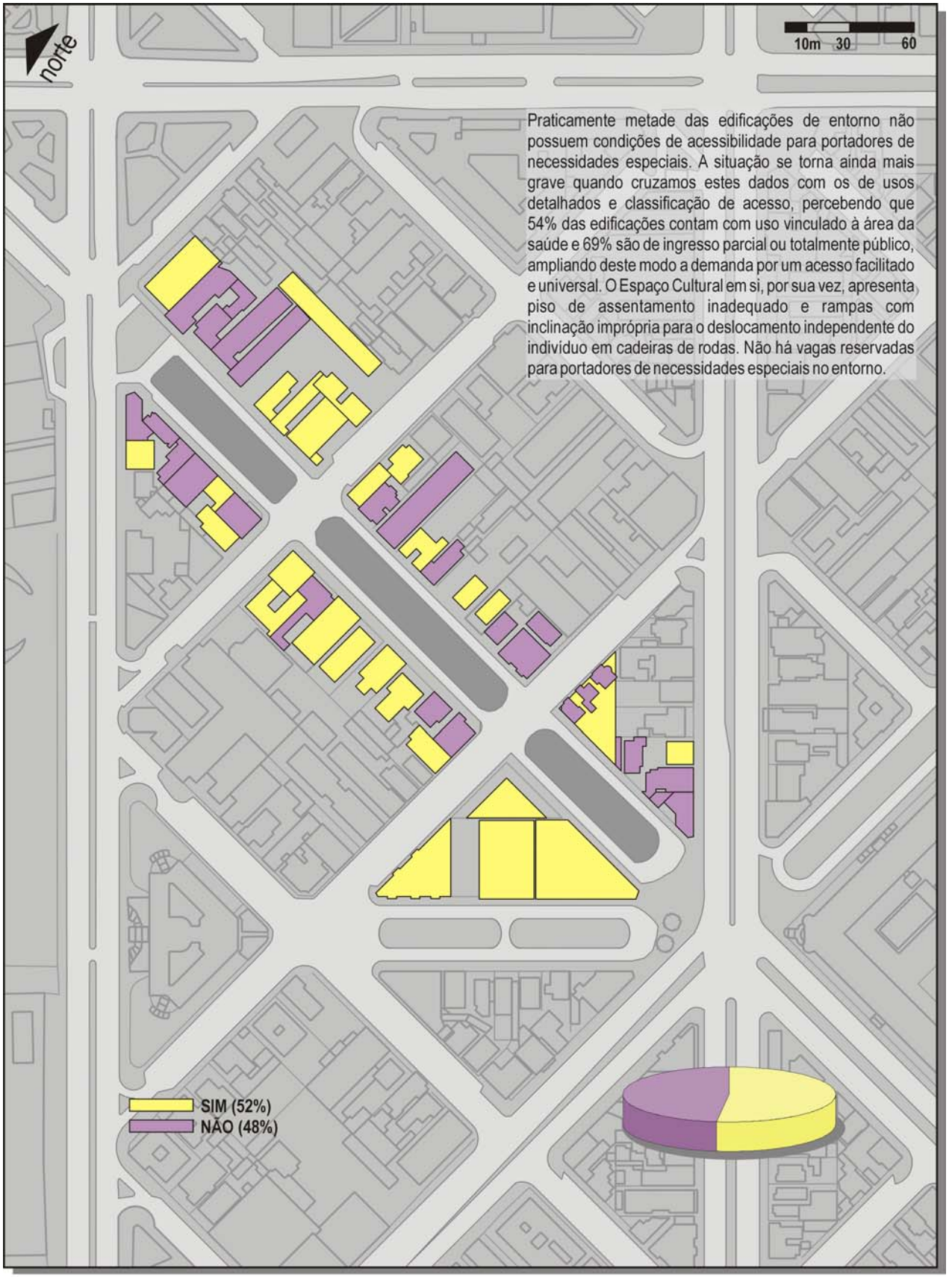
TIPOLOGIA DAS EDIFICAÇÕES DO ENTORNO DA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



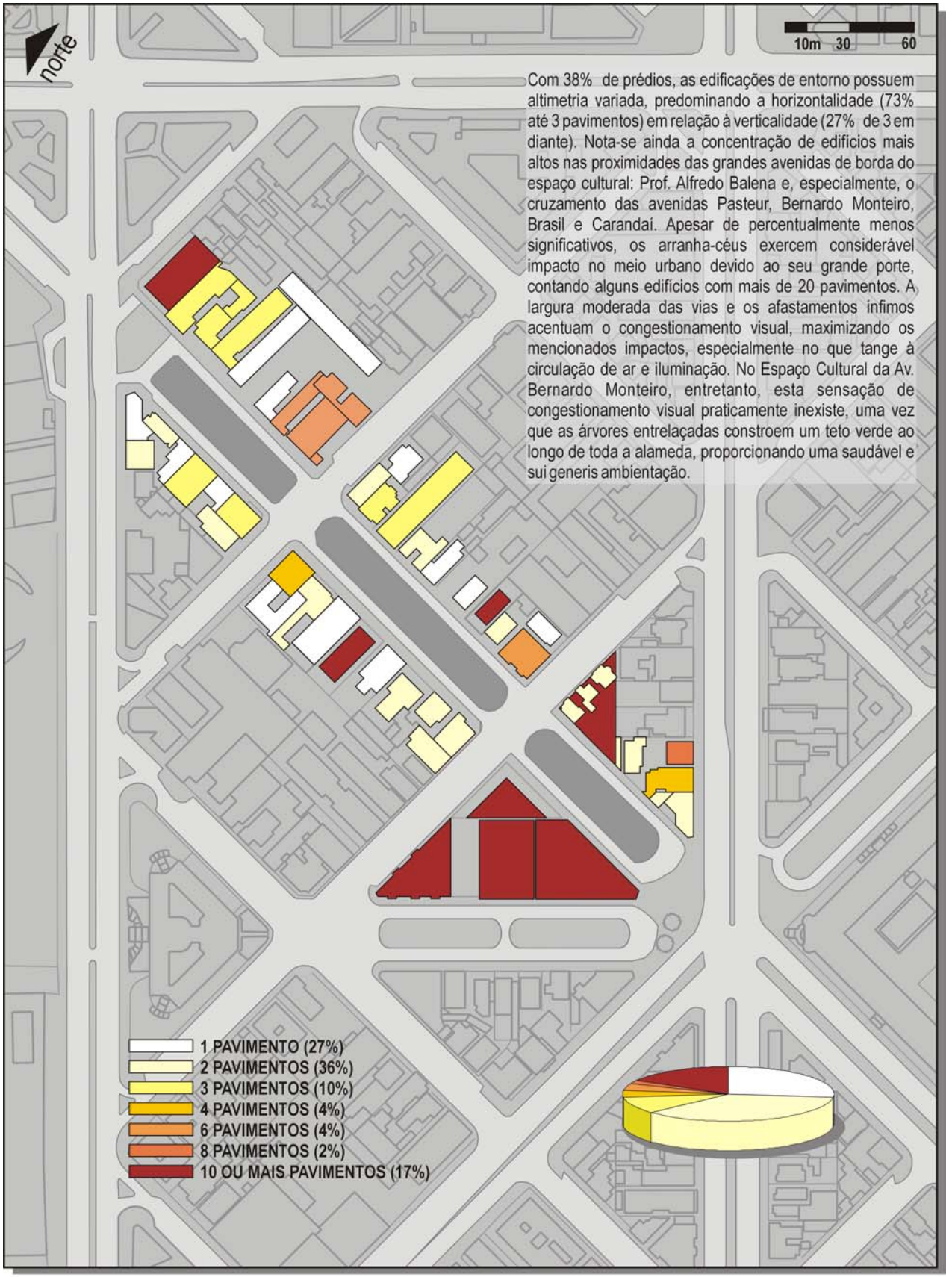
CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO ÀS EDIFICAÇÕES DA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



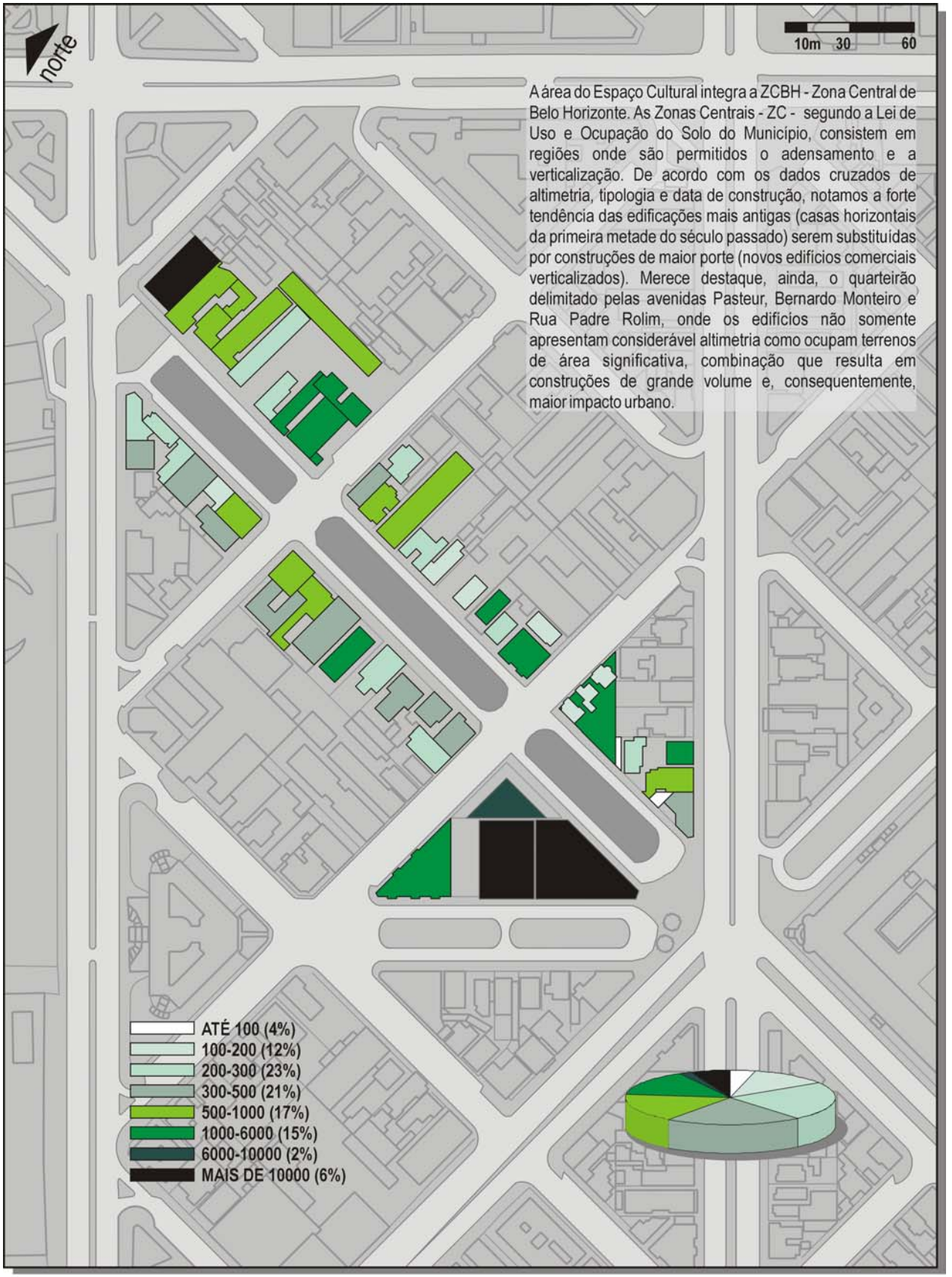
ACESSIBILIDADE POR PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Base Cartográfica: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



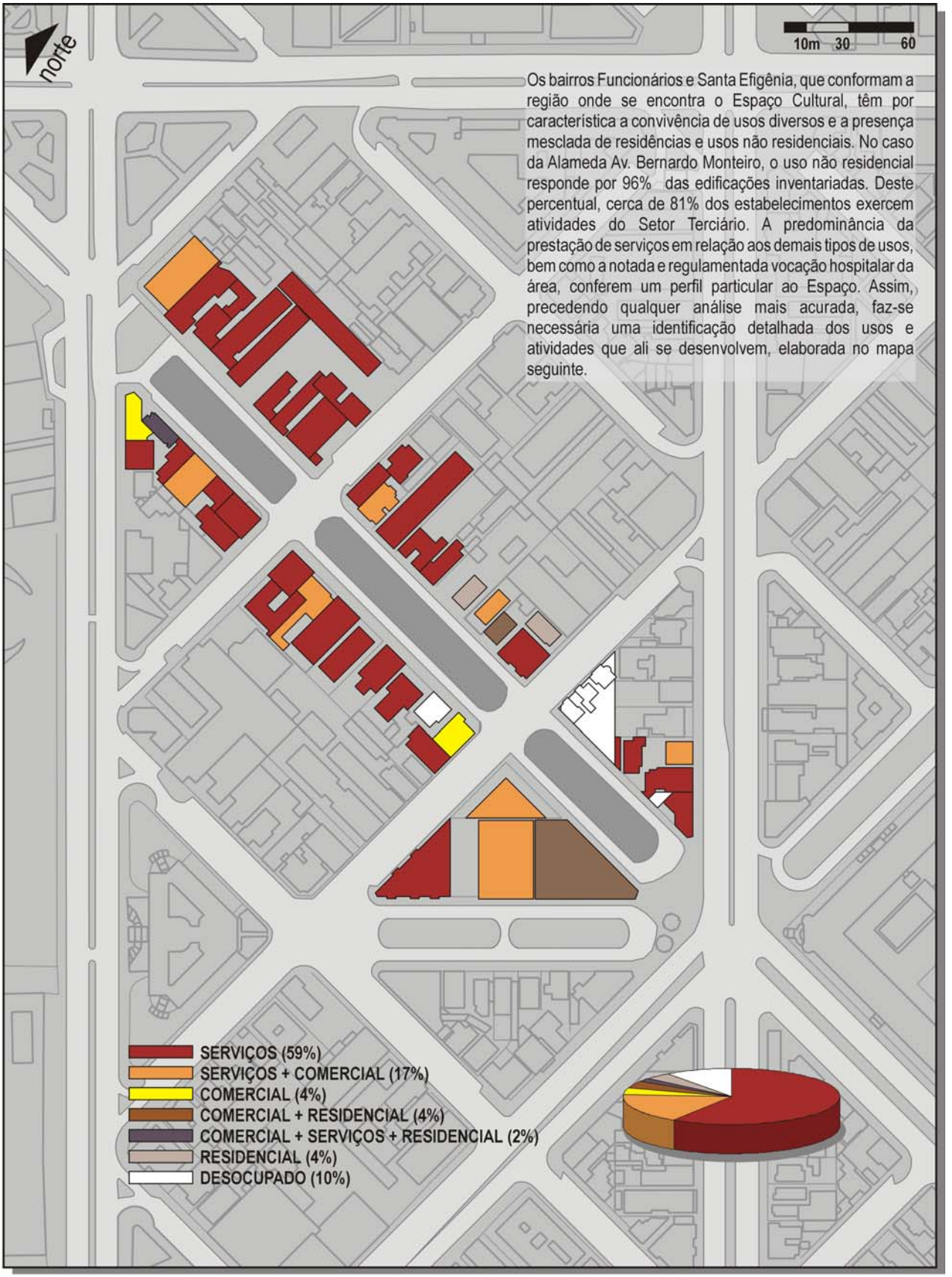
ALTIMETRIA DAS EDIFICAÇÕES DO ENTORNO DA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



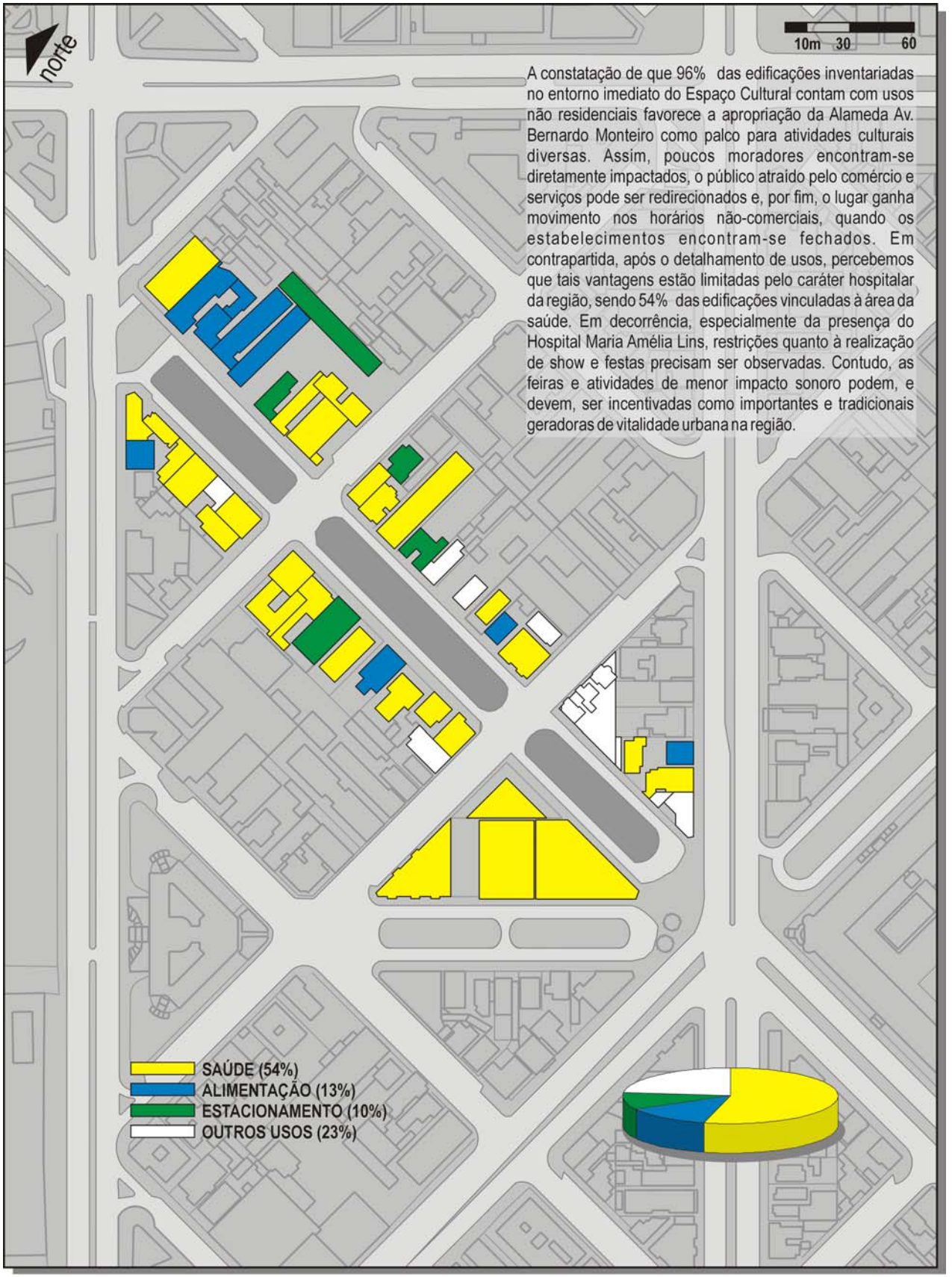
ÁREA EDIFICADA EM M^2 DAS EDIFICAÇÕES DE ENTORNO DA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



CLASSIFICAÇÃO DE USOS DAS EDIFICAÇÕES DE ENTORNO DA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

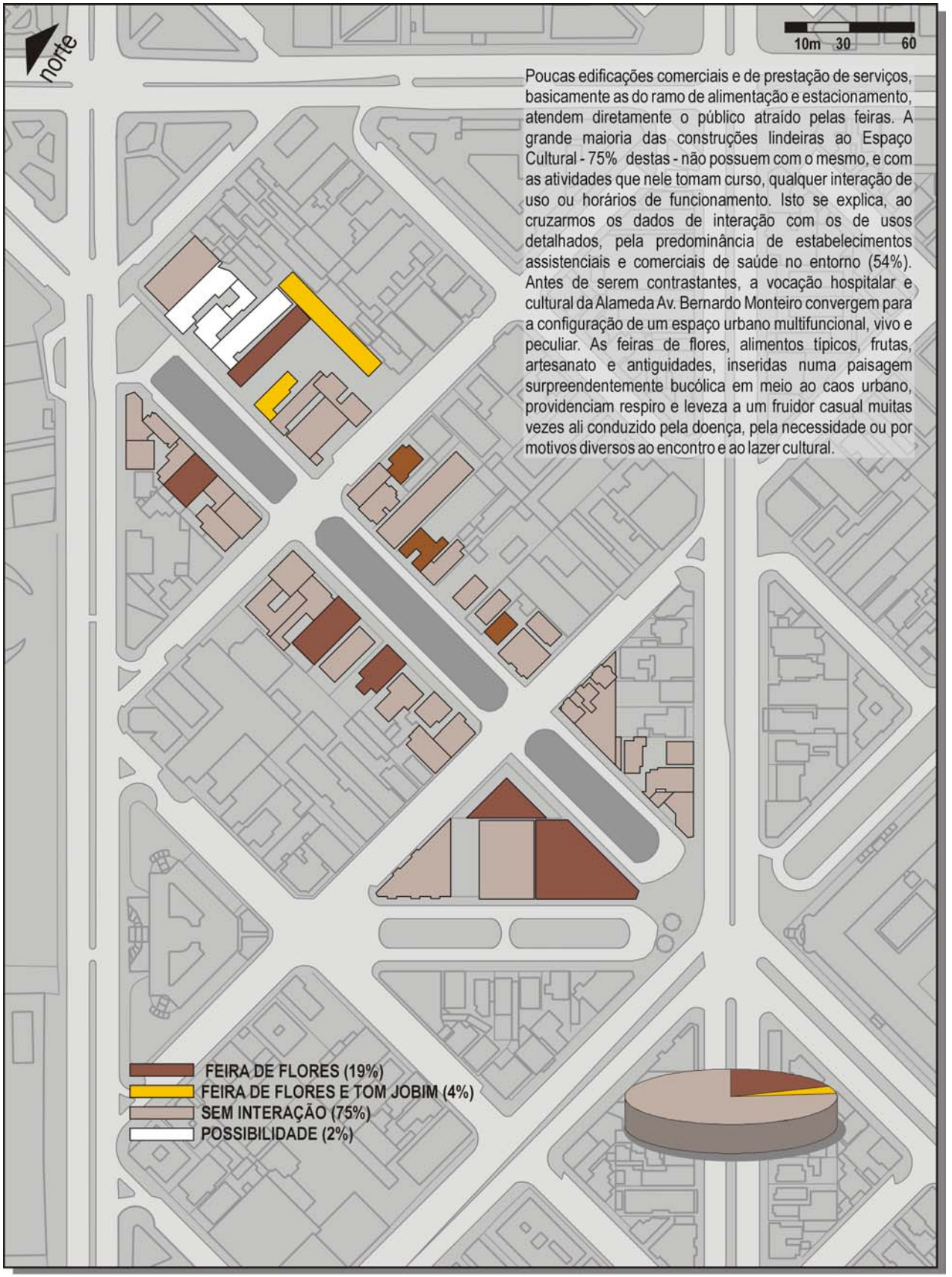


DETALHAMENTO DE USOS DAS EDIFICAÇÕES DE ENTORNO DA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

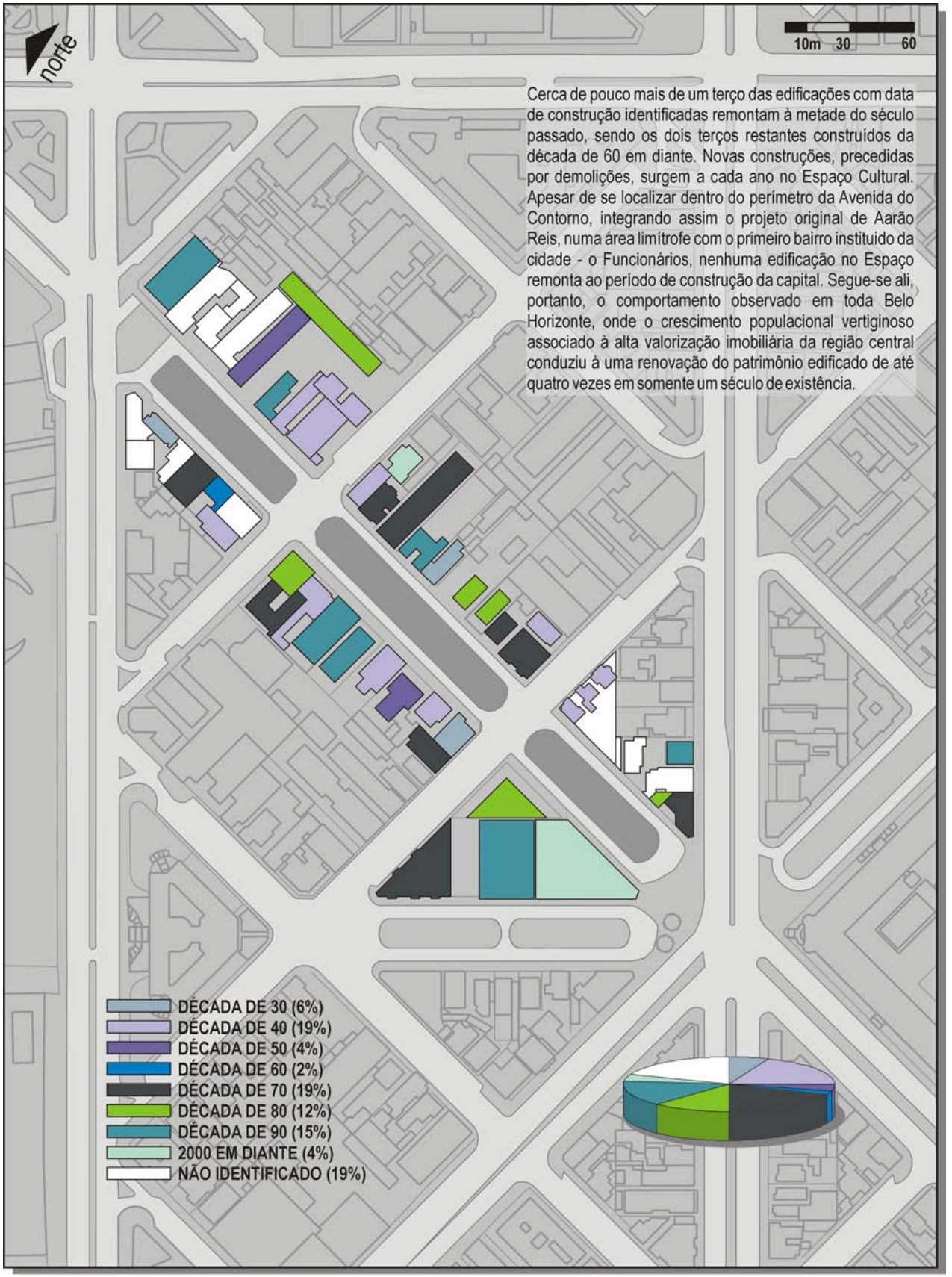
OCUPAÇÃO PERMANENTE NO ENTORNO DA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



INTERAÇÃO COM AS ATIVIDADES DO ESPAÇO CULTURAL ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



DATA SEGUNDO HABITE-SE PBH DAS EDIFICAÇÕES NA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

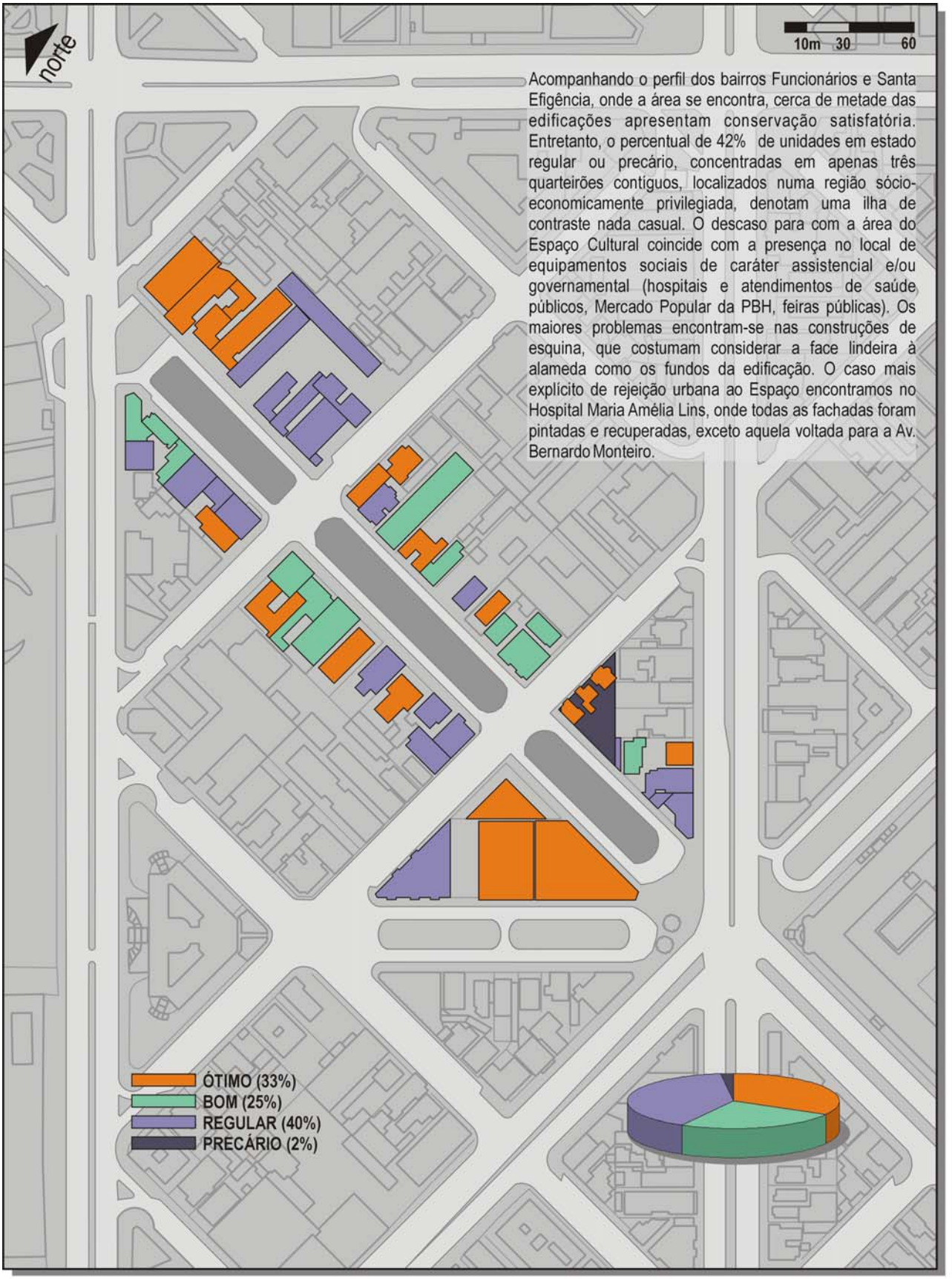
CLASSIFICAÇÃO ESTILÍSTICA DAS EDIFICAÇÕES DA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

1 - Edifício Contemporâneo PR 109. 2 - Edifício Contemporâneo Hw537. 3 - Edifício Tardo Moderno escalonado Pr815. 4 - Casa Moderna com alterações contemporâneas Bm809. 5 - Casa Eclética com alterações contemporâneas O181. 6 - Estilos alterados por acréscimos diversos Bm904.

ESTILOS ARQUITETÔNICOS DAS EDIFICAÇÕES DA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Agosto/2004



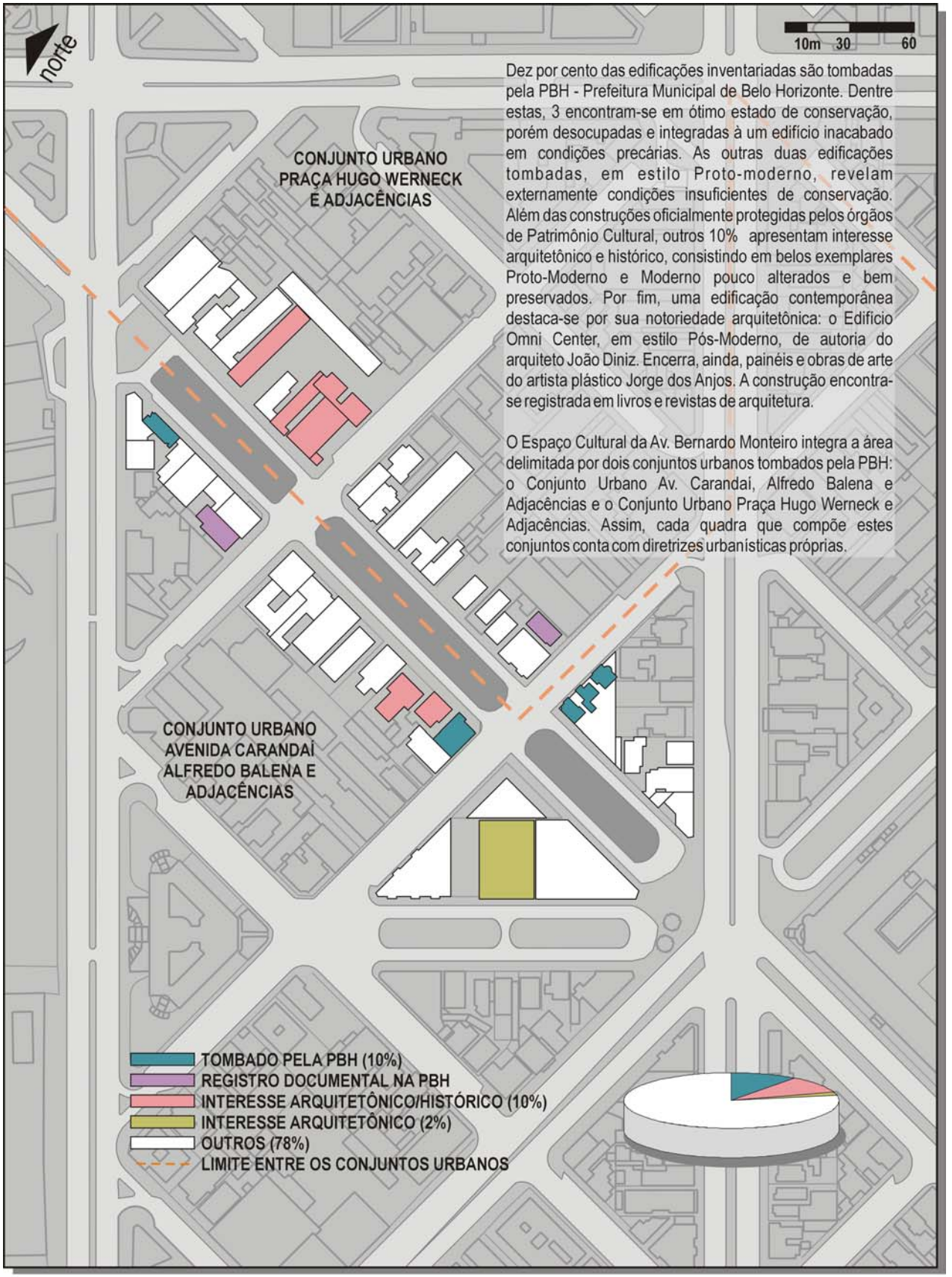
ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES NA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Draw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

1 - Hospital Maria Amélia Lins, exemplo mais evidente de descaso com a Alameda Av. Bernardo Monteiro, quando todas as fachadas do edifício foram pintadas, exceto a face voltada para o Espaço Cultural. Ficha O772. 2 - Detalhe do contraste de cores e estado de conservação das fachadas pintada e não pintada.. 3 - Edificações em estado regular de conservação. Fichas Bm1009 e BM 1011. 4 - Edifício em bom estado de conservação, apesar de conter sujidades e pixações. As pixações são comuns ao longo de toda a Av. Bernardo Monteiro. Ficha B924. 5 - Drogaria Santa Marta, em bom estado de conservação. Ficha Pa95. 6 - Em ótimo estado de conservação, entrada do edifício comercial ficha Bm809.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DE ENTORNO NA AV. BERNARDO MONTEIRO

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



Dez por cento das edificações inventariadas são tombadas pela PBH - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Dentre estas, 3 encontram-se em ótimo estado de conservação, porém desocupadas e integradas à um edifício inacabado em condições precárias. As outras duas edificações tombadas, em estilo Proto-moderno, revelam externamente condições insuficientes de conservação. Além das construções oficialmente protegidas pelos órgãos de Patrimônio Cultural, outros 10% apresentam interesse arquitetônico e histórico, consistindo em belos exemplares Proto-Moderno e Moderno pouco alterados e bem preservados. Por fim, uma edificação contemporânea destaca-se por sua notoriedade arquitetônica: o Edifício Omni Center, em estilo Pós-Moderno, de autoria do arquiteto João Diniz. Encerra, ainda, painéis e obras de arte do artista plástico Jorge dos Anjos. A construção encontra-se registrada em livros e revistas de arquitetura.

O Espaço Cultural da Av. Bernardo Monteiro integra a área delimitada por dois conjuntos urbanos tombados pela PBH: o Conjunto Urbano Av. Carandaí, Alfredo Balena e Adjacências e o Conjunto Urbano Praça Hugo Werneck e Adjacências. Assim, cada quadra que compõe estes conjuntos conta com diretrizes urbanísticas próprias.

EDIFICAÇÕES TOMBADAS E DE INTERESSE ARQUITETÔNICO E HISTÓRICO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Análise/Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

1 a 4 - Conjunto de três casas Proto-Modernas tombadas e detalhe do edifício construído em cima das edificações históricas, Fichas Pr703, Pr715, Bm971 . 5 - Edificação Proto-Moderna ficha Bm756. 6 - Edificação Proto-Moderna ficha Bm948.

EDIFICAÇÕES TOMBADAS PELA PREFEITURA DE BH NA AV. BERNARDO MONTEIRO

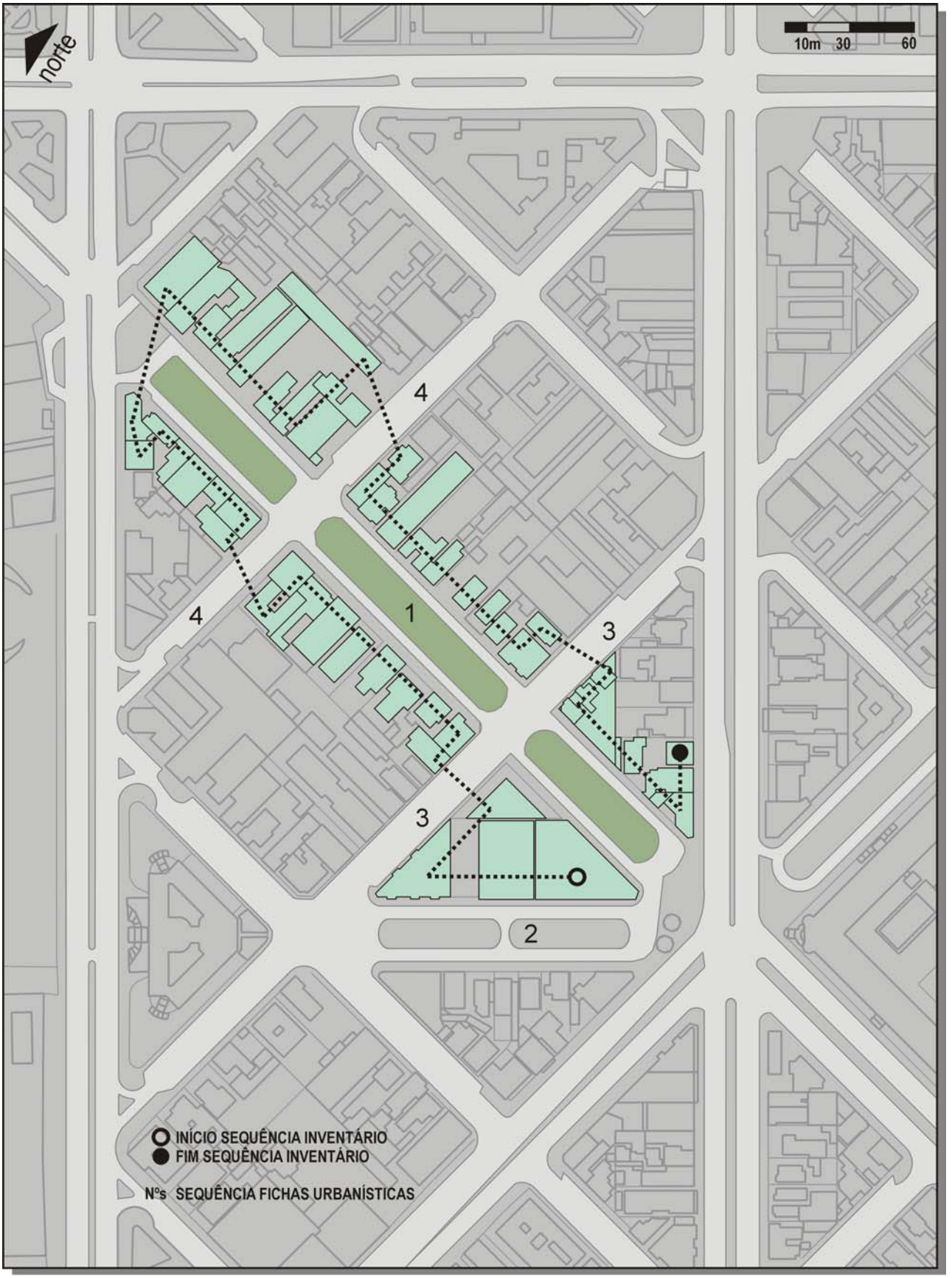
Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

1 - Residência Proto-Moderna, construída em 1945, pouco alterada e em bom estado de conservação. Ficha Pr698. O estilo Proto-Moderno é bastante representativo ao longo do Espaço Cultural. 2 - Detalhe dos frisos da platibanda e do beiral em balanço sobre as janelas e a varanda lateral. 3 - Hospital Maria Amélia Lins de 1943, em estilo Proto-Moderno e estado regular de conservação. Interesse especialmente histórico, tendo abrigado o antigo Pronto Socorro de Belo Horizonte. Ficha O772. 4 - Restaurante Don Felício, edificação Proto-Moderna de 1953, em estado regular de conservação e tipologia arquitetônica loja. Ficha Bm735. 5 - .Clínica Pulmonar, casa em estilo Modenista, construída em 1957, pouco alterada externamente e em ótimo estado de conservação. Ficha Bm918. 6 - .Clínica Polimed, casa em estilo Modernista, construída provavelmente em 1944, com telhado butterfly e varanda lateral. Ficha Bm918.

1 - Vista geral da fachada principal do Edifício Omni Center, do arquiteto João Diniz. 2 - Edifício e praça da av. Pasteur. 3 - Coroamento da edificação. 4 - Entrada voltada para a av. Pasteur. 5 - Portaria do edifício, com luminária de Jorge dos Anjos. 6 - Painel no hall de entrada do artista Jorge dos Anjos

ED. OMNI CENTER NO ENTORNO DA AV. BERNARDO MONTEIRO

Equipamento:Nikon Coolpix 885
Imagem/Processo: Digital/Fine-XGA
Fotografia: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004



SEQUÊNCIA DAS FICHAS DE INVENTÁRIO DA ALAMEDA AV. BERNARDO MONTEIRO

Base: Levantamento PRODABEL, Vista aérea - Infostrata
Dados inventário: Ana Cecília Rocha/Cléo Alves Pinto
Mapa em Corel Dreaw: Ana Cecília Rocha
Belo Horizonte, Out/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

AV. BERNARDO MONTEIRO

Tipo: Avenida, Rua, Alameda, Praça, Pedestres, Caminho, Estrada, Beco, Trilha
Inclinação: Baixa (até 3%), Média, Alta (a partir de 30%)
Direção: Única, Mão Dupla
Principais vias de acesso: Descrever as principais vias de acesso à via ou trecho de via analisada

Poluição Sonora: Ruídos de fundo, ruídos intermitentes
Poluição Visual: Placas, letreiros, cartazes, pichações, acabamentos mal conservados
Atmosférica: Gases (veículos), resíduos, partículas
Lixo: Exposto, Acondicionado, Doméstico, Industrial, Hospitalar

Caixa da Via Legislação: Tipo A,B,C
Caixa de Via Uso: Pequena, Adequada, Grande para a demanda
Circulação Veículos: Pesados (ônibus, caminhões) e Leves (automóveis e outros)
Pavimentação: Asfalto, Pé de Moleque, Paralelepípedo, Sem pavimentação, etc.
Carga e Descarga: Lixo, Engradados, Alimentos, Materiais de Construção, gás, outros
Estacionamento: Rotativo, livre, pago, etc.

Equipamentos: Bancos, Cestos de Lixo, etc
Serviços: Telefones Públicos, Caixa de Correio, Posto policial, etc.
Passeios: Menos de 2 m, entre 2 e 3 metros, mais de 3 metros / Estado de Conservação
Meio fio: Altura / Acessibilidade, rampas
Arborização: grande porte, médio porte, pequeno porte

LOCALIZACÃO

INFORMACÕES GERAIS

Estado de conservação das vias, passeios, árvores, equipamentos, etc.

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

AV. BERNARDO MONTEIRO

Tipo: Avenida, trecho semi-fechado
Inclinação: Média
Direção: Mão Dupla com canteiro central
Principais vias de acesso: Av. Prof. Alfredo Balena (acesso direto); Av. Brasil, Av. Francisco Sales (acesso indireto)

Poluição Sonora: Ruído de fundo permanente
Poluição Visual: Placas, Letreiros, pichações, acabamentos mal conservados
Atmosférica: Gases (veículos)
Lixo: Exposto, Acondicionado

Caixa da Via Legislação: Tipo C
Caixa de Via Uso: Pequena
Circulação Veículos: Pesados e Leves
Pavimentação: Asfalto
Carga e Descarga: Alimentos, Engradados, Material Hospitalar
Estacionamento: Rotativo, Ambulância

Equipamentos: Bancos, Lixeiras
Serviços: Telefones Públicos, Caixa de Correio
Passeios: Entre 2 e 3 metros / Irregular, mal conservado em diversos trechos
Meio fio: 12 a 15 cm / Sem acessibilidade
Arborização: Grande Porte

LOCALIZACÃO

INFORMACÕES GERAIS

Devido à presença de estacionamento rotativo ao longo de toda a avenida e, devido à dimensão reduzida da via perante à demanda, há congestionamento/dificuldade de tráfego de veículos nos momentos de carga e descarga dos caminhões que abastecem o Mercado, as lojas e clínicas, bem como trazem os equipamentos móveis para realização das feiras.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG

NOV/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

AV. PASTEUR

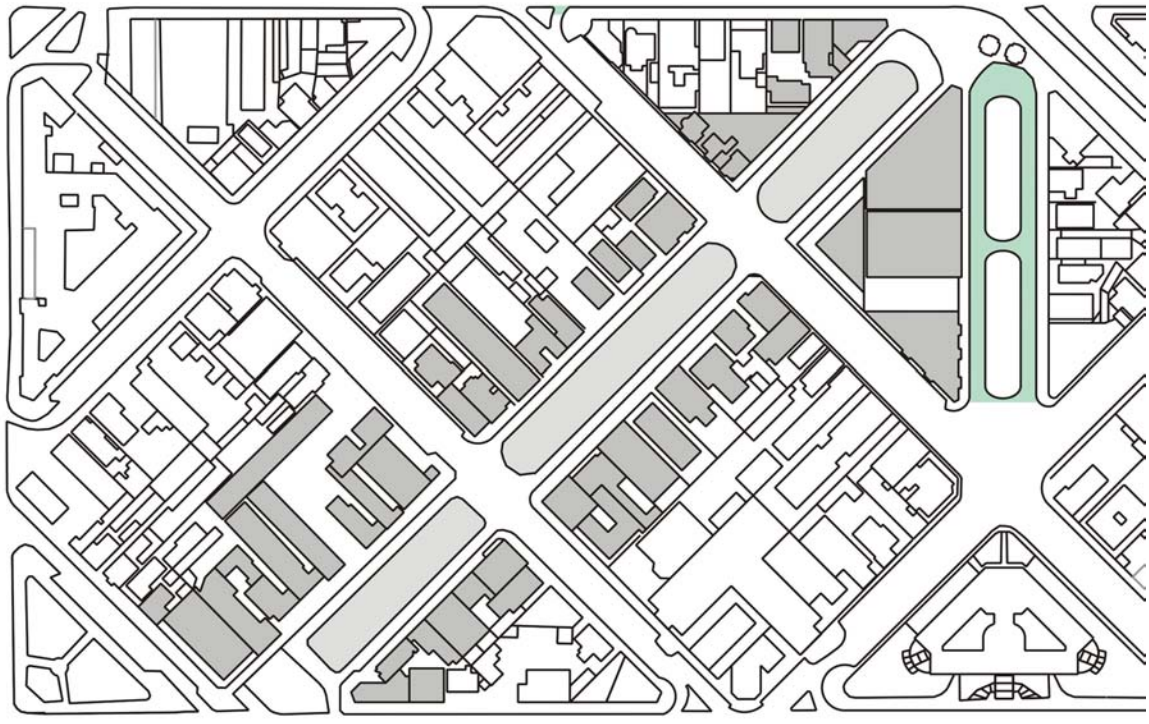
Tipo: Avenida
Inclinação: Média
Direção: Mão dupla com canteiro central
Principais vias de acesso: Rua Padre Rolim e Rua Rio Grande do Norte (acesso direto); Av. Prof. Alfredo Balena (indireto)

Poluição Sonora: Ruído de fundo permanente
Poluição Visual: Placas, pichações
Atmosférica: Gases (veículos)
Lixo: Não observada a exposição permanente de lixo/sacos nas ruas

Caixa da Via Legislação: Tipo C
Caixa de Via Uso: Pequena
Circulação Veículos: Pesados e Leves
Pavimentação: Asfalto
Carga e Descarga:
Estacionamento: Rotativo, Taxi, Ambulância

Equipamentos: Lixeiras
Serviços: Telefones Públicos
Passeios: Mais de 5 m / Inadequado e irregular
Meio fio: 15 a 30 cm / Sem acessibilidade
Arborização: Médio e grande porte

LOCALIZACÃO



INFORMACÕES GERAIS

A rua teve a sua ligação com a Av. Bernardo Monteiro fechada, na ocasião da reforma dos canteiros centrais. O canteiro central abriga uma praça bem conservada e agradável, com escultura do artista plástico Jorge dos Anjos, palmeiras e árvores. Ausência de bancos e poucas lixeiras.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG

NOV/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

RUA PADRE ROLIM

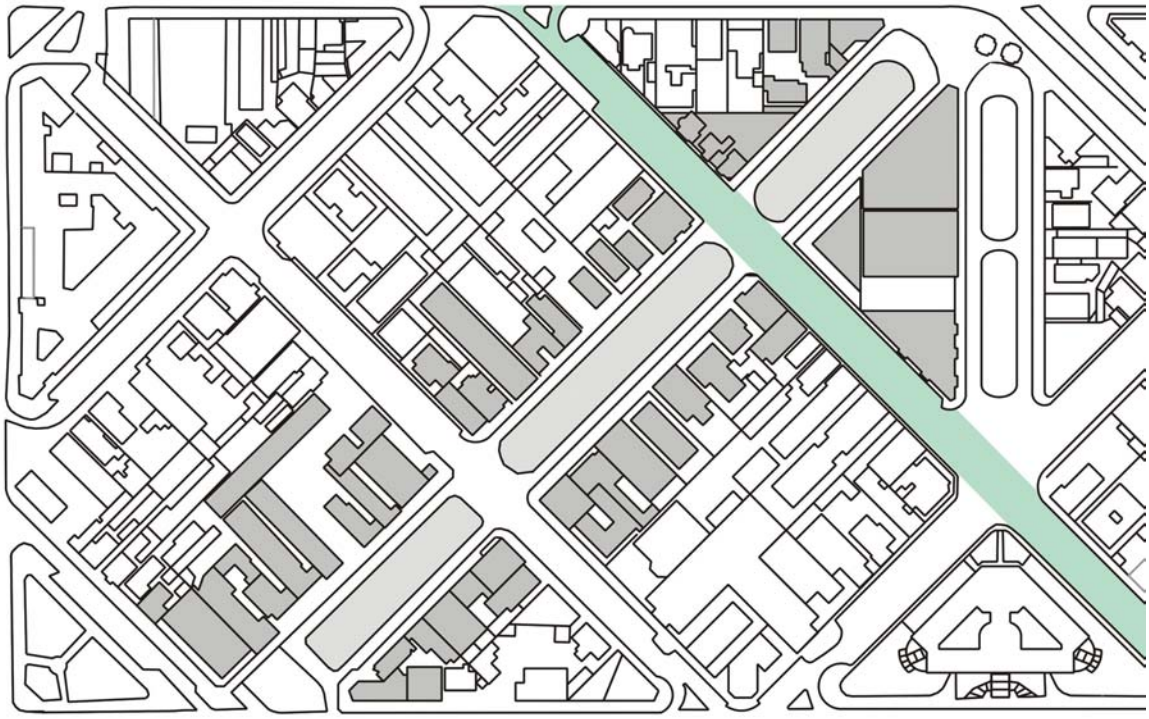
Tipo: Rua
Inclinação: Baixa
Direção: Mão dupla sem canteiro
Principais vias de acesso: Av. Prof. Alfredo Balena e Av. Brasil

Poluição Sonora: Ruído de fundo permanente
Poluição Visual: Placas, pichações
Atmosférica: Gases (veículos)
Lixo: Não observada a exposição permanente de lixo/sacos nas ruas

Caixa da Via Legislação: Tipo C
Caixa de Via Uso: Pequena
Circulação Veículos: Pesados e Leves
Pavimentação: Asfalto / Bom
Carga e Descarga: Engradados, Alimentos
Estacionamento: Rotativo, Veículos Credenciados

Equipamentos: Lixeiras
Serviços: Telefones públicos
Passeios: Menos de 2 m / Entre 2 e 3 m
Meio fio: 12 a 20 cm / Sem acessibilidade na maioria dos trechos
Arborização: Médio porte

LOCALIZACÃO



INFORMACÕES GERAIS

Passeio estreitos, equipamentos urbanos insuficientes e mal conservados. A via serve como estacionamento, contando com placas de rotativo em todo o seu percurso indicado no mapa.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG

NOV/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

RUA DOS OTONI

Tipo: Rua
Inclinação: Baixa
Direção: Mão dupla sem canteiros
Principais vias de acesso: Av. Brasil, Av. Bernardo Monteiro e Av. Prof. Alfredo Balena

Poluição Sonora: Ruído de fundo permanente
Poluição Visual: Placas, Letreiros
Atmosférica: Gases (Veículos)
Lixo: Não observada a exposição permanente de lixo/sacos nas ruas

Caixa da Via Legislação: Tipo C
Caixa de Via Uso: Adequada
Circulação Veículos: Pesados e Leves
Pavimentação: Asfalto / Bom
Carga e Descarga: Engradados, Alimentos, Material Hospitalar
Estacionamento: Rotativo, Ambulância

Equipamentos: Lixeiras
Serviços: Telefones Públicos
Passeios: Entre 2 e 3 m / Bom estado de conservação, porém superfície irregular
Meio fio: 12 a 15 cm / Sem acessibilidade
Arborização: Médio Porte

LOCALIZACÃO

INFORMACÕES GERAIS

Poucos equipamentos urbanos disponíveis, número reduzido de lixeiras.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG

NOV/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua, número da edificação

Data da construção: Segundo obtido nos alvarás de Habite-se da PBH

Área construída: Planta construída x nº pavimentos da edificação

Responsável: Proprietário, locatário ou empreendimento

Situação Atual: Proteção pelos órgãos de Patrimônio Cultural: Tombada, Inventariada, Sem proteção legal

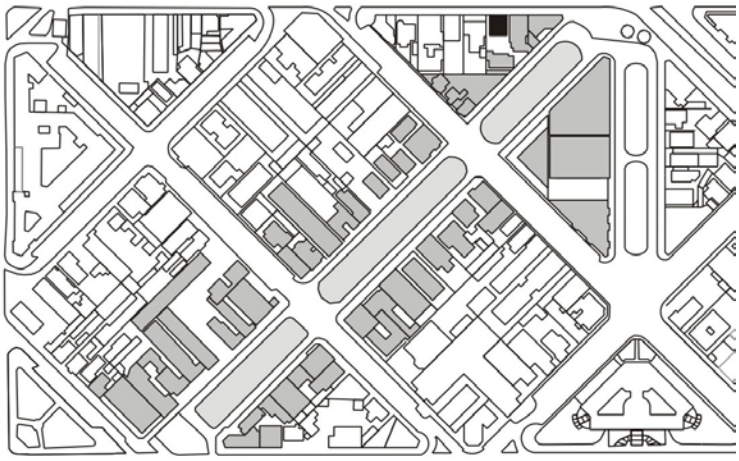
DESCRIÇÃO

Uso: Serviços, Comercial, Residencial, Serv + Com, Com + Res, Com + Ser + Res Desocupado
Ocupação: Moradores, Funcionários, usuários fixos
Interação Espaço Cultural: Abertos no horário das feiras, interagindo com as atividades
Acesso: Público (livre acesso), Privado (acesso particular), Restrito (acesso controlado)
Acessibilidade: Sim ou Não (Pessoas com necessidades especiais)

Tipologia Arquitetônica: Prédio, Casa, Loja, Galpão, Estacionamento, Hospital
Estilo: Eclético alterado, Proto-Moderno, Moderno, Moderno alterado, Moderno tardio, Contemporâneo, Outros (miscelânea de estilos em uma mesma edificação)
Altimetria: nº pavimentos
Estado de Conservação: Ótimo, Bom, Regular, Precário

LOCALIZAÇÃO

Mapa da área de estudo com destaque para a edificação inventariada.



INFORMAÇÕES GERAIS

Condições do passeio, existência de subsolo, árvores, etc. Peculiaridades arquitetônicas e/ou de uso. Outras informações relevantes para a completa caracterização da edificação inventariada.

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Brasil, 916

Data da construção: 1993

Área construída: 1000-6000 m²

Responsável: Edifício Apollo Center

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Comercial + Serviços

Ocupação: 50-100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público e Restrito

Acessibilidade: Sim

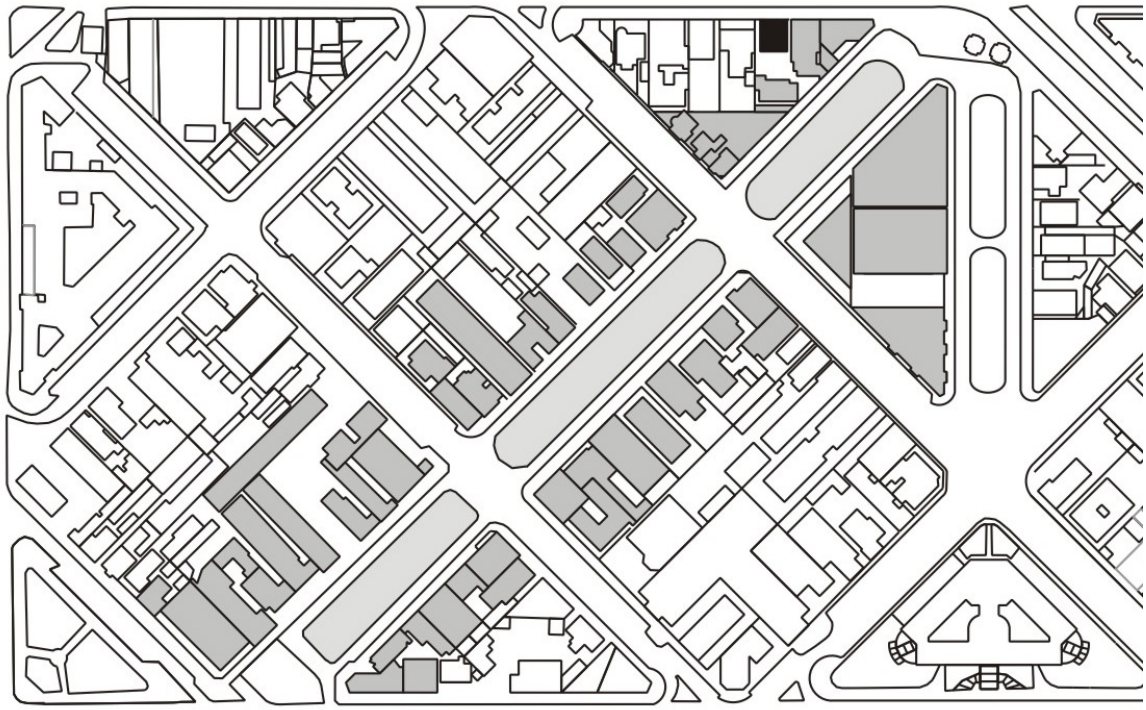
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Contemporâneo

Altimetria: 8 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

No térreo funciona o Restaurante Paracono. Passeio bem conservado, sem árvores. Há afastamento frontal e um pavimento no subsolo.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Brasil, 924

Data da construção: 1978

Área construída: 300-500 m²

Responsável: Banco Itaú

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

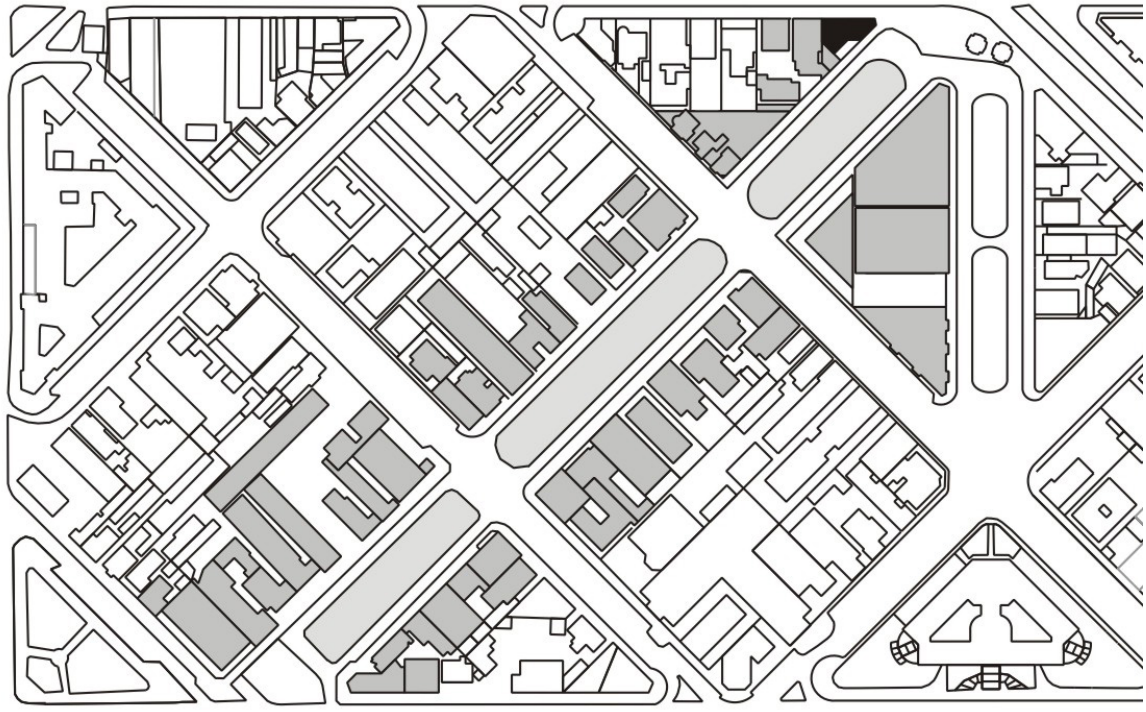
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Moderno Tardio

Altimetria: 2

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO

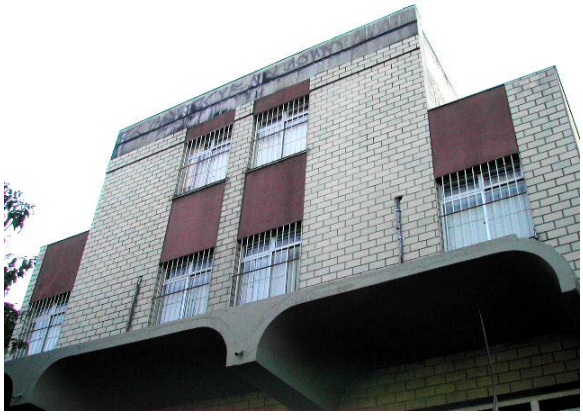


INFORMAÇÕES GERAIS

Foram executadas modificações e remembramento das partes em 1987
Não possui afastamentos. Passeio bem conservado. Há árvores no passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES



EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 1009

Data da construção: Não determinado

Área construída: 500-1000 m²

Responsável: Hospital Semper

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 30-40 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Restrito

Acessibilidade: Não

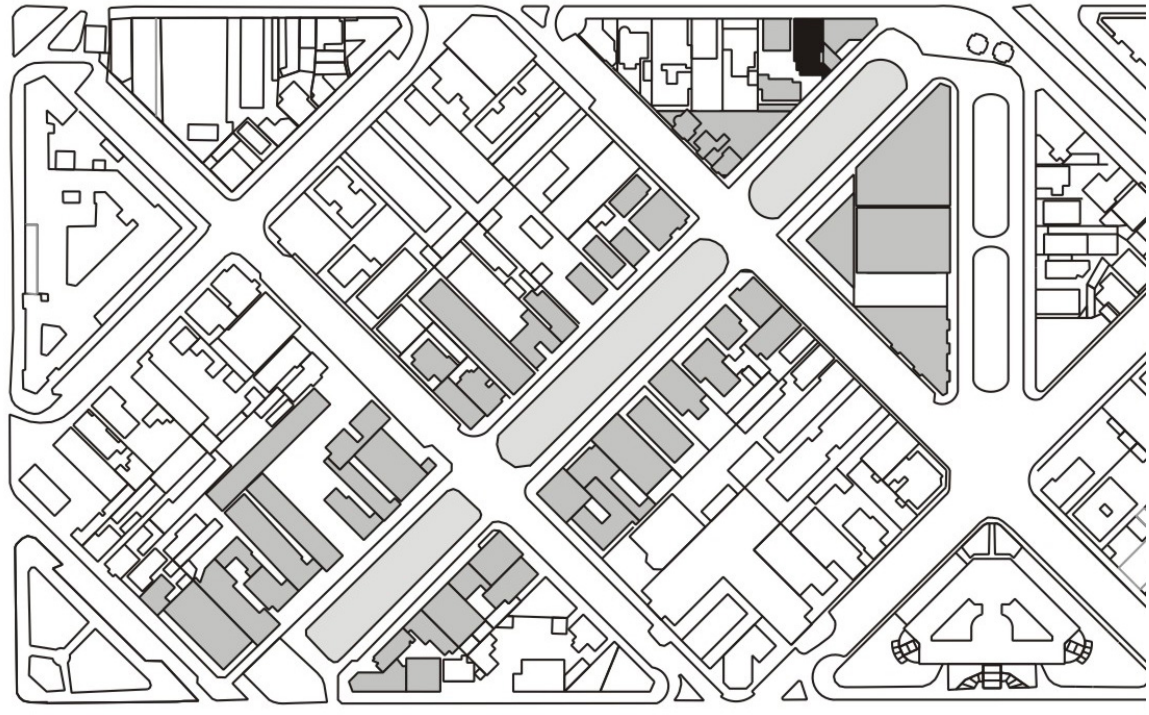
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Moderno Tardio

Altimetria: 4 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Escritório do Hospital. Passeio mal conservado. Não há árvores. Não há afastamentos.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 999A

Data da construção: Não determinado

Área construída: Até 100 m²

Responsável: Tran-Chan Renovadora de calçados

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

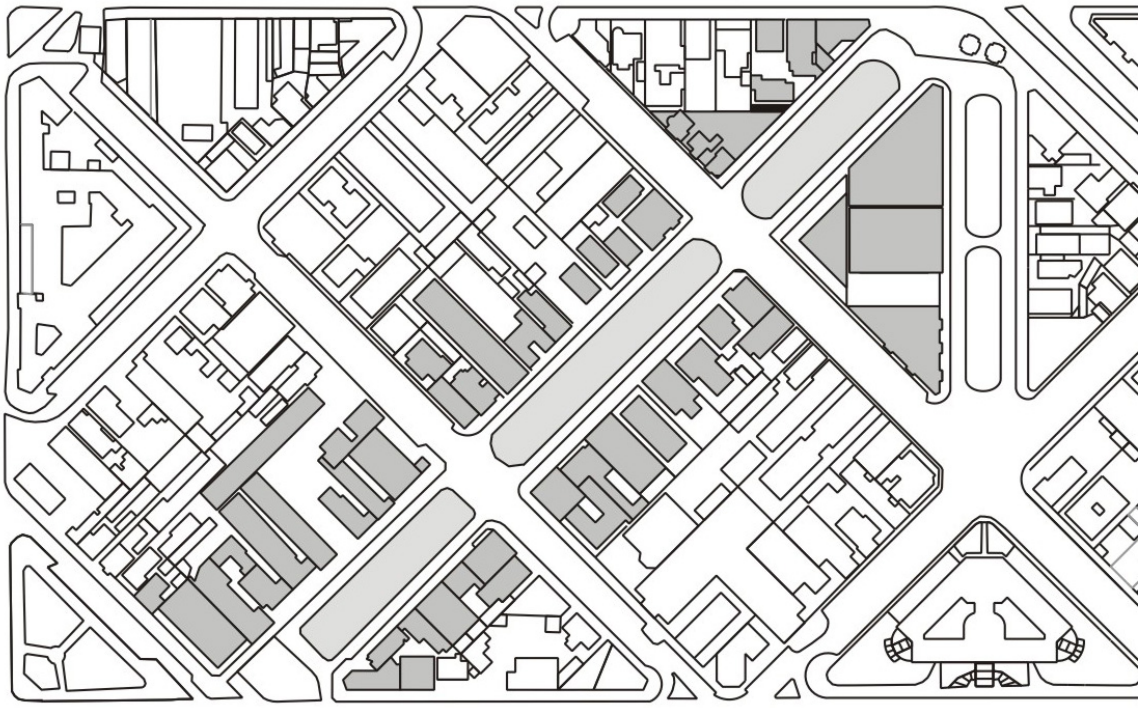
Tipologia Arquitetônica: Loja

Estilo: Outros

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Não há afastamentos. Passeio mal conservado.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 999

Data da construção: Não determinado

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Hospital Semper

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Privado

Acessibilidade: Não

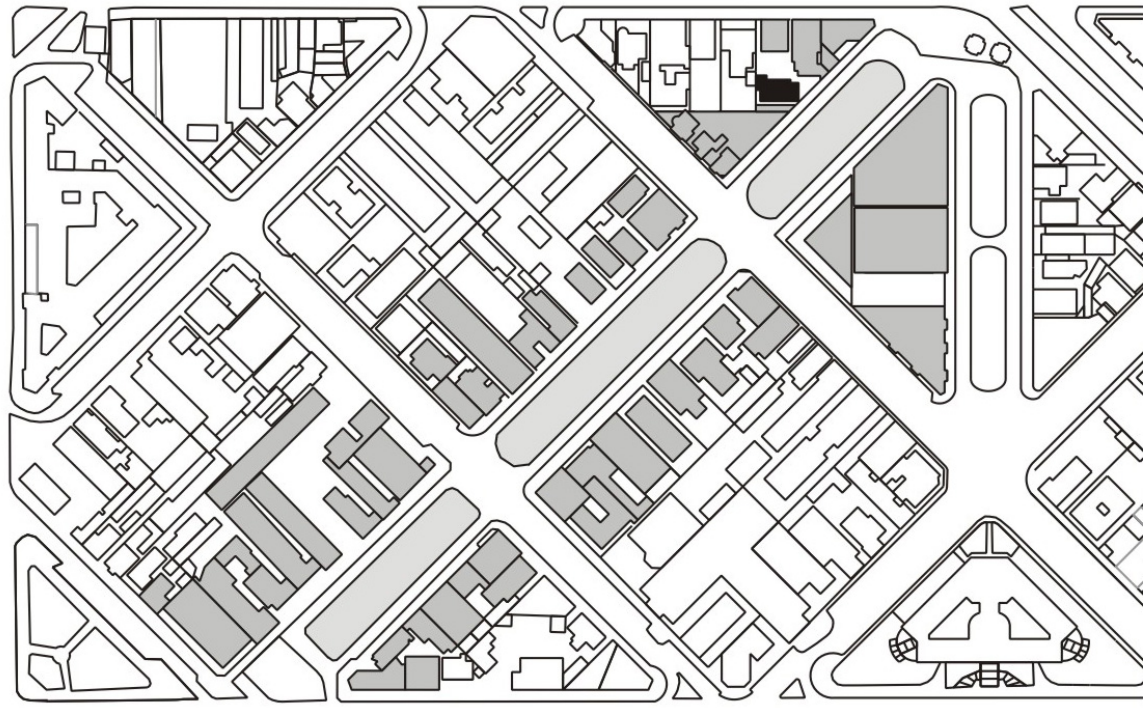
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Outros

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Almoxerifado do Hospital Semper. Passeio mal conservado. Há uma árvore no passeio. Há afastamento frontal mas há grade no limite do passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 971

Data da construção: Não determinado

Área construída: 1000-6000 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Construção interrompida

Ocupação: Não se aplica

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Restrito

Acessibilidade: Sim

Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Contemporâneo

Altimetria: 10 pavimentos

Estado de Conservação: Precário

LOCALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

Trata-se de um edifício que está sendo construído – em parte – sobre três casas antigas localizadas na Rua dos Otoni. Acima das casas há dois pavimentos revestidos com vidros fumê. O restante consiste em alvenaria aparente. Passeio mal conservado. Há uma árvore no passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 948

Data da construção: 1938

Área construída: 400-500 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Tombado pela PBH

DESCRIÇÃO

Uso: Comercial

Ocupação: 1-10

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

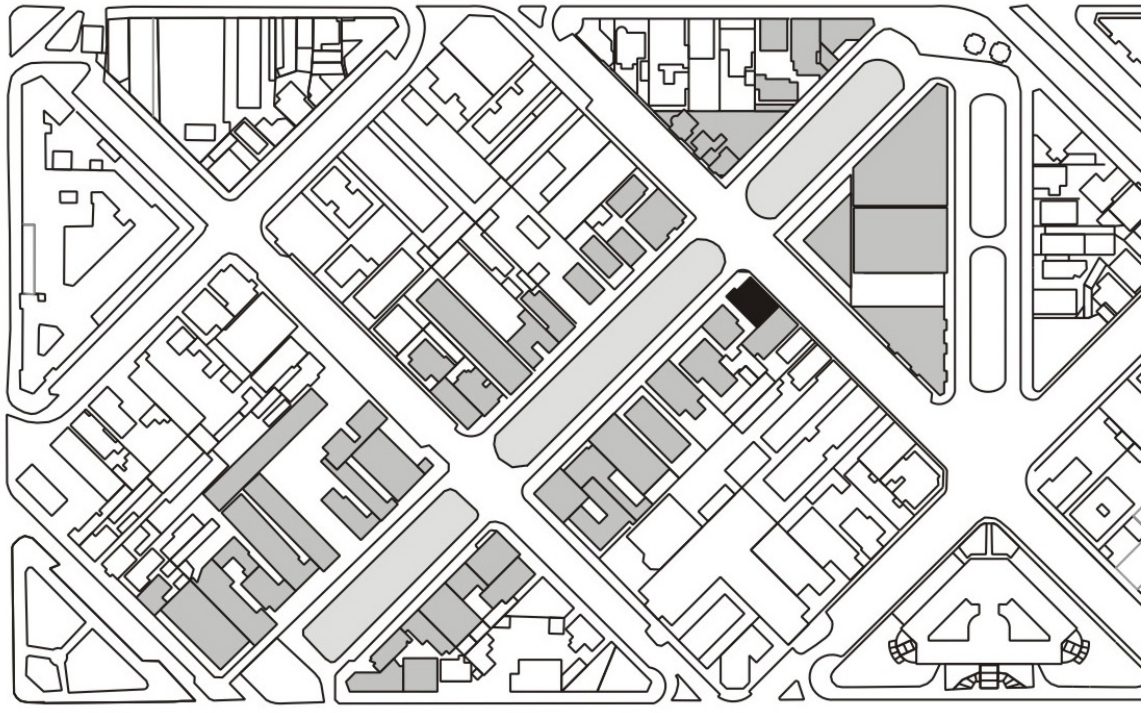
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Proto Moderno

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há árvores no passeio. Passeio mal conservado. Não há afastamento frontal. Na Rua Padre Rolim funciona uma ótica. Na fachada há uma placa que diz: Escritório de Obras da PBH – Revitalização dos passeios da Av Alfredo Balena e Alameda Ezequiel Dias.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 928 e 930

Data da construção: 1944 (?)

Área construída: 300-400 m²

Último Responsável: Polimed

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Desocupado

Ocupação: Não se aplica

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Privado

Acessibilidade: Não

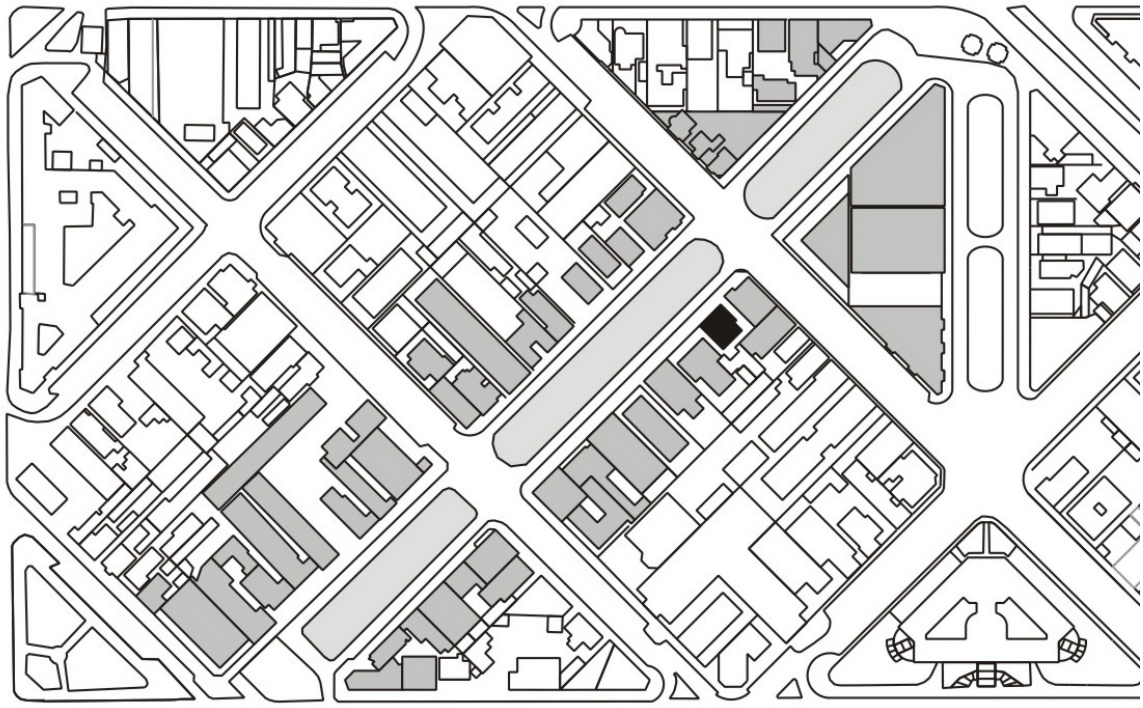
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Moderno (Modernista)

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Passeio mal conservado. Há uma banca de jornal em frente. Não há afastamento frontal, há afastamentos laterais. Há árvores no passeio. Edificação e interesse arquitetônico e histórico. Telhado butterfly.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 921

Data da construção: 1976

Área construída: 1000-6000 m²

Responsável: Edifício Dr. José Leal Domingues – Matermed

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 50-100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

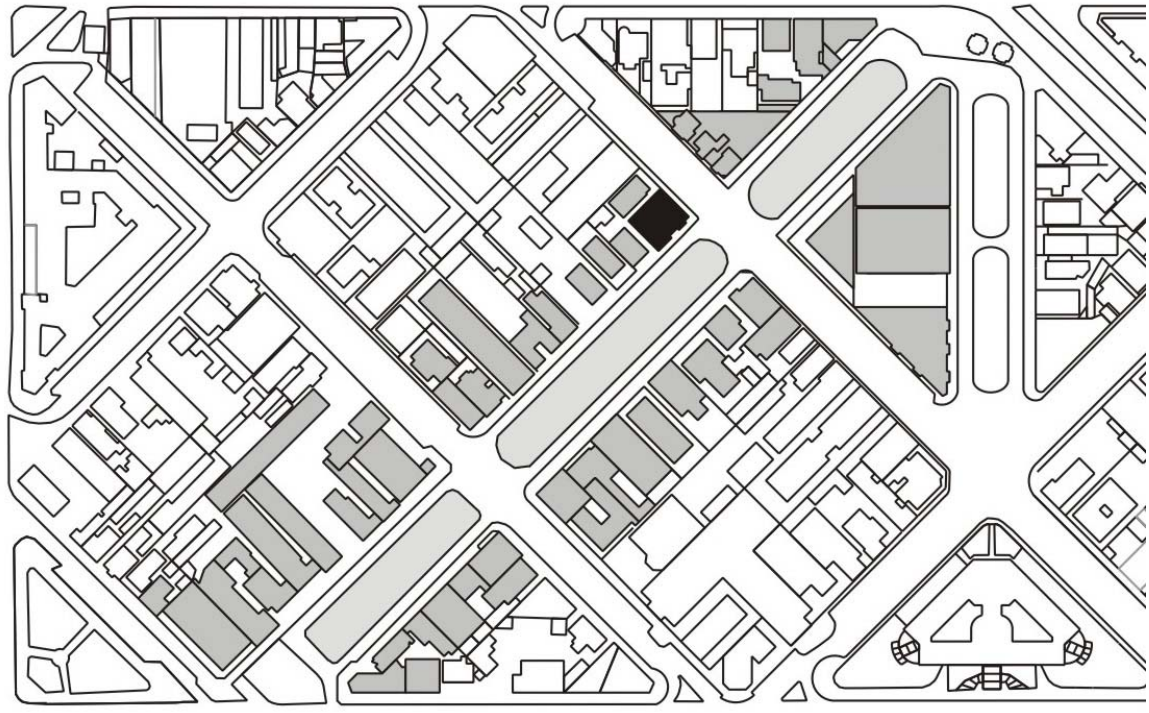
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Moderno Tardio

Altimetria: 6 pavimentos

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há um pavimento no subsolo. Não há afastamento frontal. Há árvores no passeio, estando este mal conservado. Há uma segunda entrada para o hospital na Rua Padre Rolim, 700.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 918

Data da construção: 1957

Área construída: 300-500 m²

Responsável: Pulmonar

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 10-20 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Sim

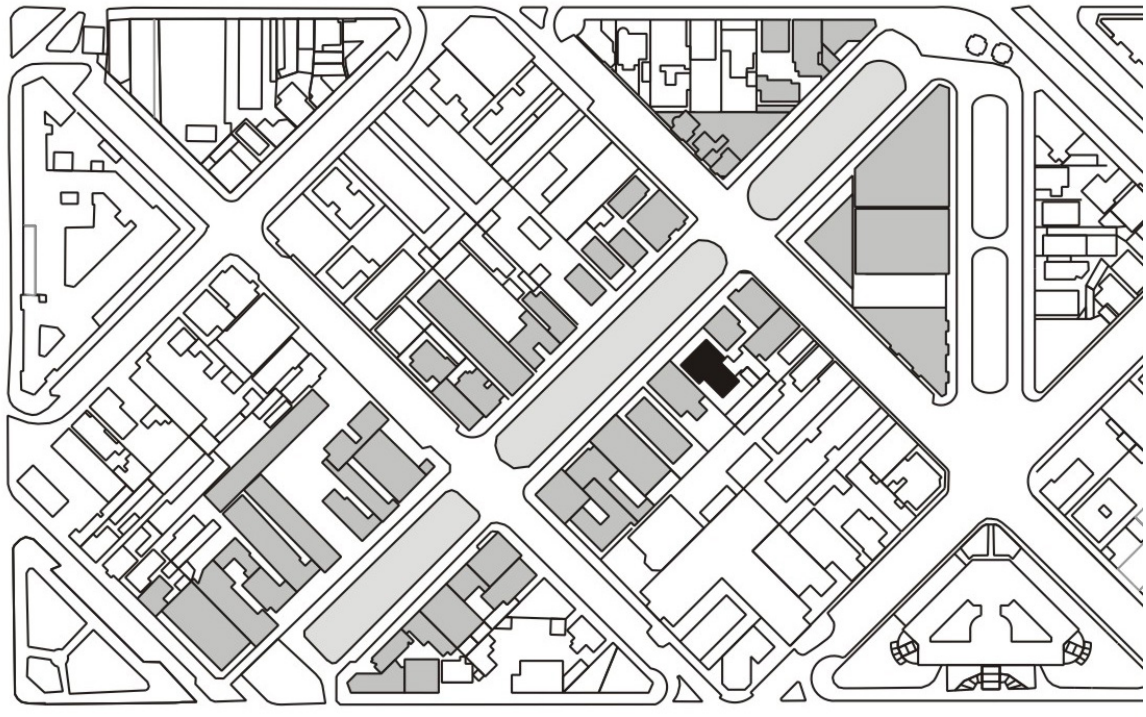
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Moderno (Modernista)

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há afastamento frontal. No afastamento frontal há canteiros e bancos. Há afastamentos laterais. Parte do passeio está danificada. Há uma árvore no passeio. Edificação moderna pouco alterada de interesse arquitetônico.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 905

Data da construção: 1970 (?)

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Residencial + Comercial

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Sim

Acesso: Público e privado

Acessibilidade: Não

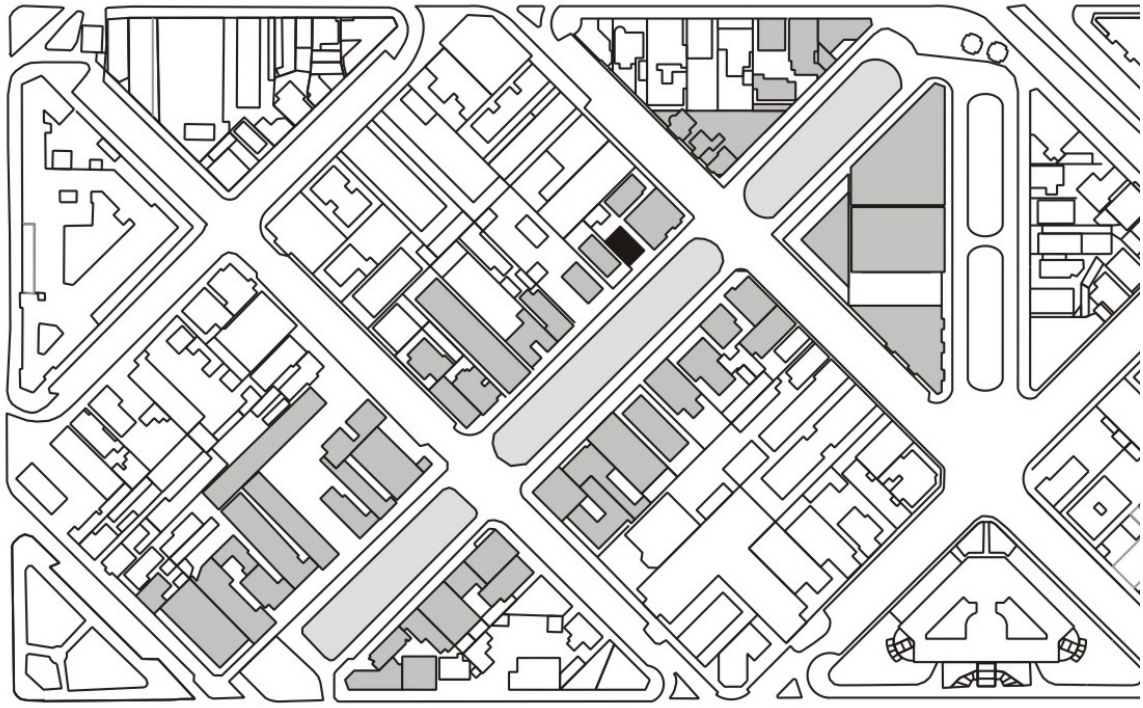
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Outros

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Na garagem do imóvel funciona a lanchonete “Lanches Bem Amigos do Mitidão”. Há árvores no passeio. Passeio bem conservado.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 904

Data da construção: 1945

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Fícus Restaurante e Café

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Sim

Acesso: Público

Acessibilidade: Sim

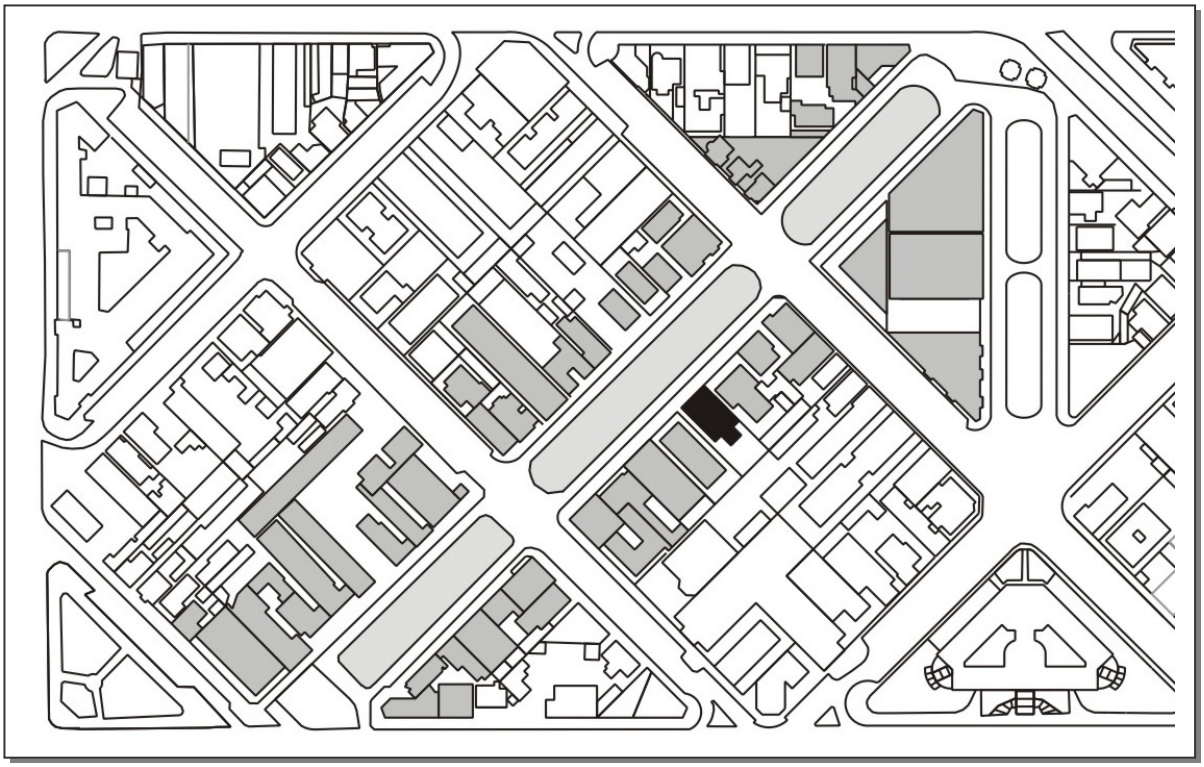
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Outros

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Não há afastamento frontal. Há afastamento lateral esquerdo. Passeio mal conservado. Há árvores no passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 893

Data da construção: 1989

Área construída: 1000-6000 m²

Responsável: Matermed

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços + Comercial

Ocupação: 30-40 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público e restrito

Acessibilidade: Sim

Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Contemporâneo

Altimetria: 10 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

Há afastamentos frontal e laterais. No afastamento frontal há canteiros. No térreo funciona uma farmácia. Passeio bem conservado. Não há árvores no passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 890

Data da construção: 1993

Área construída: 1000-6000 m²

Responsável: Edifício Renoir

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 50-100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Restrito

Acessibilidade: Sim

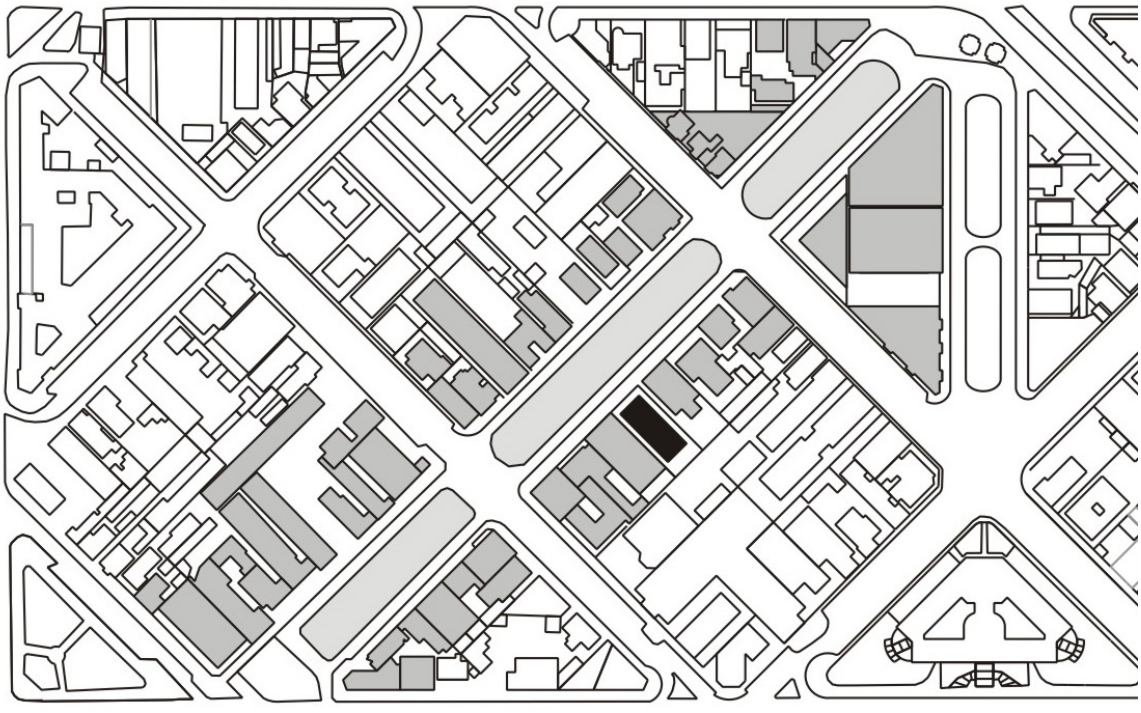
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Contemporâneo

Altimetria: 11 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há afastamento frontal com canteiros. Não há árvores no passeio. Passeio mal conservado. Há um pavimento de garagem no subsolo.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 879

Data da construção: 1984

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Residencial

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Privado

Acessibilidade: Sim

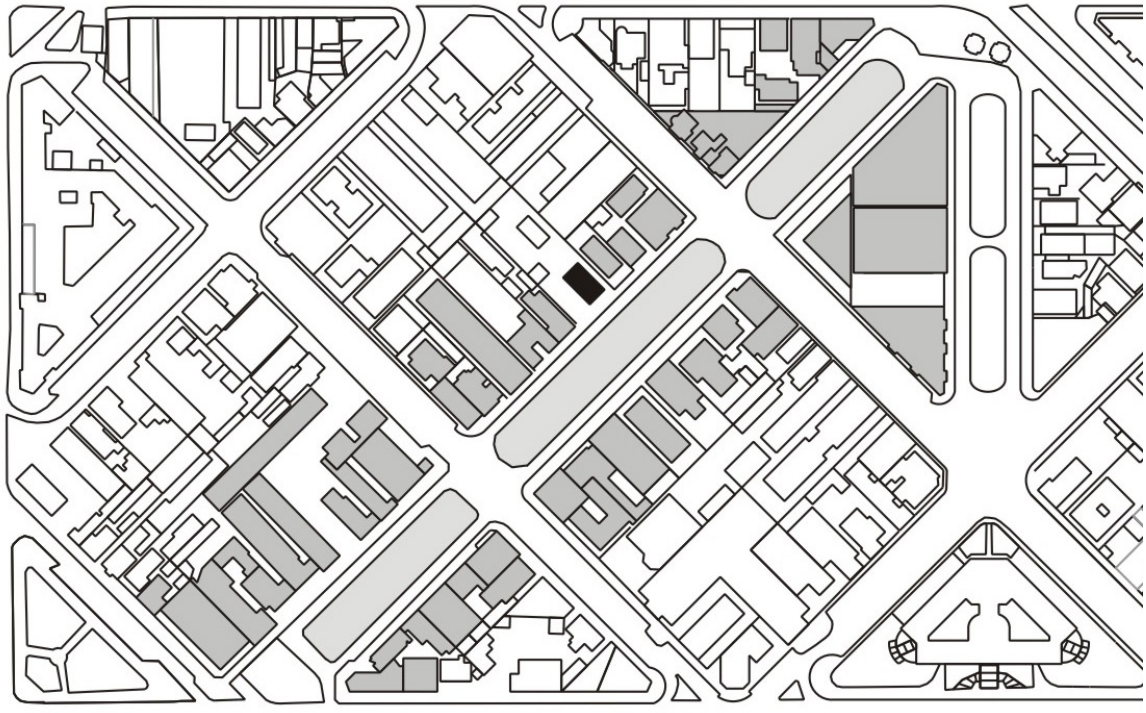
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Moderno Tardio

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Passeio mal conservado. Há uma árvore no passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 876

Data da construção: 1999

Área construída: 300-500 m²

Responsável: Red Park Estacionamento

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Sim

Acesso: Público

Acessibilidade: Sim

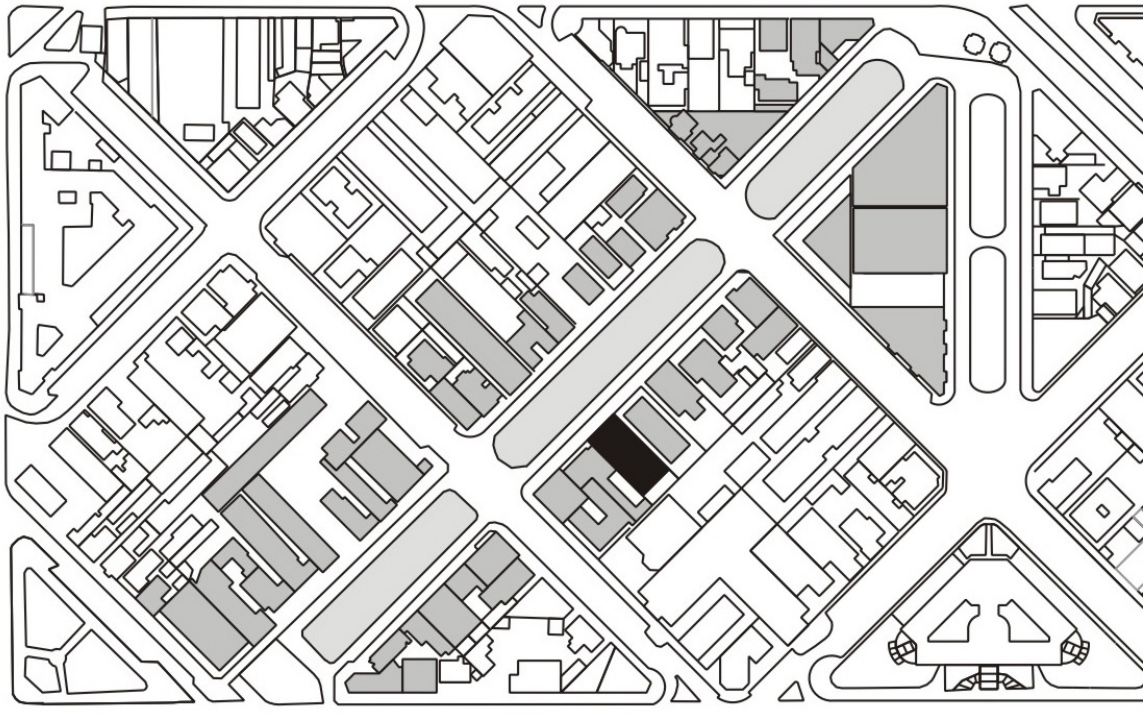
Tipologia Arquitetônica: Estacionamento

Estilo: Outros

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Passeio mal conservado. Há árvores no passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 861

Data da construção: 1935 (?)

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Fundação AMAE para educação e cultura

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Restrito

Acessibilidade: Não

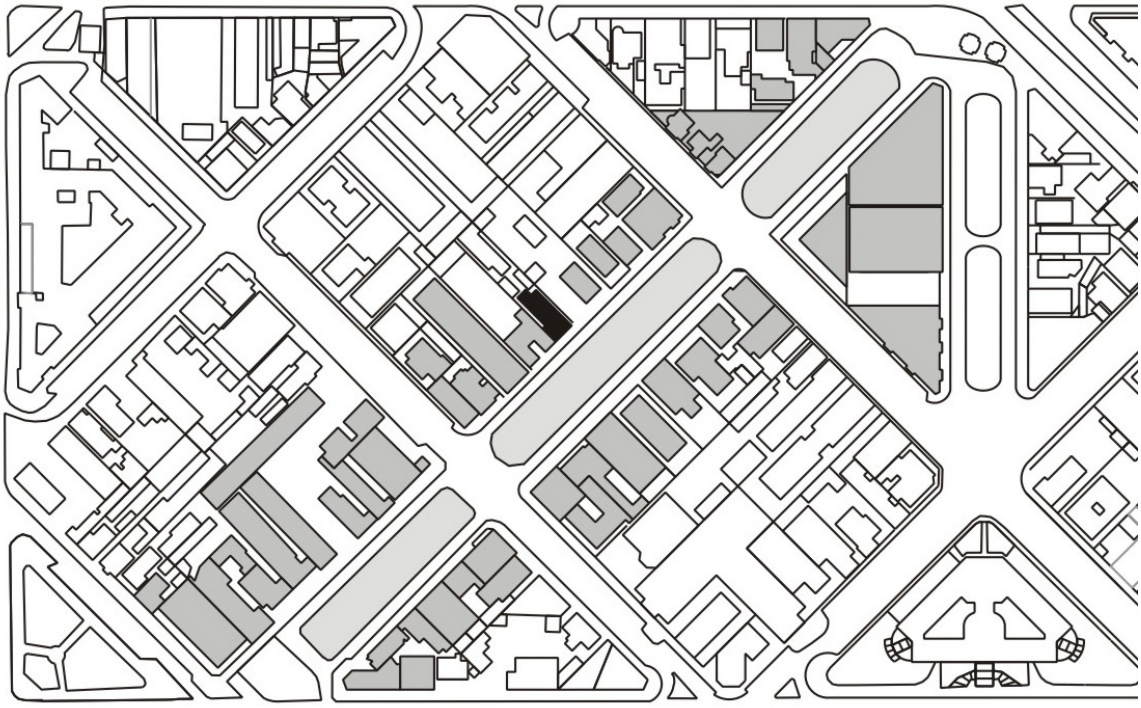
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Eclético alterado

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há um alvará datado de 1935 e outro para fundação da AMAE de 1996.
AMAE – Associação Mineira de Ação Educacional (empresa)
Há afastamento lateral. Não há afastamento frontal. Há uma árvore no passeio. Passeio mal conservado.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 858

Data da construção: Déc. de 40 (?)

Área construída: 500-1000 m²

Responsável: Diversos

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Comercial + Serviços

Ocupação: 10-20 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

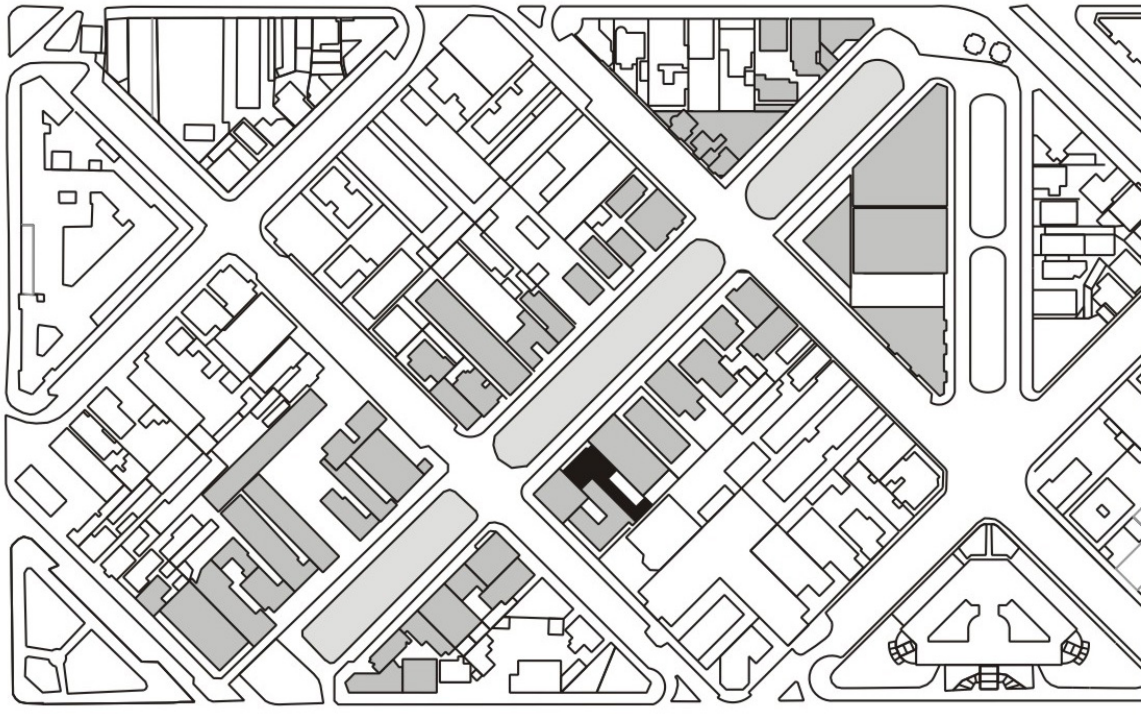
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Proto-Moderno alterado

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há afastamento lateral. Passeio mal cuidado. Há árvores no passeio. No mesmo terreno funcionam um salão de beleza, uma loja de roupas, uma casa lotérica e uma farmácia.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 855

Data da construção: 1994 (?)

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Estacionamento João José

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Sim

Acesso: Público

Acessibilidade: Sim

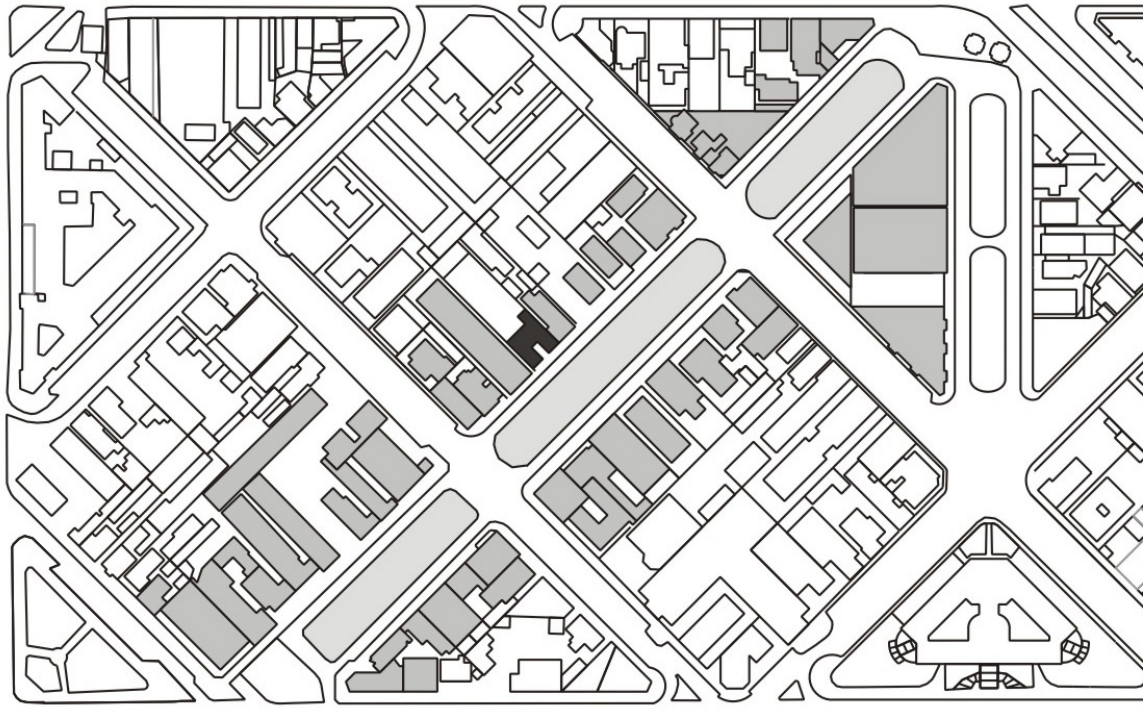
Tipologia Arquitetônica: Galpão

Estilo: Contemporâneo

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Segundo pavimento: mezanino. Não há afastamentos. Há uma árvore no passeio. O passeio está bem conservado.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 842

Data da construção: 1987

Área construída: 500-1000 m²

Responsável: Edifício Felipe I

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 50-100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público e restrito

Acessibilidade: Sim

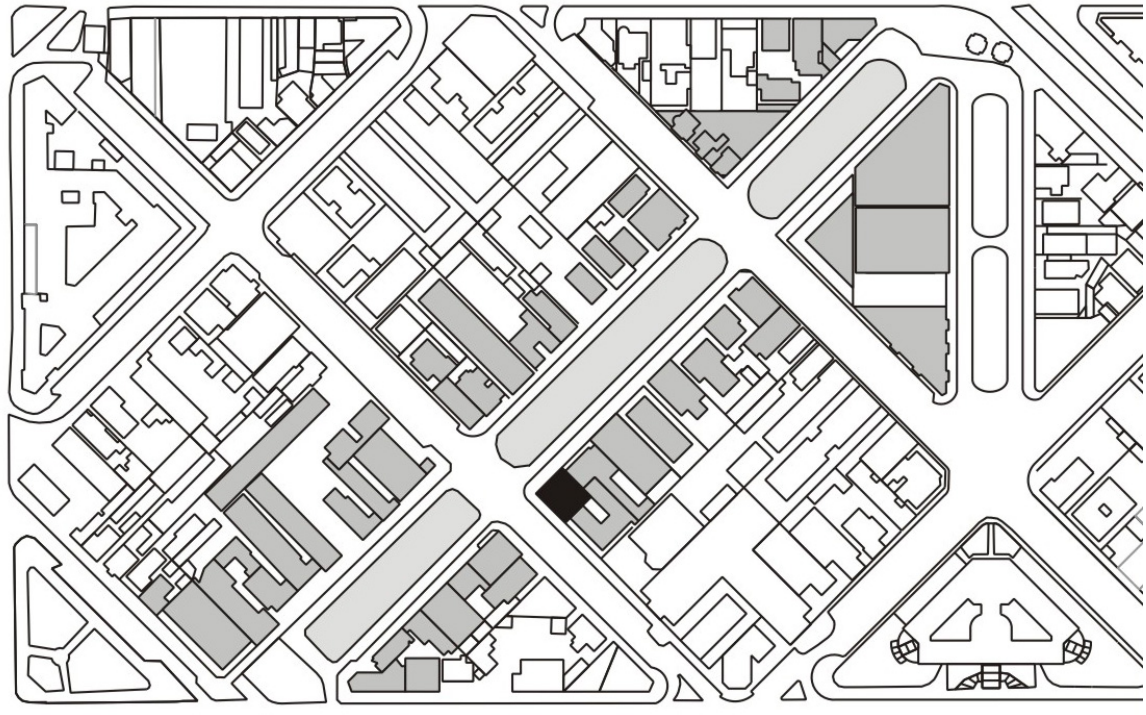
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Contemporâneo

Altimetria: 4 pavimentos

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

No térreo funciona o Laboratório Hermes Pardini, nos outros pavimentos funciona a Clínica Dr. Rui Marinho. Há árvores no passeio. Passeio mal conservado.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 831

Data da construção: 1979

Área construída: 500-1000 m²

Responsável: ABEB – Grupo Acelor

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 30-40 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Restrito

Acessibilidade: Não

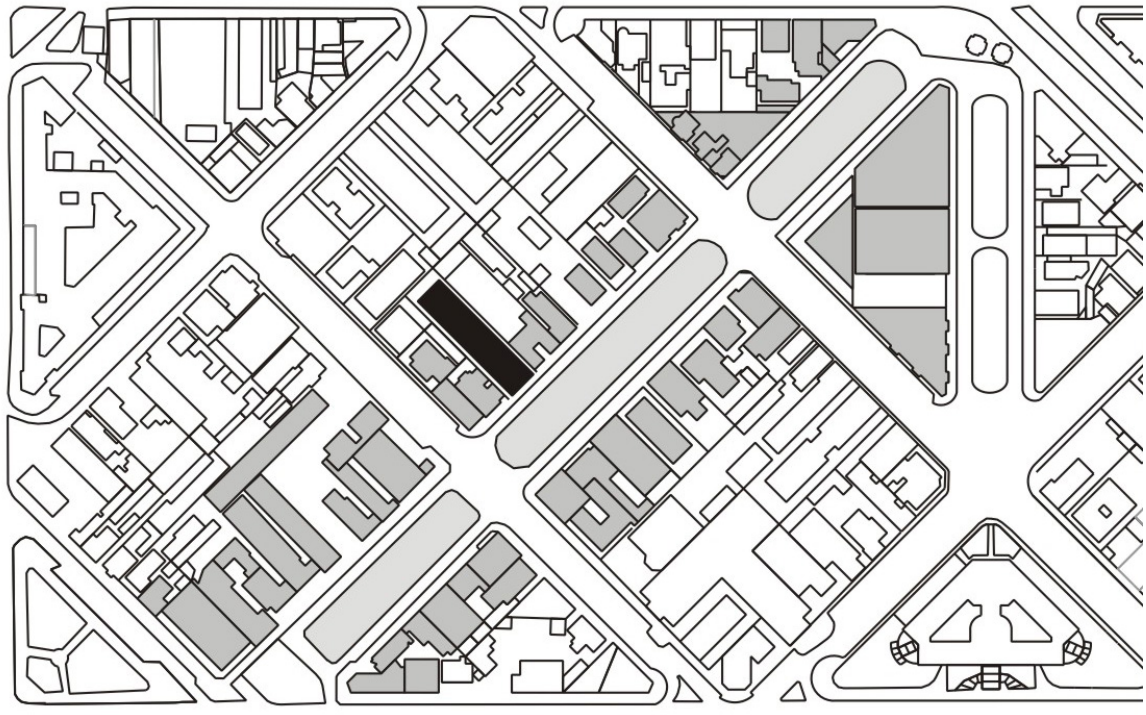
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Outros

Altimetria: 3 pavimentos

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

ABEB - Associação Beneficente dos Empregados da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira.

Não há afastamento frontal. Há afastamentos laterais e um pavimento de garagem no subsolo. O passeio não está bem conservado. Há árvores no passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 819

Data da construção: 1977

Área construída: 500-1000 m²

Responsável: Edifício José Eduardo

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Comercial + Serviços

Ocupação: 30-40 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

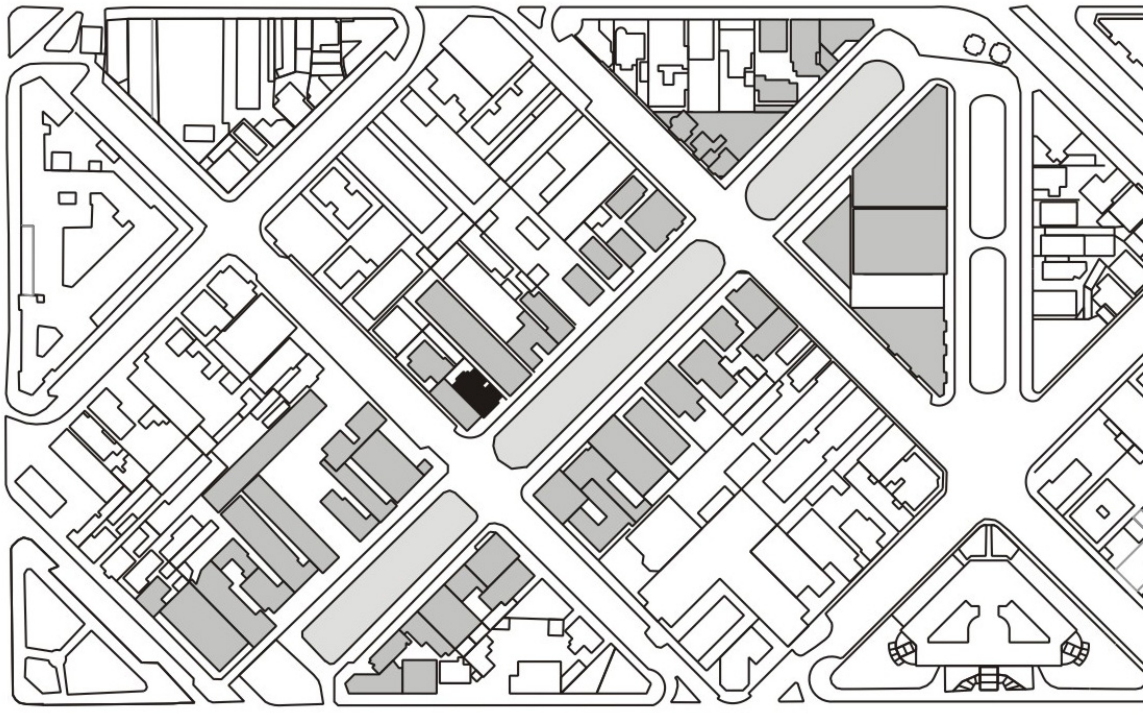
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Moderno Tardio

Altimetria: 3 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

No térreo funcionam duas lojas (Flac e Di Branco). Não há árvores no passeio. O passeio está mal conservado. Não há afastamentos.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 809

Data da construção: 1948 (?)

Área construída: 300-500 m²

Responsável: Oxion Medicina Oncológica

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Sim

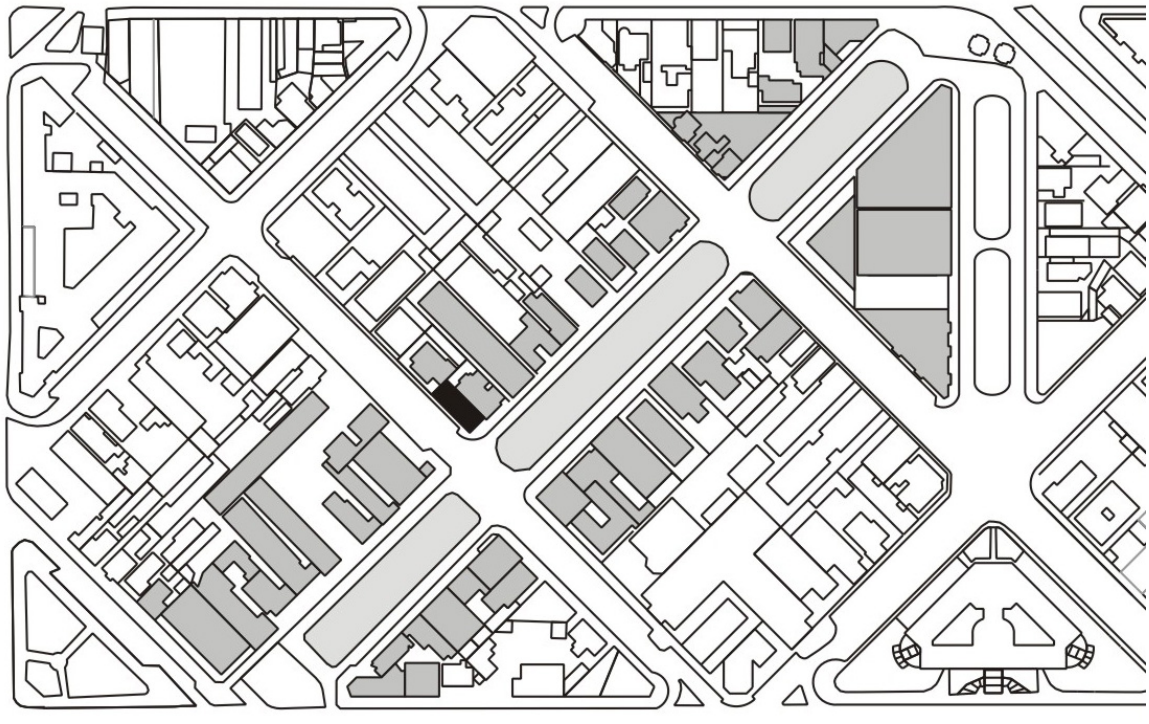
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Moderno com alterações contemporâneas

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

O passeio está bem conservado. Há canteiros bem cuidados em frente à Av. Bernardo Monteiro. Há afastamento frontal.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 802

Data da construção: Não determinado

Área construída: 500-1000 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 20-30 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público e restrito

Acessibilidade: Não

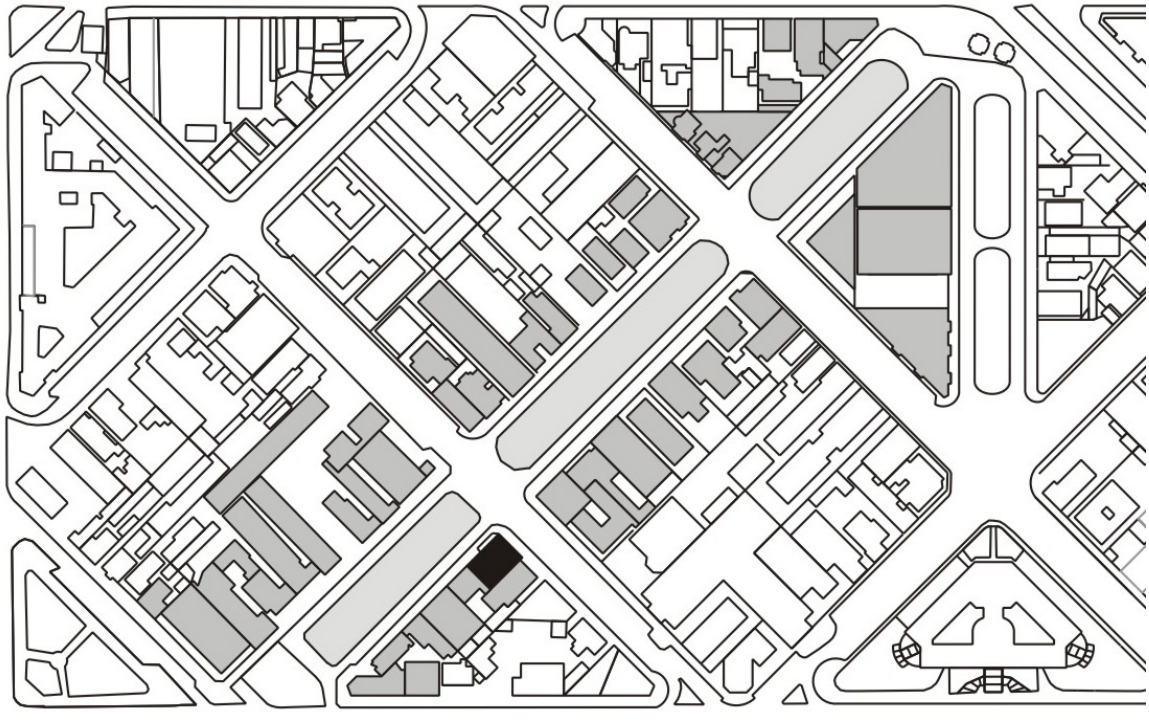
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Moderno tardio

Altimetria: 3 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há árvores no passeio. No térreo, salão de beleza, lojas de produtos cirúrgicos. No prédio, oficinas de conserto de aparelhos médicos.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 786

Data da construção: 1960

Área construída: 100-200 m²

Responsável: Alemão Alinhamento

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Sim

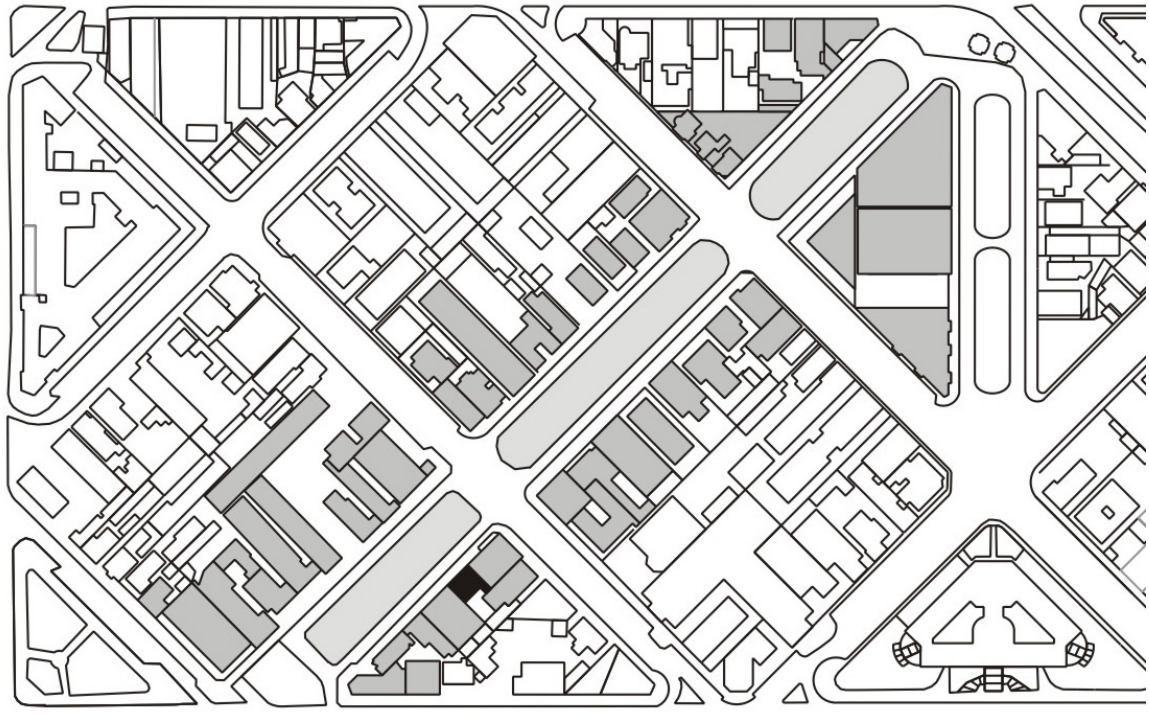
Tipologia Arquitetônica: Loja

Estilo: Moderno alterado

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há árvores no passeio. O passeio está mal conservado. Não há afastamentos.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 776

Data da construção: 1976

Área construída: 300-500 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Comercial + Serviços

Ocupação: 10-20 pessoas

Interação Espaço Cultural: Sim

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

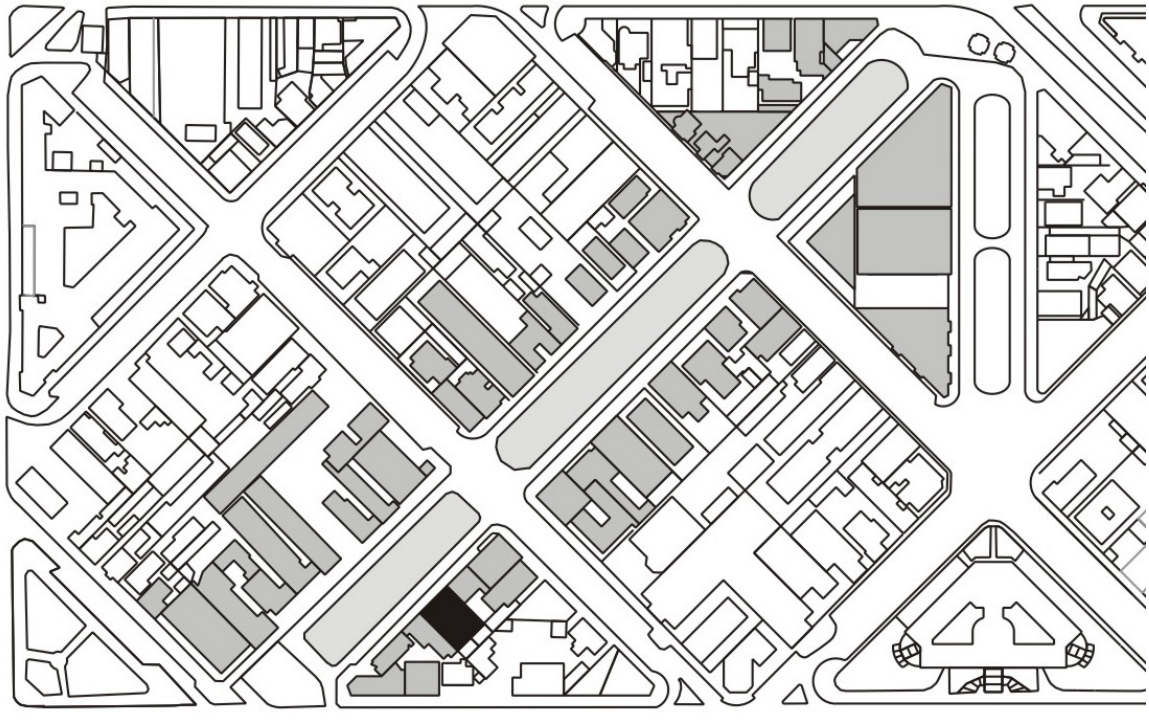
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Moderno Tardio

Altimetria: 3 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

No térreo funcionam uma farmácia (Lantana) e um restaurante (Good Food), e no edifício a escola de idiomas (Inglês e Cia). Há árvores no passeio. O passeio está mal conservado. Não há afastamentos no térreo.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 766

Data da construção: Não determinado

Área construída: 100-200 m²

Responsável: Fernando Araújo

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

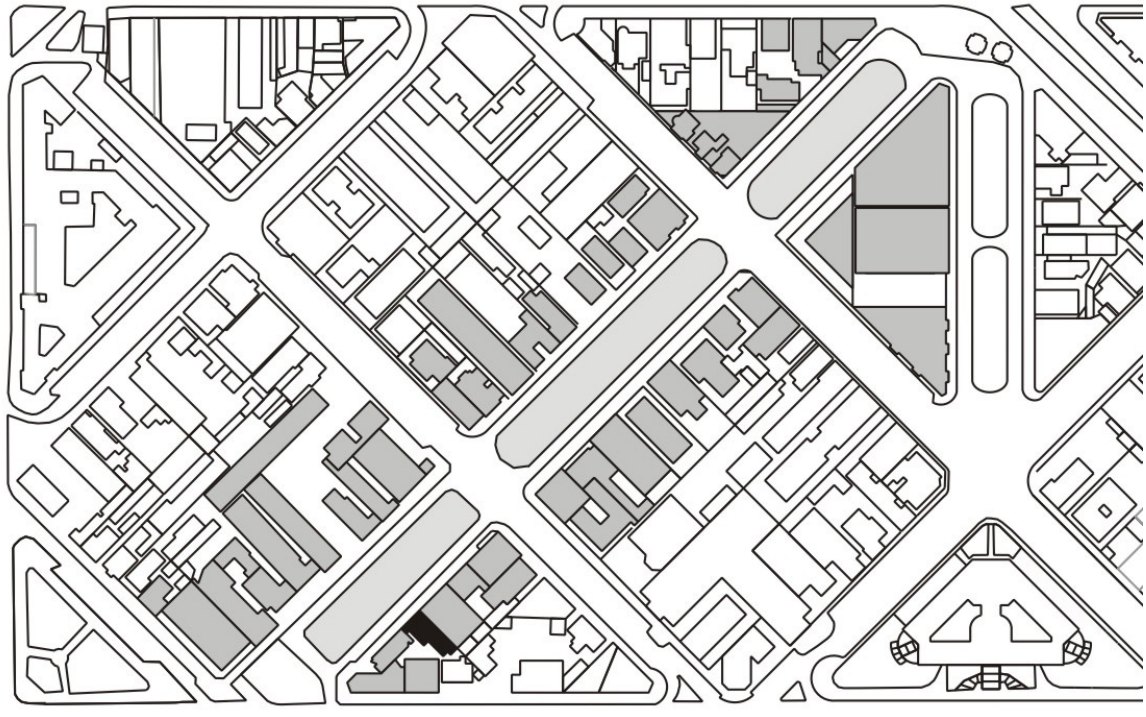
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Outros

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Consultórios médicos. Há apenas a raiz de uma árvore no passeio, bem conservado. Não há afastamentos.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 756

Data da construção: 1936

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Antônio C. Silva e Francisco A. Freitas

Situação Atual: Tombado pela PBH

DESCRIÇÃO

Uso: Res + Com + Serv

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público e privado

Acessibilidade: Não

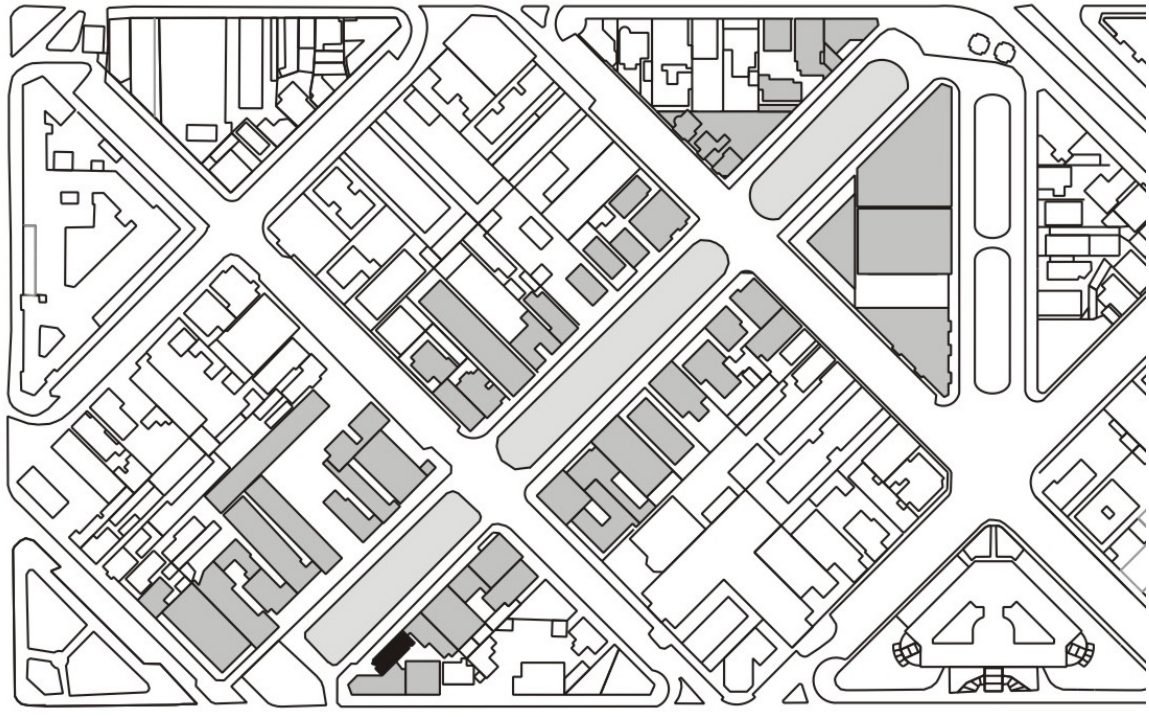
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Proto Moderno

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Segundo alvará, foram realizados acréscimos em 1941.
Possui no térreo um pequeno comércio (nº 750) e o Centro de apoio de triagem neonatal do teste do pezinho (nº 746).
Passeio bem conservado. Há árvores no passeio e afastamento lateral direito (garagem).

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 755

Data da construção: 1994 (?)

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Sim

Acesso: Público

Acessibilidade: Sim

Tipologia Arquitetônica:

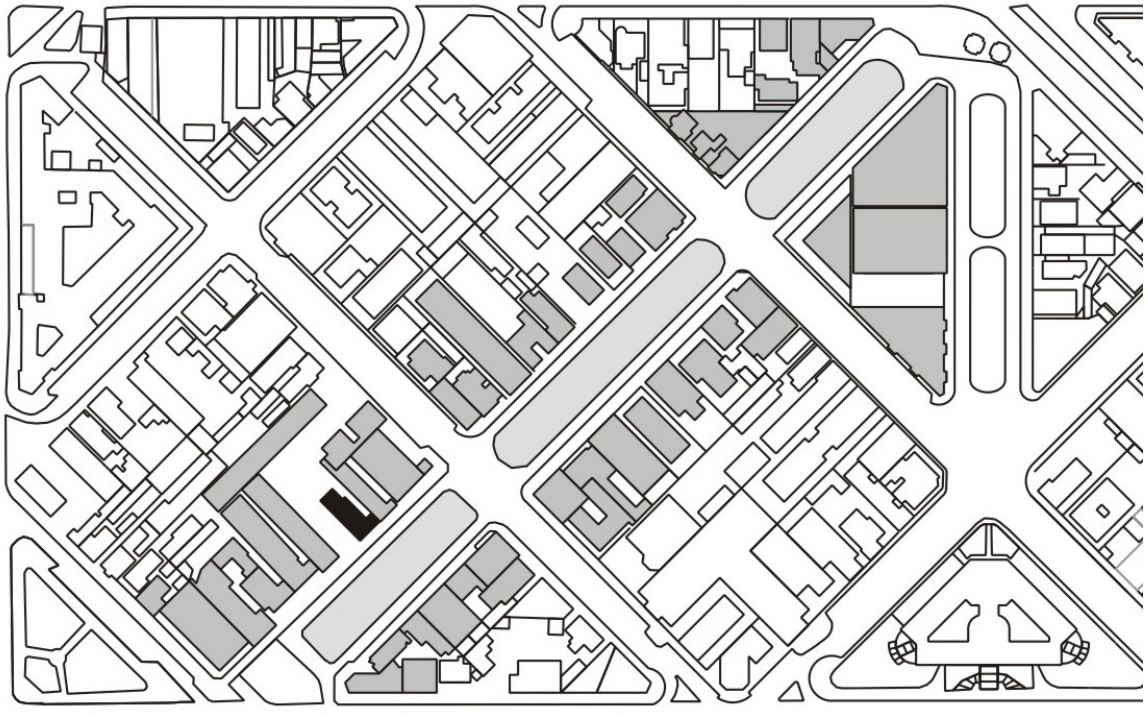
Estacionamento

Estilo: Outros

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Continuação do estacionamento da Rua dos Otoni, 762 (O-762). Há árvores no passeio, que encontra-se mal conservado. Não há afastamento frontal.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 735

Data da construção: 1953

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Restaurante Don Felício

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 01-10

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

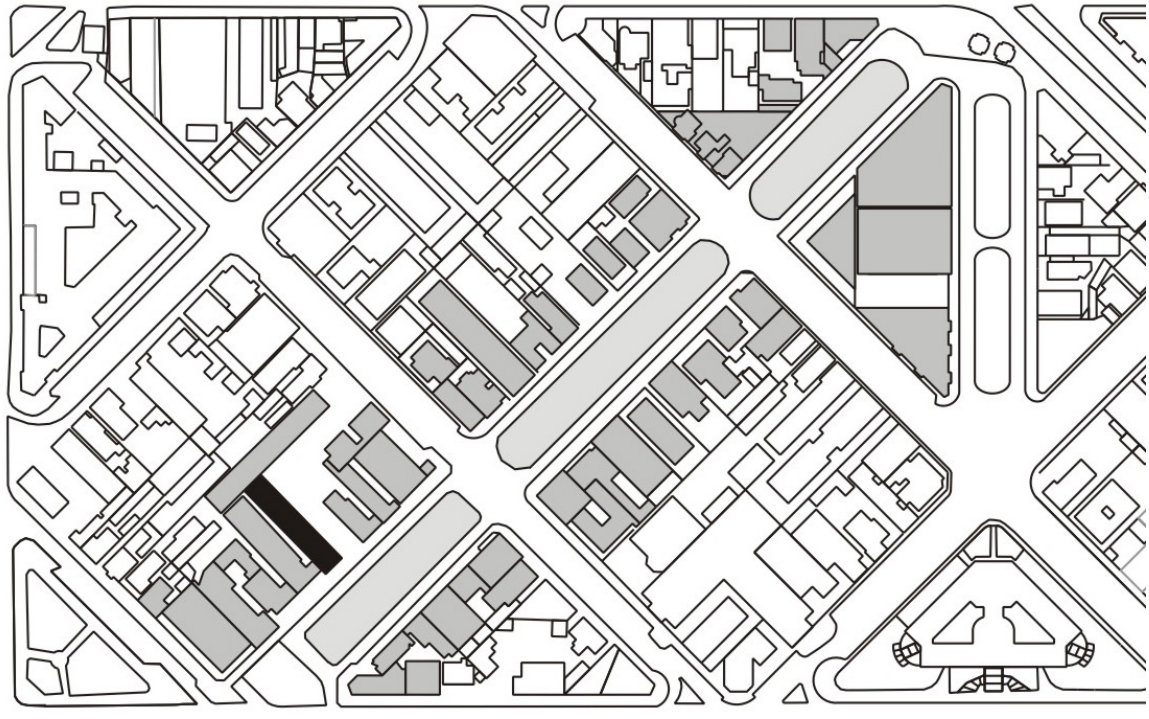
Tipologia Arquitetônica: Loja

Estilo: Proto-Moderno

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há árvores no passeio. O passeio está mal conservado. Não há afastamento frontal. Há afastamento lateral direito.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 705

Data da construção: Não determinado

Área construída: 500-1000 m²

Responsável: Engenho de Minas e Lendas do Engenho

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 50-100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

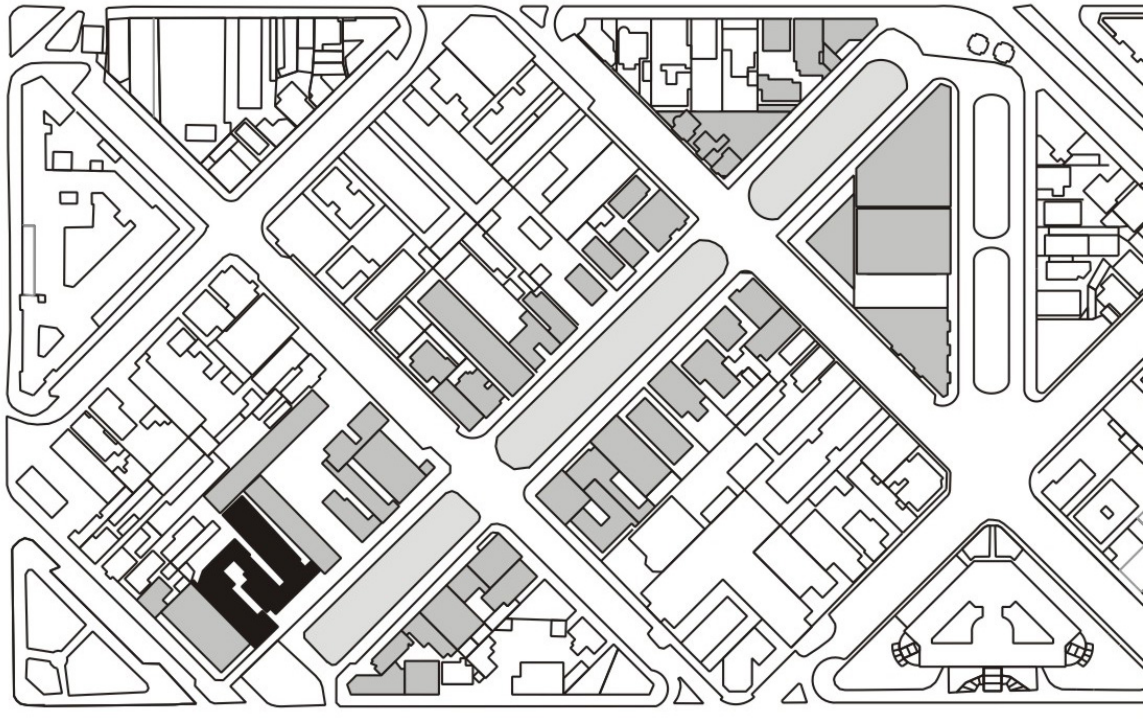
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Contemporâneo colonial

Altimetria: 3

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO

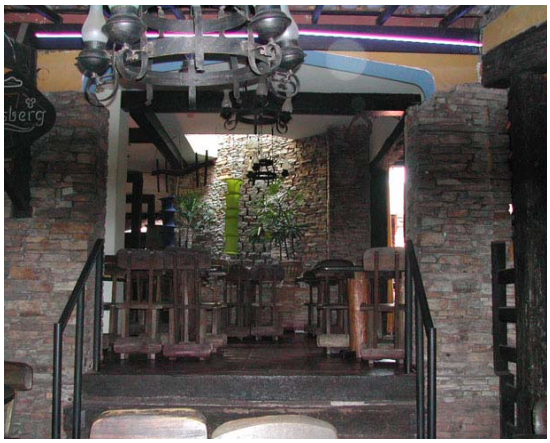


INFORMAÇÕES GERAIS

Há alvarás datados de 1949, 1951 e 1966. Entretanto, a edificação original, caso ainda exista, foi alterada estilisticamente e ampliada. O restaurante funciona somente à noite. O passeio está bem conservado. Há árvores no passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES



EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Bernardo Monteiro, 1011

Data da construção: 1986

Área construída: Até 100 m²

Último Responsável: Lanchonete e Restaurante Vila Mariana

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Desocupado

Ocupação: Não se aplica

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Privado

Acessibilidade: Não

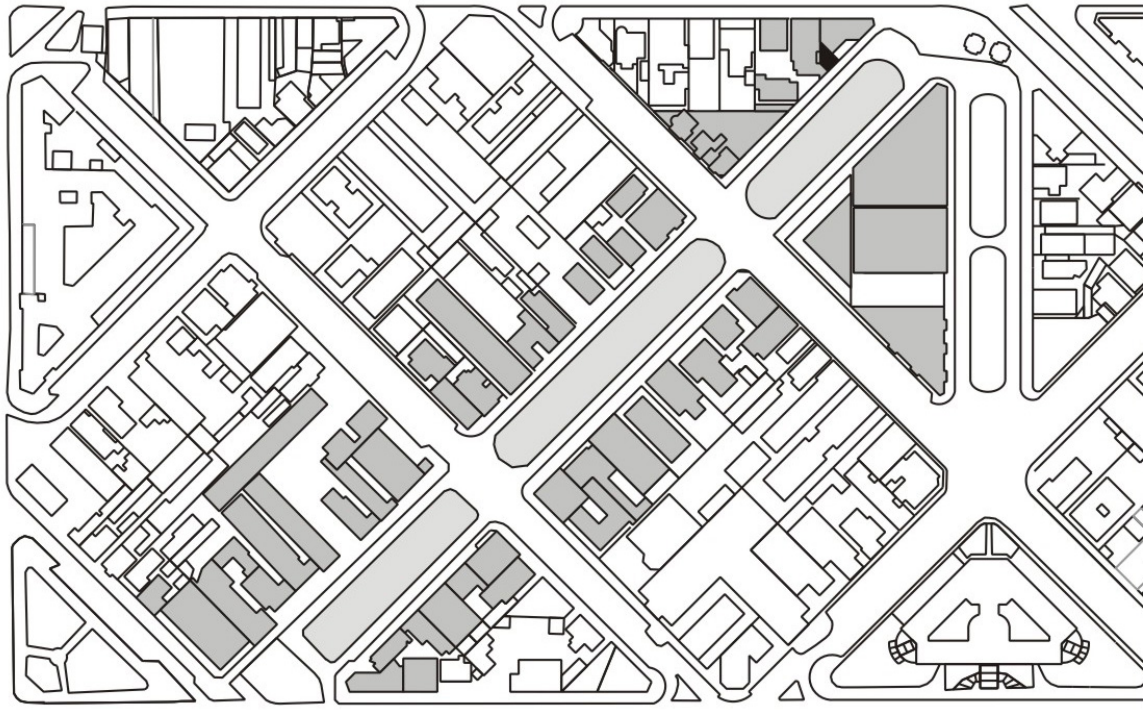
Tipologia Arquitetônica: Loja

Estilo: Moderno Tardio

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

No local anteriormente funcionava um restaurante. Passeio mal cuidado. Há uma árvore cercada por uma mureta de alvenaria mal conservada. Não há afastamentos.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Praça Hugo Werneck, 537

Data da construção: 1992

Área construída: Mais de 10000 m²

Responsável: Square Apart Hotel

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Comercial + Serviços

Ocupação: 50-100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público e restrito

Acessibilidade: Sim

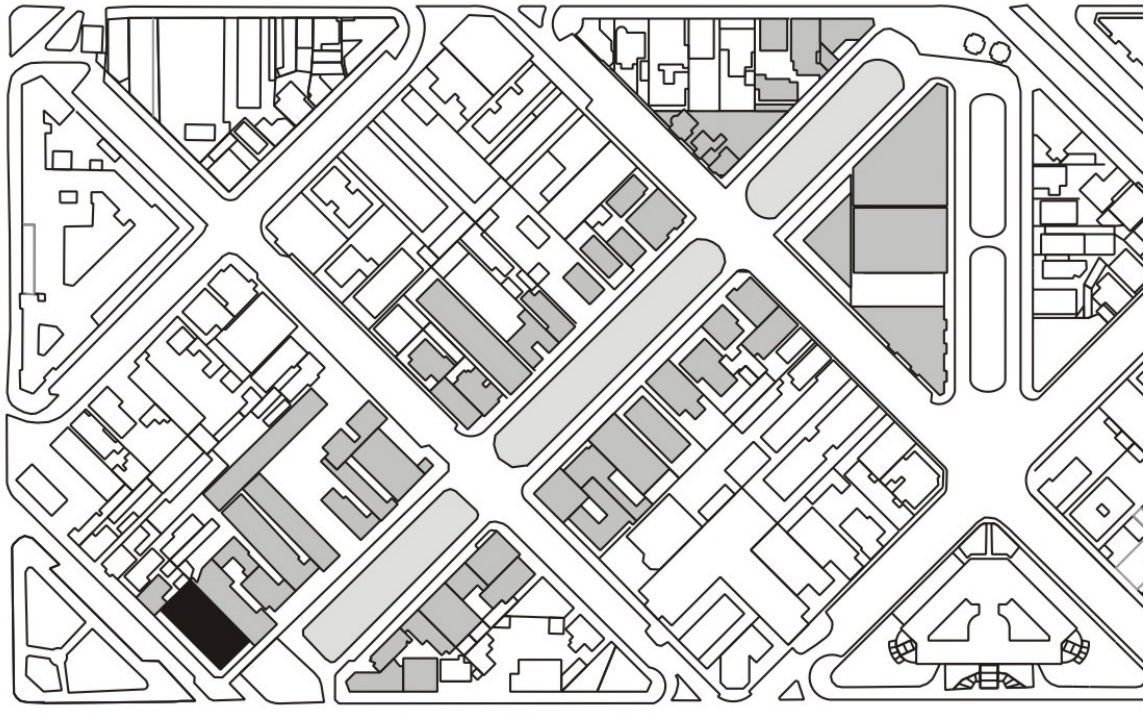
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Contemporâneo

Altimetria: 21 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

No térreo funciona uma agência do Banco Bradesco e a Cirúrgica Incobel. O afastamento frontal é utilizado para estacionamento. O passeio está bem conservado. Não há árvores no passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua Padre Marinho, 778

Data da construção: 1971

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Gráfica e Editora Casa de Minas

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Restrito

Acessibilidade: Sim

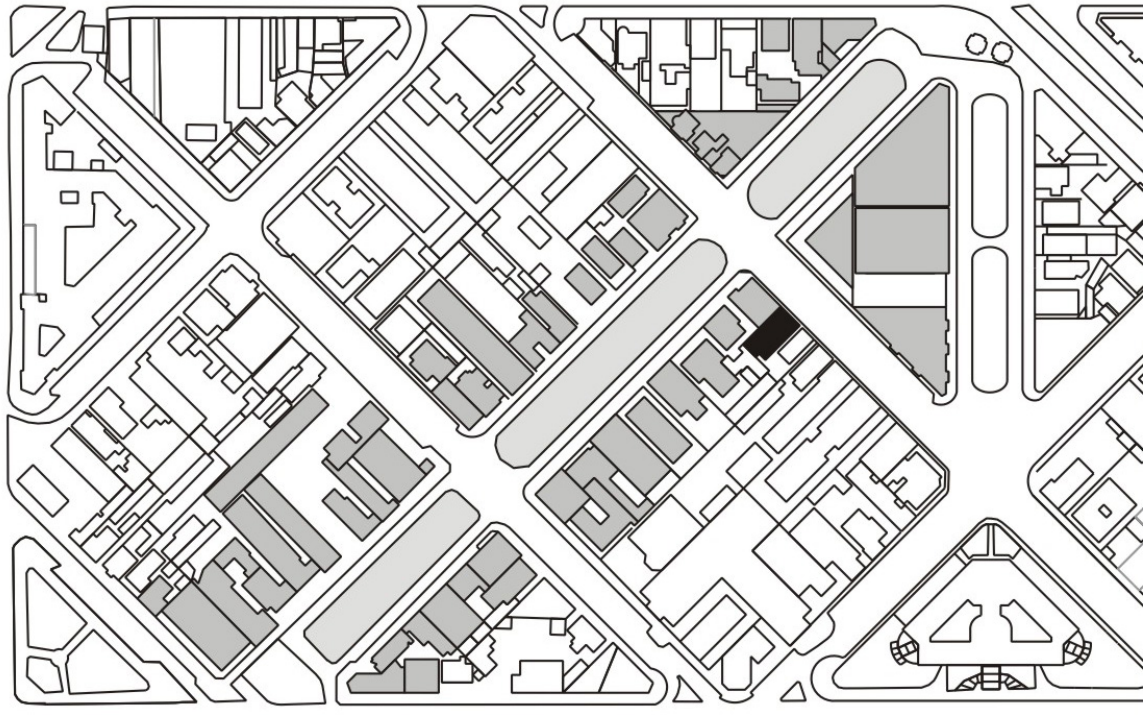
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Outros

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Não há afastamentos. Passeio mal conservado.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua Padre Rolim, 715

Data da construção: 1938

Área construída: 100-200 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Tombado pela PBH

DESCRIÇÃO

Uso: Desocupado

Ocupação: Não se aplica

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Privado

Acessibilidade: Não

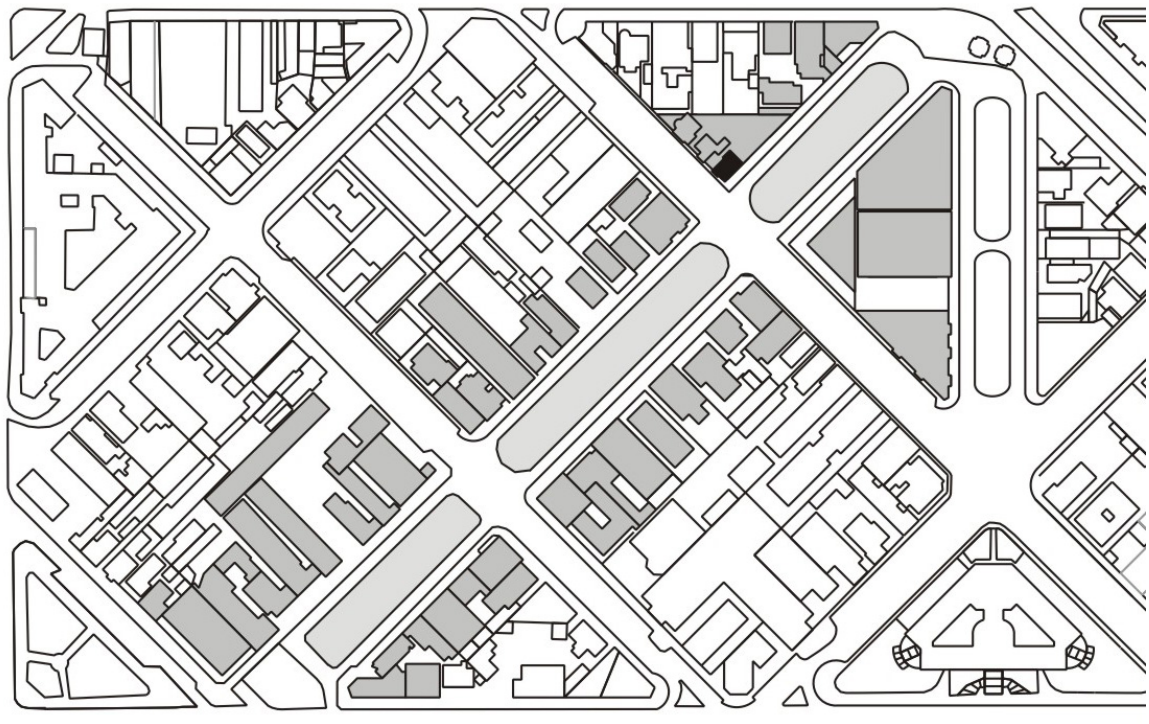
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Proto Moderno

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Não há afastamento frontal. Há afastamento lateral na Rua Padre Rolim. Há uma árvore no passeio. Passeio mal conservado. Placa: Obra por administração de Alberto Eduardo Pace Sterling – CREA 149391/D/MG. O prédio pertence à Matermed, projetado pelo arquiteto Carlos Henrique Grossi para abrigar clínicas do convênio. Segundo a Matermed, a obra foi interrompida por falta de recursos em 1992, não possui nenhuma pendência legal e constitui uma das primeiras construções acopladas ao patrimônio cultural a obter a aprovação do Município.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua Padre Rolim, 703

Data da construção: 1938

Área construída: 100-200 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Tombado pela PBH

DESCRIÇÃO

Uso: Desocupado

Ocupação: Não se aplica

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Privado

Acessibilidade: Não

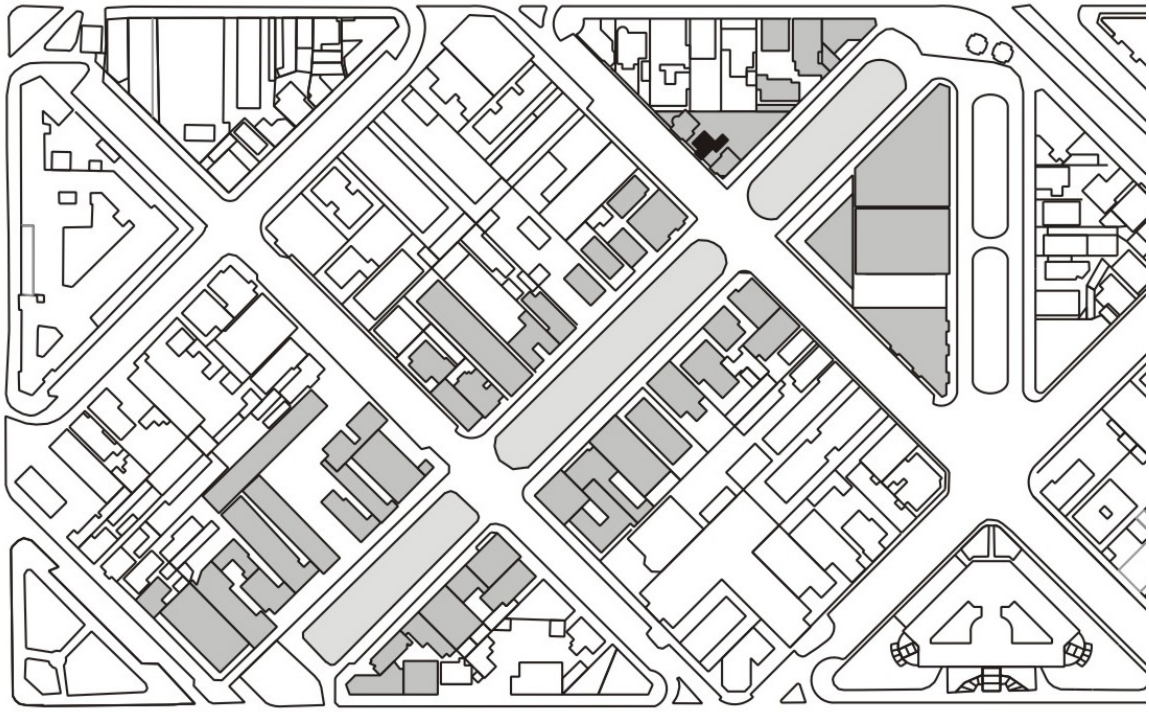
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Proto Moderno

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Não há afastamento frontal. Há afastamento lateral na Rua Padre Rolim. Há uma árvore no passeio. Passeio mal conservado. Placa: Obra por administração de Alberto Eduardo Pace Sterling – CREA 149391/D/MG. O prédio pertence à Matermed, projetado pelo arquiteto Carlos Henrique Grossi para abrigar clínicas do convênio. Segundo a Matermed, a obra foi interrompida por falta de recursos em 1992, não possui nenhuma pendência legal e constitui uma das primeiras construções acopladas ao patrimônio cultural a obter a aprovação do Município.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua Padre Rolim, 698

Data da construção: 1945

Área construída: 100-200 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Residencial

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Privado

Acessibilidade: Não

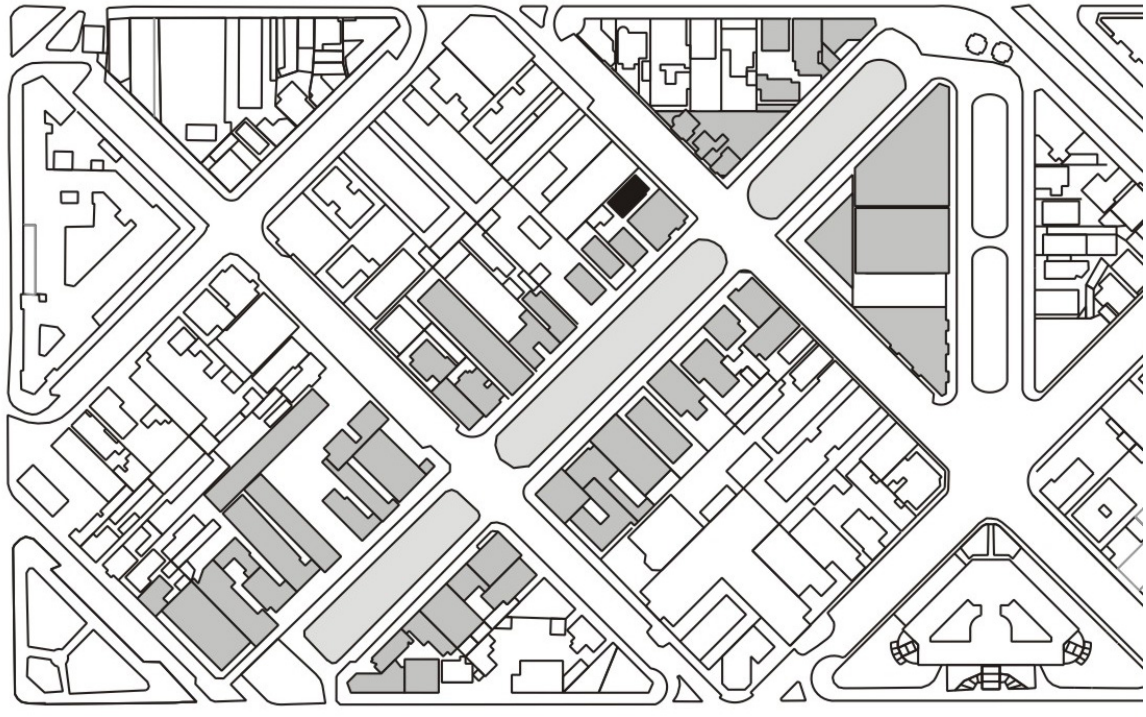
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Proto Moderno

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

No recuo frontal há canteiros. Passeio mal conservado. Edificação de interesse histórico e arquitetônico, em estilo Proto Moderno.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua Padre Rolim, 109

Data da construção: 1989

Área construída: 6000-10000 m²

Responsável: Edifício Aesculápios

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços + Comercial

Ocupação: Mais de 100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Sim

Acesso: Público e restrito

Acessibilidade: Sim

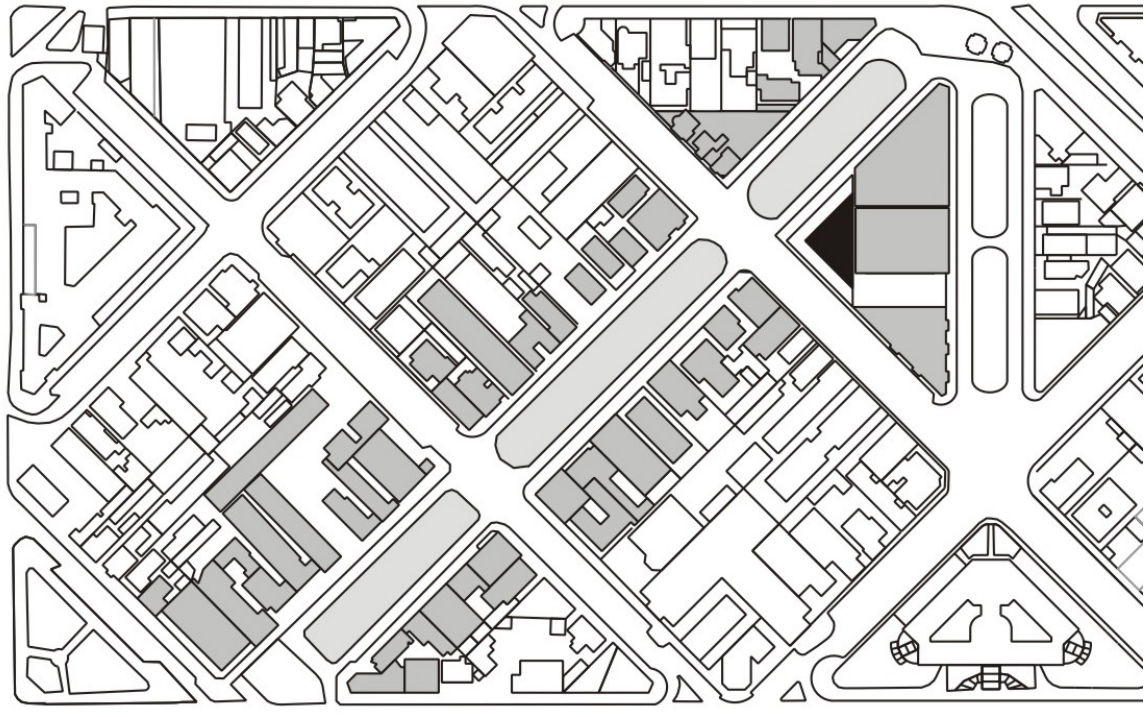
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Contemporâneo

Altimetria: 11 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há dois pavimentos de garagem no subsolo. Há afastamento frontal. Há árvores na rua. Há um restaurante e um café no térreo (Tôo Much).

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Prof. Alfredo Balena, 111

Data da construção: Não determinado

Área construída: 300-500 m²

Responsável: Suk Lanches

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Sim

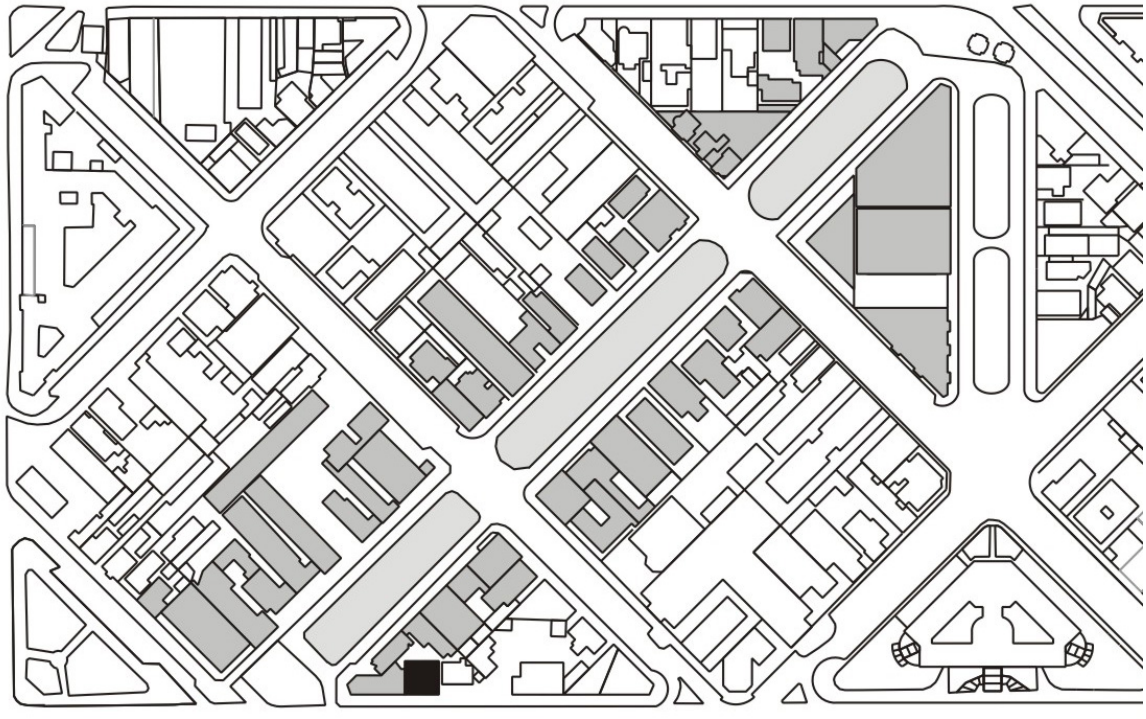
Tipologia Arquitetônica: Loja

Estilo: Outros

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há árvores no passeio. O passeio está bem conservado. Não há afastamentos.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Prof. Alfredo Balena, 95 e 103

Data da construção: Não determinado

Área construída: 100-200 m²

Responsável: Drogaria Santa Marta

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Comercial

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público

Acessibilidade: Não

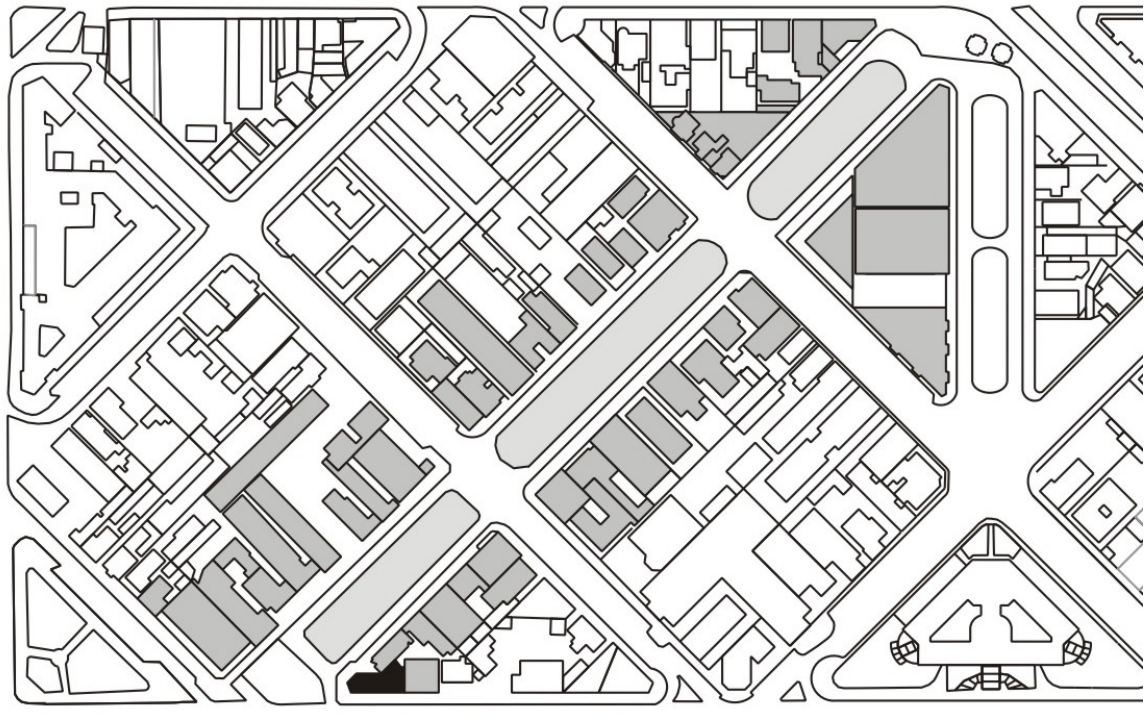
Tipologia Arquitetônica: Loja

Estilo: Moderno alterado

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Bom

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há árvores no passeio da Av. Prof. Alfredo Balena. O passeio está bem conservado. Não há afastamentos.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Pasteur, 135

Data da construção: 2000

Área construída: 20000 m²

Responsável: Edifício Louis Pasteur

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Residencial + Comercial

Ocupação: Mais de 100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Sim

Acesso: Público e privado

Acessibilidade: Sim

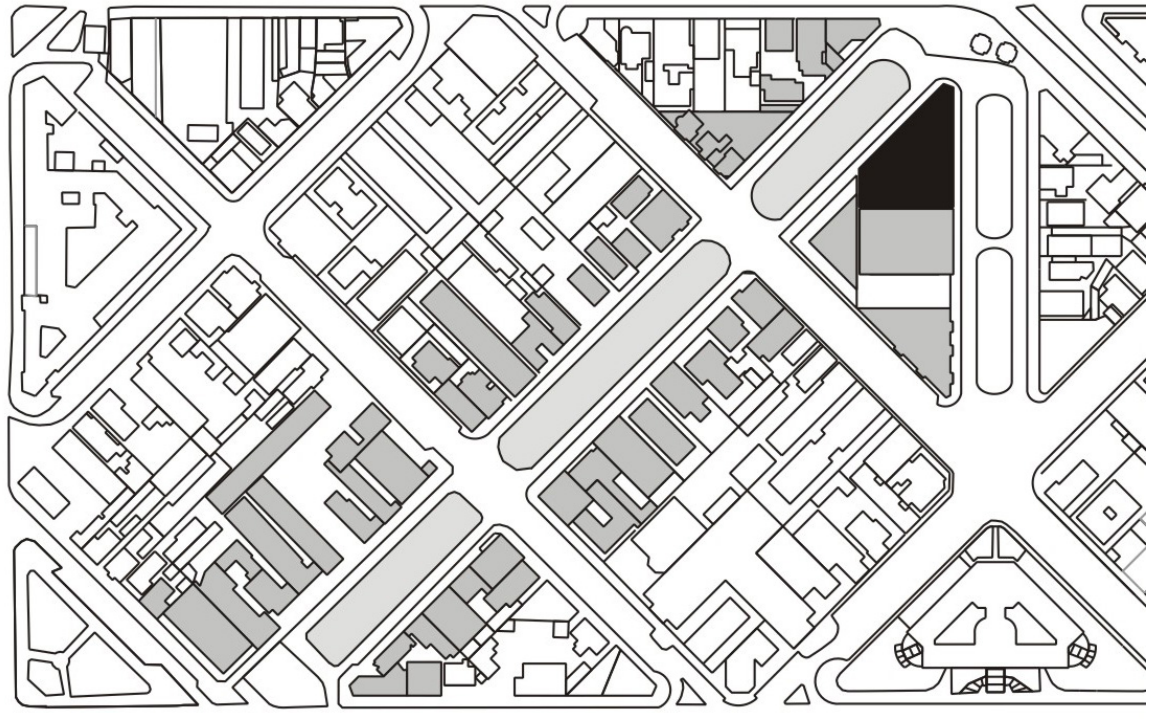
Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Contemporâneo

Altimetria: 17 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Há afastamento frontal. Há árvores no passeio. Passeio bem conservado. No térreo funcionam as lojas: Tavares Café e Livraria, Complemento do Corpo, Oncolens Virtual, Sketch, Silhueta Design Gráfico, Vida Natural.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Av Pasteur, 89

Data da construção: 1997

Área construída: Mais de 10000 m²

Responsável: Edifício Omni

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços + Comercial

Ocupação: Mais de 100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público e restrito

Acessibilidade: Sim

Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Contemporâneo

Altimetria: 16 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

Há afastamento frontal. Há árvores no passeio. Passeio bem conservado. No térreo funcionam as lojas. Os consultórios funcionam no edifício. Projeto do arquiteto João Diniz.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua dos Otoni, 867

Data da construção: 1973

Área construída: 300-500 m²

Responsável: Laboratório Analys

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 40-50 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público e restrito

Acessibilidade: Sim

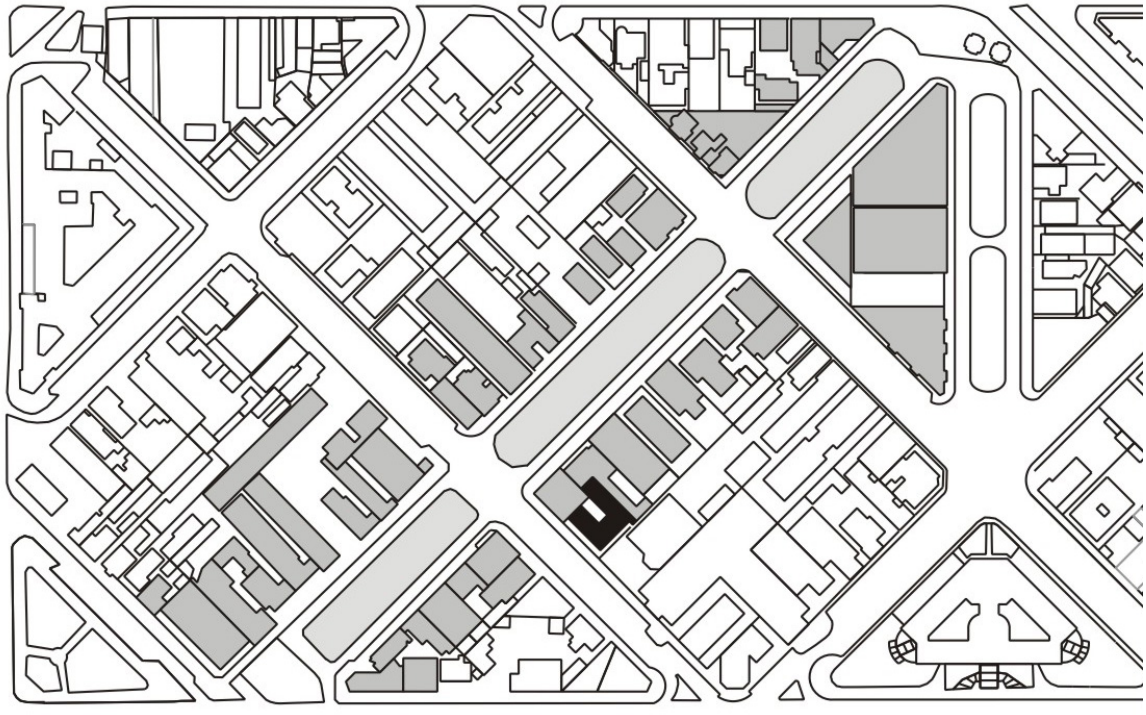
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Moderno Tardio

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Passeio bem conservado. Há árvores no passeio.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua dos Otoni, 818

Data da construção: 1947

Área construída: 300-500 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Em reforma

Ocupação: Não se aplica

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Privado

Acessibilidade: Sim

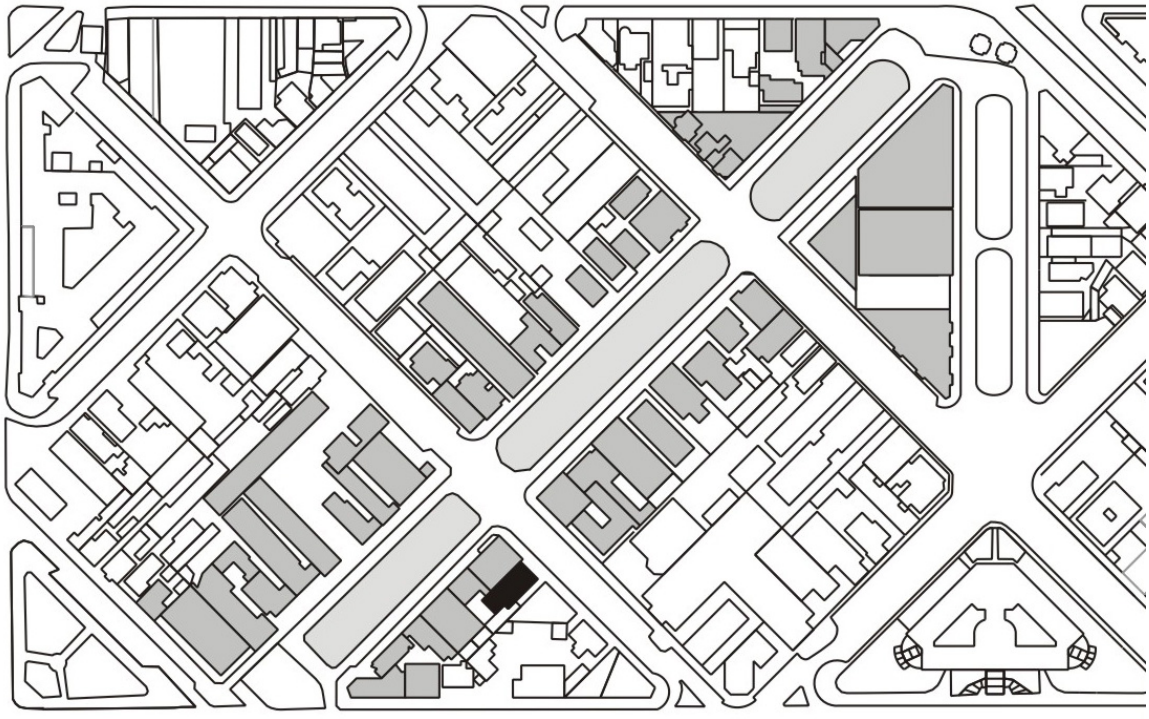
Tipologia Arquitetônica: Casa

Estilo: Eclética alterada

Altimetria: 2 pavimentos

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Futuramente funcionará no imóvel a Clínica Lume. Há afastamentos frontal e laterais.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua dos Otoni, 775

Data da construção: 2003

Área construída: 200-300 m²

Responsável: Estacionamento São Lucas

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Sim

Acesso: Público

Acessibilidade: Sim

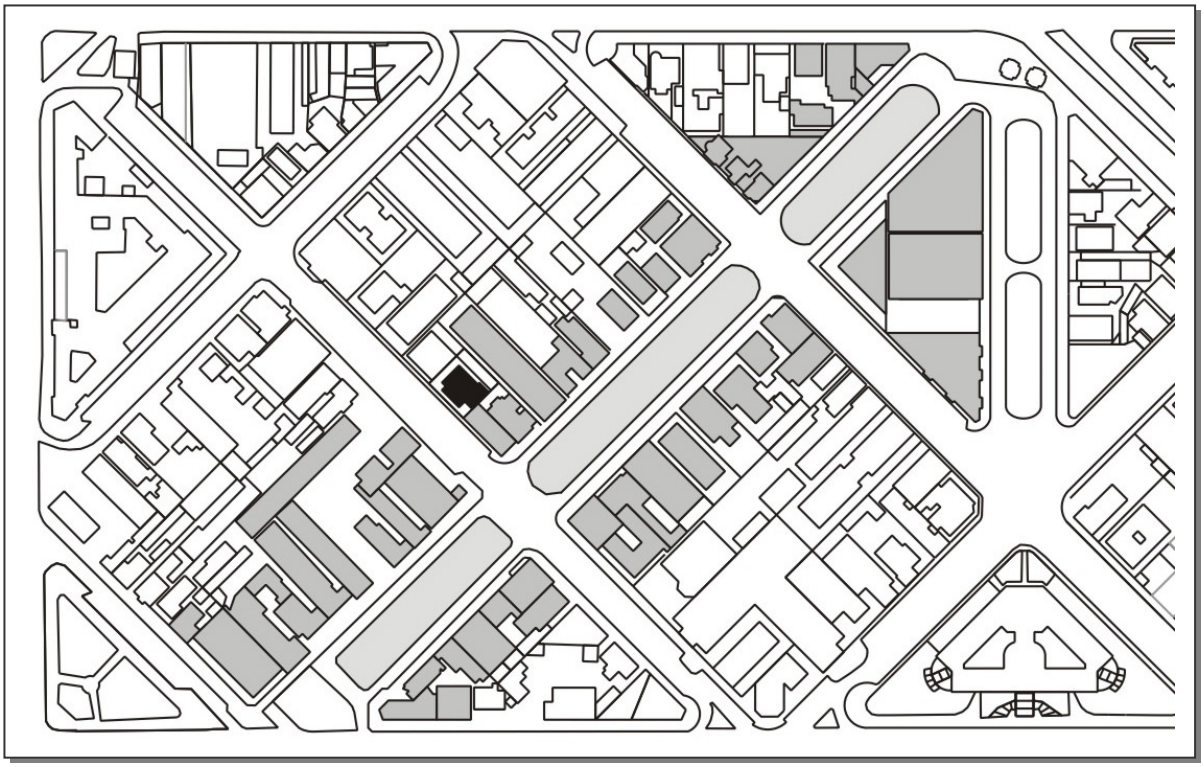
Tipologia Arquitetônica: Estacionamento

Estilo: Outros

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Ótimo

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

O passeio está bem cuidado, porém possui inclinação inadequada para pedestres.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua dos Otoni, 772

Data da construção: 1943

Área construída: 1000-6000 m^2

Responsável: Hospital Maria Amélia Lins - FHEMIG

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: Mais de 100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Restrito

Acessibilidade: Sim

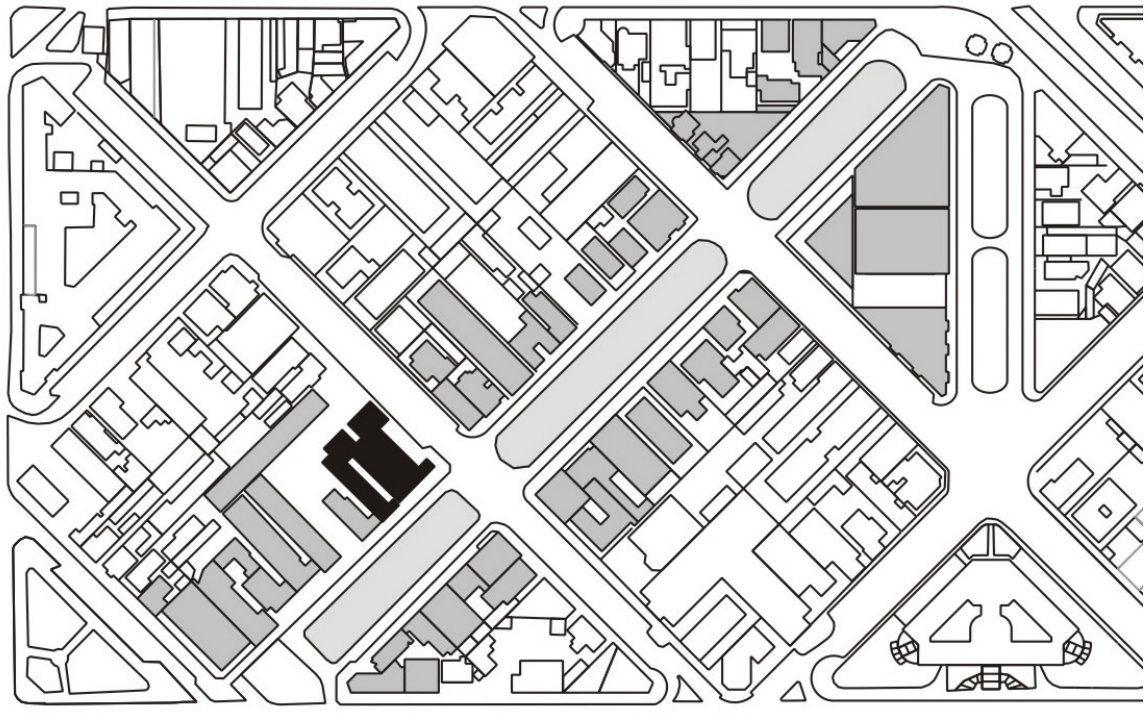
Tipologia Arquitetônica: Hospital

Estilo: Proto Moderno

Altimetria: 6 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

O passeio é irregular, estreito e mal cuidado. Não há árvores na calçada na Rua dos Otoni. Há árvores na Av. Bernardo Monteiro e nesta o passeio é mal cuidado. Não há afastamentos. A face edificada voltada para a Av. Bernardo Monteiro encontra-se mal cuidada, suja e sem pintura. Edificação de interesse arquitetônico e, especialmente, histórico, tendo abrigado o primeiro Pronto Socorro de Belo Horizonte.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

DETALHES

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua dos Otoni, 762

Data da construção: 1982 (?)

Área construída: 500-1000 m²

Responsável: Não determinado

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 1-10 pessoas

Interação Espaço Cultural: Sim

Acesso: Público

Acessibilidade: Sim

Tipologia Arquitetônica:

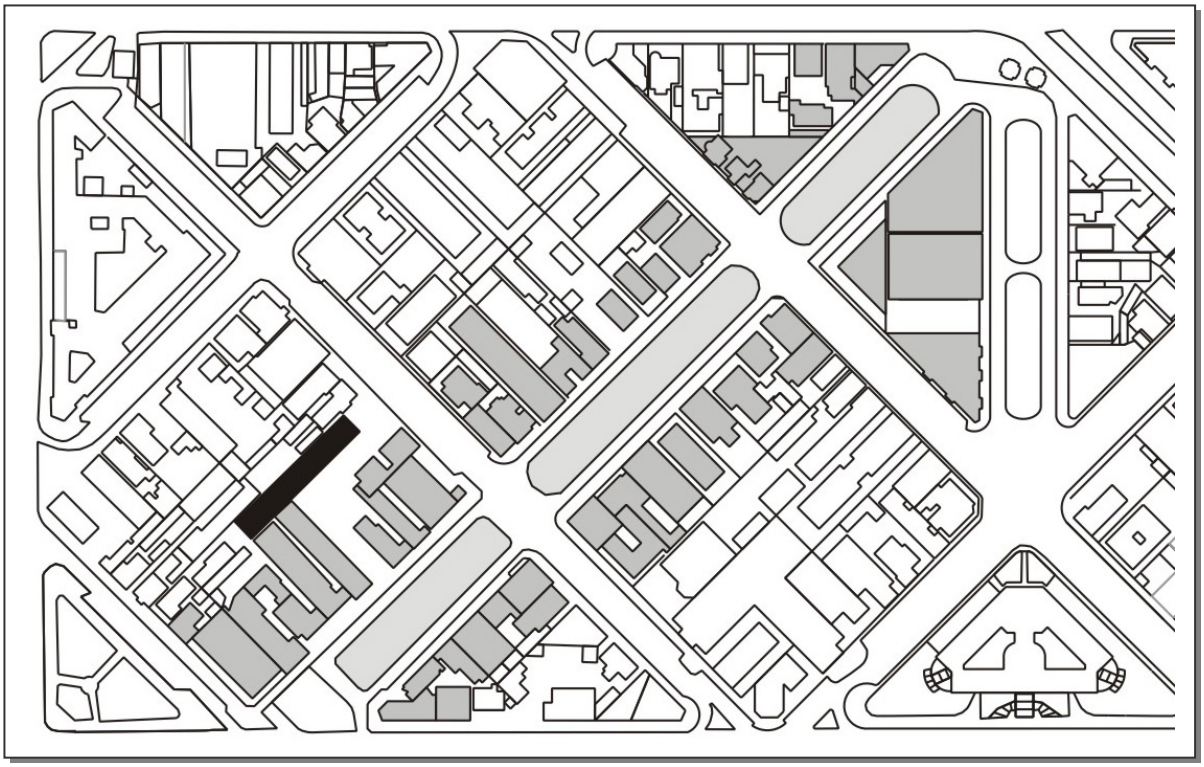
Estacionamento

Estilo: Outros

Altimetria: 1 pavimento

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO



INFORMAÇÕES GERAIS

Estacionamento continuação da Av. Bernardo Monteiro, 775. Há árvores na rua. O passeio está mal conservado. Um parte do muro parece ser aproveitado de uma antiga fachada pois há três painéis com motivos florais em auto relevo. Não há afastamento frontal.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

MAPEAMENTO URBANÍSTICO – AV. BERNARDO MONTEIRO

DADOS DO IMÓVEL

Endereço: Rua Padre Rolim, 815

Data da construção: 1977

Área construída: 1000-6000 m²

Responsável: Edifício Pasteur

Situação Atual: Sem proteção legal

DESCRIÇÃO

Uso: Serviços

Ocupação: 50-100 pessoas

Interação Espaço Cultural: Não

Acesso: Público e Restrito

Acessibilidade: Sim

Tipologia Arquitetônica: Prédio

Estilo: Moderno Tardio

Altimetria: 9 pavimentos

Estado de Conservação: Regular

LOCALIZAÇÃO

INFORMAÇÕES GERAIS

Há um pavimento de garagem no subsolo. Há árvores na rua. Em parte do térreo funciona a Cirúrgica Gervásio. Não possui afastamentos. O passeio é bem conservado. Edifício escalonado.

REGISTRO ICONOGRÁFICO

EQUIPE TÉCNICA

Ana Cecília Rocha – Mestranda em Arquitetura e Urbanismo UFMG
Cléo Alves Pinto – Estagiária de Pesquisa

JUL/2004

4.8 – Diretrizes de preservação do Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro: Quarta Etapa proposta ao INRC

Tendo em vista que todo patrimônio edificado possui uma dimensão intangível, bem como todo patrimônio imaterial se revela por materialidades, o espaço onde as manifestações culturais tomam curso, conforme já abordamos anteriormente, deve ser igualmente registrado em todos os seus aspectos e dimensões. Registro este que, no tratamento amplo do objeto, servirá de aporte e base científica para análises ambientais, urbanas, sociológicas, antropológicas, entre outras tantas. Especialmente nos espaços culturais urbanos, dentro da visão de uma *conservação integrada*, sugeriu-se a interlocução entre os órgãos de patrimônio e de planejamento urbano, conciliando e integrando os seus instrumentos e políticas. Este conjunto de análises, por sua vez, subsidiará medidas de intervenção e preservação (ainda que se resumam ao acompanhamento distante do bem ou ações indiretas), pertinentes a uma quarta etapa do INRC por nós proposta no Capítulo II, intitulada *Plano de Ação para Proteção e Salvaguarda dos Bens Culturais Inventariados*.

Faz-se necessário ressaltar que o objetivo principal desta dissertação não consiste na análise e estudo de propostas urbanísticas ou na avaliação e condução das políticas urbanas, mas sim no desenvolvimento de uma metodologia de mapeamento urbanístico que viria a subsidiar estas ações. Para que um *Plano de Ação da Alameda Av. Bernardo Monteiro* fosse desenvolvido em toda a sua amplitude e integridade, seria necessária uma equipe maior do que dispomos, composta ainda por profissionais de diversas outras disciplinas. Portanto, as propostas aqui apresentadas, elaboradas de modo simplificado com base no mapeamento desenvolvido e nos estudos técnicos já existentes na região, precisariam ser complementadas com uma série de outras análises e pesquisas que, para fins desta dissertação, dentro dos seus limites acadêmicos e de cronograma, não caberia desenvolver. Deste modo, antes de ser um plano fechado e completo, os itens abaixo apresentados pretendem somente exemplificar algumas análises e ações que, após discussão ampla com os diversos atores envolvidos, poderiam vir a integrar o *Plano de Ação do Espaço Cultural Alameda Av. Bernardo Monteiro*, por meio da contribuição da Arquitetura e do Urbanismo na salvaguarda e preservação dos espaços culturais urbanos.

Localização feiras e programa de expansão: A feiras encontram-se adequadamente localizadas nos primeiros canteiros, mais próximos ao cruzamento das avenidas Bernardo Monteiro, Brasil e Carandaí, com possibilidade de expansão para os canteiros subseqüentes. Sugere-se abrir licitação para aumento de número de feirantes, especialmente na *Feira Tom Jobim de Comidas Típicas*, que se encontra esvaziada e desvitalizada.

Integração urbana do Mercado com o Espaço Cultural: Atualmente o galpão principal do Mercado do Comboio do Trabalhador consiste em um espaço completamente fechado para o exterior, o que compromete inclusive o conforto ambiental e a preservação dos alimentos. Sugerimos modificar a tipologia da construção, integrando visualmente o interior e o exterior, se possível até mesmo utilizando a formatação de feira, contribuindo para ampliar a relação do Mercado com o Espaço Cultural e urbano no qual se insere.

Infra-Estrutura e Mobiliário Urbano: A alameda carece de uma nova revitalização e melhoria da infra-estrutura urbana disponibilizada ao usuário. Um novo projeto, complementar ao executado dez anos atrás, precisa contemplar os seguintes aspectos:

- **Piso**: Apesar da pedra portuguesa ser considerada muitas vezes um material adequado à acessibilidade, o seu assentamento irregular provoca acidentes aos mais idosos e dificuldade de locomoção aos portadores de necessidades especiais. Os detalhes do piso em granito também contam com uma superfície por demais irregular. Sugere-se propor novas idéias para a área com a participação da comunidade, dedicando especial atenção à regularidade do assentamento e adequação dos materiais. Tomamos como exemplo a revitalização do canteiro da Av. Carandaí, cujo piso em cimento liso na maior parte dos caminhos de passagem nos parece melhor adaptado às demandas de uso local.
- **Rampas**: As rampas devem atender às novas normas de acessibilidade no que tange à inclinação. Caso não seja possível alterar todas as rampas, pelo menos uma em cada canteiro deve possuir inclinação adequada[1] e piso totalmente liso de concreto. Sugere-se preferencialmente adaptar as rampas perpendiculares ao eixo da Av. Bernardo Monteiro, uma vez que a própria declividade do terreno poderia contribuir positivamente em um sentido, mas negativamente no sentido oposto de deslocamento, dificultando a independência do indivíduo portador de necessidades especiais.
- **Iluminação**: A iluminação no local encontra-se mal conservada e apresenta-se insuficiente para garantir a segurança dos usuários no período noturno. Deve-ser prever, ainda, instalações corretas para iluminação temporária, necessárias às feiras no final da tarde e à noite, uma vez que a presença das árvores reduz bastante o índice de iluminância do local. Atualmente, esta iluminação tem sido feita de modo provisório, precário e irregular, o que compromete a segurança dos usuários e feirantes.
- **Bancos**: As pedras que funcionam como bancos, distribuídas aleatoriamente ao longo dos canteiros, apesar de bastante utilizadas apresentam-se impróprias para os portadores de necessidades especiais e idosos. Sugerimos a inclusão de bancos

[1] ABNT – NBR 9050/04 - Acessibilidade

ergonômicos ao longo da alameda, ainda que algumas pedras sejam mantidas dentro da proposta estética do projeto de arquitetura anterior, se assim aprovado pela comunidade e usuários.

- **Lixeiras**: As lixeiras são poucas, mal conservadas e insuficientes para coleta do lixo ali produzido, resultando no acúmulo de sujeira no chão durante as feiras, comprometendo a salubridade do espaço e o sistema de esgoto da área. Sugere-se a inclusão de lixeiras ao longo de todo o percurso e, nos dias de feira, o acréscimo de lixeiras extras, que devem posteriormente ser esvaziadas e recolhidas juntamente com os demais elementos móveis ali instalados, como pipi-móvel e barracas.
- **Canteiros com bancos voltados para a Praça Hugo Werneck**: Devem ser revitalizados, recebendo tratamento paisagístico, vegetação e limpeza.
- **Arena**: Sugere-se a substituição deste mobiliário por bancos e canteiros, onde a vegetação florescerá, embelezando o local de entrada do Espaço Cultural, proporcionando melhor qualidade ambiental e a possibilidade de permanência dos usuários. Por ser pouco utilizada para o seu fim primeiro, sugerimos um novo estudo de demanda e, dependendo do resultado, um novo teatro poderá ser construído na extremidade inferior do canteiro central (C2), aproveitando-se deste modo a declividade do terreno em uma arena maior e em semi-círculo, sob a sombra das árvores.

Trânsito: Especialmente no primeiro canteiro (C1), onde acontece a Feira de Flores e a Feira de Comidas Típicas, o fluxo de carros e o estacionamento rotativo ao longo de todo o logradouro isolam a passagem de pedestres e bloqueiam a belíssima visão da atividade cultural. O ideal seria a proibição de tráfego e estacionamento nos horários das feiras e finais de semana ao longo de todos os canteiros. Entretanto, devido ao caráter hospitalar das edificações de entorno e da própria área, sugerimos:

- **Carga e Descarga**: Deslocamento, quando possível, para as vias perpendiculares que cortam a Av. Bernardo Monteiro.
- **Ambulância**: Para os estabelecimentos assistenciais de saúde localizados nas esquinas da Av. Bernardo Monteiro, transferência da área de estacionamento de ambulância para as vias perpendiculares ao eixo do canteiro.
- **Proibição de circulação e estacionamento**: Especialmente no primeiro canteiro (C1), próximo ao cruzamento das avenidas Bernardo Monteiro, Brasil e Carandaí, nos horários onde as atividades culturais tomam curso. A medida desafogará visualmente a entrada principal do Espaço Cultural, facilitando ainda a chegada dos pedestres e acesso às atividades.
- **Outra medidas**: Podem ser elaboradas a partir de um estudo amplo da área em questão, por profissionais da BH Trans, antropólogos, engenheiros, etc.

Revitalização Arquitetônica das Edificações de Entorno: A predominância do uso não-residencial (essencialmente do terceiro setor e da área da saúde) e a preferência por edificações verticalizadas apresentam-se como vocações consolidadas na ADE Hospitalar, a ser regulamentada pela legislação municipal conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Mediante ainda a presente vitalidade do lugar, a indução de usos específicos culturais ou relacionados com as feiras não nos parece recomendável. Mantendo-se o uso diversificado e, conseqüentemente, o vigor atual, bem como valorizando-se o espaço público, naturalmente os proprietários investirão mais na manutenção dos seus imóveis e o passante será convidado a permanecer no local por mais tempo, usufruindo do lugar e de suas atividades. Acreditamos que o ponto de partida encontra-se na ação direta do poder público – o gestor oficial das feiras – que, em parceria com a iniciativa privada, ao efetuar melhorias no ambiente urbano, dará início à uma reação em cadeia que terminará por agregar os usuários e edificações de entorno. Deste modo, estaríamos melhorando, simultânea e conseqüentemente, a interação dos estabelecimentos com as atividades culturais, o estado de conservação das construções e a qualidade ambiental urbana do espaço como um todo.

Projeto de Educação Patrimonial e Participação Popular: Paralelamente às melhorias físicas no *espaço cultural*, faz-se necessário desenvolver um projeto de conscientização dos moradores e proprietários, bem como a inclusão dos mesmos no debate acerca das mudanças a serem efetivadas na área. Algumas reivindicações destes precisam, ainda, ser contempladas, como a redução da emissão de som e música no local, o que vai de encontro à presença de hospitais e clínicas no entorno. Esta limitação de uso, contudo, não atinge as feiras silenciosas como a de flores, antiguidades e artesanato, bem como não impede um som ambiente na Feira de Comidas Típicas. Já os shows, outrora semanais, seriam de realização esporádica e controlada.

Alameda de Árvores da Av. Bernardo Monteiro: Conforme levantamento arquitetônico, entrevistas com os usuários e feirantes, bem como após análise do material (reportagem, publicidade, etc) veiculado sobre as feiras na Av. Bernardo Monteiro, parece-nos mais do que claro que o elemento físico principal de composição, ambientação e atratividade do local seja a alameda de ficus quase centenários que acompanham os três quarteirões do canteiro central. Preservar, portanto, as árvores, significa preservar a alma, a essência do lugar, o seu diferencial, o seu respiro paisagístico. O tombamento das árvores, entretanto, não nos parece o instrumento mais adequado, uma vez que não são simplesmente as árvores em si que possuem importância cultural. Neste caso o seu papel vai além, contando o bem natural com um valor agregado que ultrapassa as questões ecológicas e históricas, tocando o âmago do intangível. Trata-se de um bem cultural, que ambienta e possibilita a realização

de atividades tradicionais sob suas sombras. Sem as árvores, o impacto visual das edificações de entorno, principalmente a sensação de confinamento e esmagamento provocada pelos arranha-céus, certamente culminariam no aniquilamento do fascínio e do principal fator atrativo da área em questão. Assim, mais do que um bem em si mesma, a alameda exerce um enorme papel no *espaço cultural*, conformando um ambiente *sui generis* no contexto urbano da capital mineira.

Objetivando, deste modo, a preservação desta composição como um todo e não somente das árvores individualmente, propomos um estudo detalhado desenvolvido por engenheiros, arquitetos, paisagistas e botânicos especialistas. A partir deste diagnóstico completo será possível elaborar um *Plano de Manejo da Alameda Av. Bernardo Monteiro* onde - além de tratamentos convencionais com podas, adubos, cirurgias, enchimentos, etc. – um projeto de reposição gradativa e alternada dos ficus garantirá que os mais velhos e danificados sejam progressivamente substituídos por mudas de médio porte. Esta espécie possui duas características importantes que facilitam a operação: figuram entre as árvores mais resistentes e com maior índice de sobrevivência aos transplantios e contam com um crescimento extremamente veloz. A árvore é um ser vivo e, como ser vivo, possui um limite temporal de existência. No meio natural, os ficus podem viver por centenas de anos, sendo alguns inclusive milenares. No meio urbano, entretanto, diversos fatores reduzem a sua longevidade, como: trepidação provocada pelo tráfego dos automóveis, impermeabilização do terreno, solo pobre ou reduzido, poluição atmosférica, ilhas de calor, vandalismo, etc. O cuidado permanente pode torná-la mais longeva, apesar das adversidades. Com plantio provavelmente simultâneo e submetidas a condições ambientais equivalentes, as árvores da Avenida Bernardo Monteiro poderão ter um fim coletivo ou muito próximo uma das outras, o que comprometeria a ambiência do lugar, o teto folhoso, a sombra que lhe confere singularidade. Programar a substituição, portanto, torna-se imprescindível.[2] Sem esta, corre-se o risco de comprometimento do seu verde Genius Loci: a morte do lugar como Espaço Cultural, assim como o conhecemos, do modo como o valorizamos.

[2] A Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte, de 1990, estabelece no Capítulo IV, relativo ao Meio Ambiente: “promover ampla arborização dos logradouros públicos, a substituição de espécimes inadequados e a reposição daqueles em processo de deterioração ou morte.”

5 – CONCLUSÃO

5.1 – Análise de resultados

Acreditamos ter alcançado os três principais objetivos por nós propostos no início desta empreitada, que são respectivamente:

- *Reunir, nas diversas áreas do conhecimento investigadas, as metodologias, informações e tecnologias que pudessem ser adaptadas e aplicadas com sucesso no mapeamento urbanístico de espaços culturais*: No estudo de caso por nós empreendido, diversas metodologias e tecnologias foram aprimoradas e testadas, comprovando a eficiência destes conhecimentos e métodos quando aplicados no auxílio e como parte do Registro Cultural e do seu instrumento oficial, o INRC.
- *Aprimorar e integrar as diversas metodologias de modo a elaborar um produto coeso, panorâmico e claro*: Procuramos aqui, dentro da nossa proposta inicial, organizar o produto final de modo linear, coeso e progressivo. Apesar de mais trabalhosa do que a disposição convencional - onde as fotos, os levantamentos e os pareceres encontram-se dispostos em blocos isolados por categoria ou disciplina, não interligados de acordo com a demanda – acreditamos que o trabalho compensou e nosso propósito obteve o êxito almejado.
- *Evidenciar, por meio da prática, a importância da contribuição do arquiteto no registro, proteção e investigação do Patrimônio Imaterial Urbano, através do mapeamento e das análises de sua dimensão material construída*: As análises embasadas pelo mapeamento urbanístico podem ser extremamente relevantes para a sobrevivência dos usos tradicionais que conformam os espaços culturais. Além de garantir a continuidade das atividades, a integração entre os instrumentos e políticas patrimoniais e urbanas, bem como as intervenções urbanísticas, paisagísticas e arquitetônicas, contribuem para melhoria da qualidade ambiental do espaço cultural e seu entorno, sem afetar os aspectos simbólicos envolvidos. Por meio do estudo de caso aqui elaborado, acreditamos termos sido felizes na comprovação da importância capital da presença efetiva do arquiteto no Registro Cultural e nos programas de preservação do Patrimônio Imaterial, especialmente aqueles dedicados ao tratamento do *lugar*.

Além do Mapeamento Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico dos Espaços Culturais, o arquiteto pode (e deve) contribuir na transformação de dados qualitativos de outras áreas do conhecimento em dados iconográficos e/ou quantitativos. Assim, caso se tratasse de um trabalho não acadêmico e individual, mas efetivamente de equipe interdisciplinar, diversos

outros mapas poderiam ser processados, no auxílio aos demais profissionais envolvidos no Registro Cultural. Para citar alguns:

Mapas Periciais

Mapeamento técnico das condições e ameaças do espaço e das condições sanitárias/ambientais/estruturais do mesmo. Mapas de conforto térmico, acústico, ventilação, estado de conservação urbana das vias, pisos, calçadas, canteiros e sinalização.

Mapa de Evolução Espacial e outras evoluções

Superposição de registros, projetos e levantamentos, apresentando a evolução do espaço – nos seus aspectos físicos, históricos, simbólicos e de uso - até o dia de hoje, através de programas de CAD, modelagem tridimensional e *softwares* gráficos.

Mapa de Apropriação

Levantamento e setorização dos usos do Espaço Cultural, a partir de observações sociológicas e antropológicas. O zoneamento poderia conter, ainda, a caracterização do público que dele se apropria em diversas categorias: volume/número, escolaridade, faixa etária, tribos urbanas, etc.

Mapa de Classificação do Uso

Determinação gráfica das áreas de preservação simbólica ou sagrada, áreas de preservação útil (o lugar mais funcional para a atividade acontecer), área sem diretriz ou multifuncional, zonas de sombra ou acesso simbólico restrito.

Mapa de Trajetos de Uso

Trajetos executados pelas atividades no espaço/cidade, como caminhos, veredas, procissões, percursos, etc.

Mapa de Permanência

Determinação das manchas de permanência, bem como do percentual de pessoas e o tempo exato de demora no lugar, objetivando estabelecer análises de comportamento, programa de visitação, diretrizes de uso e plano de manejo.

Mapa Mental x Mapa Real

Comparação entre o mapa de levantamento físico real e os mapas mentais descritos/desenhados pelas pessoas da comunidade onde o objeto encontra-se inserido. Superposição entre realidade e interpretação mental.

Mapa de Hierarquia Simbólica
Mapeamento das fronteiras simbólicas do espaço. Tradução física, através de mapas, do trabalho interdisciplinar de Registro Cultural.

Estes são alguns dos inúmeros mapas que - com o levantamento físico completo do Espaço Cultural, por meio das metodologias, tecnologias e *softwares* gráficos disponíveis e de uso cotidiano do arquiteto – poderiam traduzir iconograficamente dados imateriais, qualitativos e/ou simbólicos, auxiliando profissionais diversos na sistematização das informações recolhidas em campo por meio dos instrumentos de outras áreas, como a antropologia e a sociologia, numa ação verdadeiramente interdisciplinar e integrada.

5.2 – *Software* de Mapeamento Urbanístico: uma proposta de continuidade desta dissertação

Diversos *softwares* têm sido desenvolvidos para auxiliar o trabalho do arquiteto e urbanista. Os principais – chamados CADs (*Computer Aided Design*) – são voltados para o desenho técnico ou o *design* gráfico. Programas como o Vector possuem alguns adendos que permitem não somente o desenho, mas a indexação de informações a cada parte deste desenho, transformando-o em um banco de dados.

Conectados, ainda, aos CADs existentes, algumas empresas têm elaborado *plus* auxiliares que, tendo por base um *software* convencional, desenvolvem tarefas de áreas específicas do conhecimento. Como exemplo citamos o AutoLandscape, aplicado ao paisagismo. Este *plug-in*, desenvolvido pela AuE Soluções, roda sobre o AutoCAD e permite, dentre outras inúmeras funções, a ordenação do plantio de mudas, a impressão de relatórios quantificados para orçamento e a inserção automática de dados e legendas referentes à vegetação especificada.

Sugerimos, assim, como uma possível ampliação e continuação deste trabalho, a elaboração de um *software* de Mapeamento Urbanístico em forma de *plug-in* de um CAD de uso corriqueiro. Este programa georreferenciaria as edificações de um desenho técnico importado, acoplando à esta seus dados de inventário e gerando respectivos mapas. Ao invés de se colorir cada edificação, uma a uma, em cada mapa específico, como procedemos aqui, entraríamos simplesmente com os dados de inventário no banco de dados, bem como com as legendas desejadas para cada campo e, ao solicitarmos a produção de um mapa temático específico, a edificação seria colorida automaticamente. Por exemplo:

1) Georreferenciamos uma edificação (um quadradinho no mapa) informando ao *software* que aquele quadradinho se refere à ficha número X do banco de dados.

2) Na Ficha número X, entramos com diversos dados referentes àquela edificação, como uso, altimetria, ocupação, etc. Cada ficha correspondendo à um desenho específico referenciado no mapa.

3) Definimos as legendas de cada aspecto (campo) da ficha do banco de dados, como procedemos nos mapas desta dissertação. Por exemplo, definimos que laranja corresponde à 1 pavimento, vermelho à 2 e azul a mais de 2 pavimentos.

4) Solicitamos ao *software* que gere um mapa específico com as informações nas fichas do banco de dados. Selecionamos a opção Mapa de Altimetria. O *software*, então, consulta os dados de cada ficha do banco, a legenda correspondente por nós previamente determinada e colore automaticamente com a cor correspondente ao dado cada quadradinho georreferenciado no desenho.

A criação de um *software* capaz de georreferenciar os dados de desenho com as informações coletadas em campo, gerando mapas específicos automaticamente, não somente contribuiria para acelerar o processo de trabalho, mas como também para facilitar a análise do mapeamento e o cruzamento de dados. Fica, portanto, como um desafio, a proposta de continuidade dos trabalhos desenvolvidos nesta dissertação sobre Mapeamento Urbanístico com o desenvolvimento de um *software* dedicado.

5.3 - Considerações finais

Acreditamos ter atingido, nesta dissertação, os três desafios propostos no início de nosso trabalho: reunir, nas diversas áreas do conhecimento investigadas, as metodologias, informações e tecnologias que pudessem ser adaptadas e aplicadas com sucesso no mapeamento urbanístico de espaços culturais; aprimorar e integrar as diversas metodologias de modo a elaborar um produto coeso, panorâmico, linear e claro; evidenciar, por meio da prática, a importância da contribuição do arquiteto no registro, proteção e investigação do Patrimônio Imaterial Urbano, através do mapeamento e das análises de sua dimensão material construída.

Reconhecemos, contudo, que apesar da eficiência das metodologias investigadas e desenvolvidas, bem como do resultado positivo alcançado, a cidade é um sistema por demais complexo para ser capturado em todos os seus aspectos, especialmente os que permeiam o campo simbólico. Ao sentir o forte desejo de torná-lo cada vez mais perfeito na prática e para sempre imortal no Registro, percebemos a nossa própria limitação, bem como o verdadeiro sentido do lugar... ser para aqueles que o vivem e lhe conferem significado. O lugar se faz agora, pertence aos passantes de hoje. Imperfeito, inacabado, espontâneo, recusa deixar-se perceber por completo através de conceitos rígidos, roteiros engessados ou métodos simplesmente objetivos. A leitura pede mais do que cinco sentidos. Reticências e interrogação, não ponto final. Estrada e processo, jamais trajeto concluso. Dinâmico como a própria cultura. A nós, cientistas e planejadores do espaço material, resta-nos aceitar que aquilo que tocamos ou construímos ou registramos é somente pálida sombra, amostra diminuta da alma de um lugar. E nisto reside o seu maior valor e a sua real beleza: na imensidão de preciosidades intangíveis que transcendem sua singela manifestação tectônica, sua superfície, seu substrato tátil.

Porém, ainda que modestamente, diante da importância e amplitude do objeto – a própria cidade - o Registro Cultural precisa cumprir bem o seu papel de subsidiar diagnósticos e ações concretas de preservação, bem como o de perpetuar para a posteridade os dados objetivos referentes às atividades e espaços culturais urbanos, para que possam um dia ser analisados e olhados por outros olhos, num outro momento e noutro contexto. Para que sirva de fotografia tridimensional e de memória artificial de um lugar, registrando uma pequena parte de um grande todo, legando à posteridade uma parcela e uma faceta de um tipo peculiar de bem cultural que não se resume em materialidades, mas manifesta-se por meio delas, que não encontra o seu valor no passado ou no futuro, mas só no presente se vivifica e, por fim... que não se restringe a somente três dimensões, mas penetra no universo intangível expresso através do *habitat* destes fascinantes animais simbólicos que somos nós.

6 - BIBLIOGRAFIA

ACHILLE, Cristiana et al. **Laser Scanner application on complex shapes of architecture:** Profiles extraction processing and 3D modeling. Italy: DIIAR. Disponível em: <http://www.photogrammetry.ethz.ch/tarasp_workshop/papers/monti.pdf> Acesso em: Maio/2004.

ALVES, Carlos Simões et al. Estudo da distribuição espacial de patologias em elementos graníticos do Mosteiro de São Martinho de Tibães, Braga. In: **Patrimônio Estudos – Ciência e Técnica Aplicadas ao Patrimônio**. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Arquitectónico, 2002.

ANDRADA, Martim Francisco Coelho. **Avenidas de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: EAUFMG, 1962.

APPLETON, João. **Reabilitação de Edifícios Antigos:** Patologias e tecnologias de intervenção. Lisboa: Orion, 2003.

ARANTES, Antônio Augusto. **O que é cultura popular?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

ARANTES, Otília; VAINER,Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petrópólis: Vozes, 2000.

ASSIS, Adriana Paiva de. **Conservação do Patrimônio e Turismo**: arranjos e conflitos entre memória, história e consumo. 2003. 141 f. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte.

AULLER, Augusto, BRANDI, Roberto, RUBBIOLI, Ézio; **As Grandes Cavernas do Brasil**. Belo Horizonte, GBPE, 2001.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BATTAILE, Georges. **Lascaux.** França: Skira, 1955.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BERNARDES, Paulo José Correia. **Arqueologia Urbana e Ambientes Virtuais**: um sistema para Bracara Augusta. 2002. 110f. Dissertação (Mestrado), Universidade do Minho, Braga, Portugal.

BH TRANS. **ADE Cidade Jardim**. Belo Horizonte: 2000.

BORGES, Daniela. **Arte Kusiwa**. Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/scripts/noticia.idc?codigo=539> Acessado em: Março/2004.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. **Reinterpretações, embates e segregação na apropriação do Espaço Público**: o caso da feira de antiguidades e comidas típicas em Belo Horizonte. In: ANPUR: Anais do VI Encontro Nacional. Brasília, 1996.

BRUZZI, Hygina. **Do visível ao tangível – em busca de um lugar pós-utópico**. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

CANÇADO, José Maria. **Colégio Arnaldo**: uma escola nos trópicos. Belo Horizonte: C/Arte, 1999.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do Mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

CASSIRER, Ernst. **Antropologia Filosófica**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Alternativas Contemporâneas para políticas de preservação. **Topos**, Belo Horizonte, v. 01, n. 01, p. 134-138, julho/dezembro 1999.

_____ **Vicissitudes de um conceito**: o lugar e as políticas de patrimônio. In: Arquitetura e Conceito – EA-UFMG, Belo Horizonte, 2003. CD ROM produzido pelo NPGAU.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da Modernidade.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.

_____ **Urbanização Brasileira**: Redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

CASTRIOTA, Leonardo; ROCHA, Ana Cecília et al. **O Registro Cultural:** um Instrumento de Preservação. In: Conferência Internacional de Reabilitação Urbana - UFMG/IAB/LADT, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/reurb2002/load.htm> Acessado em: Jan/2004.

_____ **IPUC Cidade Jardim:** Inventário do Patrimônio Urbano e Cultural da Cidade Jardim. 1999. Trabalho de Pesquisa – Associação dos Moradores da Cidade Jardim/EA-UFMG. Belo Horizonte.

_____ **IPUC Colônia Santa Izabel – Betim**. 1999. Trabalho de pesquisa – FUNARBE, Betim.

_____. **O Registro Cultural como um Instrumento de Preservação**. 2000. Trabalho de pesquisa – CNPq/FUNARBE, Betim.

_____ **Projeto Tiradentes:** Inventário do Patrimônio Edificado da UFMG. 2000. Trabalho de pesquisa – FUNDEP/CECOR/EA-UFMG. Belo Horizonte.

CASTRIOTA, Leonardo Barci; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela; ROCHA, Ana Cecília et al. **Regulamentação da ADE Cidade Jardim.** 2000. Trabalho de Pesquisa – Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.

CNFCP. **Cerâmica de Candeal:** Patrimônio Imaterial. 2002. CD ROM produzido pela Funarte e MinC.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. **A comunicação virtual segundo Lévy e Baudrillard**. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Computação – INTERCOM, Campo Grande.

COELHO, Teixeira. **Moderno Pós-Moderno**. São Paulo: Iluminuras, 1995.

CONDÉ, Mauro. **Wittgenstein**: Linguagem e Mundo. Belo Horizonte, Faculdade Newton de Paiva, 1997.

CONNOR, Steven. **Teoria e valor cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 – ARTIGOS 215 E 216. Disponível em: <www.iphan.gov.br> Acessado em: Março/2004

CORREIO WEB. **Memória Viva.** Correio Brasiliense, 21/12/2000. Disponível em: <http://www2.correioweb.com.br/cw/2000-12-21/mat_20981.htm> Acesso em: Junho/2004

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DAMÁSIO, António R. **O erro de Descartes:** Emoção, Razão e o Cérebro Humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MASON, Randall et al. **Assessing Values in Conservation Planning**: Methodological Issues and Choices. Los Angeles: Paul Getty Institute, 2002.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DECRETO Nº 3.551/2000. Disponível em: < http://www.iphan.gov.br/legislac/legisla.htm > Acessado em: Março/2004

EMPRESA DAS ARTES. **Turismo Ecológico:** Minas Gerais – Brasil. São Paulo: 2001.

FERNEDA, Amauri Bravo. **Integração Metrologia, CAD e CAM:** Uma contribuição ao estudo de Engenharia Reversa. 1999. 112 f. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo.

FILIPPETTO, Renata et al. **O ensino de medicina e sua interferência na concepção espacial**: um estudo sobre a Faculdade de Medicina da UFMG. Belo Horizonte: Revista PROPEC-IAB/MG Nº1. Disponível em: <www.iabmg.org.br/revistapropec> Acesso em: Nov/2004.

FUNDAÇÃO CULTURAL BRACARA AUGUSTA. **Viagem Virtual a Bracara Augusta**. Disponível em: <http://www.cm-braga.pt/html/bracara_augusta/html/projecto.html> Acesso em: Maio/2004

GOTTDIENER, Mark. **A produção Social do Espaço Contemporâneo**. São Paulo: EDUSP, 1993.

GOMES, Marcelo José da Silva. **Utilização de métodos geofísicos em sambaquis fluviais, região do Vale do Ribeira de Iguape – SP/PR. 2003.** Tese (Doutorado). USP, São Paulo.

GORELIK, Adrian. “O moderno em debate: cidade, modernismo, modernização”, in **Narrativas da Modernidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GRUPO BAMBUÍ DE PESQUISAS ESPELEOLÓGICAS. Disponível em: <http://www.bambui.org.br> Acesso em: Maio/2004

GUSTIN, Miracy. **Das necessidades humanas aos direitos**: ensaio de sociologia e filosofia do direito. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

HABERMAS, Jürgen. **Arquitetura Moderna e Pós-Moderna.** In: Arquitetura e Dimensão Estética depois das Vanguardas. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____ **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

_____ **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____ **The theory os communicative action:** reason and the rationalization of society. Boston: Beacon Press, 1987.

IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê Final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. Brasília: Funarte, 2003.

_____ **INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais**: Manual de Aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE BELO HORIZONTE: Lei 7166/96 e 8137/00. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/siga/procuradoria/pgmlegis.htm> Acesso em: Março/2004

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE (1990) Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/siga/procuradoria/pgmlegis.htm> Acesso em: Dezembro/2004

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico?** São Paulo: Brasiliense, 1985, 4ª Ed.

MAGNANI, José Guilherme C; MORGADO, Naíra. Futebol de Várzea também é patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 77-96, 1996.

MAPTEK. **I-Site e Vulcan 3D Software.** Disponível em: <http://www.maptek.com.br> Acesso em: Maio/2004

MOUGA, Teresa; PROENÇA, Nuno. Metodologias de controlo da flora infestante de monumentos: O caso da Porta Especiosa da Sé Velha de Coimbra. In: **Patrimônio Estudos – Ciência e Técnica Aplicadas ao Patrimônio**. Lisboa: Instituto Português do Patrimônio Arquitectónico, 2002.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci**: towards a phenomenology of architecture. New York: Rizzoli, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org). **Cidade**: História e Desafio. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

PAIVA, José Eustáquio Machado de. **Mapeando a qualidade de vida em Minas Gerais**, utilizando dados de 1991 a 2000. 2003. 157 (f.) Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista, UNESP Campus de Rio Claro.

PRODAM. **Ficus Microcarpa**. São Paulo. Acesso em: Novembro/2004 Disponível em: <http://www.prodam.sp.gov.br/ibira/maneco4.htm>

REALE, Giovanni. **O saber dos antigos**: terapias para os tempos atuais. São Paulo: Loyola, 1999.

RIBEIRO, Cláudia Regina Vial. **A dimensão simbólica da arquitetura**: considerações a respeito do habitante, do lugar e do espaço habitado. 1999. 114 (f.) Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte.

ROCHA, Ana Cecília. **Slow Construction:** Tecnologia e Sustentabilidade das Construções numa Cidade Inteligente. 2002. 145 (f.). Monografia Final de Curso (Especialização em Construção Civil), Escola de Engenharia da UFMG, Belo Horizonte.

_____ **Escritório Virtual de Arquitetura.** In: III Workshop Brasileiro de Gestão de Projetos – USP/UFMG, Belo Horizonte, 2003. CD ROM produzido pela UFMG.

ROCHA, Ana Cecília et al. **Dossiê de Tombamento das Ruínas do Capivari.** 2004. Trabalho técnico – Prefeitura de Santa Bárbara/Miguilim Assessoria Cultural – Santa Bárbara.

_____ **Parecer Técnico Arquitetônico, Paisagístico, Arqueológico e Histórico do Aqueduto Quebra Ossos – Catas Altas**. 2003. Trabalho técnico - Pedreira Um / Valemix – Catas Altas.

ROCHA, Antônio Carlos. **I-Site Scanner a laser para topografia**. Belo Horizonte: Maptek Brasil, impresso.

SAINT-SERNIN. **A razão no século XX.** Brasília: EdUNB, 1998.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo. **Projeto**, São Paulo, n. 86, p. 59-63, 1986.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SILVA, Armando Corrêa da. **O Espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, Elvan. **A Resistência ao Moderno na Arquitetura Brasileira**. (Mímeo)

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

UNESCO. **Patrimônio Imaterial.** Disponível em: <www.unesco.com.br> e <www.unesco.com> Acessado em: Mar/2004

Vários autores. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ANEXO I

CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO - 25ª REUNIÃO
PARIS 15 DE NOVEMBRO DE 1989

A Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris entre os dias 17 de outubro e 16 de novembro de 1989, por ocasião de sua 25ª reunião,

Considerando que a cultura tradicional e popular forma parte do patrimônio universal da humanidade e que é um poderoso meio de aproximação entre os povos e grupos sociais existentes e de afirmação de sua identidade cultural,

Observando a importância social, econômica, cultural e política , de seu papel na história dos povos, assim como do lugar que ocupa na cultura contemporânea,

Destacando a natureza específica e a importância da cultura tradicional e popular como parte integrante do patrimônio cultural e da cultura viva,

Reconhecendo a extrema fragilidade de certas formas da cultura tradicional e popular e, particularmente, a de seus aspectos correspondentes à tradição oral, bem como o perigo de que estes aspectos se percam,

Destacando a necessidade de reconhecer a função da cultura tradicional e popular em todos os países, e o perigo que corre em face de outros múltiplos fatores,

Considerando que os governos deveriam desempenhar papel decisivo na salvaguarda da cultura tradicional e popular e atuar o quanto antes,

Tendo decidido, na 24ª reunião, que a "salvaguarda do folclore" deveria ser objeto de recomendação aos Estados-membros, atendendo ao disposto no parágrafo 4 do artigo IV de sua Constituição,

Aprova a seguinte Recomendação, no dia 15 de novembro de 1989:

A Conferência Geral recomenda aos Estados-membros que apliquem as disposições que se seguem, relativas à salvaguarda da cultura tradicional e popular, adotando as medidas legislativas ou de outra índole que sejam necessárias, de acordo com as práticas constitucionais de cada Estado, para que entrem em vigor em seus respectivos territórios os princípios e medidas que se definem nesta recomendação.

A Conferência Geral recomenda aos Estados-membros que comuniquem a presente recomendação às autoridades, serviços ou órgãos que tenham competência para tratar dos problemas referentes à salvaguarda da cultura tradicional e popular, que também a tornem conhecida nas organizações ou instituições que se ocupam da cultura tradicional e popular e que fomentem o contato com as organizações internacionais apropriadas que se ocupam da salvaguarda desta.

A Conferência Geral recomenda que, nas datas e nas formas que a própria Conferência Geral determine, os Estados-membros submetam à Organização (UNESCO) informes sobre o curso que tenham dado a esta Recomendação.

A. Definição da cultura tradicional e popular

Atendendo à presente Recomendação:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem à expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.

B. Identificação da cultura tradicional e popular

A cultura tradicional e popular, enquanto Expressão cultural, deve ser salvaguardada pelo e para o grupo (familiar, profissional, nacional, regional, religioso, étnico etc.), cuja identidade exprime.

Para isso, os Estados-membros deveriam incrementar pesquisas adequadas em nível nacional, regional e internacional com a finalidade de:

elaborar um inventário nacional de instituições interessadas na cultura tradicional e popular, com vistas a incluí-las nos registros regionais e mundiais de instituições desta índole; criar sistemas de identificação e registro (cópia, indexação, transcrição) ou melhorar os já existentes por meio de manuais, guias para recompilação, catálogos-modelo etc., em vista da necessidade de coordenar os sistemas de classificação utilizados pelas diversas instituições;

estimular a criação de uma tipologia normatizada da cultura tradicional e popular mediante a elaboração de: i) um esquema geral de classificação da cultura tradicional e popular, para orientação em âmbito mundial; ii) um registro geral da cultura tradicional e popular; iii) classificações regionais da cultura tradicional e popular, especialmente mediante projetos piloto de caráter regional.

C. Conservação da cultura tradicional e popular

A conservação se refere à documentação relativa às tradições vinculadas à cultura tradicional e popular, e seu objetivo, no caso da não utilização ou de evolução destas tradições, consiste em que os pesquisadores e os detentores da tradição possam dispor de dados que lhes permitam compreender o processo de modificação da tradição. Ainda que a cultura tradicional e popular viva, dado seu caráter evolutivo, nem sempre permita uma proteção direta, a cultura que foi objeto de fixação deveria ser protegida com eficácia. Para isso conviria que os Estados-membros:

estabelecessem serviços nacionais de arquivos onde a cultura tradicional e popular, recompilada, pudesse ser armazenada adequadamente e ficar disponível;

estabelecessem um arquivo nacional central que pudesse prestar determinados serviços (indexação central, difusão de informação sobre materiais da cultura tradicional e popular e normas para o trabalho relativa a esta, incluída sua salvaguarda);

criassem museus ou seções de cultura tradicional e popular nos museus existentes onde esta possa ser exposta;

privilegiassem as formas de apresentar as culturas tradicionais e populares que realçam os

testemunhos vivos ou passados destas culturas (localizações históricas, modos de vida, saberes materiais ou imateriais);

harmonizassem os métodos de cópia e arquivo;

proporcionassem a recompiladores, arquivistas, documentalistas e outros especialistas na conservação da cultura tradicional e popular, uma formação que abranja desde a conservação física até o trabalho analítico;

fornecessem meios para preparar cópias de segurança e de trabalho de todos os materiais da cultura tradicional e popular, e cópias para as instituições regionais, garantindo assim à comunidade cultural o acesso aos materiais recompilados.

D. Salvaguarda da cultura tradicional e popular

A conservação se refere à proteção das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular e de seus portadores, segundo o entendimento de que cada povo tem direitos sobre sua cultura e de que sua adesão a essa cultura pode perder o vigor sob a influência da cultura industrializada difundida pelos meios de comunicação de massa. Por isso é necessário adotar medidas para garantir o estado e o estado e o apoio econômico das tradições vinculadas à cultura tradicional e popular, tanto no interior das comunidades que as produzem quanto fora delas.

Neste sentido, conviria que os Estados-membros:

a) elaborassem e introduzissem nos programas de ensino, tanto curriculares como extra-curriculares, o estudo da cultura tradicional e popular de maneira apropriada, destacando especialmente o respeito a esta do modo mais amplo possível, e considerando não apenas as culturas rurais ou das aldeias, mas também aquelas criadas nas zonas urbanas pelos diversos grupos sociais, profissionais, institucionais etc., para fomentar assim melhor entendimento da diversidade cultural e das diferentes visões de mundo, especialmente as que não participem da cultura dominante;

b) garantissem o direito de acesso das diversas comunidades culturais à sua própria cultura tradicional e popular, apoiando também seu trabalho nas esferas da documentação, arquivos, pesquisa etc., assim como na prática das tradições;

c) estabelecessem um conselho nacional da cultura tradicional e popular, formado sobre uma base interdisciplinar ou outro organismo coordenador semelhante, no qual os diversos grupos interessados estivessem representados;

d) prestassem apoio moral e financeiro aos indivíduos e instituições que estudem, tornem público, fomentem ou possuam elementos da cultura tradicional e popular;

e) fomentassem a investigação científica relativa à salvaguarda da cultura tradicional e popular.

E. Difusão da cultura tradicional e popular

Deve-se sensibilizar a população para a importância da cultura tradicional e popular como elemento da identidade cultural. Para que se tome consciência do valor da cultura tradicional e popular e da necessidade de conserva-la, é essencial proceder a uma ampla difusão dos elementos que constituem esse patrimônio cultural. Numa difusão deste tipo, contudo, deve-se, evitar toda deformação, a fim de salvaguardar a integridade das tradições.

Para favorecer uma difusão adequada, conviria que os Estados-membros:

a) fomentassem a organização de eventos nacionais, regionais e internacionais, como feiras, festivais, filmes, exposições, seminários, colóquios, oficinas, cursos de formação, congressos etc., e apoiassem a difusão e publicação de seus materiais, documentos e outros resultados;

b) estimulassem maior difusão de matérias sobre a cultura tradicional e popular na imprensa, no mercado editorial, na televisão, no rádio e em outros meios de comunicação de massa nacionais e regionais, por exemplo, através de subvenções, da criação de empregos para especialistas da cultura tradicional e popular nestes setores, do arquivamento correto das informações sobre a cultura tradicional e popular reproduzidas nos meios de comunicação de massa e da criação de departamentos de cultura tradicional e popular nestes organismos;

c) estimulassem as regiões, municípios, associações e demais grupos que se ocupam da cultura tradicional e popular e criarem empregos de horário integral para especialistas em cultura tradicional e popular que se encarreguem de fomentar e coordenar as atividades voltadas para este tema na região;

d) apoiassem os serviços existentes e criassem outros para a produção de materiais educativos (como filmes de vídeo baseados em trabalhos práticos recentes), e estimulassem seu uso nas escolas, nos museus de cultura tradicional e popular e nos festivais e exposições de cultura tradicional e popular, nacionais e internacionais;

e) facilitassem o acesso a informações adequadas sobre a cultura tradicional e popular por meio dos centros de documentação, bibliotecas, museus e arquivos, assim como de boletins e publicações periódicas especializadas na matéria;

f) facilitassem a realização de reuniões e intercâmbios entre particulares, grupos e instituições interessados na cultura tradicional e popular, tanto em nível nacional quanto internacional, levando em consideração os acordos culturais bilaterais;

g) estimulassem a comunidade científica internacional a adotar um código de ética apropriado à relação com as culturas tradicionais e o respeito que lhes é devido.

F. Proteção da cultura tradicional e popular

A cultura tradicional e popular, na medida em que se traduz em manifestações da criatividade intelectual ou coletiva, merece proteção análoga à que se outorga às outras produções intelectuais. Uma proteção deste tipo é indispensável para desenvolver, manter e difundir em larga escala este patrimônio, tanto no país como no exterior, sem atentar contra interesses legítimos.

Além dos aspectos de "propriedade intelectual" e da "proteção das expressões do folclore", existem várias categorias de direitos que já estão protegidas, e que deveriam continuar protegidas no futuro nos centros de documentação e nos serviços de arquivo dedicados à cultura tradicional e popular. Para isso conviria que os Estados-membros:

a) no que diz respeito aos aspectos de propriedade intelectual, chamassem a atenção das autoridades competentes para os importantes trabalhos da UNESCO e da OMPI sobre a propriedade intelectual, reconhecendo, ao mesmo tempo, que estes trabalhos se referem unicamente a um dos aspectos da proteção da cultura tradicional e popular e que é urgente adotar medidas específicas para sua salvaguarda;

b) no que se refere aos demais direitos envolvidos:

i) protegessem os informantes na sua qualidade de portadores da tradição (proteção da vida privada e do caráter confidencial da informação);

ii) protegessem os interesses dos compiladores, cuidando para que as informações levantadas sejam conservadas em arquivos, em bom estado e de modo racional;

iii) adotassem as medidas necessárias para proteger as informações coletadas contra seu uso abusivo, intencional ou qualquer outro;

iv) atribuíssem aos serviços de arquivo a responsabilidade de cuidar da utilização das informações recolhidas.

G. Cooperação internacional

Levando em conta a necessidade de intensificar a cooperação e os intercâmbios culturais, entre outras modalidades, mediante a utilização conjunta dos recursos humanos e materiais, para realizar programas de desenvolvimento da cultura tradicional e popular dirigidos à sua revitalização, e para os trabalhos de pesquisa realizados por especialistas, conviria que os Estados-membros:

a) cooperassem com as associações, instituições e organizações internacionais e regionais que se ocupam da cultura tradicional e popular;

b)cooperassem nas esferas do conhecimento, da difusão e da proteção da cultura tradicional e popular especialmente mediante:

i) intercâmbio de informações de todo tipo e de publicações científicas e técnicas,
ii) formação de especialistas, concessão de bolsas de viagem e envio de pessoal científico e técnico e de informações,
iii) promoção de projetos bilaterais ou multilaterais na esfera da documentação relativa à cultura tradicional e popular contemporânea, e
iv) organização de reuniões de especialistas, pequenos cursos e grupos de trabalho sobre determinados temas e, em especial, a classificação e catalogação de dados e expressões da cultura tradicional e popular e a atualização dos métodos e técnicas de pesquisa moderna;

c) cooperassem estreitamente com vistas a assegurar, no plano internacional, a todos os que têm esse direito (comunidades ou pessoas físicas ou morais), o gozo dos direitos pecuniários morais e os denominados conexos derivados da investigação, da criação, da composição, da interpretação, da gravação e/ou da difusão da cultura tradicional e popular;

d) garantissem o direito de cada Estado-membro de obter que os outros Estados-membros lhe facilitem cópias dos trabalhos de pesquisa, documentos, vídeos, filmes ou outros, realizados dentro do seu território;

e) se abstivessem de todo ato destinado a deteriorar os materiais da cultura tradicional e popular, diminuir seu valor ou impedir sua difusão e utilização, estejam estes materiais em seu país de origem ou no território de outros Estados;

f) adotassem as medidas necessárias para salvaguardar a cultura tradicional e popular contra todos os riscos humanos ou naturais aos quais está exposta, compreendidos os decorrentes de conflitos armados, ocupação de territórios ou qualquer desordem pública de outra natureza.

ANEXO II

CARTA DE FORTALEZA

14 de Novembro de 1997

Em comemoração aos seus 60 anos de criação, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN promoveu em Fortaleza, de 10 a 14 de novembro de 1997, o Seminário "Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção", para o qual foram convidados, e estiveram presentes, representantes de diversas instituições públicas e privadas, da UNESCO e da sociedade, todos signatários deste documento.

O objetivo do Seminário foi recolher subsídios que permitissem a elaboração de diretrizes e a criação de instrumentos legais e administrativos visando a identificar, proteger, promover e fomentar os processos e bens "portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Artigo 216 da Constituição), considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, "as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artística e tecnológicas", com especial atenção àquelas referentes à cultura popular.

O plenário, considerando:

1 - A crescente demanda pelo reconhecimento e preservação do amplo e diversificado patrimônio cultural brasileiro, encaminhada pelos poderes públicos e pelos sociais organizados;

2 - Que, em nível nacional, cabe ao IPHAN identificar, documentar, proteger, fiscalizar, preservar e promover o patrimônio cultural brasileiro;

3 - Que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial, conforme determina a Constituição Federal;

4 - Que os bens de natureza imaterial devem ser objeto de proteção específica; e

5 - Que os institutos de proteção legal em vigor no âmbito federal não se têm mostrado adequados à proteção do patrimônio cultural de natureza imaterial;

Propõe e recomenda

1 - Que o IPHAN promova o aprofundamento da reflexão sobre o conceito de bem cultural de natureza imaterial, com a colaboração de consultores do meio universitário e instituições de pesquisa;

2 - Que o IPHAN, através de seu Departamento de Identificação e Documentação, promova, juntamente com outras unidades vinculadas ao Ministério da Cultura, a realização do inventário desses bens culturais em âmbito nacional, em parceria com instituições estaduais e municipais de cultura, órgãos de pesquisa, meios de comunicação e outros;
3 - Que o Ministério da Cultura viabilize a integração do referido inventário ao Sistema Nacional de Informações Culturais;

4 - Que seja criado um grupo de trabalho no Ministério da Cultura, sob a coordenação do IPHAN, com a participação de suas entidades vinculadas e de eventuais colaboradores externos, com o objetivo de desenvolver os estudos necessários para propor a edição de instrumento legal, dispondo sobre a criação do instituto jurídico denominado registro, voltado

especificamente para a preservação dos bens culturais de natureza imaterial; e
5 - Que o grupo de trabalho estabeleça as necessárias interfaces para que sejam estudadas medidas voltadas para a promoção e o fomento dessas manifestações culturais, entendidas como iniciativas complementares indispensáveis à proteção legal propiciada pelo instituto do registro. Essas medidas serão formuladas tendo em vista as especificidades das diferentes manifestações culturais, e com a participação de outros agentes do poder público e da sociedade.

O plenário ainda recomenda:

6 - Que a preservação do patrimônio cultural seja abordada de maneira global, buscando valorizar as formas de produção simbólica e cognitiva;

7 - Que seja constituído um banco de dados acerca das manifestações culturais passíveis de proteção, tornando a difusão e o intercâmbio das informações ágil e acessível;

8 - Que sejam buscadas parcerias com entidades públicas e privadas com o objetivo de conhecer as manifestações culturais de natureza imaterial sobre as quais já existam informações disponíveis;

9 - Que, relativamente aos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA), o IPHAN encaminhe ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) proposta de regulamentação do item relativo ao patrimônio cultural, de modo a contemplá-lo em toda a sua amplitude;

10 - Que seja desenvolvido um Programa Nacional de Educação Patrimonial, a partir da experiência do IPHAN, considerando sua importância no processo de preservação do patrimônio cultural brasileiro;

11 - Que seja estabelecida uma Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural com objetivos e metas claramente definidos; e

12 - Que o Ministério da Cultura procure influir no processo de elaboração das políticas públicas, no sentido de que sejam levados em consideração os valores culturais na sua formulação e implementação.

O plenário encaminhou as seguintes moções:

1 - Moção de defesa da legislação de preservação

Em defesa do reconhecimento, eficácia, atualidade e excelência jurídica do Decreto-lei n. 25/37, em vigor, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, cujas disposições foram recepcionadas pela Constituição Federal de 1988.

Em defesa da criação de instrumentos legais complementares com o objetivo de regulamentar as outras formas de acautelamento e preservação mencionadas no parágrafo primeiro do Artigo 216 da Constituição Federal.

2. Moção de apoio ao IPHAN

Pelo repúdio a qualquer tipo de medida que venha a reduzir a capacidade operacional do IPHAN, já bastante defasada em relação às suas atribuições legais e administrativas,

inclusive no que concerne a extinção de cargos efetivos, comissionados e funções, e o conseqüente desligamento de servidores não estáveis.

Pela garantia de sobrevivência do IPHAN e de todas as suas conquistas nas áreas de identificação, documentação, proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

Pelo reconhecimento das atividades exercidas pelo IPHAN como função típica de Estado, através da criação de uma carreira especial.

3. Moção de apoio ao Ministério da Cultura

Pelo repúdio a qualquer tipo de medida que venha a reduzir a capacidade operacional do Ministério da Cultura e demais entidades vinculadas, de modo a não comprometer suas atribuições institucionais, inclusive no que concerne á extinção de cargos efetivos e o conseqüente desligamento de servidores não estáveis.

4. Moção de defesa à Lei de Incentivo à Cultura

Pela manutenção dos benefícios previstos na Lei de Incentivo à Cultura, que estimulam a parceria entre Estado e sociedade na tarefa de preservar e promover o patrimônio cultural brasileiro.

5. Moção de apoio às expressões culturais dos povos ameríndios

Pelo reconhecimento da cultura indígena como integrante do patrimônio nacional brasileiro, devendo, a exemplo de outras etnias, ser objeto de atenção dos órgãos do Ministério da Cultura.

6. Moção de congratulações à 4ª Coordenação Regional do IPHAN

Pelo reconhecimento da importância de realização do Seminário "Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção" e da excelência de sua organização.

ANEXO III

CONSTITUIÇÃO DE 1988

Artigo 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1°. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo cívilizatório nacional.
§ 2°. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Artigo 216° **-** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1°. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
§ 2°. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.
§ 3°. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
§ 4°. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
§ 5°. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

ANEXO IV

DECRETO Nº 3.551/2000

INSTITUI O REGISTRO DE BENS CULTURAIS DE NATUREZA IMATERIAL QUE CONSTITUEM PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO, CRIA O PROGRAMA NACIONAL DO PATRIMÔNIO IMATERIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no Artigo 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998,
Decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Artigo 2º - São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Artigo 3º - As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá aoConselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Artigo 4º - O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Artigo 5º - Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Artigo 6º - Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Artigo 7º - O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil". Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Artigo 8º - Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Artigo 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Francisco Weffort

ANEXO V

MINUTA DE LEI
REGISTRO CULTURAL DE BETIM

Institui o Registro de Bens Culturais, que constituem patrimônio cultural de Betim

O PREFEITO MUNICIPAL no uso da atribuição que lhe confere o artigo xxxxxx da Lei Orgânica do Município.
Considerando a necessidade de promover e proteger os bens culturais de natureza material e imaterial, que constituem patrimônio cultural de Betim, segundo o disposto em sua Lei Orgânica, art. zzzzzz,

Decreta

Art. 1º - Fica instituído o registro de bens culturais do Município de Betim, que constituem patrimônio cultural do município.

§1º - Esses registros se farão nos seguintes livros:

I. Livro de Registro das Referências Naturais, Paisagísticas, Urbanísticas, Arquitetônicas e da Cultura Material, onde serão registrados as referências naturais e paisagísticas, os conjuntos urbanos, edificações isoladas ou em conjunto, monumentos e demais objetos.

II. Livro de Registro das Práticas Comunitárias, Esportivas e Culturais, onde serão registrados os espaços e as práticas comunitárias, esportivas e culturais coletivas que neles se reproduzem.

III. Livro de Registro dos Saberes, onde serão registrados saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades.

IV. Livro de Registro das Festas, onde serão registradas festas, celebrações e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana.

V. Livro de Registro das Linguagens, onde serão registradas as linguagens musicais, iconográficas e cenográficas .

§2º - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim poderá também determinar sejam esses registros efetuados em livros específicos, destinados a determinados bens culturais de natureza imaterial.

Art. 3º - As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica serão dirigidas ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim.

Art 4º - É parte legítma para provocar a instauração do processo de registro :

I - O Prefeito Municipal

II - O Presidente da FUNARBE.

III - Qualquer dos membros do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim.

V - Entidades culturais da sociedade civil

VI – Os vereadores da Câmara Municipal de Betim.

VII - Qualquer cidadão

Art 5º - Recebida a proposta, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim a remeterá à Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE), que abrirá o competente processo e coordenará a instrução do pedido.

§1º - A instrução do pedido constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhado da documentação correspondente e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§2º - A instrução do pedido, segundo determinação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim, poderá ser feita por outra entidade, pública ou privada, relacionada à matéria.

§3º - O registro terá sempre, como referência, a relevância do bem para a memória e a identidade das comunidades culturais, em caráter municipal ou local, e sua continuidade histórica.

§4º - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim poderá dispensar a instrução do pedido em casos de ameaça eminente ou quando a documentação técnica apresentada for por ele considerada suficiente.

Art. 6º - Ultimada a instrução do pedido, a Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE) - quando for o caso - emitirá pronunciamento acerca da proposta de registro e o enviará ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim, para deliberação.

§ Único - Esse pronunciamento será publicado no Diário Oficial, indicando o prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, para eventuais impugnações a serem apresentadas ao Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim.

Art. 7º - O processo de registro, já instruído com as eventuais impugnações apresentadas, será distribuído pelo Presidente do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim a um de seus membros, que deverá pronunciar-se no prazo de 60 dias, a contar de distribuição.

Art. 8º - A decisão do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim, favorável ao registro, será comunicada ao Presidente da Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE), cabendo a este providenciar:

I - Remessa para registro, no volume correspondente.

II - Publicação do registro na Imprensa Oficial, declarando o bem registrado como Patrimônio Cultural do Município de Betim.

III – A disponibilização ampla de informações sobre o bem através do Banco de Dados do Museu da Cidade.

Art. 9º - O bem registrado deverá merecer dos órgãos governamentais:

I - Documentação a mais ampla possível por todos os meios técnicos admitidos, cabendo à Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE), através do Museu da Cidade, manter Banco de Dados, de amplo acesso público, com o material produzido na instrução do processo.

II - Prioridade para apoio a seu desenvolvimento e a sua preservação.

III - Ampla divulgação e promoção.

Art. 10 - O registro referente a "conhecimento tradicional" ou qualquer outro bem que possa merecer proteção do Instituto Nacional da Propriedade Industrial será tratado, pela Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE) segundo seu grau de especificidade. Assim:

I - Quando bem estiver circunscrito a uma determinada comunidade cultural, não reproduzido em nenhum outro contexto, deverá a Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE) providenciar seu registro no INPI, em nome dessa coletividade.

II - Quando o bem estiver disseminado, deverá a Fundação Artístico-Cultural de Betim (FUNARBE) providenciar o registro do INPI em seu próprio nome, para garantir que continue sendo, para todo o sempre, do domínio público.

Art. 11 - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim fará a reavaliação dos bens culturais, no máximo a cada 05 anos, para verificação de sua continuidade histórica, necessária para a revalidação de título de "Patrimônio Cultural do Município de Betim".

§ Único - Quando já não possa ser constatada essa continuidade histórica será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo, adverbando-se à margem do registro as alterações sofridas.

Art. 12 - O Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Betim regulamentará, no prazo de 90 dias, os procedimentos correspondentes a esse registro, inclusive atribuindo prazo para cumprimento de atos administrativos e definindo sistema pelo qual possam ser esses atos administrativos examinados por instâncias superiores às que os pratiquem.

Art. 13 - O Poder Público Municipal publicará o Guia das Referências Culturais do Municipío há cada dois anos, garantindo ao mesmo a mais ampla difusão e divulgação.

Art.14 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação , revogando-se as disposição em contrário.

Lessandro Lessa Rodrigues
Presidente da FUNARBE

Jésus Lima
Prefeito Municipal

FICHA DE REGISTRO CULTURAL

INFORMAÇÕES GERAIS

Atividade de Registro: Oficina de Tear Mineiro			**Código:** LCS02/00-SE
País: Brasil	**Cidade:** Betim	**Estado:** Minas Gerais	**Local:** Salão do Encontro
Órgão de Registro: FUNARBE – Fundação Artística de Betim / Município de Betim			
Livro de Registro: Livro dos Conhecimentos e Saberes		**Página:** 4-8	**Ano:** 2000
Fichas Correlatas: LCS02/00-SE; LCS03/00-SE; LCS04/00-SE; LCS05/00-SE; LCS06/00-SE; LCS07/00-SE; LCS08/00-SE; LCS20/00-SE			

REGISTRO DA ATIVIDADE

Histórico da Atividade no Local: Desde 1970, existe o tear mineiro. A 1ª tecelã foi D. Inezília. Ela fazia, sozinha, todo o processo e as etapas para se produzir uma peça. Com o aumento de produtividade, o tear mineiro mudou – se para uma sala maior. Hoje o tear mineiro conta com 57 funcionários e três aprendizes que, também, foram alunas da Escola Complementar. Estes funcionários e aprendizes estão divididos entre enroladeiras, caneleiras, tecelãs e as senhoras cuja função é demonstrar como é feito o fio do algodão, mantendo assim a nossa tradição de fiar . Para fazer uma peça no *"quilim"* segue-se o mesmo procedimento que o observado no tear mineiro.

EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS

Equipamento: Descaroçador, arco para bater o algodão, carda, roca, tear manual com pedais, dobradeira, caneleiro, tesoura, fita métrica.

Origem: Projeto do tear de origem mineira, os demais, conhecimento universal.

Fabricação: Tear: Oficina de Marcenaria do Salão do Encontro, demais: industrial, nacional.

Descrição: O tear mineiro consiste em um equipamento horizontal, onde o artesão trabalha em pé, alternando os pedais enquanto manuseia o equipamento. Os demais equipamentos são utilizados na preparação da matéria prima.

Registro Iconográfico:

MATÉRIAS PRIMAS

Matéria prima: Barbante 8/3, barbante colorido 8/2, seda, retalho (sobras de diferentes tecidos).

Fabricação: Industrial, nacional. Tingimento no próprio Salão do Encontro.

Descrição: O barbante industrial é adquirido na cor crua e, posteriormente, desenrolado para tingimento e novamente colocado em novelos de proporções adequadas para o uso nos equipamentos do tear. Algumas poucas cores são adquiridas prontas, a título de experiência. Para garantir a manutenção da tradição, o fio também pode ser produzido no local, ainda que em pequena quantidade:

Preparação do fio de algodão:

a) Descaroçar o algodão (tirar as sementes).
b) Bater para tirar as impurezas.
c) Cardar (fazer mechas com o algodão).
d) Fiar o algodão.
e) Fazer meadas para o tingimento.
f) Fazer os novelos de diferentes cores.

Registro Iconográfico:

TÉCNICAS DE PRODUÇÃO

Método de Produção: : ■ Manual □ Automatizado □ Misto

Descrição:

Preparação para a urdidura do tecido:

a) Pegar 12 novelos para ter o número de cabristios (fios) que o tear comporta.
b) Olhar no pente do tear para saber a quantidade de cabristios necessários.
c) Preparar na urdideira o número de cabristios desejados.

Colocação da urdidura no tear:

a) Colocar a urdidura no tear, utilizando o resteiro (peça que separa os cabristios) e duas réguas (que separam os cruzamentos). Para isso é necessária a ajuda de três pessoas.
   - ✓ Uma faz o manuseio do resteiro.
   - ✓ Outra puxa a urdidura para que fique firme.
   - ✓ A terceira gira o rolo de tecido para iniciar a urdidura.

b) Repassar os fios no liso (duas peças), um fio na peça da frente, o outro na peça de traz. Repetir essa tarefa, sucessivamente até terminar todos os fios. (Para que o tecido saia perfeito, não se esquecer de que sempre é preciso colocar um fio na peça da frente o outro na peça de trás).
c) Amarrar as mechas dos fios de urdidura numa régua que é presa ao tear.

<u>Confecção do tecido - primeiro passo:</u>
a) Iniciar sempre com um fio, para fazer qualquer tipo de tecido.
b) Tecer sempre utilizando dois fios para cada cor escolhida para a urdidura. (Exemplo: tecido branco – utilizar dois fios brancos; tecido xadrez – utilizar dois fios com cada cor desejada – 2 bege, 2 ferrugem, 2 marrom).

Registro Iconográfico:

Desencaroçando o algodão.

Na ordem, da direita para a esquerda, desencaroçando, batendo o algodão, desfiando na carda, tecendo na roca.

Enrolando o fio em novelos.

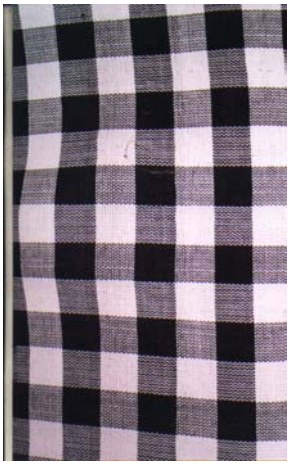
Tecendo no tear mineiro.

PRODUTO FINAL

Produto final: Cortinas, redes, xales, forros de mesa, colcha, etc.

Descrição: Os produtos do tear mineiro pode ser utilizado em diversos finalidades, sendo estas utilitárias ou decorativas. O tecido também pode ser costurado. Existe uma enorme gama de desenhos, cores e estampas que o tecelão pode criar, transformando a peça em um objeto único, de aparência nobre e artesanal.

Registro Iconográfico:



DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA ATIVIDADE

Executor da atividade: SASFRA – Serviço Assistencial Salão do Encontro

Público Alvo: Família com renda mensal entre 01 e 03 salários mínimos

Destino da produção: venda externa e consumo no Salão

Destino dos recursos da produção: Manutenção do próprio Salão do Encontro

Presidente da Entidade: Noemi Gontijo

Órgãos de apoio: Petrobrás, PUC, Pitágoras, Coca-Cola, Instituto C&A

Outras informações:

O Serviço Assistencial Salão do Encontro - SASFRA constitui-se em pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, declarada como utilidade pública municipal, estadual e federal, tendo como sede e foro a Comarca de Betim – Minas Gerais.

Dos recursos para a manutenção da entidade, 40% são provenientes de receita própria, obtida através de comercialização dos produtos, 35% da iniciativa privada, l5% de convênios com órgãos públicos e l0% de doações particulares.

A estrutura organizacional do Salão do Encontro, se desenvolveu com certa informalidade, à partir das necessidades emergenciais de ampliação das atividades, e não se encaixa dentro dos padrões formais de uma organização empresarial. Numa área de 12 000 metros quadrados, 890 pessoas participam das atividades coordenadas por 05 setores, que se articulam através dos seguintes *Programas de Atendimento*: Formação Profissional(Geração de Trabalho e Renda); Educação Formal e Informal; Atenção à Saúde.

São os critérios para admissão nos Programas: criança cuja família possui renda entre 01 e 03 salários mínimos, ser portador de algum tipo de necessidade especial, ou idoso, mulheres chefes de família.

A área de abrangência corresponde aos seguintes bairros do Município de Betim: Angola, Santa Lúcia, Romero Gil, Novo Horizonte, PTB, Bom Retiro, Taquaril, Salomé, Santa Inês, Ingá.

A atuação da entidade alcançou reconhecimento nacional e internacional, tendo conquistado vários prêmios, entre eles: Medalha de Honra da Inconfidência de MG – 1983, Mérito Social e Educativo - FUNABEM - 1984, Mérito Educacional do Estado de Minas Gerais – 1986, Prêmio Criança e Paz - UNICEF – 1988, Carved Cristalware by Abilites - W.K.Kellog Foundation –1992, Honra ao Mérito - Rotary Club – 1993, Ordem Nacional do Mérito Educativo/ Presidência da República-1994, Comenda Lúcia Casassanta - Fundação AMAE – 1998, Qualidade e Parceria na Educação - UBQ/FIEMG/SESI/SENAI- 1998, Prêmio Bem Eficiente - Kanitz & Associados – 1999, 1ª Medalha ASSEMP de Solidariedade-Associação Funcionários PBH/2000, Mérito Lojista/Destaque das Regiões/99- Federação CDL-MG/2000.

SALÃO do ENCONTRO

Salão do Encontro 30 anos

"Educar pelo trabalho, promovendo a cidadania e a vida."

Responsável Técnico: Leonardo Barci Castriota	**Categoria:** Arquiteto e Urbanista
Equipe executora: Ana Cecília Rocha, Maria Eugênia Matta	**Data:** Dezembro/2000

FICHA DE REGISTRO CULTURAL

INFORMAÇÕES GERAIS

Local de Registro: Salão do Encontro			**Código:** SL01/00-SE	
País: Brasil	**Cidade:** Betim	**Estado:** Minas Gerais	**Local:** Salão do Encontro	
Órgão de Registro: FUNARBE – Fundação Artística de Betim / Município de Betim				
Livro de Registro: Livro de Registro das Referências Naturais, Paisagísticas, Urbanísticas, Arquitetônicas e da Cultura Material			**Página:** 1-17	**Ano:** 2000
Fichas Correlatas: LCS01/00-SE até LCS23/00-SE				

HISTÓRICO DO LOCAL

O Salão do Encontro/SASFRA, foi fundado em 1970 pela D. Noemi Gontijo e Frei Stanislau Bartold, com a intenção de desenvolver o aspecto humano através da educação, trabalho e da cultura de Betim. É uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos e possui autonomia política e administrativa

A entidade orienta sua atenção para os conceitos universais da cidadania, não adotando posicionamentos político ou religioso. O objetivo é educar para a vida, através das oficinas artesanais. Oficio que é transmitido de geração em geração, promovendo a formação do indivíduo na família e comunidade.

A entidade realiza seu objetivo de educar para a vida, através de um modelo próprio de atendimento, cujo embrião são as oficinas artesanais que visam resgatar e preservar a tradição, o folclore e a memória do nosso povo. No ofício artesanal, a dimensão produtiva está relacionada à dimensão formativa e *o Saber* é transmitido de geração para geração, favorecendo a integração e a promoção individual, familiar e comunitária.

Nas oficinas de produção artesanal, a instituição profissionaliza jovens e adultos, de acordo com a aptidão individual, passando por um processo de formação, que inclui o desenvolvimento das habilidades instrumentais, onde têm prioridade de os idosos e portadores de necessidades especiais.

As Oficinas de Produção Artesanal são: Marcenaria, Tear Mineiro, Tinturaria, Tear Chileno, Tapeçaria, Estofamento, Cerâmica, Cestaria, Bonecas de Pano, Confecção de Flores e Arranjos, Brinquedos Pedagógicos.

O Programa Educacional do Salão do Encontro, implantado na Creche, Pré-escola e Escola de Ação Complementar, visa oferecer além da Educação Formal, o resgate do verdadeiro sentido da infância e adolescência, dos valores humanos e culturais, assim como alimentação rica e balanceada, apoio psicológico e atendimento odontológico. Num espaço aberto, dentro de uma abordagem abrangente, a prioridade é "Educar para a Vida", assegurando às crianças e adolescentes atendidos, oportunidades e privilégios para desenvolverem as habilidades instrumentais, indispensáveis a formação de cidadãos.

Atividades desenvolvidas: Oficinas de iniciação artesanal(cestaria, cerâmica, brinquedos pedagógicos, tapeçaria), Técnicas Circenses, Biblioteca, Educação Ambiental, Pintura e Reciclagem.

REGISTRO DO LOCAL

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Creche/Berçário (até 02 anos de idade)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Varanda: entrada da edificação, piso cimentado resinado, cobertura em madeira e telha cerâmica, guarda-corpo em madeira e pilares (apoio da cobertura) em madeira;
- 01 Sala: exercendo a função de atendimento e estar das mães, onde os bebês são recebidos e entregues: piso em cerâmica, estrutura do telhado de madeira e telha cerâmica aparente, esquadrias em madeira, alvenaria pintada, mobiliário em madeira (fabricação Salão do Encontro);
- 01 Instalação Sanitária: para as funcionárias: forro em laje pré-fabricada sem acabamento, alvenaria pintada, piso em cerâmica;
- Varanda para as Mães: é o local onde os bebês são amamentados: piso em cerâmica, alvenaria pintada, cobertura em madeira e telha cerâmica, guarda-corpo em madeira e pilares (apoio da cobertura) em madeira, mobiliário em madeira (fabricação Salão do Encontro);
- 01 Sala com berços: forro em laje pré-fabricada sem acabamento, alvenaria pintada, piso em cerâmica, esquadrias em madeira. Mobiliário: 08 berços em madeira, armário em alvenaria para fraldas/lençóis/brinquedos, 01 mesa em alvenaria para trocar as fraldas dos bebês e 01 banheira em alvenaria;
- 01 Sala para Brinquedos: forro em laje pré-fabricada sem acabamento, alvenaria pintada, piso em cerâmica, esquadrias em madeira. Mobiliário: lavatório com espelho, móveis em madeira, 02 balanças, armário em alvenaria com prateleiras para as roupas dos bebês, outro armário (ex-instalação sanitária) funcionando como depósito de materiais diversos.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Pré-Escola (04 a 06 anos)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Varanda:/Pátio Coberto contíguo ao bloco: piso em cerâmica, guarda-corpo em alvenaria, cobertura em estrutura de madeira e telha cerâmica, alvenaria pintada. Mobiliário: brinquedos em madeira, mesas com bancos na escala das crianças, bebedouro em alvenaria também na escala dos usuários;
- Instalação Sanitária: piso em cerâmica, alvenaria pintada, forro em laje pré-fabricada, esquadrias em madeira, 02 banheiras em alvenaria, 02 chuveiros, 02 vasos sanitários na escala dos usuários, 01 bancada em alvenaria para troca de roupa dos bebês;

- Dormitório: piso em cerâmica, alvenaria pintada, forro em laje pré-fabricada, esquadrias em madeira. Mobiliário: 16 camas em madeira na escala do usuário;
- 2º Berçario: piso em cerâmica, alvenaria pintada, forro em laje pré-fabricada, esquadrias em madeira. Mobiliário:12 berços em madeira, banheira com bancada em alvenaria para apoio, estante para fraldas e toalhas;
- Rouparia: piso em cimento resinado, forro em laje pré-fabricada, esquadrias em madeira. Mobiliário: escaninho de madeira, sendo cada box para uma criança.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Refeitório Creche/Berçário (ao lado Oficina de Cerâmica)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- 01 sala: piso cimentado resinado, alvenaria pintada, esquadrias em madeira, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica). Mobiliário: mesas e cadeiras na escala do usuário, bancada em alvenaria na altura do usuário;
- Cozinha: piso cimentado resinado, alvenaria pintada, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica, esquadrias em madeira. Mobiliário: 01 fogão industrial, bancada em alvenaria com 02 bojos;
- Despensa: piso cimentado resinado, alvenaria pintada e em tijolinho pintado, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica, sem janela, porta em madeira. Mobiliário: prateleiras de madeira, geladeira e freezer;
- Lavanderia: piso cimentado resinado, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), 50% da alvenaria em cobogó e 50% em alvenaria pintada, esquadrias de madeira. Mobiliário: bancada em alvenaria, estante em madeira, 01 máquina de lavar roupa modelo doméstica, 05 tanques em alvenaria, varal e 01 instalação sanitária para os funcionários (01 vaso e 01 pia).

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Sala de Aula – Escola (04 a 06 anos)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- 01 Sala: piso em cimento resinado, esquadrias em madeira, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), alvenaria em tijolinho aparente pintado. Mobiliário: mesa grande na forma de "U" em madeira com cadeiras em madeira ambos na escala do usuário, estantes para material em bambu, quadro negro;
- 01 Sala: piso em cimento resinado, esquadrias em madeira, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), alvenaria em tijolinho aparente pintado. Mobiliário: mesa grande na forma de "U" em madeira com cadeiras em madeira ambos na escala do usuário, estantes para material em bambu, quadro negro.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Casa das Mães (secretaria, coordenação pedagógica, atendimento aos pais)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- 01 Varanda: piso cimentado resinado, guarda-corpo em madeira, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), alvenaria em tijolinho aparente pintado, 01 instalação sanitária (pia, vaso e chuveiro). Mobiliário: bancos em madeira;
- 01 Sala: piso cimentado resinado, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), alvenaria em tijolinho aparente pintado, esquadria em madeira. Mobiliário: 01 mesa de reunião com cadeiras em madeira, 02 sofás (fabricados no Salão), quadro geral de horários;
- 01 depósito: piso cimentado resinado, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), alvenaria em tijolinho aparente pintado, sem janela, porta em madeira. Mobiliário: estantes em madeira;
- 01 Sala: piso cimentado resinado, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), alvenaria em tijolinho aparente pintado, esquadrias em madeira. Mobiliário: computador, arquivos;
- 01 Sala: piso cimentado resinado, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), alvenaria em tijolinho aparente pintado, esquadria em madeira. Mobiliário: estantes em madeira para guardar equipamento de som, televisão e vídeo.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Fazendinha

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Toda a edificação como o mobiliário (em madeira) estão na escala dos usuários (crianças entre 04 e 06 anos); e todos os ambientes apresentando: piso cimentado resinado, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), alvenaria em tijolinho aparente pintado e esquadrias em madeira;
- Varanda: guarda-corpo em madeira;
- Sala de Estar: sofá em alvenaria, mesa de centro e bancos de madeira;
- Quarto: armário, cama, cabideiro vertical, mesa de passar roupa, penteadeira;
- Sala de Refeição: mesa e bancos, armário;
- Área de Serviço: 03 tanques em alvenaria, 02 fornos de barro, 01 fogão de lenha, 01 mesa com bancos em madeira e 01 mesa em ardósia com bancos em madeira.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Instalações Sanitárias (para atender a Escola)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Este bloco compreende as instalações sanitárias feminino e masculino; sendo a alvenaria em pedra, cobertura aparente (estrutura em madeira e telha cerâmica), piso cimentado resinado, esquadrias em madeira, sem janelas para o fechamento do vão (este é aberto/livre) e sem porta de acesso principal, guarda-corpo em alvenaria e acabamento em pedra. Todo equipamento (vaso e pia, mictório são na escala dos usuários).

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina de Cerâmica (Escola)

Local de Execução: □ Edificação coberta ■ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Todo este bloco é em alvenaria em tijolinho aparente, piso cimentado resinado, sem esquadrias (vãos abertos);
- 01 Sala aberta: mesas e bancos em madeira na escala dos usuários, 01 tanque em alvenaria com 02 torneiras, 02 tanques para armazenar argila, estante em madeira para colocar as peças para secagem,
- 01 Sala para o preparo da argila com tanques em madeira.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina de Tear (Escola)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Todo este bloco é em alvenaria pintada, cobertura aparente (estrutura em madeira e telha cerâmica), piso em cimento resinado, esquadrias de madeira;
- 01 varanda sem guarda-corpo;
- 01 Sala: 02 mini teares chileno, 02 mini teares mineiro, 01 tear de cisal, bancos em madeira, um móvel central fixado na estrutura do telhado (tipo móbile) com cestos para comportar as linhas.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Sala de Vídeos/Jogos

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Todo este bloco apresenta alvenaria em tijolinho aparente pintado, cobertura aparente (estrutura em madeira e telha cerâmica), piso em cimento resinado, esquadrias de madeira;
- 01 Sala: mesas e bancos madeira na escala dos usuários, estantes para livros/brinquedos e equipamento de televisão e vídeo;
- 01 Varanda sem guarda-corpo e pilares de apoio da cobertura em pedra.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Posto Telefônico (para as crianças)

Local de Execução: 8 Edificação coberta ■ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Cobertura em madeira e telha cerâmica, piso cimentado grosso, sem guarda-corpo;
- Telefone de brinquedo em madeira do tipo "orelhão".

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina de Pintura (Escola)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Todo este bloco apresenta as seguintes características: piso em cimento resinado, alvenaria em reboco grosso pintado, cobertura aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), esquadrias em madeira;
- Todo o mobiliário está na escala dos usuários;
- Varanda: mesas e bancos em madeira, tanque em alvenaria com 07 torneiras, sem guarda-corpo;
- 01 Sala: estante em madeira para o material de pintura e outra estante de madeira para secagem do produto final, 04 mesas com bancos em madeira, armário em madeira, cestos com retalhos;
- 01 Sala: depósito de matéria prima bruta para o preparo da tinta (terra), estantes de bambu, tanques de madeira;
- 01 Varanda com tanque de alvenaria, banco de madeira e pilão para o preparo da tinta.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina de Marcenaria (Escola)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Todo este bloco apresenta as seguintes características: piso em cimento resinado, alvenaria em reboco grosso pintado, cobertura aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), esquadrias em madeira;
- 01 Sala com 02 mesas de trabalho específicas para marcenaria, 01 estante para guardar as ferramentas e o produto final, 01 mesa com bancos em madeira na escala do usuário;
- 01 varanda sem guarda-corpo em desnível com 01 mesa de trabalho específica para marcenaria.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina de Marcenaria/Cestaria/Tecelagem Aprendizagem

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- 01 sala com 03 ambientes, para cada atividade especificamente, apresentando as seguintes características: piso em cimento resinado, alvenaria em reboco grosso pintado, cobertura aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), esquadrias em madeira;
- Varanda sem guarda-corpo, mesas e bancos em madeira;
- 01 ambiente com equipamento de marcenaria, 01 depósito para ferramentas,
- 01 ambiente com 04 teares e 01 depósito com estantes para as linhas;
- 01 ambiente com mesas e estantes para a atividade de fabricar cestaria;

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Instalações Sanitárias da Escola Complementar

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Este bloco compreende as instalações sanitárias feminino e masculino; sendo a alvenaria em pedra, cobertura aparente (estrutura em madeira e telha cerâmica), piso cimentado resinado, esquadrias em madeira, sem janelas para o fechamento do vão (este é aberto/livre) e sem porta de acesso principal, guarda-corpo em alvenaria e acabamento em pedra.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Departamento Pedagógico da Escola Complementar

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Todo este bloco é em alvenaria pintada, cobertura aparente (estrutura em madeira e telha cerâmica), piso em cimento resinado, esquadrias de madeira;
- Varanda sem guarda-corpo;
- 01 Sala: 01 mesa redonda com cadeiras em madeira, 01 mesa retangular com cadeiras em madeira, 01 estante em madeira, 02 armários para livros em madeira, 01 estante em madeira para o material dos alunos,
- 01 Varanda com guarda-corpo em madeira e mesas e cadeiras em madeira.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Circo

Local de Execução: Edificação coberta ■ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Cobertura em lona, picadeiro em cimento resinado, arquibancadas (estrutura metálica e piso em madeira), palco em madeira elevado 80 cm do picadeiro e com guarda-corpo em madeira.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Casa de Hóspedes (para 05 pessoas)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Todo este bloco apresenta o piso em taco de madeira (com exceção cozinha e instalação sanitária), forro em esteira, esquadrias em madeira, alvenaria pintada. Todo o mobiliário produzido no Salão do Encontro;
- Varanda sem guarda-corpo,
- Sala de estar com 02 sofás e 02 mesas de apoio, banco, rede,
- 02 quartos com 02 camas e 01 cômoda cada,
- 01 quarto com 01 cama e 01 cômoda;
- Cozinha com piso cimentado resinado, pia, fogão e forno industrial, bancada em ardósia, geladeira e freezer;
- Rouparia com estantes de madeira,
- Varanda para refeições com o piso cimentado resinado, guarda-corpo em madeira, telhado aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), 03 mesas redondas com bancos em madeira;
- 01 lavabo e 02 banheiros (cada um com 01 chuveiro e 01 vaso): alvenaria revestida em pedra e piso cimentado.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Consultório de Fitoterapia

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Sala Recepção: piso cimentado resinado, alvenaria pintada, forro em friso pintado acompanhando a inclinação do telhado e com a tesoura aparente, esquadrias em madeira. Mobiliário: 02 bancos e armário em madeira.
- 01 Instalação Sanitária: piso cimentado resinado, forro em friso horizontal, alvenaria com azulejo até a altura de 1,80m, 01 pia, 01 vaso, 01 chuveiro.
- Laboratório: piso cimentado resinado e pintado, alvenaria com azulejo até a altura de 1,80m, forro em friso acompanhando a inclinação do telhado, estantes de madeira, bancada e pia em inox, armário sob a bancada de alvenaria, equipamento específico de laboratório;
- Sala de Atendimento: piso cimentado resinado, alvenaria pintada, forro em friso pintado horizontal, 03 cadeiras de madeira, 01 poltrona, 01 mesa, 02 móveis tipo gaveteiro.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Manutenção/Depósito Geral

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Bloco em alvenaria de tijolinho pintado, piso em cimento resinado, esquadrias de madeira e cobertura aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica);
- 02 Salas;
- 01 Instalação Sanitária com pia e vaso,
- 01 Varanda com guarda-corpo em madeira e 03 tanques.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Horta e Criação de Animais

Local de Execução: Edificação coberta ■ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- MINHOCÁRIO: jardineira com terra, cobertura em estrutura de madeira e telha de amianto;
- COELHÁRIO: galpão em cobertura de madeira e telha cerâmica, alvenaria até a altura de 1,50 em alvenaria pintada e o restante em tela, 01 sala para o abate sendo a alvenaria pintada, piso cimentado resinado, telhado em estrutura de madeira e telha de amianto, bancada e tanque de alvenaria,
- CURRAL;
- CAPRIÁRIO: cobertura em telha de amianto e estrutura de madeira, fechamento lateral em madeira do tipo friso;
- HORTA: área livre, estufa, galpão para maquinário.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Casa do Administrador da Horta

Local de Execução: Edificação coberta ■ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Externamente: telha cerâmica, alvenaria em tijolinho aparente pintado, esquadrias em madeira;
- 02 quartos, 01 instalação sanitária, cozinha e varanda.
- OBS.: Não foi possível entrar.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina Flores/Bonecos/Cestaria

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Todo o bloco apresenta as seguintes características construtivas: piso cimentado resinado, alvenaria em reboco grosso, cobertura aparente (estrutura de madeira e telha cerâmica), esquadrias de madeira;
- Varanda: guarda-corpo em madeira, tanque em alvenaria com 03 torneiras, 02 mesas com bancos em madeira;
- 01 Sala Flores: 03 mesas redondas (tampo em ardósia) base e cadeiras em madeira, estantes em madeira;
- 01 Sala Bonecos/Bolsas: 02 mesas redondas com o tampo em ardósia e 01 retangular com cadeiras de madeira, 03 máquinas de costura industrial, cabides fixados na alvenaria, armário para material, caixotes de madeira para retalhos, estante para colocar o produto final, 02 mesas de apoio;
- 01 Sala Cestaria/Vela: 02 mesas redondas com tampo de ardósia, cadeiras de diversos tipos, bancada de alvenaria com 01 pia em INOX, 01 fogão de 02 bocas industrial, armário, mesa para colocar produto final, prateleiras de apoio fixadas na alvenaria.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina de Cerâmica (ao lado do Refeitório da Creche)

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Galpão em piso cimentado resinado, alvenaria em tijolinho aparente, cobertura aparente, esquadrias em madeira;
- 01 Sala: estantes de alvenaria, prateleiras de madeira, 06 mesas de madeira para a secagem e fabricação das peças,
- Varanda com metade da alvenaria em tijolinho aparente e metade em tela: com 01 tanque em alvenaria com 04 torneiras, 04 tanques em alvenaria para estocar a argila, 02 mesas retangulares em madeira, 02 estante de alvenaria para a secagem das peças; instalação sanitária com lavabo e

02 cabines para 01 vaso cada.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Laboratório de Cores e Tinturaria

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- LABORATÓRIO: sala em piso cimentado resinado, janelas em ferro e vidro, porta em madeira, alvenaria pintada, forro em friso acompanhando a inclinação do telhado, bancada em ardósia com 01 pia em aço INOX. Mobiliário: 04 armários, 03 mesas, 01 prancheta, 01 micro computador, 02 arquivos metálico tipo gaveteiro, 02 vitrines fixadas na alvenaria, prateleira de apoio em madeira fixadas na alvenaria.
- TINTURARIA: piso em cimento resinado, cobertura aparente, edificação aberta sem alvenaria e esquadrias, 03 fogões de lenha, 03 tanques de alvenaria (02 torneiras cada), 01 box para estocar lenha, caixa d'água em alvenaria aparente, área de secagem com cobertura de telha de amianto e com 02 banheiras, varal de bambu, 02 instalações sanitárias (vaso e pia).

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina de Tear Mineiro

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Características construtivas: piso em cimento resinado, cobertura aparente (estrutura madeira e telhas cerâmicas), alvenaria pintada, esquadrias em madeira;
- 01 Sala com 05 teares, 01 estante de madeira, 01 mesa de madeira;
- 01 Sala com 14 teares, 02 rocas, 01 mesa de madeira, instalação sanitária (lavabo com 04 cabines);
- 01 Sala para as enroladeiras e fiandeiras: 11 rocas, 09 tanques de madeira para armazenar novelos.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina de Estofamento

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Características construtivas: piso em cimento resinado, cobertura aparente (estrutura madeira e telhas cerâmicas), alvenaria em tijolinho pintada, esquadrias em madeira;
- 01 sala com máquina de costura industrial, mesa de madeira, 04 cavaletes de madeira, 01 grampeador a ar comprimido, prateleira fixada na alvenaria, armário em madeira e 01 instalação sanitária (vaso e pia).

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina de Costura

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Características construtivas: piso em cimento resinado, cobertura aparente (estrutura madeira e telhas cerâmicas), alvenaria em tijolinho pintada, esquadrias em madeira;
- 01 Sala com 04 máquinas de costura industrial, 02 mesas de madeira, estante com 02 prateleiras, varal fixado na alvenaria com pregos para dar acabamento de franjas;
- 01 Sala para o enchimento das almofadas com 02 tanques para estocar flocos.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina de Tear Chileno

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Características construtivas: piso em cimento resinado, cobertura aparente (estrutura madeira e telhas cerâmicas), alvenaria em tijolinho pintada, esquadrias em madeira e ferro;
- 01 Sala com 09 teares e bancos de madeira, caixas de madeira para estocar as linhas, estante com prateleiras.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Oficina Marcenaria

Local de Execução: Edificação coberta ■ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Galpão em piso cimentado grosso, cobertura aparente em estrutura de madeira e telhas cerâmica sendo três partes de 02 águas cada;
- Equipamento: 03 serras circular, 02 serras fita, 01 lixadeira de mesa, 03 serras planas, 01 tupia, 02 furadores vertical, 01 furador de bancada, 25 bancadas de marceneiro, armário individual para cada marceneiro, instalação sanitária com 03 vasos, 02 chuveiros.
- Setor de Acabamento: 01 máquina de afiar serra, 01 bancada de apoio.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Arquivo

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Características construtivas: piso em cimento resinado, cobertura aparente (estrutura madeira e telhas cerâmicas), alvenaria em tijolinho pintada, esquadrias em madeira;
- 03 arquivos metálicos tipo gaveteiro, 01 armário de madeira, 01 estante para caixas de arquivo, 01 mesa com 03 cadeiras em madeira, 03 móveis de apoio tipo arquivo, prateleira fixa na alvenaria.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Sala de Capitação de Recursos

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Características construtivas: piso em cimento resinado, forro em esteira, alvenaria em tijolinho pintada, esquadrias em madeira e ferro/vidro;
- 01 Sala com 04 micro computadores, 04 mesas de madeira, 01 bancada de madeira com 03 micro computadores, 01 armário em madeira, 04 mesas de apoio em madeira.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Show-Room

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Galpão com alvenaria em tijolo aparente, esquadrias de madeira, cobertura aparente em estrutura de madeira e telha cerâmica, piso cimentado resinado,
- Recepção/Atendimento: com balcão de alvenaria, mesas e cadeiras em madeiras, 03 micro computadores,
- Lanchonete;
- 02 Instalações Sanitárias com pia e vaso cada;
- Show-Room propriamente dito.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Loja

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Características construtivas: piso em cimento resinado, cobertura aparente (estrutura madeira e telhas cerâmicas), alvenaria em tijolinho pintada, esquadrias em madeira e em ferro/vidro
- 02 salas.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Refeitório

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Características construtivas: piso em cimento resinado, cobertura aparente (estrutura madeira e telhas cerâmicas), alvenaria em tijolinho pintada, esquadrias em madeira;
- 14 mesas com tampo em ardósia, 02 instalações sanitárias com vaso e pia cada.

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Cozinha

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Características construtivas: piso em cimento resinado, cobertura aparente (estrutura madeira e telhas cerâmicas), alvenaria azulejada, esquadrias em madeira e ferro/vidro;
- 04 fogões industriais, 01 forno, 06 tanques de aço INOX, 03 bancadas em ardósia, 01 mesa em tampo de ardósia.

Registro Iconográfico:

INFRA-ESTRUTURA:

Atividade desenvolvida no local: Despensa

Local de Execução: ■ Edificação coberta □ Edificação aberta □ Ambiente não edificado

Descrição:

- Características construtivas: piso em cimento resinado, cobertura aparente (estrutura madeira e telhas cerâmicas), alvenaria em tijolinho pintada, esquadrias em madeira;
- Prateleiras de ardósia.

DADOS SÓCIO-ECONÔMICOS DA ATIVIDADE

Executor da atividade: SASFRA – Serviço Assistencial Salão do Encontro

Público Alvo: Família com renda mensal entre 01 e 03 salários mínimos

Destino da produção: venda externa e consumo no Salão

Destino dos recursos da produção: Manutenção do próprio Salão do Encontro

Presidente da Entidade: Noemi Gontijo

Órgãos de apoio: Petrobrás, PUC, Pitágoras, Coca-Cola, Instituto C&A

Outras informações:

O Serviço Assistencial Salão do Encontro - SASFRA constitui-se em pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, declarada como utilidade pública municipal, estadual e federal, tendo como sede e foro a Comarca de Betim – Minas Gerais.

Dos recursos para a manutenção da entidade, 40% são provenientes de receita própria, obtida através de comercialização dos produtos, 35% da iniciativa privada, l5% de convênios com órgãos públicos e l0% de doações particulares.

A estrutura organizacional do Salão do Encontro, se desenvolveu com certa informalidade, à partir das necessidades emergenciais de ampliação das atividades, e não se encaixa dentro dos padrões

formais de uma organização empresarial. Numa área de 12 000 metros quadrados, 890 pessoas participam das atividades coordenadas por 05 setores, que se articulam através dos seguintes *Programas de Atendimento*: Formação Profissional(Geração de Trabalho e Renda); Educação Formal e Informal; Atenção à Saúde.

São os critérios para admissão nos Programas: criança cuja família possui renda entre 01 e 03 salários mínimos, ser portador de algum tipo de necessidade especial, ou idoso, mulheres chefes de família.

A área de abrangência corresponde aos seguintes bairros do Município de Betim: Angola, Santa Lúcia, Romero Gil, Novo Horizonte, PTB, Bom Retiro, Taquaril, Salomé, Santa Inês, Ingá.

A atuação da entidade alcançou reconhecimento nacional e internacional, tendo conquistado vários prêmios, entre eles: Medalha de Honra da Inconfidência de MG – 1983, Mérito Social e Educativo - FUNABEM - 1984, Mérito Educacional do Estado de Minas Gerais – 1986, Prêmio Criança e Paz - UNICEF – 1988, Carved Cristalware by Abilites - W.K.Kellog Foundation –1992, Honra ao Mérito - Rotary Club – 1993, Ordem Nacional do Mérito Educativo/ Presidência da República-1994, Comenda Lúcia Casassanta - Fundação AMAE – 1998, Qualidade e Parceria na Educação - UBQ/FIEMG/SESI/SENAI- 1998, Prêmio Bem Eficiente - Kanitz & Associados – 1999, 1ª Medalha ASSEMP de Solidariedade-Associação Funcionários PBH/2000, Mérito Lojista/Destaque das Regiões/99- Federação CDL-MG/2000.

SALÃO do ENCONTRO

Salão do Encontro 30 anos

"Educar pelo trabalho, promovendo a cidadania e a vida."

Responsável Técnico: Leonardo Barci Castriota	**Categoria:** Arquiteto e Urbanista
Equipe executora: Ana Cecília Rocha, Maria Eugênia Matta	**Data:** Dezembro/2000